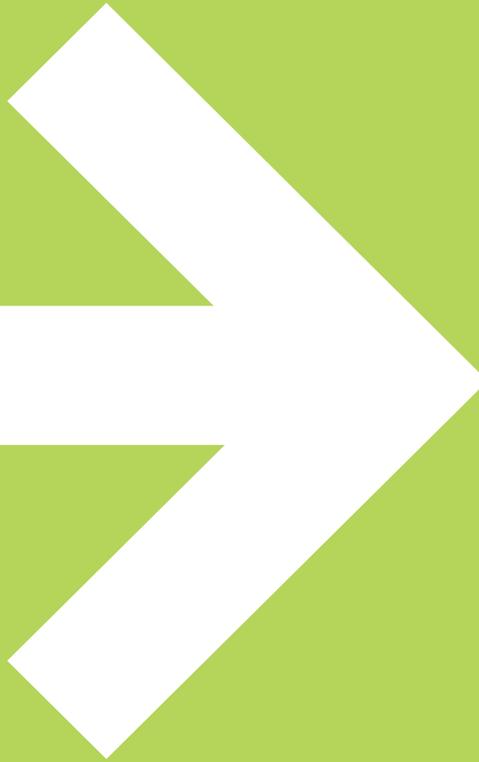


OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO



**IMIGRANTES IDOSOS:
UMA NOVA FACE
DA IMIGRAÇÃO
EM PORTUGAL**

**FERNANDO LUÍS MACHADO
CRISTINA ROLDÃO**

39

JANEIRO 2010



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS



acidi

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.

CIES
I S C T E

IMIGRANTES IDOSOS
UMA NOVA FACE
DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

FERNANDO LUÍS MACHADO
CRISTINA ROLDÃO

MACHADO, Fernando Luís, e outro
Imigrantes idosos: uma nova face da imigração em Portugal / Fernando Luís
Machado, Cristina Roldão. – (Estudos OI; 39)
ISBN 978-989-8000-96-5
I - ROLDÃO, Cristina
CDU 316
314

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

www.oi.acidi.gov.pt

COORDENADOR DA COLECÇÃO

ROBERTO CARNEIRO

AUTORES

FERNANDO LUÍS MACHADO

CRISTINA ROLDÃO

EDIÇÃO

ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO

E DIÁLOGO INTERCULTURAL (ACIDI, I.P.)

RUA ÁLVARO COUTINHO, 14, 1150-025 LISBOA

TELEFONE: (00351) 21 810 61 00 FAX: (00351) 21 810 61 17

EXECUÇÃO GRÁFICA

PROS – Promoções e Serviços Publicitários, Lda.

PRIMEIRA EDIÇÃO

750 EXEMPLARES

ISBN

978-989-8000-96-5

DEPÓSITO LEGAL

319887/10

LISBOA, JANEIRO 2010

ÍNDICE GERAL

NOTA DE ABERTURA	7
NOTA DO COORDENADOR	9
IMIGRANTES IDOSOS: UMA NOVA FACE DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	
AGRADECIMENTOS	15
INTRODUÇÃO	17
CAP. 1. MIGRAÇÕES, CICLO MIGRATÓRIO E ENVELHECIMENTO DOS IMIGRANTES	21
1. ENVELHECIMENTO E IDOSOS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS	21
2. ENVELHECIMENTO DAS MIGRAÇÕES E IMIGRANTES IDOSOS	26
CAP. 2. PERFIS SOCIAIS DE IMIGRANTES IDOSOS EM PORTUGAL	35
1. CLARIFICAÇÕES METODOLÓGICAS	35
2. STOCKS E FLUXOS RECENTES	38
3. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	45
4. PERFIL FAMILIAR	50
5. PERFIL SOCIOEDUCATIVO	53
6. PERFIL SOCIOPROFISSIONAL	54
7. TIPOS SOCIAIS DE IMIGRANTES IDOSOS: UMA SÍNTESE	62
CAP. 3. IMIGRANTES IDOSOS AFRICANOS: FLUXOS E COMPOSIÇÃO SOCIAL	67
1. STOCKS E FLUXOS RECENTES	67
2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO	76

3. PERFIL FAMILIAR	82
4. PERFIL SOCIOEDUCATIVO	86
5. PERFIL SOCIOPROFISSIONAL	89
6. NOTAS FINAIS	96
CAP. 4. RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE IMIGRANTES IDOSOS AFRICANOS	99
1. OS ENTREVISTADOS: SELECÇÃO E PERFIS SOCIAIS	99
2. VELHICE POBRE SOCIALMENTE EXCLUÍDA	107
2.1. Carlos, Ermelindo e João	107
3. VELHICE POBRE FAMILIARMENTE ENQUADRADA	119
3.1. António e Mesquita	120
3.2. Celeste, Domingas, Inocência e Maria da Luz	127
4. VELHICE POBRE SOCIALMENTE INTEGRADA	140
4.1. Alcinda, Bia e Filomena	141
4.2. Bufétar, Fernando e Simão	154
5. VELHICE CONFORTÁVEL SOCIALMENTE ACTIVA	166
5.1. Barbosa, Gregório, Mendonça e Vicente	167
5.2. Adelaide e Maria Eugénia	183
6. VELHICE CONFORTÁVEL ISOLADA	192
6.1. Lisete e Albano	192
CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	215

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1.	População idosa por países de naturalidades em 2001	39
Tabela 2.	População idosa estrangeira por principais países de naturalidade em 2001	39
Tabela 3.	Fluxos de entrada de estrangeiros idosos por principais nacionalidades para o período 2001-2005	41
Tabela 4.	Óbitos na população idosa por principais grupos de países de naturalidade e escalões etários no período entre 2000 e 2007	42
Tabela 5.	Idade média de ocorrência de óbitos segundo os principais grupos de países de naturalidade e sexo entre 2000 e 2007	44
Tabela 6.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade e sexo em 2001 (%)	45
Tabela 7.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade, escalões etários e sexo em 2001 (%)	46
Tabela 8.	Imigrantes idosos por principais grupos de países de naturalidade, nacionalidade e sexo em 2001 (%)	47
Tabela 9.	Imigrantes idosos por principais grupos de países de naturalidade, tempo de residência em Portugal e sexo em 2001 (%)	48
Tabela 10.	Imigrantes idosos por principais grupos de países de naturalidade e local de residência em 2001 (%)	49
Tabela 11.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade, estado civil e sexo em 2001 (%)	50
Tabela 12.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e tipo de coabitação familiar em 2001 (%)	52
Tabela 13.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e nível de habilitações em 2001 (%)	54
Tabela 14.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e principal meio de vida em 2001 (%)	55
Tabela 15.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e condição perante o trabalho em 2001 (%)	57
Tabela 16.	População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo, situação na profissão e grupo profissional (CNP94) em 2001 (%)	58

Tabela 17. População idosa por principais grupos de países de naturalidade e categoria socioprofissional em 2001 (%)	61
Tabela 18. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade em 2001	69
Tabela 19. Fluxos de entrada de idosos dos PALOP por nacionalidade (2001-2005)	71
Tabela 20. Óbitos de imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade e escalões etários (2000-2007)	73
Tabela 21. Idade média de ocorrência de óbito nos imigrantes idosos dos PALOP segundo países de naturalidade e sexo no período 2000-2007	75
Tabela 22.0 idosos dos PALOP por países de naturalidade e sexo em 2001 (%)	76
Tabela 23. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, escalões etários e sexo em 2001 (%)	78
Tabela 24. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, nacionalidade e sexo em 2001 (%)	79
Tabela 25. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade e local de residência em 2001 (%)	81
Tabela 26. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, estado civil e sexo em 2001 (%)	82
Tabela 27. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e tipo de coabitação familiar em 2001 (%)	85
Tabela 28. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e nível de habilitações em 2001 (%)	87
Tabela 29. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e principal meio de vida em 2001 (%)	90
Tabela 30. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e condição perante o trabalho em 2001 (%)	91
Tabela 31. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo, situação na profissão e grupo profissional (CNP94) em 2001 (%)	93
Tabela 32. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade e categoria socioprofissional em 2001 (%)	95
Tabela 33. Perfil social dos imigrantes africanos idosos entrevistados	102
Figura 1. Espaço tipológico da velhice dos imigrantes africanos	105

NOTA DE ABERTURA

Ao longo dos últimos anos habituámo-nos a considerar a imigração como um precioso contributo para o rejuvenescimento da nossa população, que em termos demográficos regista um decréscimo preocupante em alguns locais do território nacional, e tem conduzido a um envelhecimento global da população portuguesa.

Mas, sendo verdade, este contributo muito positivo dos imigrantes, que se salda também por uma contribuição financeira largamente positiva para a nossa Segurança Social, não é menos verdade que nos esquecemos que os imigrantes são pessoas como nós, que passam pelos anos com os mesmos efeitos e, por isso, também envelhecem.

O estudo que aqui se publica apresenta-nos esse facto, analisando a situação dos imigrantes idosos no Portugal de hoje, perspectivando, igualmente, a possível evolução da situação nos próximos anos.

Em paralelo com as conclusões apresentadas, o Estudo conduz-nos, igualmente, à necessidade de recordar o dever de solidariedade intergeracional para quem escolheu Portugal como país de destino e aqui colaborou com o seu trabalho para o nosso desenvolvimento comum.

Ressalta, deste modo, a importância deste trabalho, que muito agradecemos aos investigadores Fernando Luís Machado e Cristina Roldão, que vem confirmar a justeza das posições recentemente assumidas, neste domínio, pelo Governo de reforço da coesão social na sociedade portuguesa, cada vez mais enriquecida pela diversidade da sua população.

Os imigrantes idosos constituem agora uma nova área de intervenção do II Plano para a Integração dos Imigrantes aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 74/2010, de 12 de Agosto, onde se incluem duas medidas: a primeira destinada ao combate à vulnerabilidade socio-económica dos idosos imigrantes, e a segunda destinada à divulgação das formas

de acesso aos direitos decorrentes das contribuições feitas para a Segurança Social, não só em Portugal mas também nos países de origem e na União Europeia.

Também na área do acolhimento, o II Plano para a Integração dos Imigrantes contempla uma medida no sentido da agilização do processo de reagrupamento familiar, o que se traduz num contributo para a integração dos imigrantes idosos para os quais, como salientam as recomendações apresentadas pelos autores do Estudo, “o enquadramento familiar é uma das condições básicas de integração social”.

ROSÁRIO FARMHOUSE

ALTA COMISSÁRIA PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL

NOTA DO COORDENADOR

Há temas na problemática migratória que fogem à agenda habitual da investigação.

Precisamente, será oportuno recordá-lo, um dos papéis mais relevantes que o Observatório da Imigração (OI) do ACIDI procura desempenhar é o de criar estímulos para que a comunidade científica passe a olhar para questões mais marginais, ou menos convencionais, das comunidades migrantes.

Uma dessas temáticas tem a ver com os imigrantes idosos e com as suas opções fundamentais de vida.

No estudo que o Observatório agora publica denominado “Imigrantes Idosos: uma nova face da imigração em Portugal” visa-se, muito notoriamente, preencher uma lacuna nas prioridades “normais” das carteiras de investigação no nosso país.

Ora, a verdade é que, como muito bem notam os autores na sua Introdução:

“As migrações e os imigrantes também envelhecem. Esta não será a primeira percepção que temos da demografia das migrações, mas é um facto concreto, cuja realidade decorre do desenrolar normal do ciclo migratório. Nem as migrações representam sempre um potencial de rejuvenescimento demográfico das sociedades de acolhimento nem os imigrantes são sempre jovens adultos”.

Esta evidência transforma, muito naturalmente, os imigrantes idosos, designadamente os que envelheceram no país de destino ou os migrantes reformados já idosos, num objecto de estudo relevante e numa categoria analítica incontornável para a investigação contemporânea dos fenómenos da mobilidade humana.

Os autores chamam a atenção para que, no caso português, o número de imigrantes idosos poderá chegar a 100 mil ou mais num horizonte de 20 a 30 anos, número esse que se encontra associado a uma baixa taxa de retorno dos imigrantes laborais que demandam o nosso país.

O estudo conduzido incide em especial sobre idosos africanos e constrói uma tipologia original das diversas categorias de velhice, tipologia que dá conta de um fenómeno inesperadamente complexo e variegado. Nesta paisagem plurifacetada são preocupantes, em especial, as situações de idosos muito pobres e vulneráveis que se encontram destituídos de rede social e/ou familiar que os apoie. A dimensão humana do imigrante fragilizado adquire aqui uma faceta ainda mais dramática num contexto etário e de destituição que se agravam mutuamente.

Ressalta, assim, de entre as cinco bem estruturadas recomendações finais, uma que se prende com um tema nevrálgico, abordado já no n.º 15 da Colecção Estudos OI, embora sem um olhar especializado sobre os idosos: referimo-nos à questão muito sensível da reunificação familiar dos imigrantes. A este propósito, os autores formulam de forma muito clara a recomendação que nos permitimos sublinhar e que confere ao tema do direito universal à família um novo matiz:

“O enquadramento familiar é uma das condições básicas de integração social, especialmente para os idosos. Vimos exemplos de imigrantes idosos que, descartada a possibilidade de regressarem ao país de origem, se encontram particularmente vulneráveis porque não conseguiram reunir a família em Portugal. A reunificação familiar apresenta-se, assim, como uma questão premente para a qualidade de vida desses imigrantes. É necessário criar respostas adequadas a estas situações. Uma possibilidade seria a de o idoso requerente da reunificação poder ficar a cargo de familiares com quem se pretenda reunificar”. (p. 213)

Apraz-nos, em conclusão, registar a natureza marcadamente inovadora deste estudo assim como as avenidas prementes de investigação que ele desvenda. Mas, acima de tudo, importa sublinhar o traço de grande rigor e incontestável qualidade científica colocado na feitura do

estudo pelos seus autores Fernando Luís Machado e Cristina Roldão, ambos investigadores do CIES, ISCTE-IUL.

O OI regista publicamente o justo reconhecimento que é devido aos dois investigadores que metodicamente meteram ombros a esta difícil tarefa e que, de forma tão sistemática, nos oferecem um livro de cuja leitura brotam tantos e tão relevantes caminhos, seja na vertente da investigação subsequente e continuada, seja na vertente das políticas públicas conexas.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

**IMIGRANTES IDOSOS
UMA NOVA FACE
DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL**

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em primeiro lugar, aos vinte e três imigrantes idosos africanos que nos permitiram que os entrevistássemos. O seu contributo para este estudo foi inestimável.

Agradecemos, também, às pessoas e instituições que nos ajudaram a chegar até eles.

INTRODUÇÃO

As migrações e os imigrantes também envelhecem. Esta não será a primeira percepção que temos da demografia das migrações, mas é um facto concreto, cuja realidade decorre do desenrolar normal do ciclo migratório. Nem as migrações representam sempre um potencial de rejuvenescimento demográfico das sociedades de acolhimento, nem os imigrantes são sempre jovens adultos.

A formação de uma categoria de imigrantes idosos é resultado do processo de sedentarização das migrações, processo que os países receptores mais antigos já conhecem há décadas e Portugal está agora a conhecer. Muitos dos migrantes que chegam, enquanto jovens adultos, para responderem a necessidades das economias de destino e para realizarem os seus projectos de promoção pessoal e familiar, acabam por se fixar e, passadas três ou quatro décadas, entram na fase do ciclo de vida a que se convencionou chamar de terceira idade. Os imigrantes idosos coexistem com uma ou duas gerações de descendentes seus e com os novos jovens adultos que vão chegando.

A imigração em Portugal já é suficientemente antiga para que a face do envelhecimento comece a tornar-se visível. Já existem hoje alguns milhares de imigrantes que envelheceram em Portugal, tendo terminado a sua vida profissional ou estando ainda no activo. A passagem à reforma não significa que se regresse aos países de origem. Uma parte dos imigrantes regressará definitivamente, mas muitos optam por continuar a viver cá, podendo alguns manter um regime de alternância com estadias mais ou menos longas cá e lá.

Aos milhares de imigrantes que se tornaram idosos em Portugal, envelhecendo no seu “posto”, somam-se outros tantos que chegaram para viver cá uma vez terminada a vida economicamente activa nos seus países de origem. Os imigrantes laborais envelhecidos no destino e os reformados que migram já idosos, ou perto disso, constituem os dois tipos principais de um universo que inclui outros fluxos e perfis sociais.

Esta pesquisa constitui uma primeira aproximação, de carácter geral, a um aspecto da imigração que está totalmente por conhecer. Por isso se fala em título de uma nova face da imigração em Portugal. É uma pesquisa quantitativa e qualitativa que abrange os imigrantes idosos em geral, mas destaca os imigrantes africanos, mais antigos e socialmente mais vulneráveis. Recorremos a fontes estatísticas oficiais para fins de análise extensiva e a entrevistas semi-directivas para conhecer com mais profundidade o fenómeno por dentro.

Estudámos a situação actual dos imigrantes idosos, em termos de condições socioeconómicas, enquadramentos familiares e sociais, avaliações e expectativas, mas também reconstituímos os seus trajectos migratórios e as suas vidas profissionais, em Portugal, nos países de origem e, em alguns casos, em países terceiros. Identificámos diferentes perfis sociais, que comparámos uns com os outros e também comparámos os imigrantes idosos em geral com os idosos autóctones. O estudo está dividido em quatro capítulos.

O primeiro faz uma revisão de literatura, internacional e nacional, a dois níveis: a questão do envelhecimento e dos idosos em geral nas sociedades contemporâneas e a questão do envelhecimento das migrações e dos imigrantes idosos em particular, sobre a qual os textos existentes não são abundantes.

No segundo capítulo caracterizamos de modo panorâmico os idosos imigrantes em geral, começando pela identificação de fluxos e *stocks* e incidindo depois sobre as propriedades sociodemográficas, familiares, educativas e socioprofissionais dos imigrantes, introduzindo elementos de análise comparativa com os idosos portugueses. Terminamos com a sinalização de tipos sociais de imigrantes idosos.

O terceiro capítulo segue os moldes do segundo, mas foca apenas os imigrantes idosos dos PALOP, analisados por país de origem. Mantemos o registo comparativo, seja com os idosos portugueses, seja com os imigrantes idosos em geral.

O quarto capítulo, o mais extenso, dedica-se à análise das entrevistas que fizemos a vinte e três idosos africanos. Compusemos para cada um deles um retrato sociológico em dois planos. Por um lado, descrevemos as condições socioeconómicas desses imigrantes, bem como as suas circunstâncias familiares, laços sociais, estilos de vida, avaliações e projectos. Por outro, reconstituímos as suas trajectórias de vida no que se refere a aspectos migratórios, escolares, familiares, profissionais, culturais e identitários.

O tratamento das entrevistas conduziu-nos à identificação de cinco categorias, definidas a partir do cruzamento de duas dimensões de análise: a condição socioeconómica e os quadros de envelhecimento. É notório que há modos muito diferentes de viver a velhice, também no caso dos imigrantes. Os vinte e três retratos são apresentados sequencialmente, por categoria, subdivididos por homens e mulheres, sendo certo que as relações de género, aqui como em muitos outros domínios sociais, constituem um factor diferenciador de trajectos e condições de vida.

Terminamos com uma conclusão geral que destaca os principais resultados do estudo e apresenta recomendações de acção.

CAPÍTULO 1. MIGRAÇÕES, CICLO MIGRATÓRIO E ENVELHECIMENTO DOS IMIGRANTES

1. ENVELHECIMENTO E IDOSOS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Um dos resultados mais notáveis do desenvolvimento socioeconómico dos países industrializados, e mesmo de muitos países em vias de desenvolvimento, é o aumento contínuo da esperança de vida dos seus habitantes. Nos países da OCDE a esperança média de vida à nascença passou de 68,5 anos em 1960 para 78,6 em 2005 – alguns países já estão acima dos 80 anos – reflectindo directamente uma melhoria generalizada das condições materiais e de saúde da população.

Este ponto merece ser realçado, porque alguns discursos sobre o envelhecimento demográfico transformam-no num problema social quando ele representa, antes de mais, uma inegável conquista civilizacional. Viver uma vida longa, em condições de bem-estar material e de saúde física e mental, é uma experiência agradável de milhões de pessoas no mundo inteiro. É um ganho indiscutível para cada uma delas, para as suas famílias e para as sociedades em que vivem. Não faz sentido, portanto, considerar que esta evolução é um problema para as sociedades e para as pessoas.

O que realmente coloca problemas é a simultaneidade do envelhecimento no topo – aumento do número de idosos – e do envelhecimento na base – diminuição do número de crianças e jovens, devida à quebra da natalidade. É claro que o primeiro não é causa do segundo, não é por haver mais idosos que há menos jovens. Mas como os dois processos ocorrem ao mesmo tempo, já há algumas décadas, vai aumentando progressivamente a proporção de pessoas com 65 ou mais anos e diminuindo a percentagem de crianças e jovens e, também, a de adultos.

O primeiro problema colocado pelo duplo envelhecimento é o do financiamento dos sistemas de protecção social, nomeadamente na vertente das pensões, de reforma ou outras. Para um número crescente de idosos a viver mais anos, há cada vez menos adultos economicamente

activos a descontar parte dos seus rendimentos para financiar esses sistemas. Em 2020, em países como a Finlândia, Itália ou Japão, o índice de dependência de idosos, isto é, o rácio entre pessoas com 65 ou mais anos e pessoas dos 15 aos 64 anos, será superior a 50%.

O segundo problema é o das respostas sociais e familiares a um número crescente de pessoas que, embora cada vez mais tarde, acabam por ficar dependentes e precisam de condições adequadas de acolhimento e cuidado.

Sendo certo que as populações dos países mais desenvolvidos estão a envelhecer, e o mesmo acontecerá, mais tarde ou mais cedo, com as populações ainda jovens dos países em vias de desenvolvimento, não é, contudo, fácil definir o que é um idoso. Se a chamada quarta idade, acima dos 75 ou 80 anos, não coloca dificuldades classificatórias, já a marcação do limite inferior da categoria suscita dúvidas. A idade dos 65 anos, ainda muito utilizada para assinalar esse limite, por corresponder à passagem à reforma, é cada vez mais questionada (Fernandes, 2001; Mauritti, 2004).

A principal razão para essa questão é que, chegadas aos 65 anos, cada vez mais pessoas estão longe do declínio das suas capacidades físicas e mentais, que é outro marcador incontornável da velhice. Se há três ou quatro décadas esse declínio começava entre os 60 e os 70 anos e se sobrepunha, portanto, à passagem à reforma – ele era aliás a principal causa da reforma –, hoje não é assim.

As condições de reformado e de idoso vão-se progressivamente dissociando (Fernandes, 2001). A velhice institucional (a idade da reforma) deixa de coincidir com a velhice objectiva (perda real de capacidades e de autonomia) e com a velhice subjectiva (percepção do envelhecimento). O facto da idade média de reforma nos países mais ricos ter estado em queda contínua a partir dos anos 70 do século passado até anos recentes, devido a políticas de reforma antecipada, que alegadamente visavam promover o emprego dos mais jovens, tornou essa dissociação ainda mais flagrante (Avramov e Maskova, 2003).

A introdução dos conceitos de “quarta idade” e de “grandes idosos” trouxe maior especificação conceptual neste domínio. Hoje é notório, nas sociedades mais desenvolvidas, que o quadro

de vulnerabilidade e dependência associado à velhice começa mais tarde, não na casa dos 60 anos, mas na dos setenta ou depois. A velhice começa mais tarde e há idosos mais jovens e outros menos. Cada vez mais pessoas aos 65 anos têm cada vez mais anos de esperança de vida sem incapacidade. É na segunda velhice, digamos assim, e não na primeira, que os problemas da perda de qualidade de vida e da dependência se colocam.

Em todo o caso, mesmo correspondendo cada vez menos à velhice objectiva, a cessação da actividade profissional e a consequente passagem à reforma – situação largamente maioritária entre a população com 65 ou mais anos –, continua a ser o traço que mais define o estatuto social de idoso. Não só pela definição institucional, mas por uma definição social que subsiste e diz que se entra na velhice a partir do momento em que se deixa de trabalhar. Essa definição externa opera internamente na subjectividade de cada novo reformado, que, mesmo contra outros sinais vitais, pode começar a sentir-se velho.

A passagem à reforma é, por isso, muitas vezes, não só uma mudança de estatuto social, mas uma perda de estatuto social. Não é obrigatório que assim seja, mas acontece com frequência. Deixar de ter um papel económico e profissionalmente activo acarreta menor reconhecimento por parte dos outros e pode instalar-se, por essa via, um sentimento de desvalorização pessoal.

Por outro lado, perde-se o contacto quotidiano com outras pessoas que sempre existe na vida profissional e que muitas vezes é particularmente intenso e gratificante. Caso hajam outros círculos de relacionamento social corrente, essa perda será compensada, mas, quando não há, a passagem à reforma significa potencialmente isolamento e solidão (Fernandes, 2005; Dias, 2005).

É claro que se pode continuar activo na esfera familiar, mais as mulheres do que os homens, desempenhando novos papéis, expressivos e instrumentais, junto de filhos, netos e outros familiares. Mas também neste domínio, certas dinâmicas e eventos, como a rarefacção dos contactos com os filhos ou o falecimento do cônjuge, podem contribuir para a vulnerabilidade do idoso. O quadro da velhice negativa atinge a máxima gravidade nas situações de internamento em instituições sem condições materiais e de integração social dignas ou na violência

contra os idosos, que tanto ocorre na família como nesse tipo de instituições (Dias, 2005; Pimentel, 2005).

Numa formulação sociologicamente certa, Matilda Riley e John Riley falam de um desfazimento estrutural entre uma massa crescente de indivíduos (ainda) capazes, competentes e disponíveis e a falta de papéis activos para eles desempenharem (citados por Mauritti, 2004). É o reconhecimento dessa perda de estatuto por via da passagem à reforma e de circunstâncias sociais e familiares como as referidas que leva à noção de envelhecimento activo. Ela surge no domínio da gerontologia e é depois adoptada pelas Nações Unidas e pelos estados dos países mais desenvolvidos como princípio orientador de políticas públicas específicas e mensagem cultural junto das suas populações.

A noção recobre uma pluralidade de aspectos, que vão da participação em actividades domésticas ao cuidado com terceiros, do envolvimento em actividades de voluntariado a lazer mais activo fora de portas, e inclui também, é claro, o prolongamento da actividade profissional, o que já começou, de resto, a ter uma tradução institucional com vários países a aumentarem a idade de acesso à reforma (Avramov e Maskova, 2003). Trata-se, em suma, de criar novos papéis sociais que alarguem o campo de possibilidades dos idosos e estimulem novos projectos de vida (Barros, 2006).

Em sociedades tão diferenciadas como as actuais, os idosos vivem de maneiras diferentes a sua condição. Se há parâmetros comuns de envelhecimento e velhice, como acabámos de ver, há também variações significativas nos meios sociais, nos enquadramentos familiares, nas redes de sociabilidade, nas práticas de tempos livres, nos estados de saúde e, muito importante, nas condições socioeconómicas dos idosos. Em suma, há diferentes quadros sociais de envelhecimento (Casanova e outros, 2001).

A questão das desigualdades entre grupos de idosos merece menção particular. Como todos os agentes sociais, os idosos estão inseridos num quadro determinado de condições de existência. Eles não têm todos a mesma condição social. Se formam uma categoria homogénea do ponto de vista etário, não podemos ver a idade independentemente de outras propriedades

sociais, como sejam a condição perante o trabalho, a profissão que exercem ou exerceram, o nível de escolaridade, os rendimentos e outras. Ou seja, os idosos estão inseridos num espaço social onde há diferentes volumes e estruturas de capital, seja ele económico, cultural ou social (Bourdieu, 1979). A idade combina-se com outras propriedades sociais fazendo dos idosos uma categoria que é ao mesmo tempo homogénea, quando vista de fora, e internamente diferenciada.

Tal como nos estudos sobre juventude (Pais, 1993; Guerreiro e Abrantes, 2005), também na investigação sobre idosos podemos falar de duas perspectivas de análise, que focalizam aspectos diferentes da mesma realidade: uma perspectiva geracional, que acentua os efeitos da idade enquanto tal, e uma perspectiva classista, que aponta a diversidade de condições sociais da população idosa. Se não podemos ignorar que a idade avançada gera situações e experiências semelhantes, como sejam, por exemplo, a perda de estatuto social e de capacidades pessoais, não podemos esquecer tão pouco que a condição de idoso pode ser vivida nas circunstâncias mais diversas, desde a pobreza e a exclusão social até ao mais alto *status*, material e simbólico.

Ser idoso pode significar desigualdade social, no sentido de menos oportunidades, menos participação, menos estatuto. Mas, tão ou mais importantes do que isso, são as desigualdades sociais entre diferentes categorias de idosos, que tiveram trajectórias de classe diferentes e vivem de maneira diferente a velhice. Os que ocupam o tempo em bancos de jardins, centros comerciais passivamente ou em frente à televisão; os que frequentam universidades de terceira idade, visitam museus e exposições e são consumidores regulares de outros produtos de cultura; aqueles que viajam pelo mundo num lazer de luxo; e ainda aqueles que se vêem obrigados a continuar a trabalhar num pedaço de terra de que tiram um magro rendimento, são todos idosos, mas de maneira diferente. Porque as duas perspectivas, a geracional e a classista, são importantes, o mais adequado é combiná-las analiticamente.

Numa situação extrema de desigualdade estão os idosos pobres, que constituem uma categoria social antiga e numerosa em Portugal. Mais de metade dos idosos portugueses vive em situação de pobreza. Fracas remunerações durante a vida profissional, descontos irregulares e tardios para a segurança social e insuficiência do sistema de protecção estatal, geram um

quadro generalizado de baixas pensões, que atinge ainda mais severamente subgrupos como o das grandes idosas, com rendimentos muito escassos e vivendo sós (Mauritti, 2004; Capucha, 2005a; Costa e outros, 2008).

2. ENVELHECIMENTO DAS MIGRAÇÕES E IMIGRANTES IDOSOS

As migrações também envelhecem. As populações de migrantes laborais envelhecem ao longo de um ciclo que se inicia com a chegada ao país receptor de adultos jovens que se inserem de imediato no mercado de trabalho, passa pela formação de uma geração de descendentes, que nascem e crescem nesse país, e culmina com a entrada dos imigrantes na velhice, depois de terminada a vida activa profissional, quando os seus filhos já são adultos e têm os seus próprios descendentes.

É claro que, em rigor, uma determinada população não percorre toda, ao mesmo tempo, o mesmo ciclo migratório. Na mesma população, pode haver vários ciclos em desenvolvimento, desfasados no tempo, em virtude de diferentes datas de chegada ao país de acolhimento. Mas há sempre um sector dessa população, que migrou em datas próximas, cujos membros percorrem “em grupo” as mesmas etapas do ciclo e chegam ao mesmo tempo à velhice.

De início, a composição demográfica da generalidade das migrações laborais é duplamente desequilibrada: é muito masculina e inclui sobretudo adultos jovens. No entanto, com o passar dos anos, mesmo que continuem a entrar novos imigrantes jovens, vai havendo uma normalização, quer sexual quer etária. A etária faz-se para baixo, com o nascimento de crianças, e também para cima, com a formação de uma categoria de idosos, que envelhece na imigração, isto é, cujo ciclo de vida pessoal se sobrepõe ao ciclo migratório. A sexual faz-se pelo reagrupamentos familiar e porque os novos nascidos são proporcionalmente dos dois sexos.

O envelhecimento das populações migrantes é uma consequência da sua sedentarização. A história das migrações do século xx demonstra que muitos migrantes acabam por se fixar definitivamente nos países de destino, mesmo que a expectativa das autoridades e populações desses países, e antes disso a dos próprios migrantes, fosse, de início, a do regresso aos

países de origem. O envelhecimento dos imigrantes é por isso, ao mesmo tempo, uma causa da sedentarização, na medida em que muitos, à medida que avançam na idade, vão reformulando essa expectativa inicial porque encontram várias razões para ficar.

As migrações envelhecem tanto mais, portanto, quanto menor é o número dos que, após a vida activa profissional, voltam aos seus países. Muitos viverão um dilema nessa fase. Regressar ou ficar? Terminada a actividade profissional, que foi a razão primeira da sua migração, a decisão racional parece ser voltar, até porque os rendimentos da pensão de reforma, que podem ser escassos para continuar a viver no país de destino, sempre permitirão uma vida mais desafogada no país de origem. Pode haver, além disso, familiares à espera, com os quais se manteve uma relação ao longo dos anos, e também uma casa confortável, ou mesmo outros investimentos, construídos com as poupanças do trabalho.

Mas também há várias razões para decidir ficar. Algumas são de ordem psico-cultural. Ao fim de três ou quatro décadas noutra país, o imigrante muda, a sociedade de origem também muda, e uma sensação de distância relativamente ao antigo país pode instalar-se. Para alguns autores, muitos imigrantes laborais vivem a velhice com um sentimento de dupla estranheza. Continuam a sentir-se estranhos no ponto de chegada, dada até a nova condição de reformado, e tornaram-se estranhos relativamente ao ponto de partida (Jovelin, 2003). Se os imigrantes, ao fim de todo esse tempo, criaram um mundo que lhes é familiar, constituído pelo espaço do bairro, da casa, pelas pessoas e hábitos quotidianos, regressar terá seguramente custos psicológicos e afectivos que muitos não quererão pagar.

Na mesma linha de razões está o embaraço que o regresso pode representar quando a emigração não foi bem sucedida, quando se chega ao fim da vida profissional com uma situação económica frágil. O insucesso torna-se visível para os que ficaram, que sempre avaliam desse ponto de vista o emigrante regressado (Témime, 2001).

A presença dos descendentes no país de destino, filhos e netos, esses decididamente fixados, e a quem não se coloca a ideia de regresso, porque nem sequer conhecem o país de origem dos pais ou avós, contribui também para fixar os mais velhos, não só pelos afectos – poderem

estar junto de quem lhes é mais próximo –, mas também porque contam com essa rede familiar quando chegar a velhice dependente. As vantagens que o país de emigração oferece em termos de bem-estar e qualidade de vida, nomeadamente o acesso a cuidados de saúde melhores do que no país de origem, constituem outras razões de não regresso.

Por todas estas razões sabe-se que, à medida que se prolonga o tempo de emigração, os projectos de muitos imigrantes vão-se deslocando da ideia de regresso para a de permanência (Bolzman e outros, 2006). O retorno é, de facto, um eterno mito (Monteiro, 1994).

Uma terceira opção, entre ficar ou partir, é circular entre os dois países, passando temporadas num e noutra (Aggoun, 2002). A facilidade e baixo custo das viagens internacionais permitem-no cada vez mais e as razões de circulação podem ser várias, a começar pela manutenção de contactos com familiares e a acabar nas actividades económicas transnacionais que alguns imigrantes desenvolvem pós-reforma.

Porque mantêm activa a ligação à sociedade de acolhimento, quanto mais não seja pelas razões instrumentais de acesso a melhores equipamentos e serviços que acabámos de referir, os imigrantes idosos que circulam acabam por ter um estatuto semelhante aos que simplesmente decidem ficar. A sociedade de acolhimento terá de contar com eles por igual. Além disso, a modalidade circulatória tornar-se-á mais impraticável à medida que os imigrantes avancem na quarta idade e percam autonomia e mobilidade e, nessa altura, a opção por ficar tenderá a prevalecer.

Não se sabe quantos imigrantes regressam aos países de origem uma vez reformados. É uma contabilidade difícil de fazer. Contudo, há evidência empírica sólida sobre os que ficam. Nos países europeus, que receberam contingentes massivos de imigrantes nas décadas de 50 a 70 do século xx, há hoje um número considerável de imigrantes idosos, que varia de acordo com as populações em causa e suas estruturas etárias à data de chegada. A título de exemplo exemplo, na Alemanha o número de estrangeiros com 60 ou mais anos passou de menos de 100 mil em 1970 para mais de 700 mil em 2002. As projecções feitas para este e outros países mostram que o número de imigrantes idosos continuará a aumentar (White, 2006).

Os países de imigração, mais tarde ou mais cedo, de acordo com os seus calendários migratórios, confrontam-se, portanto, com esta nova figura, os imigrantes idosos. Como a percepção pública do imigrante, seja a da população seja a das autoridades políticas, é a de alguém que veio para trabalhar e, mesmo que prolongue por muitos anos a sua presença, é sempre na condição de trabalhador, a nova figura pode ser difícil de apreender e assimilar, mas ela representa um facto objectivo, que coloca novas questões, tanto aos próprios migrantes e às suas famílias, como à sociedade de acolhimento.

Os que envelhecem no destino não constituem o único grupo de imigrantes idosos a ser considerado. Outro grupo importante é o dos que migram já numa fase avançada da vida, os que migram já idosos. Além dos que envelhecem na imigração, depois de uma vida activa profissional, há os que chegam depois de cumprida essa fase noutros países. A migração de reformados é bastante comum dentro da Europa, dos países do Norte para os países do Sul.

As circunstâncias e as motivações desta migração são totalmente diferentes. Estes reformados procuram sobretudo as amenidades climáticas, os custos de vida mais baixos onde as suas reformas rendem mais e o conforto de zonas de acolhimento, litorais ou interiores, equipadas para os receber, tal como recebem muitos turistas oriundos dos mesmos países. Aliás, os dois fluxos confundem-se parcialmente, com uma parte do turismo a ser alimentado pela presença destes imigrantes.

Estes imigrantes podem manter durante vários anos, tal como uma parte dos migrantes laborais, alguma circulação entre origem e destino, pondo em prática o que alguns já chamaram “estilos de vida transnacionais” (Warnes e Williams, 2006). Mas essa mobilidade vai-se reduzindo com o tempo, com o avanço na quarta idade, e muitos acabam por ficar definitivamente no país onde decidiram viver a velhice.

Se as circunstâncias e motivações dos migrantes reformados são diferentes, as implicações da sua presença para a sociedade de acolhimento são as mesmas dos imigrantes laborais que envelheceram no seu “posto”. Em conjunto, eles constituem uma nova categoria de idosos com que é preciso contar, com necessidades próprias no plano dos equipamentos e dos cui-

dados médicos e sociais. Os imigrantes reformados diferem dos laborais, sim, nas implicações para o sistema de segurança social, já que as reformas que recebem vêm dos países de origem e não do país de acolhimento.

Tal como os idosos em geral, os imigrantes idosos têm condições sociais diversas. Uma primeira linha de divisão socioeconómica entre eles é justamente a que separa os imigrantes reformados dos imigrantes laborais que envelhecem no destino.

Os primeiros vêm habitualmente de países mais ricos e dispõem de pensões de reforma que lhes permitem condições de vida desafogadas ou até bastante acima da média dos autóctones. Esse nível de vida confortável tem, diga-se de passagem, efeitos consideráveis nas economias das zonas onde se concentram, nomeadamente em muitas localidades costeiras do sul da Europa. A condição social dos segundos é, regra geral, menos favorecida, o que decorre dos seus perfis profissionais, que são os do trabalho assalariado industrial, construção civil, serviços pessoais e domésticos ou o trabalho independente no pequeno comércio, no caso das minorias migrantes intermediárias.

Mas o estatuto socioeconómico dos imigrantes laborais idosos é ele próprio desigual. Em teoria, ele será melhor para os membros dos grupos ligados ao pequeno comércio. Embora se trate de actividades empresariais de pequena dimensão, geradoras de rendimentos pouco volumosos, elas deixam-nos a salvo das vulnerabilidades do assalariamento pouco qualificado, seja ele operário ou nos serviços de rotina, e garantirão rendimentos um pouco maiores. Do lado dos ex-assalariados haverá dois grandes subconjuntos, cujos contornos e dimensão relativa é difícil determinar dada a escassa pesquisa empírica realizada a nível europeu sobre o assunto, até ao momento.

O primeiro é constituído pelos que auferem pensões de reforma que garantem um nível de vida aceitável à luz dos padrões da sociedade em que se inserem, apesar da perda de rendimentos que a passagem à reforma geralmente implica. O segundo subconjunto é o daqueles que atingem a fase da reforma dispondo de rendimentos muito limitados, que os deixam abaixo da linha de pobreza. Para estes a perda de rendimentos que acompanha a reforma é dramática.

A explicação para estes dois estatutos socioeconómicos reside no tipo de trajectórias profissionais que os imigrantes idosos ex-assalariados percorreram. O trabalho foi sempre nos segmentos formais da economia ou também nos informais e sobretudo nestes? Houve períodos de desemprego longo? Fizeram descontos regulares ou irregulares para a segurança social? Tudo isso se reflectirá nos rendimentos disponíveis na fase da reforma e, logo, na condição social que terão nessa fase. Os do primeiro subconjunto devem a sua melhor posição a trajectos profissionais e carreiras contributivas estáveis. Os outros são os que tiveram trajectórias acidentadas, alternando, ao longo da sua vida, entre empregos precários e o desemprego.

Em combinação com a estabilidade do emprego e a regularidade das contribuições para a segurança social, ou a falta delas, interessa observar os regimes de mobilidade social dos imigrantes idosos. No melhor cenário, quando houve mobilidade ascendente intrageracional, eles melhoraram a sua condição, como desejavam de início, e fazem parte do subconjunto de ex-assalariados com um nível de vida razoável, podendo até superar esse patamar e integrar-se nas classes médias, se a promoção social tiver sido mais substancial. Numa situação intermédia estão os que, mesmo sem mobilidade ascendente, se mantiveram nos sectores estáveis do emprego e descontaram regularmente para a reforma. Pior estão os estacionários instáveis, que nem conseguiram subir na hierarquia socioprofissional nem tiveram estabilidade de emprego que permitisse uma reforma mais digna, no que aos rendimentos diz respeito.

Sabendo-se que muitos imigrantes, em Portugal e noutros países europeus, trabalham em sectores informais da economia, que permanecem desregulados porque é difícil regulá-los e porque a vontade política de os regular é insuficiente, é de esperar muitas situações de precariedade socioeconómica na fase da reforma. Hoje é seguro afirmar que muitos imigrantes reformados fazem parte do sector materialmente desprivilegiado e socialmente excluído dos idosos europeus (Warnes e Williams, 2006).

O problema da pobreza é, portanto, um parâmetro incontornável quando se fala dos imigrantes laborais idosos. Em Portugal, mas não só, eles estão na faixa de intersecção de duas categorias reconhecidamente vulneráveis a ela, a dos imigrantes e a dos idosos. A pobreza de muitos

idosos portugueses, referida no ponto anterior, não tem solução de continuidade quando se chega ao caso dos imigrantes da mesma faixa etária.

Interessaria saber se a pobreza não se agrava até, mas não se dispõe de informação empírica que permita fazer essa comparação de forma extensiva e completa. Pensando ainda no caso português, podemos recordar, contudo, que os imigrantes, apesar de minoritários entre os pobres, têm uma alta taxa de incidência de pobreza (Capucha, 2005b). Ou seja, a maioria dos pobres não é constituída por imigrantes, mas a maioria dos imigrantes é pobre. Ora, se essa maior incidência de pobreza se mantiver no tempo, é seguro afirmar que à medida que forem chegando à velhice muitos imigrantes serão pobres. Se no caso dos idosos em geral, como se disse atrás, mais de metade são pobres, essa proporção será ainda maior entre os imigrantes idosos. Do mesmo modo, porque se inserem nos sectores mais desqualificados e pesados da actividade económica, e na medida em que não consigam sair deles ao longo da sua trajectória profissional, haverá entre os imigrantes idosos ex-assalariados maior incidência relativa de doenças profissionais e outras marcas desses trajectos longos de desgaste pessoal.

Além do estatuto socioeconómico, outro aspecto fundamental da vida dos imigrantes idosos é o das sociabilidades e dos laços sociais. Vimos no ponto anterior que a velhice pode vir acompanhada de algum esboroamento dessas relações, deixando os idosos socialmente isolados e sós. Não é uma regra, depende de vários factores, incluindo a condição socioeconómica, mas é um dos quadros conhecidos do envelhecimento.

Como se coloca esta questão para os imigrantes idosos? Que apoio poderão ter das famílias quando atingirem a velhice dependente? De que sociabilidades amicais e vicinais dispõem? O factor comunitário, tão mencionado quando se trata de populações migrantes, embora muitas vezes seja mais imaginado do que real, desempenhará aqui um papel?

Do lado familiar, as coisas serão muito semelhantes às que se passam com os idosos em geral. Há quadros de isolamento e, em casos extremos, de abandono e quadros de solidariedade intergeracional. Dois aspectos podem distinguir, no entanto, os imigrantes idosos, neste aspecto. Um é-lhes benéfico, outro prejudicial. O primeiro tem a ver com a dimensão das fa-

mílias. Sabe-se que a dimensão média dos agregados imigrantes é, regra geral, maior do que a dos agregados autóctones, o que significa que haverá, em princípio, mais pessoas disponíveis para ajudar os mais velhos quando eles perdem autonomia. O segundo aspecto prende-se com a maior dispersão geográfica que as famílias migrantes podem ter, fruto da sua própria história migratória. Pensamos naquelas famílias em que os filhos estão noutros países e por isso não podem valer aos pais quando eles precisam de apoio.

Quanto às sociabilidades com amigos e vizinhos, muito será também igual àquilo que acontece com os idosos não imigrantes, que vai das situações de convivialidade corrente às de isolamento. A contribuir para as últimas está a morte progressiva dos amigos, experiência dolorosa que muitos idosos têm, tanto mais quanto mais vivem, e isso não será diferente para os imigrantes. Comparativamente melhor do que os idosos autóctones estarão os imigrantes idosos que vivam em zonas de concentração residencial de coétnicos, mas quando elas tenham um capital social positivo, o que nem sempre acontece (Portes, 2000). Nesses casos, eles beneficiarão de uma rede densa de interajuda intergeracional e intraétnica.

Em suma, seja pelo lado da condição socioeconómica seja pelo lado das relações de sociabilidade, os imigrantes idosos podem envelhecer mais integrados ou mais à margem da sociedade de acolhimento ou ainda em situações intermédias de vulnerabilidade, que não são de integração mas também não são de exclusão, como mostra um estudo sobre mulheres idosas de origem argelina em França (Aggoun, 2002).

Uma apreensão mais completa da situação social dos imigrantes idosos nos países de acolhimento exigiria a comparação directa com aqueles que regressam aos países de origem. Os quadros de integração objectiva e os níveis de satisfação dos que ficaram e dos que regressaram são objecto de comparação pelos próprios imigrantes, e é dessa comparação que resultam decisões de ficar e de partir e até de voltar ao país de emigração depois de ter regressado à origem.

Até certo ponto os imigrantes idosos colocam questões novas às sociedades de acolhimento. Em termos quantitativos, são mais pessoas para beneficiar de esquemas de protecção social na velhice para os quais também contribuíram enquanto economicamente activos. Em socie-

dades envelhecidas no topo, como são as dos países de imigração, o acréscimo do número de beneficiários que daí resulta é pouco sensível. Mas é certo que será maior no futuro. Do ponto de vista qualitativo, as questões que se colocam, em particular para aqueles que trabalham nos serviços sociais e nos equipamentos de saúde em contacto com os idosos imigrantes, são as que decorrem dos contrastes culturais maiores ou menores que esses imigrantes tenham com a população de acolhimento, por exemplo, ao nível da língua, da religião ou das percepções da saúde e da doença.

De resto, as questões são iguais para todos, imigrantes ou não. Em sociedades cada vez com mais idosos, trata-se de descobrir e generalizar no terreno as melhores vias de envelhecimento activo, que maximizem até tão tarde quanto possível a qualidade de vida dos mais velhos.

CAPÍTULO 2. PERFIS SOCIAIS DE IMIGRANTES IDOSOS EM PORTUGAL

1. CLARIFICAÇÕES METODOLÓGICAS

A incursão sociológica por um tema ainda pouco abordado nos estudos nacionais, como é o caso do envelhecimento dos imigrantes, exige um trabalho inicial de mapeamento extensivo das dimensões e parâmetros que esse fenómeno pode assumir.

As linhas centrais desse mapeamento são, em traços largos, três e serão abordadas neste capítulo. Uma prende-se com a caracterização geral dos imigrantes idosos em Portugal, em termos demográficos, familiares, escolares, profissionais, entre outros aspectos, incluindo uma perspectiva comparativa com os idosos em geral; uma segunda linha de exploração remete para a identificação de diferentes segmentos de imigrantes idosos, conduzindo à construção de uma tipologia geral; por último, um enfoque transversal aos anteriores, que se debruça sobre as desigualdades de género entre imigrantes idosos.

Para que a informação empírica existente possa dizer-nos o mais possível sobre os fenómenos que queremos estudar, é sempre necessário, em menor ou maior grau, consoante estejam em causa fontes primárias ou secundárias, um trabalho de “reconstrução” dos dados, que importa, logo à partida, enunciar.

A exploração analítica de estatísticas oficiais no domínio da imigração, que constituem a base empírica deste capítulo, defronta-se com várias restrições¹, algumas delas particularmente sensíveis quando se pretendem analisar *stocks* de imigrantes idosos. Nos estudos sobre a imigração é frequente utilizarem-se dados estatísticos dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Estes têm a vantagem da actualização anual, o que não acontece com os Recenseamentos Gerais da População (de periodicidade decenal), mas não têm a abran-

¹ Para uma exposição pormenorizada dessas limitações ver Peixoto (2008).

gência temática dos últimos. Para além disso, os dados do SEF referem-se a um subgrupo específico dentro da população imigrante, os cidadãos estrangeiros.

Esta circunstância não representa um problema de maior em análises que se debruçam sobre fluxos migratórios mais recentes, seja de imigrantes em geral seja de imigrantes idosos, cujo movimento de entrada nos últimos anos será analisado adiante.

Todavia, no estudo de *stocks* de imigrantes idosos ela é excessivamente restritiva. Muitos destes indivíduos vivem há bastante tempo em Portugal e adquiriram, em algum momento do seu percurso, a nacionalidade portuguesa. Alguns, especialmente os africanos, vieram ainda durante a era colonial e o seu acesso à nacionalidade foi directo, ao contrário do que aconteceu com os grupos de imigrantes que chegaram posteriormente dos mesmos países. Portanto, a utilização do indicador “nacionalidade” para sinalizar dentro das estatísticas oficiais os imi-

grantes idosos revela-se insuficiente porque se perde uma parte dos efectivos. Face às limitações do indicador “nacionalidade”, considerou-se que o indicador “naturalidade”, disponível nos censos da população, seria mais adequado.

A opção pela “naturalidade” não deixa, contudo, de exigir igualmente cautelas operatórias, nomeadamente devido ao facto de a sobreposição entre naturalidade e origem étnico-nacional ser apenas parcial. Devido à longa ocupação colonial portuguesa em África há um número considerável de portugueses nascidos naquele continente, incluindo um segmento com 65 ou mais anos. Essas pessoas vieram para Portugal na sequência do processo de descolonização (chamou-se-lhes “retornados”) e aparecem nas fontes estatísticas confundidas com os imigrantes africanos oriundos dos mesmos países.²

Para evitar essa confusão optámos, no caso dos naturais de Angola e Moçambique – países de onde proveio a esmagadora maioria dos

² A sobreposição, entre os fluxos de repatriamento de portugueses de Angola e Moçambique, parte dos quais lá nasceram, e os fluxos de imigração laboral de angolanos e moçambicanos que o indicador “naturalidade” não tem capacidade de clarificar explica, pelo menos em parte, o facto de, nos Censos 2001, os naturais desses dois países (contabilizando todos os escalões etários) se encontrarem entre os grupos de naturalidade estrangeira com maior peso, superior, por exemplo, ao dos naturais de Cabo Verde. Ora, é bem sabido que os cabo-verdianos constituem o maior grupo de imigrantes laborais africanos em Portugal, claramente acima dos angolanos, e que os moçambicanos, por seu lado, são o grupo menos numeroso.

“retornados”, 61% e 33%, respectivamente (Pires e outros, 1987) –, por reter para este estudo apenas os indivíduos sem nacionalidade portuguesa. Esta opção implica uma subavaliação do número de imigrantes idosos de Angola e Moçambique. Ficam de fora aqueles que em algum momento do seu percurso migratório se tornaram juridicamente portugueses, bem como um pequeno conjunto de filhos de relações mistas em que o pai ou a mãe eram portugueses, mais frequentemente o pai, e que por essa via nasceram cidadãos nacionais.

Em todo o caso, esse erro de subavaliação é menor do que o erro oposto, o de sobreavaliação, que consistiria em considerar como imigrantes idosos, além daqueles que efectivamente o são, todos os “retornados” dessa faixa de idade nascidos naqueles dois países.

No caso dos naturais do Brasil colocou-se o mesmo problema e adoptámos a mesma solução. Sabe-se que nas décadas de 60 e 70 do século passado Portugal recebeu um contingente de exilados políticos e outros imigrantes brasileiros. No entanto, este fluxo não teve uma expressão tão elevada que possa justificar a presença nos Censos 2001 de um *stock* de 6035 idosos nascidos no Brasil, representando 14% dos idosos naturais de países estrangeiros.

Tendo sido o Brasil o território mais procurado pela emigração portuguesa ao longo do século XIX e primeira metade do século XX (Rocha-Trindade, 1986; Baganha, 1994; Pereira, 2009), muitos desses idosos naturais do Brasil são, provavelmente, emigrantes regressados ou descendentes seus, sabendo-se que tal movimento de regresso teve expressão significativa durante a primeira metade do século XX (Oliveira, 2007) e prosseguiu, em menor escala, até aos anos 90 (Pires, 2003; Malheiros, 2007; Peixoto e Figueiredo, 2007; Padilla, 2007).

Esta hipótese ganha robustez ao constatar-se que, por um lado, boa parte desse contingente captado pelo censo residia no Norte e Centro de Portugal, regiões de partida de grande parte da emigração portuguesa para o Brasil; por outro lado, a maior parte desses indivíduos tem nacionalidade portuguesa. Outro dado importante prende-se com a composição etária destes idosos. Comparados com outros grupos, os idosos nascidos no Brasil são os que apresentam uma proporção maior de indivíduos com 75 ou mais anos de idade, nascidos em 1926 ou antes, ainda dentro, portanto, do período de forte emigração para o Brasil. Por todas estas ra-

zões, optámos por considerar imigrantes brasileiros apenas os indivíduos sem nacionalidade portuguesa, tal como fizemos com os naturais de Angola e Moçambique.

Uma última clarificação metodológica justifica-se relativamente ao conceito de idoso aqui utilizado. A sua operacionalização não foi, tal como no conceito de imigrante, um procedimento metodológico linear. Ainda que os 65 anos tendam a ser definidos como o momento de entrada na categoria de idoso, por ser essa a idade habitual de passagem à reforma, e as situações maioritárias de inactividade profissional a partir dessa idade confirmam-no empiricamente, optou-se por incluir na análise os indivíduos que, à data dos Censos 2001, tinham 55 ou mais anos. Dado que já passou quase uma década desde então, muitos dos que tinham entre 55 e 64 anos nessa altura estão hoje nos 65 anos ou acima, fazendo parte da categoria relevante para esta pesquisa.

2. STOCKS E FLUXOS RECENTES

Nos Censos 2001 foram recenseados 10.356.117 indivíduos, dos quais 2.815.861 (27,2%) com 55 ou mais anos de idade: 10,8% tinham entre 55 e 64 anos e 16,4% tinham 65 ou mais anos.

Os imigrantes idosos, definidos nos termos anteriormente referidos, representam uma fatia muito estreita desse conjunto. São 38.483 indivíduos (1,4%) e, tal como a Tabela 1 também permite observar, os grupos mais numerosos são provenientes de Cabo Verde, 7.836 pessoas, representando 20,4% do total de imigrantes idosos; Espanha, 4.868, correspondendo a 12,6%; e Reino Unido, 2.951, representando 7,7%. Menos numerosos, mas com um peso não negligenciável, são os naturais da Índia (7,2%), França (6,6%), Alemanha (6,0%), Angola (4,9%) e Brasil (4,5%).

Agregando-os em grupos maiores (Tabela 2), temos que os principais contingentes são os oriundos da União Europeia a 15 (15.096 indivíduos) e dos PALOP (13.070 indivíduos). Além destas duas categorias agregadas, considerámos também para efeitos de análise autónoma os naturais do Brasil e da Índia, dado o seu significado histórico e sociológico para Portugal.

Tabela 1. População idosa por países de naturalidade em 2001

Naturalidade	N	%
Portugal	2 777 378	98,6
Países estrangeiros	38 483	1,4
Total	2 815 861	100,0
Cabo Verde	7 836	20,4
Espanha	4 868	12,6
Reino Unido	2 951	7,7
Índia	2 775	7,2
França	2 552	6,6
Alemanha	2 311	6,0
Angola	1 903	4,9
Brasil	1 744	4,5
Guiné-Bissau	1 434	3,7
S. Tomé e Príncipe	1 376	3,6
Estados Unidos da América	912	2,4
Holanda	772	2,0
Macau	621	1,6
Moçambique	521	1,4
Itália	510	1,3
Outros países	5 397	14,0
Total	38 483	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios).

Tabela 2. População idosa estrangeira por principais países de naturalidade em 2001

	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países	Total
%	39,2	34,0	7,2	4,5	15,1	100,0
N	15 096	13 070	2 775	1 744	5 798	38 483

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Ao longo da década actual, o contingente de imigrantes idosos tem aumentado em virtude de novas entradas. Ao *stock* registado pelos Censos 2001, há que juntar os estrangeiros com 55 ou mais anos que chegaram depois dessa data (Tabela 3).³

Insuficiências da recolha estatística oficial obrigam-nos a ir só até ao ano de 2005 e a dispensar os dados de 2006 e 2007, os últimos disponíveis à data deste estudo. Nesses dois anos não é possível distinguir as novas entradas de autorizações de residência atribuídas a imigrantes que já estavam em Portugal desde 2001, portadores de autorizações de permanência, e que finda a validade de cinco anos desse vínculo, converteram-no, nos termos da lei, em autorizações de residência.

Mesmo assim, a informação obtida é analiticamente relevante. Conclui-se que entre 2001 e 2005 entraram no país 6.380 novos imigrantes com 55 ou mais anos, sendo que quase um terço tinha 65 anos ou mais. Mais de metade desse contingente (55%) proveio de países da UE15 e 21% vieram dos PALOP. Os originários do Brasil são só 6% e os da Índia têm expressão praticamente nula.

No caso dos imigrantes provenientes de países da União Europeia podemos falar de dois subconjuntos. Um que inclui seguramente os que têm 65 anos ou mais e uma parte dos que

estão no escalão etário abaixo desse, é o fluxo típico de reformados, referido no capítulo anterior, que procuram, nessa fase da sua vida, as amenidades climáticas do sul da Europa. Acontece em Portugal, como acontece em Espanha e Itália. O segundo subconjunto, correspondente à outra parte do escalão dos 55-64 anos, será constituído por quadros superiores e profissionais altamente qualificados que vêm trabalhar para Portugal, sem que tenham necessariamente uma perspectiva de fixação.

Os fluxos recentes a partir dos PALOP e da UE distinguem-se visivelmente pela composição sexual. Nos europeus essa composição é maioritariamente masculina (59%) e nos africanos maioritaria-

3 Os fluxos de entrada foram calculados contabilizando população estrangeira com 55 ou mais anos que solicitou estatuto de residente, sendo que para os anos de 2002 e 2003 foram também adicionadas as pessoas que pediram autorizações de permanência.

Para o ano de 2001 não foi possível fazer essa adição por não estar disponível a informação correspondente. Os casos que ficam por contabilizar não são muitos, porém.

mente feminina (69%). No primeiro caso tratar-se-á dos tais quadros e outros profissionais altamente qualificados, da faixa dos 55-64 anos, que vêm trabalhar para Portugal.

Tabela 3. Fluxos de entrada de estrangeiros idosos por principais nacionalidades (2001-2005)

Ano	Faixa etária	Total	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
2001	55-64	697	462	123	0	32	80
	>=65	373	156	155	1	17	44
	Total	1070	618	278	1	49	124
2002	55-64	1318	419	252	3	146	498
	>=65	466	196	188	4	18	60
	Total	1784	615	440	7	164	558
2003	55-64	782	433	108	0	78	163
	>=65	396	208	120	1	16	51
	Total	1178	641	228	1	94	214
2004	55-64	747	549	79	2	24	93
	>=65	429	260	114	6	12	37
	Total	1176	809	193	8	36	13
2005	55-64	741	551	79	0	35	76
	>=65	431	285	92	0	10	44
	Total	1172	836	171	0	45	120
Total	55-64	4285	2414	641	5	315	910
	>=65	2095	1105	669	12	73	236
	Total	6380	3519	1310	17	388	1146
	%	100,0	55,2	20,5	0,3	6,1	18,0
	M	52,4	58,9	30,9	29,4	42,5	60,5
	F	47,6	41,1	69,1	70,6	57,5	39,5
	T	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2001-2005 (cálculos próprios)

Sabe-se que as pessoas com esse perfil são mais do sexo masculino. A entrada de uma maioria de mulheres africanas estará relacionada com reagrupamentos conjugais tardios ou com fenómenos de solidariedade intergeracional, em que descendentes imigrados em Portugal trazem

as suas mães quando estas começam a envelhecer e a necessitar de maior e melhor assistência pessoal e médica. A maior esperança de vida das mulheres faz com que, depois de terem sido durante décadas as “cuidadoras” exclusivas, se tornem nessa fase da vida as mais “cuidadas”.

Diga-se, finalmente, que o fluxo de novas entradas de imigrantes idosos ou pré-idosos apresenta uma tendência clara de crescimento. Na década actual as entradas são em maior número do que na segunda metade dos anos 90, seja a partir de países europeus, dos PALOP ou do Brasil.

Estando em análise imigrantes idosos, parte dos quais, como veremos no ponto seguinte, já na “quarta idade”, vale a pena considerar também, no quadro de uma avaliação quantitativa, os dados sobre mortalidade, que recolhemos para o período de 2000 a 2007, o último ano disponível à data da recolha (Tabela 4).

Tabela 4. Óbitos na população idosa por principais grupos de países de naturalidade e escalões etários (2000-2007)

Escalões etários	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
55-64	9,5 (70222)	18,6 (1696)	13,7 (474)	26,8 (849)	10,4 (79)	18,2 (54)	16,8 (240)
65-74	21,5 (158603)	26,1 (2382)	24,6 (847)	30,7 (975)	27,6 (209)	16,6 (49)	21,1 (302)
75-84	38,2 (282032)	30,1 (2739)	31,9 (1101)	24,8 (788)	33,1 (251)	32,8 (97)	35,1 (502)
>=85	30,8 (227690)	25,2 (2292)	29,8 (1027)	17,7 (563)	28,9 (219)	32,4 (96)	27,0 (387)
Total	100,0 (738547)	100,0 (9109)	100,0 (3449)	100,0 (3175)	100,0 (758)	100,0 (296)	100,0 (1431)

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2000-2007 (cálculos próprios)

Nesse período, morreram 9.109 imigrantes da faixa etária dos 55 ou mais anos, o que corresponde a 1,2% do total de óbitos ocorridos no país nesse intervalo de idades. Em termos

médios, o falecimento dos imigrantes idosos tende a ocorrer mais cedo do que na população homóloga portuguesa: 19% dos óbitos dos imigrantes ocorrem entre os 55 e os 64 anos, enquanto na população portuguesa os óbitos nesse escalão etário representam apenas 10% do total de ocorrências; perto de 70% dos idosos portugueses falecem depois dos 74 anos, valor que cai para 55% entre os imigrantes.

As diferenças nas idades de falecimento dos imigrantes idosos dos vários grupos são consideráveis. Destacam-se, pela negativa, os originários dos PALOP. São, entre todos, os que morrem mais cedo. O escalão etário em que se regista maior número de óbitos é, no seu caso, o dos 55-64 anos (27%), valor muito superior ao de qualquer outro grupo de imigrantes e que quase triplica o dos portugueses. Consequentemente, são os imigrantes africanos que apresentam também a menor percentagem de mortes acima dos 84 anos, cerca de metade da registada para os europeus, brasileiros, indianos e portugueses, todos eles com maior longevidade. A distribuição etária dos óbitos dos brasileiros é singular: eles têm o segundo maior valor (18%) de mortalidade precoce, a que ocorre entre os 55 e os 64 anos, e o maior valor da mortalidade “tardia”, dos 85 anos para cima (32%).

Não podemos deixar de relacionar estes diferenciais etários da mortalidade dos vários grupos de imigrantes idosos com as respectivas condições socioeconómicas e perfis profissionais, e os impactos desiguais que essas condições e perfis têm ao nível da saúde, da doença e dos riscos físicos. A condição de imigrante laboral da grande maioria dos africanos, com profissões de desgaste rápido e muito expostas a acidentes, nomeadamente na construção civil, bem como níveis de qualidade de vida mais baixos, constitui o princípio de explicação da sua mortalidade precoce.

Caso bem diferente é o dos imigrantes reformados europeus. A imigração de reforma implica, com certeza, que, à partida, existam meios económicos, condições de saúde e expectativas de longevidade que justifiquem a mudança de país, a compra de habitação e o usufruto de um conjunto alargado de actividades de lazer, isto é, este tipo de imigração é feita, regra geral, por idosos com bons recursos económicos e boas condições de saúde.

O perfil social dos imigrantes indianos idosos, onde se destaca um sector de empresários e dirigentes de empresas e outro de profissionais científicos e técnicos de origem goesa, já reformados ou ainda activos, não os expõe tão pouco aos riscos e vulnerabilidades dos idosos africanos.

O padrão polarizado de mortalidade dos idosos brasileiros, por sua vez, dever-se-á à existência entre eles de dois segmentos socioeconómicos bastante diferentes, um mais qualificado e economicamente desafogado, próximo do padrão dos imigrantes europeus, e outro mais proletarizado e desfavorecido, próximo do padrão dos imigrantes africanos.

Sem surpresa é a distribuição da mortalidade dos imigrantes idosos em função do sexo (Tabela 5). Em todos os grupos as mulheres morrem, em média, mais tarde, o mesmo acontecendo entre os idosos autóctones. As idosas europeias têm a longevidade maior (80 anos), seguidas pelas indianas, brasileiras e, já a alguma distância, as africanas.

Tabela 5. Idade média de ocorrência de óbitos segundo os principais grupos de países de naturalidade e sexo (2000-2007)

	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
M	77	73	74	71	76	75	74
F	80	78	80	76	79	79	79
T	78	76	77	74	78	77	77

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2000-2007 (cálculos próprios)

Considerando em conjunto o *stock* de imigrantes idosos residentes em 2001, os que chegaram depois disso e os que entretanto faleceram, resulta um valor global que se situa na casa dos 35.000 indivíduos, valor que terá de se considerar aproximado, dadas as insuficiências assinaladas das fontes estatísticas disponíveis. Como essas insuficiências implicam alguma subavaliação, o valor real deverá ser um pouco superior.

3. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Tal como nos idosos portugueses, também nos de origem estrangeira se regista uma proporção mais elevada de mulheres. Elas são 56% no caso dos primeiros e 57% no caso dos segundos (Tabela 6). Note-se, contudo, que esse valor médio de composição sexual tem variações importantes de grupo para grupo. Se entre os naturais de Angola (75%), Espanha (69%), Moçambique (67%) e Brasil (66%) a proporção de mulheres é bastante elevada, o mesmo não acontece em alguns grupos provenientes de países europeus como Itália (43%), Holanda (45%), Reino Unido (48%) e Alemanha (50%).

Tabela 6. População idosa por principais grupos de países de naturalidade e sexo em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
M	43,8	43,2	43,2	43,2	47,4	34,4	43,7
F	56,2	56,8	56,8	56,8	52,6	65,6	56,3
T	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

No que se refere à composição etária, predominam os indivíduos que em 2001, recorde-se, tinham entre 55 e 64 anos. Eles representam 48% do total contra 33% do escalão dos 65-74 anos e 19% do escalão dos 75 ou mais anos. Trata-se de um padrão algo “jovem” quando comparado com o dos idosos portugueses, que eram, à mesma data, 40%, 35% e 25% nesses três escalões etários, respectivamente (Tabela 7).

Os conjuntos onde se encontram proporções mais elevadas de idosos na camada mais jovem são os naturais dos PALOP (52%) e da Índia (47%). Com uma composição inversa temos os oriundos do Brasil, em que o escalão dos 75 ou mais anos de idade tem um peso muito maior do que nos restantes grupos (33%).

Tabela 7. População idosa por principais grupos de países de naturalidade, escalões etários e sexo em 2001 (%)

		Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	55 - 64	39,7	47,5	45,0	51,9	46,5	40,1	46,5
	65 - 74	35,3	33,2	36,0	32,3	32,5	27,0	29,9
	>=75	25,0	19,3	19,0	15,7	21,0	32,9	23,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	55 - 64	42,4	51,9	48,1	57,7	47,6	50,0	51,5
	65 - 74	35,8	32,8	36,2	30,7	34,3	24,7	29,4
	>=75	21,8	15,3	15,7	11,6	18,1	25,3	19,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	55 - 64	37,6	44,1	42,6	47,5	45,5	35,0	42,6
	65 - 74	34,9	33,5	35,8	33,6	30,9	28,2	30,4
	>=75	27,5	22,4	21,5	18,9	23,6	36,8	27,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

As imigrantes idosas têm um perfil mais envelhecido do que os seus pares masculinos. Elas são mais no escalão dos 75 ou mais anos (22% contra 15%) e no caso dos naturais do Brasil essa diferença é particularmente acentuada (37% contra 25%). Estes dados confirmam a “lei” demográfica amplamente conhecida da maior esperança média de vida das mulheres.

No que diz respeito à posse de nacionalidade portuguesa, ela varia consideravelmente consoante as nacionalidades em causa (Tabela 8).⁴

Os imigrantes idosos da UE15 são os que menos têm nacionalidade portuguesa (36%).

Os provenientes do Reino Unido (7%) e da Alemanha (18%), por exemplo, têm-na raramente. Numa situação intermédia encontram-se os naturais dos PALOP (57%) e, com predomínio claro das situações de nacionalidade portuguesa, os originários da Índia (90%). Trata-se, neste caso, de indivíduos fixados em Moçambique na época colonial, que optaram massivamente por con-

⁴ De acordo com as opções metodológicas anteriormente descritas, não foram incluídos na análise da distribuição das nacionalidades os naturais de Angola, Moçambique e Brasil.

servar a nacionalidade portuguesa e vieram para Portugal entre meados dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado.

Tabela 8. Imigrantes idosos por principais grupos de países de naturalidade, nacionalidade e sexo em 2001 (%)

	Naturalidade	Total	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	Portuguesa	51,1	36,3	57,4	90,0	***	59,5
	Estrangeira	48,9	63,7	42,6	10,0	***	40,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	***	100,0
M	Portuguesa	45,4	23,7	58,6	91,1	***	51,4
	Estrangeira	54,6	76,3	41,4	8,9	***	48,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	***	100,0
F	Portuguesa	55,7	45,9	56,2	89,0	***	65,7
	Estrangeira	44,3	54,1	43,8	11,0	***	34,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	***	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

As idosas imigrantes têm mais frequentemente a nacionalidade portuguesa (56% contra 45% dos homens), em especial as originárias de países da UE a 15 (46% contra 24%).

A explicação da forte prevalência feminina entre os imigrantes europeus que adquiriram nacionalidade portuguesa terá a ver com casos de migração matrimonial. Serão as mulheres que a obtiveram por via de casamentos com portugueses, quer em Portugal quer nos países de emigração portuguesa (e que vieram depois com os maridos), a contribuir para esse maior diferencial.

Outro aspecto importante da caracterização sociodemográfica dos imigrantes idosos é o seu tempo de residência em Portugal. Utilizando o indicador “local de residência em 1995” para medir a antiguidade de fixação (Tabela 9), verifica-se que grande parte dos idosos nascidos no estrangeiro já residia em Portugal antes de 1995 (84%), valor um pouco mais baixo entre os naturais da UE15 e do Brasil (79% e 78%, respectivamente).

Tabela 9. Imigrantes idosos por principais grupos de países de naturalidade, tempo de residência em Portugal e sexo em 2001 (%)

		Total	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	Antes de 1995	83,5	78,7	88,0	97,3	77,7	80,6
	Depois de 1995	16,5	21,3	12,0	2,7	22,3	19,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Antes de 1995	81,3	72,5	91,7	96,7	71,3	74,8
	Depois de 1995	18,7	27,5	8,3	3,3	28,7	25,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	Antes de 1995	85,1	83,4	85,2	97,8	81,0	85,1
	Depois de 1995	14,9	16,6	14,8	2,2	19,0	14,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Em termos gerais, mulheres e homens registam percentagens semelhantes neste indicador (85% e 81%). Mas no caso dos idosos oriundos de países europeus há uma diferença maior, com as mulheres a registarem 83% e os homens 73%, o que se deverá ao tal segmento de mulheres europeias casadas com homens portugueses. Tendo esses casamentos acontecido presumivelmente quando essas mulheres eram jovens, e estando elas hoje acima dos 60 anos, resulta um tempo de fixação necessariamente longo. Idêntico raciocínio se aplica aos casamentos de mulheres europeias com homens portugueses ex-emigrantes nos países de onde elas são originárias. Nesses casos, a vinda dos casais para Portugal terá ocorrido também há bastante tempo.

As percentagens de idosos e idosas dos PALOP já residentes em Portugal antes de 1995 são inversas das dos europeus. Aqui os homens são mais antigos: 92% já cá estavam antes dessa data contra 85% das mulheres, o que se deve ao facto de o fluxo migratório africano ter sido de início mais masculino e haver, por isso, mais homens do que mulheres com tempos de residência longos.

A análise da distribuição territorial fornece pistas importantes para a caracterização social dos imigrantes idosos (Tabela 10). A Grande Lisboa é o local onde mais residem (44%), seguindo-se o Algarve (15%), a região Centro (11%) e a península de Setúbal (10%).

Tabela 10. Imigrantes idosos por principais grupos de países de naturalidade e local de residência em 2001 (%)

	Total	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
Grande Lisboa	44,2	25,3	63,2	73,7	26,8	41,2
Algarve	15,4	29,3	3,1	3,2	4,0	16,0
Centro	11,2	12,9	6,7	5,5	26,1	15,3
Península de Setúbal	10,0	4,2	19,1	9,9	5,0	6,0
Norte (excepto Grande Porto)	6,9	10,7	2,2	2,0	20,0	6,4
Grande Porto	5,8	8,1	2,7	3,0	13,7	5,8
Alentejo	4,3	6,8	2,4	2,2	2,7	3,7
Regiões Autónomas	2,2	2,7	0,6	0,5	1,7	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Os idosos naturais da Índia (74% e 10%) e dos PALOP (63% e 19%) são os grupos que mais se fixam na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, acompanhando o padrão residencial das populações de que fazem parte.

Por sua vez, os idosos naturais do Brasil são os que mais se distribuem pela região Centro (26%), região Norte (20%) e Grande Porto (14%), característica que deverá estar relacionada com o já assinalado efeito de contracorrente da antiga emigração portuguesa para o Brasil, originária, na sua grande parte, dessas zonas.

Os imigrantes idosos dos países da UE15 tendem, mais do que quaisquer outros, a fixar-se no Algarve (29%) e, em menor escala, no Alentejo (7%). Em alguns grupos a concentração algarvia é particularmente acentuada, estando cerca de três quartos dos britânicos (70%), metade dos holandeses (54%) e dois quintos dos alemães (42%) a residir nessa região em 2001. São dados que confirmam que os idosos europeus residentes em Portugal protagonizam uma imigração de reformados em busca do sul e de sol, cujas características descrevemos no capítulo anterior.

4. PERFIL FAMILIAR

Porque nos dá indicações dos contextos de relacionamento quotidiano em que estão situados, é importante para a caracterização dos imigrantes idosos a dimensão familiar.

A maioria deles é casada (64%), sendo os naturais da UE15 (70%) os que mais se encontram nesse estado civil, acima também do que se verifica entre os idosos portugueses (69%). Seguem-se os naturais da Índia (65%) e, já com valores bastante mais baixos, os dos PALOP (58%) e do Brasil (54%), que são justamente os dois grupos com maiores percentagens de solteiros (Tabela 11). Ou seja, há mais casais nas migrações de natureza familiar (casais de reformados europeus, indianos vindos em família de Moçambique) do que naquelas que incluem maior número de indivíduos isolados.

Tabela 11. População idosa por principais grupos de países de naturalidade, estado civil e sexo em 2001 (%)

		Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	Casado/U. Facto	68,9	64,0	70,0	57,6	64,6	54,4	65,6
	Viúvo	22,0	18,6	16,4	19,2	22,4	25,7	18,7
	Solteiro	6,3	11,4	7,9	16,9	8,0	12,8	9,0
	Divorciado/Separado	2,8	6,0	5,7	6,2	5,0	7,1	6,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Casado/U. Facto	84,5	79,9	82,5	77,4	82,9	71,3	79,6
	Viúvo	9,2	5,7	5,4	5,8	6,2	8,2	5,6
	Solteiro	4,2	9,0	6,8	11,7	6,6	13,5	9,1
	Divorciado/Separado	2,2	5,3	5,4	5,2	4,3	7,0	5,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	Casado/U. Facto	56,8	51,9	60,4	42,7	48,1	45,5	54,7
	Viúvo	32,0	28,4	24,9	29,4	36,9	35,0	28,8
	Solteiro	8,0	13,1	8,7	20,9	9,3	12,5	8,9
	Divorciado/Separado	3,3	6,6	6,0	7,0	5,7	7,1	7,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

A seguir aos casados, o segundo estado civil mais frequente é a viuvez (19%). Sendo os quatro os brasileiros e indianos os dois grupos mais envelhecidos, com mais pessoas na faixa dos 75 anos ou mais, como vimos atrás, é entre eles que as situações de viuvez são mais numerosas (26% e 22%, respectivamente).

As assimetrias de género são aqui muito acentuadas. Em virtude da maior longevidade das mulheres, a viuvez é um estado muito mais feminino do que masculino, nos imigrantes como nos autóctones. Por terem uma composição mais envelhecida, as variações de género na percentagem de viúvos são particularmente fortes nos indianos (37% nas mulheres e 6% nos homens) e nos brasileiros (35% e 8%).

Os separados e divorciados têm comparativamente pouca expressão (6%), mas sempre dobram os registados para os idosos portugueses. Aqui as variações entre grupos de imigrantes são pequenas, de um máximo de 7% nos brasileiros a um mínimo de 5% nos indianos.

No que se refere ao tipo de coabitação familiar (Tabela 12), verificamos que 35% dos imigrantes idosos vivem apenas com o cônjuge, 20% com o cônjuge e filhos, 16% vivem sós, sendo os casos de “institucionalização” diminutos (3%). Em traços largos, são modalidades de coabitação semelhantes às dos idosos portugueses. Mas, dentro desse quadro geral, há diferenças marcantes entre grupos, que importa assinalar.

Os imigrantes idosos da União Europeia, mais do que quaisquer outros, vivem só com os respectivos cônjuges (51%), em contraste vincado com os dos PALOP (16%), que vivem mais frequentemente com o cônjuge e filhos (27%) – o que também acontece com os idosos indianos –, ou noutras situações de coabitação menos convencionais, por exemplo, agregados de maior dimensão em que, além do idoso e, eventualmente, do seu cônjuge, vivem outras pessoas, familiares ou não. São também os idosos africanos os que mais vivem só com filhos, seguidos pelos indianos, embora se trate, nos dois casos, de um arranjo familiar minoritário. Em contrapartida, africanos e indianos são os que menos vivem sós, situação que é mais comum nos idosos europeus e brasileiros (18% e 19%, respectivamente).

Tabela 12. População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e tipo de coabitação familiar, em 2001 (%)

	Tipo de coabitação familiar	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	Com cônjuge	41,3	34,5	51,1	16,0	25,2	30,0	38,7
	Com cônjuge e filhos	21,0	19,9	13,7	26,9	28,6	15,4	17,2
	Sós	14,5	15,9	17,6	12,2	12,3	19,1	20,3
	Com filhos	4,6	6,1	3,5	9,7	7,4	5,0	4,6
	Institucionalizados	2,4	2,9	3,3	2,1	3,4	5,7	2,5
	Outras situações	16,2	20,8	10,7	33,1	23,1	24,7	16,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Com cônjuge	48,7	39,4	58,4	18,8	29,5	34,5	43,0
	Com cônjuge e filhos	27,4	27,9	17,5	40,0	40,3	21,7	22,4
	Sós	7,9	13,4	13,0	12,7	8,9	18,2	17,5
	Com filhos	1,9	3,0	1,3	5,3	2,6	1,8	2,3
	Institucionalizados	1,7	1,8	1,7	1,7	2,1	4,0	1,8
	Outras situações	12,3	14,5	8,2	21,5	16,6	19,8	13,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	Com cônjuge	35,4	30,7	45,5	13,9	21,4	27,6	35,4
	Com cônjuge e filhos	15,9	13,8	10,8	17,0	18,1	12,2	13,2
	Sós	19,7	17,7	21,2	11,8	15,4	19,6	22,5
	Com filhos	6,7	8,5	5,1	13,0	11,7	6,7	6,4
	Institucionalizados	2,9	3,7	4,6	2,4	4,5	6,6	3,0
	Outras situações	19,3	25,5	12,7	41,9	29,0	27,3	19,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

As diferenças de género aparecem em várias modalidades de coabitação. Viver só com o cônjuge é mais frequente nos homens do que nas mulheres (40% contra 31%), assim como viver com o cônjuge e filhos (28% e 14%). Nas mulheres é mais frequente viver só (18% contra 13% dos homens) ou em modalidades de coabitação “atípicas” (26% contra 15%), modalidades estas que atingem um valor muito elevado entre as idosas africanas (42%). Os imigrantes idosos homens que vivem só são, no entanto, bastante mais do que os homens autóctones na mesma situação, o que não acontece do lado feminino. São os idosos brasileiros os que mais vivem sozinhos.

5. PERFIL SOCIOEDUCATIVO

A análise dos níveis de qualificação das populações migrantes tem sempre muita relevância. Essa relevância é maior quando se trata de imigrantes em idade activa. O nível de qualificações é um indicador privilegiado do tipo de migração em causa, se é laboral ou profissional, por exemplo, e dá-nos uma boa aproximação à condição socioeconómica dos imigrantes.

Tratando-se de imigrantes idosos, a grande maioria dos quais já não trabalha, pode dizer-se que não é tão decisivo conhecer o seu perfil socioeducativo. Mas, mesmo não o sendo, sempre podemos retirar indicações úteis se o conhecermos. Afinal, a escolaridade é um indicador indirecto de condição social, também para os não activos, permitindo adivinhar com alguma verosimilhança aspectos dos estilos de vida e dos modos de gestão pessoal da velhice.

Perto de metade dos imigrantes idosos tem no máximo o 1.º ciclo do ensino básico (48%) e pouco mais de um terço o ensino secundário ou superior (35%). Não sendo de topo, é um padrão de habilitações escolares muito mais alto do que o da população idosa portuguesa, que na sua esmagadora maioria tem o 1.º ciclo do básico ou menos (82%) (Tabela 13).

Uma análise mais fina dos dados permite detectar que existem diferenças substanciais entre os vários grupos de imigrantes idosos. Os imigrantes dos PALOP e da UE aparecem em pólos opostos. Os primeiros registam a percentagem máxima no nível de escolaridade mínimo: 69% com o 1.º ciclo do básico ou menos. Os segundos são os que mais têm ensino secundário ou superior (47%), valor que sobe ainda mais se isolarmos os ingleses (73%) ou os alemães (66%).

Os naturais do Brasil e da Índia encontram-se numa situação intermédia: eles são menos do que os originários da União Europeia e mais do que os originários dos PALOP nas escolaridades mais altas. Entre uns e outros os indianos levam vantagem, o que se deve ao perfil bastante escolarizado do subgrupo dos goeses já mencionado. Há mais brasileiros do que indianos só com o 1.º ciclo do básico e mais indianos do que brasileiros com ensino secundário ou superior.

Tabela 13. População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e nível de habilitações em 2001 (%)

		Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	<=1º CEB	82,0	47,5	35,7	68,5	39,0	55,4	32,6
	2ºe3º CEB	9,8	17,2	17,0	15,6	21,6	16,4	19,5
	>= E. Sec.	8,2	35,3	47,3	15,9	39,4	28,2	48,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	<=1º CEB	77,8	40,5	29,5	61,7	27,4	46,8	27,0
	2ºe3º CEB	11,8	17,1	15,9	17,1	22,1	17,3	17,6
	>= E. Sec.	10,4	42,4	54,6	21,2	50,5	35,8	55,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	<=1º CEB	85,3	52,8	40,3	73,7	49,4	60,0	36,9
	2ºe3º CEB	8,2	17,3	17,9	14,4	21,1	15,9	20,9
	>= E. Sec.	6,5	29,9	41,7	11,9	29,4	24,1	42,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

As diferenças entre mulheres e homens são notórias, sendo os últimos mais escolarizados do que as primeiras em todos os grupos de imigrantes e também na população idosa portuguesa, um padrão de género universal nestas gerações. O maior fosso entre homens e mulheres encontra-se nos naturais da Índia: 51% dos homens têm o ensino secundário ou mais, o que nas mulheres só acontece em 29% dos casos.

6. PERFIL SOCIOPROFISSIONAL

O último conjunto de indicadores que queremos analisar é o que remete mais directamente para a condição socioeconómica dos imigrantes idosos, aspecto fundamental da sua caracterização social. São cinco esses indicadores: meio de vida, condição perante o trabalho, profissão, situação na profissão e categoria socioprofissional.

Os principais meios de vida dos imigrantes idosos são as reformas (54%), o trabalho (23%) e o apoio da família (13%). É uma distribuição algo distinta da encontrada nos idosos portugueses que dependem mais frequentemente de reformas (68%) e menos do trabalho e da família (Tabela 14). Os casos em que o principal meio de vida é o rendimento de propriedades ou empresas (RPE) têm um peso residual no conjunto da população em análise (2%).

Tabela 14. População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e principal meio de vida em 2001 (%)

	Tipo de coabitação familiar	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	Pensão / Reforma	68,0	54,3	63,8	44,0	55,2	53,2	53,0
	Trabalho	18,0	23,2	17,7	28,2	24,1	27,1	24,4
	A cargo da família	8,3	13,3	10,1	17,2	13,8	12,3	12,9
	RPE*	1,1	2,1	3,1	0,7	0,9	2,5	3,2
	Outras situações	4,5	7,1	5,3	9,9	6,0	5,0	6,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Pensão / Reforma	68,2	56,4	67,2	47,5	54,9	45,0	51,8
	Trabalho	25,3	32,6	24,0	38,7	35,2	46,8	36,4
	A cargo da família	0,7	2,5	1,1	3,9	3,7	1,5	2,2
	RPE	1,3	2,2	3,3	0,8	0,8	2,8	3,3
	Outras situações	4,5	6,3	4,3	9,1	5,4	3,8	6,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	Pensão / Reforma	67,8	52,8	61,2	41,3	55,4	57,4	53,9
	Trabalho	12,4	16,0	12,9	20,3	14,2	16,7	15,1
	A cargo da família	14,3	21,6	16,9	27,3	23,0	17,9	21,3
	RPE	1,0	2,0	3,0	0,6	0,9	2,4	3,2
	Outras situações	4,5	7,6	6,0	10,5	6,5	5,6	6,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

* Rendimentos relativos a propriedades e empresas

As diferenças entre os vários grupos de imigrantes são uma vez mais significativas. Os imigrantes da UE e dos PALOP aparecem novamente em situações opostas. Nos primeiros as pensões de reforma atingem a expressão máxima e o trabalho a expressão mínima, o que

condiz perfeitamente com o tipo de migração que eles protagonizam. Nos segundos acontece o contrário: o trabalho como meio de vida regista o valor mais alto de todos os grupos e as pensões de reforma o valor mais baixo.

Trabalhar sendo idoso pode ser interpretado, por vezes, como envelhecimento activo. Mas noutros significa antes vulnerabilidade socioeconómica, isto é, continua-se a trabalhar até idades muito avançadas porque o meio de vida alternativo pode ser uma pensão de reforma demasiado baixa para proporcionar condições de existência aceitáveis. O que se sabe da condição socioeconómica dos imigrantes dos PALOP em geral leva-nos a pensar que eles estão mais na segunda situação do que na primeira. Por isso, não admira que apareçam mais a cargo da família. Também aqui indianos e brasileiros ficam numa posição intermédia entre o pólo europeu e o pólo africano.

Como em vários dos indicadores de caracterização social que vimos até ao momento, registam-se variações de género importantes nos meios de vida. As mais óbvias dizem-nos que as imigrantes idosas se encontram muito mais em situações de dependência familiar (22% contra 3% dos homens) e que os imigrantes idosos dependem mais do trabalho (33% contra 16% das mulheres). A maior dependência familiar das imigrantes idosas aparece maximizada no grupo oriundo dos PALOP (27% contra 4% dos homens) e a maior dependência masculina do trabalho atinge o valor máximo nos brasileiros (47% contra 17% das mulheres).

No que se refere à condição perante o trabalho, uma parte do que os dados nos mostram apenas confirma o que a análise dos meios de vida deu a ver. Como era de esperar, as condições de reformado e de trabalhador são, por esta ordem, as mais frequentes e as variações por grupos de imigrantes idosos têm o mesmo sentido (Tabela 15).

O que é novo é o subconjunto de “população doméstica” (10%) e um muito pequeno segmento de incapacitados para o trabalho (3%). No primeiro caso não há diferenças dignas de registo entre grupos de imigrantes. Na população incapacitada, apesar da expressão estatística residual, deve notar-se que nos imigrantes idosos dos PALOP ela triplica a dos europeus (6% contra 2%), o que é mais um sinal da vulnerabilidade social dos primeiros.

As diferenças de género aparecem muito acentuadas, como era previsível, na condição doméstica. É quase um exclusivo feminino (18% contra 0,2% dos homens) e trata-se, no essencial, das mesmas mulheres que, no plano dos meios de vida, figuram como estando a cargo da família. Estão-no, de facto, mas dando “em troca” a execução de tarefas domésticas e cuidados com terceiros.

Tabela 15. População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo e condição perante o trabalho em 2001 (%)

	Condição perante o trabalho	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
T	População reformada	64,8	52,9	62,8	42,1	53,2	51,5	51,9
	População empregada	19,2	24,5	19,3	29,3	25,6	27,5	26,1
	População doméstica	8,3	10,4	9,8	10,5	10,9	11,1	11,5
	População incapacitada	3,5	3,2	1,8	5,5	3,1	2,9	2,2
	Outras situações	4,3	8,9	6,3	12,6	7,2	7,0	8,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	População reformada	64,5	54,4	66,0	44,4	52,6	42,8	50,4
	População empregada	26,7	33,8	25,4	39,4	36,9	46,7	38,1
	População doméstica	0,1	0,2	0,4	0,1	0,2	0,2	0,2
	População incapacitada	3,5	2,8	1,6	4,4	3,3	2,2	2,4
	Outras situações	5,1	8,7	6,6	11,5	6,9	8,2	8,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	População reformada	64,5	54,4	66,0	44,4	52,6	42,8	50,4
	População empregada	26,7	33,8	25,4	39,4	36,9	46,7	38,1
	População doméstica	0,1	0,2	0,4	0,1	0,2	0,2	0,2
	População incapacitada	3,5	2,8	1,6	4,4	3,3	2,2	2,4
	Outras situações	5,1	8,7	6,6	11,5	6,9	8,2	8,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Os três próximos indicadores, e últimos, dizem respeito apenas ao subconjunto dos imigrantes idosos que exerce profissão (26%). Seria pertinente conhecer também a profissão, a situação na profissão e a categoria socioprofissional dos reformados, mas a fonte estatística disponível,

os Censos 2001, não inclui informações de trajecto, registando somente as situações existentes no momento da recolha de dados.

Em termos da situação na profissão, verifica-se que 76% dos imigrantes idosos activos são trabalhadores por conta de outrem, 15% são empregadores e 9% trabalhadores por conta própria (Tabela 16). Comparados com os idosos portugueses, os imigrantes são menos trabalhadores por conta própria e mais trabalhadores por conta de outrem.

Tabela 16. População idosa por principais grupos de países de naturalidade, sexo, situação na profissão e grupo profissional (CNP94) em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
Patrão/Empregador	16,5	14,9	24,3	7,4	12,2	17,7	17,5
Trabalhador por conta própria	15,4	8,8	14,0	4,9	7,5	9,7	9,3
Trabalhador por conta de outrem	68,1	76,3	61,7	87,7	80,3	72,6	73,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	10,9	12,3	22,7	3,5	11,9	12,6	15,5
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	6,4	17,9	21,7	10,5	24,1	21,1	25,8
Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	6,7	9,7	13,0	6,5	11,2	8,8	11,1
Pessoal Administrativo e Similares	7,8	6,7	4,6	6,1	18,2	3,0	8,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	12,3	10,0	11,8	8,0	10,6	14,8	9,7
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	11,5	3,0	4,6	2,3	0,7	3,6	2,8
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,2	14,2	8,4	20,8	8,3	16,5	10,1
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	8,2	3,5	2,7	4,9	1,8	2,2	2,6
Trabalhadores Não Qualificados	20,0	22,7	10,5	37,4	13,2	17,4	14,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios).

Os imigrantes dos PALOP têm, entre todos os grupos, o perfil mais assalariado (88%) e os da União Europeia o perfil mais proprietário, seja como empregadores (24%) ou como trabalhadores por conta própria (14%). Brasileiros e indianos estão mais perto dos europeus, mas não muito perto, e mais longe dos africanos. São localizações relativas que já encontramos mais do que uma vez, noutros indicadores.

Se ao nível da situação na profissão, os imigrantes idosos, globalmente considerados, poderiam parecer em desvantagem relativamente aos portugueses, por nestes haver bastantes mais trabalhadores por conta própria e também um pouco mais de patrões, a análise da composição profissional mostra que não é exactamente assim.

Nas três categorias de topo da hierarquia profissional, quadros superiores e dirigentes, especialistas das profissões intelectuais e científicas e técnicos e profissionais de nível intermédio, os imigrantes são 40% e os portugueses 24%. A diferença é particularmente grande nos especialistas das profissões intelectuais e científicas (18% contra 6%). Ou seja, os imigrantes são mais assalariados, mas muitos são-no em profissões que têm associadas a si recursos científicos, técnicos e organizacionais elevados.

Contudo, verificamos ao mesmo tempo, sem contradição, que os imigrantes são quase tantos quanto os portugueses nas categorias assalariadas de base. Somando os operários, os operadores de máquinas e instalações e os trabalhadores não qualificados, temos 44% dos idosos activos portugueses e 40% dos idosos activos estrangeiros. É nos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas que encontramos o diferencial em falta entre autóctones e imigrantes (12% dos primeiros pertencem a essa categoria contra 3% dos segundos).

Estes números obrigam-nos a olhar, mais uma vez, para a diferenciação interna dos imigrantes, que já vimos antes ser grande. As diferenças na situação na profissão já o deixavam perceber. Mas é quando exploramos o indicador “profissão”, particularmente potente quando se trata de pôr em evidência hierarquias sociais, que concluímos, sem margem para dúvidas, que os dois maiores grupos de imigrantes idosos, os europeus e os africanos, ocupam zonas opostas do espaço das condições sociais de existência em Portugal.

Os primeiros concentram-se nas profissões mais qualificadas. Quase 60% são quadros superiores e dirigentes, profissionais intelectuais e científicos e profissionais de nível intermédio. Os segundos concentram-se nas profissões menos qualificadas: mais de 60% são operários, operadores de máquinas e instalações e trabalhadores não qualificados, representando estes últimos, só por si, quase quarenta por cento. Vale a pena dizer, em todo o caso, que nos dois grupos há faixas minoritárias, mas não negligenciáveis estatisticamente, de perfil profissional oposto ao dominante. Há um pouco mais de 20% de europeus nas profissões de base e outros tantos africanos nas profissões de topo.

A composição profissional dos idosos indianos e brasileiros, não sendo tão “exclusiva” como a dos europeus, está claramente mais próxima deles do que da africana. Eles são, respectivamente, 47% e 43% nas três categorias mais qualificadas, sendo que os indianos até ultrapassam os europeus na percentagem de especialistas das profissões intelectuais e científicas (24% contra 22%). Por isso, e porque são menos nas categorias assalariadas de base, os naturais da Índia têm, de facto, um perfil profissional um pouco acima do brasileiro.

Os indianos idosos de que falamos aqui não são, portanto, os trabalhadores independentes do comércio que abundam nas populações indianas em Portugal, quer hindus quer muçulmanas. Trata-se, sim, por um lado, de dirigentes de empresas de pequena e média dimensão e, por outro lado, de goeses, de filiação religiosa católica, com níveis de escolaridade médios ou altos, que tiveram ou têm ainda hoje localizações profissionais elevadas de acordo com os seus recursos escolares (Malheiros, 1996a, 2000).

Vejamos, finalmente, as categorias socioprofissionais agregadas dos imigrantes idosos, um indicador de síntese construído a partir do cruzamento dos dois indicadores precedentes, a profissão e a situação na profissão (Almeida, Costa e Machado, 1988; Costa, Machado e Almeida, 1990; Costa, 1999). É um indicador que torna mais nítida a diferenciação de recursos económicos, escolares e profissionais da população em estudo (Tabela 17).

Tabela 17. População idosa por principais grupos de países de naturalidade e categoria socioprofissional em 2001 (%)

Categoria socioprofissional	Portugal	Países estrangeiros	UE15	PALOP	Índia	Brasil	Outros países
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	20,5	23,5	40,8	9,9	18,8	26,8	27,9
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	14,5	5,9	8,5	4,0	5,5	6,4	5,6
Trabalhadores Independentes	14,5	5,9	8,5	4,0	5,5	6,4	5,6
Empregados Executantes	14,6	12,6	9,9	12,1	24,6	12,0	13,7
Operários	39,8	37,5	18,4	59,5	20,4	33,6	25,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

A estrutura socioprofissional dos imigrantes idosos é, em parte, semelhante à dos idosos de origem portuguesa, especialmente ao nível dos empresários, dirigentes e profissionais liberais (24% e 21%), empregados executantes (13% e 15%) e operários (38% e 40%), portanto, no topo e na base.

As diferenças residem nos pesos relativos dos profissionais técnicos e de enquadramento e dos trabalhadores independentes. A primeira categoria, a que estão associadas qualificações escolares e profissionais elevadas, é cerca de duas vezes superior entre os idosos imigrantes (21% contra 11%); a segunda tem quase o triplo do peso entre os idosos portugueses (15% contra 6%).

Numa leitura meramente formal do número de trabalhadores independentes entre os idosos portugueses, poderíamos concluir tratar-se de uma camada social com boa posição económica, em virtude dessa sua independência no mercado de trabalho, que lhes permite evitar o assalariamento. Mas não é o caso. Trata-se, em substância, sobretudo de pequenos agricultores e de trabalhadores por conta própria urbanos, a maioria deles com recursos económicos limitados e baixas qualificações escolares. O peso maior desta categoria entre os portugueses não significa, portanto, uma vantagem significativa relativamente aos imigrantes.

A análise comparativa das categorias socioprofissionais dos diferentes grupos de imigrantes idosos permite confirmar os fortes contrastes observados atrás. A posição dominante é ocupada pelos naturais de países da União Europeia, perto de dois terços dos quais são empresários, dirigentes e profissionais liberais e profissionais técnicos e de enquadramento (41% e 22%, respectivamente). Na posição mais subalterna, com mais de dois terços de efectivos nas categorias de empregados executantes (12%) e operários (60%), estão os naturais dos PALOP.

Quanto aos naturais da Índia e do Brasil, confirma-se a sua posição social intermédia, mas mais próxima dos europeus do que dos africanos. Eles distribuem-se pelas categorias do topo e da base de forma proporcional, um pouco mais nas primeiras. Mas há diferenças entre os dois grupos. No topo, os idosos brasileiros são mais empresários, dirigentes e profissionais liberais e os indianos são mais profissionais técnicos e de enquadramento. Na base, os brasileiros são mais operários e os indianos mais empregados executantes.

7. TIPOS SOCIAIS DE IMIGRANTES IDOSOS: UMA SÍNTESE

Em Portugal os imigrantes idosos são ainda em pequeno número – estimámo-los em 35 mil –, tendo um peso residual na população idosa total. São poucos, mas com tendência para crescer. Crescerão, primeiro, se aqueles que compuseram os fluxos de imigração intensa das décadas de 80 e 90, e que ainda não são idosos, também envelhecerem em Portugal, ou seja, se o retorno dos imigrantes aos seus países de origem continuar a existir mais na ordem dos discursos do que na prática. Segundo, crescerão se o fenómeno da imigração de reformados do norte para o sul da Europa, neste caso Portugal, continuar, como é previsível.

Tal como aconteceu noutros países da Europa, que se tornaram mais cedo países de imigração e que mais cedo assistiram à formação de uma categoria de imigrantes idosos, Portugal verá crescer, no curto e médio prazo, esta população.

Em traços gerais, abstraindo por momentos da sua diversidade interna, podemos dizer que os imigrantes idosos são mais jovens do que os idosos portugueses; têm uma composição sexual semelhante, com mais mulheres do que homens; incluem mais divorciados e separados, e também

solteiros, e mais indivíduos a viverem sozinhos, embora a maioria seja casada e coabite com o cônjuge ou com cônjuge e filhos. No plano socioeconómico, os imigrantes idosos, globalmente considerados, contrastam mais claramente com os idosos portugueses. São bastante mais escolarizados e têm um estatuto social mais elevado, quer os reformados quer os que ainda trabalham.

Mas a conclusão fundamental deste capítulo é a de que há vários tipos sociais de imigrantes idosos em Portugal.

Um é o dos que chegam com bons recursos socioeconómicos de outros países da União Europeia, especialmente dos países mais ricos do Norte. Muitos são reformados – a maior taxa entre todos os grupos de imigrantes idosos –, mas há também um sector de activos com posições sociais privilegiadas, quer como empresários e dirigentes quer como profissionais científicos e técnicos. Alguns acumularão a reforma de uma vida profissional passada com novas actividades económicas por conta própria ou em escala empresarial na área do turismo, por exemplo. Ficam também indícios da existência de um terceiro conjunto de imigrantes europeus, mais pequeno, formado sobretudo por mulheres, e talvez alguns homens, que casaram com portugueses, em Portugal ou nos países europeus de emigração portuguesa, e acabaram por se fixar cá. Em suma, é um tipo híbrido, dominado pelos reformados, mas que inclui profissionais e este pequeno fluxo de migração matrimonial.

O segundo tipo é o dos imigrantes dos PALOP. Se dos reformados europeus podemos dizer que são idosos migrantes, neste caso falaremos de imigrantes idosos, ou seja, imigrantes que envelhecem no seu “posto”. Trata-se, na sua maioria, de imigrantes laborais, com um tempo de residência longo, parte deles tendo chegado ainda nos anos 60 e 70 do século XX. Como não alteraram significativamente a sua condição social ao longo desse tempo, condição marcada pelas inserções profissionais mais desqualificadas e menos remuneradas, na construção civil os homens e nos serviços de limpeza e domésticos as mulheres, chegam à velhice numa situação genericamente desfavorecida e vulnerável à pobreza (Machado e Abranches, 2005).

Parte deles depende materialmente das respectivas famílias, outros continuam no mercado de trabalho para além da idade esperada, o que mostra que as pensões de reforma constituem

uma alternativa de subsistência insuficiente. A percentagem de reformados africanos é a menor entre todos os grupos de imigrantes idosos. Como aqueles que ainda não abandonaram a actividade profissional terão inevitavelmente de o fazer, mais tarde ou mais cedo, é de esperar um agravamento do quadro de vulnerabilidade social que caracteriza este grupo. Um indicador que comprova essa vulnerabilidade, da maneira mais dramática, é a ocorrência de um elevado número de óbitos precoces, ainda na faixa etária dos 55-64 anos.

Mas se este é o retrato maioritário dos idosos africanos, deve assinalar-se a presença de dois segmentos mais pequenos com características distintas, que serão analisados mais pormenorizadamente no capítulo seguinte.

Um deles tem um calendário migratório diferente e uma composição social semelhante à dos migrantes laborais envelhecidos. São sobretudo mulheres, chegadas em anos mais recentes, já em idade avançada, para se reunirem às suas famílias e, tanto quanto se pode perceber, buscarem cuidados pessoais e de saúde de que não dispõem nos países de origem.

O outro segmento tem um calendário migratório semelhante ao dos imigrantes laborais, mas uma composição social diferente. Trata-se de indivíduos e famílias com mais recursos escolares e profissionais, com níveis de rendimento médios, possuidores de nacionalidade portuguesa, chegados sobretudo de Angola, Cabo Verde e Moçambique na sequência da descolonização, em meados dos anos 70 do século passado, ou antes disso, a que podemos chamar luso-africanos (Machado, 1994). Incluem-se aqui, por exemplo, pessoas que tinham lugares qualificados na administração colonial portuguesa e optaram por vir para Portugal e outras que em jovens vieram estudar para universidades portuguesas e ficaram.

O terceiro tipo social de imigrantes idosos é o dos indianos, que, como vimos, se desdobram em dois subgrupos, um de empresários e dirigentes de empresas de pequena e média dimensão na área comercial, outro de profissionais científicos e técnicos onde se destacam os naturais de Goa. Nos dois subgrupos há pessoas já reformadas e outras ainda no activo. O subgrupo goês tem muitos traços semelhantes ao dos luso-africanos dos PALOP. São pessoas que chegaram também no contexto da descolonização, neste caso vindos quase sempre de

Moçambique, quase todas com nacionalidade portuguesa, que estiveram profissionalmente ligadas à administração colonial, havendo também quem tenha vindo fazer cursos universitários em Portugal nos anos 60 e mesmo antes. Daí muitas terem escolaridade secundária ou superior e ocupações profissionais qualificadas. Entre os vários subgrupos de indianos este é o que tem uma presença mais antiga (Malheiros, 2000).

O quarto e último tipo é o dos brasileiros. Trata-se de um grupo heterogéneo, que inclui pelo menos três segmentos distintos, que em parte conseguimos caracterizar com o apoio da literatura disponível (Malheiros, 2007; Peixoto e Figueiredo, 2007; Padilla, 2007).

Um é o dos imigrantes profissionais, com escolaridade média e alta, que chegaram para trabalhar em profissões qualificadas entre o final dos anos 80 e o início dos anos 90, na chamada primeira vaga da imigração brasileira, que nessa altura já estavam em idades maduras e entretanto envelheceram. Outro é o dos migrantes laborais, vindos na segunda vaga, no final dos anos 90, com escolaridade mais baixa e que têm empregos assalariados de base. Os fluxos de migrantes laborais são, regra geral, como se sabe, constituídos por adultos jovens, mas podem incluir, e será o caso aqui, franjas mais idosas. O terceiro segmento, de que a literatura não dá suficientemente conta, e que carecia de investigação própria, é formado por indivíduos que estão em Portugal há muito tempo, já desde os anos 60 ou 70 do século passado. Alguns foram refugiados políticos da ditadura militar brasileira, instaurada em 1964 e que durou até ao início dos anos 80, que acabaram por ficar. Outros vieram por razões diferentes, difíceis de precisar, mas que se podem entender numa lógica de contracorrente da histórica emigração portuguesa para o Brasil, que se manteve intensa até meados do século xx, antes da viragem para a Europa.

Não é de excluir, aliás, que uma parte dos imigrantes brasileiros de primeira vaga esteja envolvida na mesma lógica de contracorrente e tenha aproveitado contactos com portugueses fixados no Brasil, por via familiar e outras, para ajudar a orientar a sua vinda para Portugal. O que é certo é que a distribuição territorial dos idosos brasileiros permite associá-los a esses antigos movimentos migratórios portugueses, na medida em que existe uma longa história de emigração entre as regiões onde muito deles vivem hoje, no Norte e no Centro do país, e o Brasil.

CAPÍTULO 3

IMIGRANTES IDOSOS AFRICANOS: FLUXOS E COMPOSIÇÃO SOCIAL

1. STOCKS E FLUXOS RECENTES

Os perfis-tipo de imigrantes idosos descritos no capítulo anterior merecem um maior aprofundamento analítico. No entanto, não se pretende fazer aqui esse trabalho. Circunscrever-nos-emos, doravante, aos imigrantes idosos africanos, subgrupo mais antigo e numa posição socioeconómica mais vulnerável, como já tivemos oportunidade de observar.⁵

Ser africano com sessenta e cinco ou mais anos, em 2010, em Portugal, é fazer parte de um segmento específico da imigração africana. Além de se distinguirem pela idade, é claro, trata-se de pessoas que nasceram, cresceram, entraram na vida adulta e, muitas delas, migraram, ainda no quadro do regime colonial português. Esta circunstância levou à constituição de laços familiares, profissionais, jurídicos e nacionais particulares com Portugal, e gerou formas de integração diferentes das vividas, por exemplo, pelos que chegaram no *boom* da imigração laboral africana, entre finais dos anos 80 e meados dos anos 90 do século XX.

Considerando as quatro fases da imigração africana caracterizadas noutra lugar (Machado, 2009), é seguro afirmar que em todas elas chegaram a Portugal pessoas que presentemente integram o segmento de africanos idosos.

Há os que migraram antes de 1974, portanto, ainda durante a vigência do regime colonial, a primeira fase, e os que vieram em 1974 e 1975, e ainda nos anos seguintes, na sequência dos processos de descolonização, a segunda fase. Na terceira fase, a da imigração laboral já referida, podemos presumir que entre o numeroso contingente de migrantes chegado a Portugal, constituído sobretudo por jovens adultos que ainda não passaram o limiar dos 65 anos, haveria alguns mais

⁵ Falamos exclusivamente de africanos lusófonos, oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A outra imigração africana tem expressão reduzida, ínfima se contarmos somente, como aqui fazemos, os imigrantes idosos.

velhos que hoje já passaram esse limiar. Finalmente, na quarta fase, que compreende o período da viragem do milénio e se estende até à actualidade, há imigrantes que chegam já idosos, para se juntarem às suas famílias.

Os que chegaram durante a década de 60, ou até mesmo antes, tinham então o estatuto de cidadãos nacionais e provinham sobretudo de Cabo Verde.⁶ Foram trabalhadores recrutados no quadro de uma estratégia estatal que visava o preenchimento de lacunas de mão-de-obra na construção civil e obras públicas, como o metro de Lisboa. A evidência empírica da sua presença é inequívoca no Recenseamento Geral da População de 1981: 47% das mais de 18 mil pessoas com nacionalidade cabo-verdiana então registadas já estavam em Portugal antes de 1973 (Saint-Maurice e Pires, 1989).⁷

Os chegados em 1974, 1975 e nos anos imediatamente a seguir vieram integrados no amplo movimento de retorno dos portugueses fixados nas ex-colónias, sobretudo em Angola e Moçambique, os então chamados “retornados” (Pires e outros, 1987). Muitos são como que retornados negros e mestiços, culturalmente “lusso-africanos” (Machado, 1994), e alguns deles podem considerar-se refugiados (Saint-Maurice e Pires, 1989). Vieram de todas as ex-colónias, mas mais de Angola. Muitos têm qualificações escolares, estavam profissionalmente ligados à administração pública colonial, e alguns pertencem a famílias mistas. As suas condições de vida são melhores do que as dos imigrantes laborais chegados antes e depois deles.

Os que migraram nos anos 60, sobretudo jovens adultos, e os que migraram nos anos 70, em que havia pessoas de todas as idades, representam hoje a larga maioria dos africanos idosos, sendo os dos anos 60 em maior número.

Vejamos então quantos são esses imigrantes idosos africanos de acordo com a única fonte disponível, os Censos 2001 (Tabela 18).⁸ Os cabo-

6 Já na década de 40 do século XX há emigração laboral

de cabo-verdianos para Portugal, mas o seu primeiro incremento significativo dá-se só nos anos 60 (Saint-Maurice, 1997). Diga-se, também, que, além dos cabo-verdianos, claramente maioritários, havia pequenos contingentes de africanos das outras ex-colónias fixados em Portugal antes de 1974, por exemplo, pessoas que vieram para estudar na universidade e acabaram por ficar. Sobre estes exemplos no caso guineense ver Machado (1998).

7 Sobre este assunto ver também Saint-Maurice (1997), Pires (2003) e Góis (2006).

8 A contabilização dos idosos africanos exigiu um conjunto de opções metodológicas e impôs limitações empíricas, devidamente explicadas no capítulo 2. A mais importante dessas limitações é que, no caso dos angolanos e moçambicanos, contabilizámos apenas os idosos nascidos nesses territórios e que têm a respectiva nacionalidade.

-verdianos constituem o maior grupo, representando mais de metade do total (60%). Seguem-se angolanos (15%), guineenses (11%), santomenses (11%) e moçambicanos (4%). Vemos que o peso relativo de cada grupo no total de africanos idosos coincide, em traços largos, com o peso desses mesmos grupos no total da imigração africana. A população mais numerosa, os cabo-verdianos, é a que tem mais idosos, e a mais pequena, os moçambicanos, é a que tem menos.

Mas há diferenças nas duas distribuições que devemos assinalar. Os idosos cabo-verdianos aparecem claramente sobre-representados em relação ao peso dos cabo-verdianos no total da imigração africana, acontecendo o contrário com angolanos e guineenses. Os santomenses aparecem ligeiramente sobre-representados. Só os moçambicanos têm percentagens iguais nas duas distribuições. Em 2007, os cabo-verdianos representavam 47% da imigração africana total, os angolanos, 24%, os guineenses, 17%, os santomenses, 8% e os moçambicanos, 4% (Machado, 2009).

Tabela 18. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade em 2001

	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	São Tomé e Príncipe	Moçambique	Total
M	77	73	74	71	76	75
F	80	78	80	76	79	79

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

A sobre-representação dos idosos cabo-verdianos é fácil de explicar. Como se disse atrás, os cabo-verdianos são a população imigrante mais antiga em Portugal e já nos anos 60 do século passado se instalou um contingente significativo deles, muitos dos quais continuam no país, e hoje são idosos. Todas as outras populações são comparativamente mais recentes, só a partir de 1974-1975 começaram a ter alguma expressão estatística, o que significa que incluem necessariamente menos idosos.

Já o caso santomense é difícil de compreender, até porque continua a não haver estudos sobre esta população em particular que nos dêem pistas de interpretação, o que não deixa de ser surpreendente (Machado e Azevedo, 2009). Os idosos santomenses são quase tantos quanto os guineenses e, no entanto, a imigração guineense é mais do dobro da santomense. Uma hipótese,

nada mais do que isso, é que os santomenses tenham chegado mais velhos, em média, do que os outros africanos e tenham, portanto, chegado à velhice mais cedo no calendário migratório.

Ao *stock* registado pelos Censos 2001 há que juntar, recorrendo agora aos dados do SEF, os idosos africanos que foram chegando a Portugal ao longo da primeira década deste século. Como no capítulo anterior, contabilizámos as pessoas a partir dos 55 ou mais anos, dado que uma parte delas atingiu, entretanto, o limiar dos 65 anos e outras atingi-lo-ão brevemente. Tal como antes, só considerámos as entradas que ocorreram até 2005, uma vez que depois dessa data não é possível distinguir nos dados existentes o que são, de facto, novas entradas e meras renovações de títulos de residência de imigrantes que já estavam no país (Tabela 19).

Entre 2001 e 2005, com um pico em 2002, foram contabilizadas 1.310 entradas de idosos africanos, o que representa um acréscimo de cerca de 10% em relação ao efectivo existente em 2001 (13.070). Cabo-verdianos (47%) e angolanos (24%) foram os que mais contribuíram para esse acréscimo e os moçambicanos quem contribuiu menos. Mantém-se, portanto, grosso modo, a ordem de proporções entre *stocks* e fluxos: chegam mais pessoas dos grupos maiores e menos dos menores.

Os idosos africanos chegam tendencialmente mais velhos do que os imigrantes idosos em geral, observados no capítulo 2. Mais de metade deles (51%) tinha 65 ou mais anos à chegada, algo que só acontece com um terço dos imigrantes idosos em geral.

Embora estejamos perante fluxos de pequena dimensão, menos do que 1.500 pessoas num período de seis anos, estes dados sugerem que está em curso um processo de reagrupamento familiar específico, em que imigrantes inactivos, idosos neste caso, vêm, tanto quanto parece, juntar-se às suas famílias imigradas em Portugal, em busca de melhores condições de assistência na velhice. E não será por acaso que a percentagem de imigrantes que chegam com 65 ou mais anos atinge o valor mais alto entre os cabo-verdianos (63%) e o valor mais baixo entre os guineenses (27%), repartindo-se os restantes, angolanos, santomenses e moçambicanos, de forma quase equitativa pelos dois escalões etários.

Tabela 19. Fluxos de entrada de idosos dos PALOP por nacionalidade (2001-2005)

		Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique
2001	55-64	697	123	51	35	25	9	3
	>=65	373	155	78	40	10	17	10
	Total	1070	278	129	75	35	26	13
2002	55-64	1318	252	92	66	36	46	12
	>=65	466	188	122	36	11	12	7
	Total	1784	440	214	102	47	58	19
2003	55-64	782	108	31	36	24	11	6
	>=65	396	120	69	15	9	21	6
	Total	1178	228	100	51	33	32	12
2004	55-64	747	79	29	17	19	11	3
	>=65	429	114	75	24	3	9	3
	Total	1176	193	104	41	22	20	6
2005	55-64	741	79	23	27	16	6	7
	>=65	431	92	48	20	11	9	4
	Total	1172	171	71	47	27	15	11
2001	55-64	4285	641	226	181	120	83	31
		(67,2)	(48,9)	(36,6)	(57,3)	(73,2)	(55,0)	(50,8)
	>=65	2095	669	392	135	44	68	30
		(32,8)	(51,1)	(63,4)	(42,7)	(26,8)	(45,0)	(49,2)
	Total	6380	1310	618	316	164	151	61
		(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)	(100,0)
			(47,2)	(24,1)	(12,5)	(11,5)	(4,7)	
	M	52,4	30,9	26,5	29,7	53,7	25,8	32,8
	F	47,6	69,1	73,5	70,3	46,3	74,2	67,2
	T	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2001-2005 (cálculos próprios)

É que estes dados estão directamente relacionados com os calendários migratórios e os tempos de fixação das diferentes populações africanas. O tempo de fixação influencia o potencial de reagrupamento familiar, seja ele de cônjuges, filhos ou, como parece ser o caso aqui, de pessoas de gerações mais velhas, presumivelmente, pais e mães dos imigrantes. Sendo os

cabo-verdianos os mais antigos são também aqueles que até ao momento mais “trouxeram” os seus mais velhos para Portugal. Já no caso guineense, uma imigração bastante mais recente, que só em meados dos anos 90 deixa de ser uma imigração pequena, esse potencial é bastante menor e uma parte dos que chegam, três quartos dos quais, note-se, estão na faixa dos 55-64 anos, serão antes imigrantes laborais tardios ou pessoas com outro perfil, não determinável por estes dados. Angolanos, santomenses e moçambicanos estarão numa posição intermédia entre estes dois tipos.

A composição sexual dos idosos recém-chegados corrobora esta leitura. Só entre os guineenses é que há mais homens do que mulheres (54% contra 46%), o que reforça a hipótese de haver entre eles um número significativo de imigrantes laborais acima da idade habitual. Em todos os outros grupos as mulheres são mais do que os homens, com a maior proporção a verificar-se entre os santomenses e os cabo-verdianos (74%). Porque vêm, à excepção do caso guineense, mais mulheres do que homens. Não dispondo de informação concreta e directa sobre este facto, podemos colocar a hipótese de que isso acontece porque, vivendo até mais tarde e ficando viúvas, e não dispondo de rendimentos próprios suficientes, essas mulheres passem a ficar na dependência dos filhos e filhas imigrados em Portugal. Por outro lado, vindo para Portugal, algumas ainda poderão dar apoio às suas famílias nas tarefas da casa e no cuidado com os netos, algo que não se espera que os homens façam. Essas mulheres virão, tudo o indica, para serem cuidadas, mas muitas delas serão também cuidadoras.

Há um paralelismo entre o número de idosos que chegam e a composição sexual das populações imigrantes, a que eles se vêm juntar. Sabendo-se que os cuidados familiares aos idosos que deles precisam (mulheres ou homens) são prestados quase exclusivamente pelas mulheres mais novas (filhas, noras, netas), então faz sentido que cheguem menos idosas guineenses e mais cabo-verdianas, santomenses, angolanas e moçambicanas. A população guineense é, com efeito, a que tem menor proporção de mulheres (39%), ou seja, menos mãos disponíveis para esses cuidados. A composição sexual é equilibrada nos angolanos (50%) e maioritariamente feminina nos cabo-verdianos (52%), santomenses (55%) e moçambicanos (57%).⁹

⁹ Dados do SEF para 2008.

Tabela 20. Óbitos de imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade e escalões etários (2000-2007)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	São Tomé e Príncipe	Moçambique
55-64	9,5 (70222)	18,6 (1696)	26,8 (849)	26,2 (495)	21,4 (79)	41,8 (171)	18,7 (71)	25,4 (33)
65-74	21,5 (158603)	26,1 (2382)	30,7 (975)	31,7 (598)	30,1 (111)	31,1 (127)	26,9 (102)	28,5 (37)
75-84	38,2 (282032)	30,1 (2739)	24,8 (788)	23,6 (445)	26,0 (96)	18,8 (77)	34,0 (129)	31,5 (41)
>=85	30,8 (227690)	25,2 (2292)	17,7 (563)	18,5 (350)	22,5 (83)	8,3 (34)	20,3 (77)	14,6 (19)
Total	100,0 (738547)	100,0 (9109)	100,0 (3175)	100,0 (1888)	100,0 (369)	100,0 (409)	100,0 (379)	100,0 (130)

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2001-2005 (cálculos próprios)

A chegada de idosos que vêm reunir-se às suas famílias – não estamos a falar, portanto, da imigração de reformados europeus que decidem fixar-se em Portugal, que analisámos anteriormente – tem um significado muito importante no que se refere à relação das populações de imigrantes laborais com as sociedades de acolhimento. Neste caso, das populações africanas em Portugal. Numa determinada interpretação dos ciclos migratórios, poder-se-ia esperar que, em vez de haver idosos a chegar, houvesse idosos a partir. Que, finda a sua vida activa profissional, cabo-verdianos e outros africanos deixassem Portugal com destino aos países de origem.

Haverá com certeza imigrantes que regressam, embora não consigamos determinar a sua expressão quantitativa nem as circunstâncias em que o fazem. Não há estudos sobre o assunto, mas o que estes dados comprovam plenamente é a tese da sedentarização da imigração africana em Portugal, que temos defendido noutras ocasiões (Machado, Abranches, Matias e Leal, 2007; Machado, 2009). Comprovam-na aqueles que envelhecem na sociedade de acolhimento e nunca regressam e também aqueles que vêm da sociedade de origem para viver a velhice junto dos seus familiares imigrados. Os já numerosos óbitos de africanos idosos ocorridos em Portugal mostram-no sem margem para dúvidas.

O registo dos óbitos é importante, não apenas porque confirma em termos definitivos a tese da sedentarização dos africanos, mas também porque, como mostrámos no capítulo 2, é um elemento indispensável para a contabilidade de *stocks* e fluxos, permitindo estimar mais rigorosamente a dimensão das populações em causa (Tabelas 20 e 21). No período de 2000 a 2007 morreram 3.175 imigrantes africanos com 55 ou mais anos. A idade média de ocorrência dos óbitos foi de 74 anos e perto de 60% morreram antes dos 75 anos. Os que faleceram já em plena “quarta idade”, com 85 anos ou mais, são 18%. Como acontece, regra geral, em todas as populações, as mulheres morrem mais tarde, em média, do que os homens (76 anos e 71 anos, respectivamente).

Como já tínhamos dito antes, as comparações com outros grupos de idosos são desfavoráveis aos imigrantes africanos, neste aspecto. Eles morrem mais cedo do que os idosos portugueses e do que os outros idosos imigrantes. As idades médias de falecimento para os três conjuntos são, respectivamente, 78, 76 e 74 anos. O que os dados das Tabelas 20 e 21 dão a ver de novo são as diferenças de mortalidade dos idosos africanos em função da naturalidade. Podemos vê-las de duas maneiras complementares. Primeiro, relacionando a distribuição do total de óbitos nas cinco populações em causa com o peso relativo de cada uma delas no total de imigrantes africanos. Conclui-se, por exemplo, que os angolanos pesam, como já tínhamos visto, 15% no total de africanos idosos mas só 12% no total de óbitos, ao passo que os guineenses têm uma distribuição inversa, 11 e 13%, respectivamente.

A outra maneira de ver, que deixa mais nítidas as diferenças entre os cinco grupos, é comparar as distribuições de óbitos por escalões etários. O que logo salta à vista é que os guineenses morrem, em média, bastante mais cedo do que quaisquer outros idosos africanos, o que confirma a primeira leitura: 42% falecem antes dos 65 anos, valor que mais do que dobra o dos santomenses e quase dobra o dos angolanos. Inversamente, é entre os guineenses que encontramos a menor percentagem de óbitos na faixa dos 85 ou mais anos, menos de metade das registadas para angolanos e santomenses e bastante menores também do que as dos cabo-verdianos e moçambicanos (Tabela 20). As idades médias de falecimento confirmam-no, finalmente: as dos guineenses são as mais baixas, quer para homens quer para mulheres (Tabela 21).

Tabela 21. Idade média de ocorrência de óbito nos imigrantes idosos dos PALOP segundo países de naturalidade e sexo no período 2000-2007

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	São Tomé e Príncipe	Moçambique
M	77	73	71	72	72	67	73	70
F	80	78	76	76	76	72	77	75
T	78	76	74	74	75	69	75	73

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2001-2005 (cálculos próprios)

No capítulo anterior atribuímos a menor longevidade relativa dos idosos africanos em geral, quando comparados com os imigrantes idosos europeus e com os idosos portugueses, a um quadro de condições de vida mais desfavorável e à maior exposição a situações de risco, desde logo na esfera profissional.

Como interpretar agora as diferenças internas entre africanos e a especificidade guineense em particular? A primeira hipótese é a de que haja diferenças suficientemente importantes de condições de vida, tal como são restituídas pelos perfis socioprofissionais, que expliquem estas variações de longevidade. As diferenças de perfis socioprofissionais existem, de facto, mas em sentido contrário ao que seria esperável, ou seja, os imigrantes idosos guineenses, como veremos à frente, têm um perfil globalmente mais favorecido do que os restantes. É uma hipótese que tem, por isso, de ser descartada.

Aquela que parece ser a melhor explicação, embora não exclusiva, é de ordem completamente diferente. Estão activos, há muito anos, acordos de cooperação entre Portugal e os PALOP, na área da saúde, que prevêm a evacuação de doentes desses países para serem tratados em hospitais portugueses. O número de doentes evacuados, muitos dos quais serão seguramente idosos ou pré-idosos, tem aumentado ao longo dos últimos anos e em 2008 foram 1241. Teoricamente as suas estadias são temporárias, mas sabe-se que muitos acabam por ficar. Ora, quando se apura a respectiva origem nacional, verifica-se que quase 60% desse contingente proveio da Guiné-Bissau.¹⁰

10 Conforme notícia do semanário Expresso de 11 de Julho de 2009, citando dados da Direcção Geral da Saúde. Dos 1241 doentes chegados em 2008, 719 (58%) eram da Guiné-Bissau, 300 (24%) de Cabo Verde, 210 (17%) de São Tomé e Príncipe e 12 (1%) de Moçambique.

Os graves problemas de desenvolvimento da Guiné-Bissau, e consequentes dificuldades em dar resposta às necessidades da sua população, dificuldades acentuadas pela instabilidade política frequente, que levou mesmo a conflitos armados em tempos recentes, explicam a sobre-representação dos guineenses neste contingente de doentes. Se presumirmos que em anos anteriores os guineenses evacuados também foram maioritários, o que é muito verosímil, e sabendo-se que a probabilidade de óbito em populações doentes é, claramente, maior do que em populações saudáveis, encontramos um princípio de explicação para a mortalidade acima da média que encontramos entre os imigrantes idosos guineenses logo a partir dos 55 ou mais anos.

Contabilizando globalmente o *stock* captado pelos Censos 2001, as entradas de novos imigrantes nos anos posteriores e os números da mortalidade, podemos afirmar que o número total de imigrantes idosos africanos era, em meados desta década, superior a 11.000, dos quais perto de 7.000 são cabo-verdianos. E podemos acrescentar que, tal como na estimativa que fizemos para os imigrantes idosos em geral no capítulo 2, também esta peca por defeito, dada as limitações já explicadas dos dados oficiais disponíveis que implicam a subavaliação destes efectivos.

2. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Passemos agora à análise do perfil sociodemográfico destes imigrantes. No que se refere à composição sexual (Tabela 22), verificamos que as mulheres são maioritárias, tal como acontece com os imigrantes em geral e com os idosos portugueses. A percentagem de mulheres é, alias, praticamente igual nos três grupos.

Tabela 22. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade e sexo em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	São Tomé e Príncipe	Moçambique
M	43,8	43,2	43,2	48,5	25,0	46,4	38,7	33,0
F	56,2	56,8	56,8	51,5	75,0	53,6	61,3	67,0
T	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

A maior esperança média de vida das mulheres é, como se sabe, o factor que explica estas diferenças quando estamos diante de populações demograficamente estabilizadas e territorialmente fixadas. Nas populações migrantes longamente estabelecidas, com uma composição sexual equilibrada, o mesmo princípio se aplica, mas o mesmo não se pode dizer das populações migrantes mais recentes e não estabilizadas em termos demográficos.

Os imigrantes idosos africanos têm, como vimos atrás, tempos de fixação variáveis. Há um segmento bastante antigo formado fundamentalmente por cabo-verdianos que vieram para Portugal nos anos 60, há outro segmento minoritário de recém-chegados e a maioria encontra-se numa posição intermédia. Não são recentes, mas também não são muito antigos. Vem isto a propósito das diferenças significativas de composição sexual que se encontram nos grupos de idosos dos vários PALOP. Sobressai, pela composição especialmente desequilibrada, o grupo angolano, composto em 75% por mulheres.

Uma possível razão, de ordem demográfica, para esta diferença seria uma composição etária especialmente envelhecida. Se os idosos angolanos estivessem especialmente concentrados nos escalões mais velhos, acima dos 74 anos, e porque as mulheres vivem até mais tarde, em média, então poderíamos ter um desequilíbrio acentuado na composição sexual, com mais mulheres a sobreviverem aos seus pares masculinos. Mas não é isso que acontece. Como podemos ver na Tabela 23, os idosos angolanos estão apenas um pouco mais nessa faixa de idades do que a média dos idosos africanos. Veja-se também que há mais moçambicanos do que angolanos com 75 ou mais anos e, no entanto, a sua composição sexual é menos desequilibrada. A existir algum efeito de idade na composição sexual dos angolanos, ele será marginal.

A explicação principal para o desequilíbrio da composição sexual dos idosos angolanos passará, provavelmente, por circunstâncias migratórias com interferência directa no perfil demográfico de uma população migrante que não é assim tão antiga. Vimos que há idosos que têm chegado ao longo dos últimos anos e esses são maioritariamente do sexo feminino. Quanto aos que envelheceram cá, pode acontecer que uma parte das mulheres tenha envelhecido “sozinha” na sequência de rupturas conjugais ou que uma parte dos homens tenha voltado a

Angola, optando a família por se manter distribuída pelos dois países. É claro que se pode perguntar porque é que isto se terá passado mais com os angolanos do que com os outros, mas para responder a essa pergunta os dados que temos não são suficientes.

Tabela 23. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, escalões etários e sexo em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	
T	55 - 64	39,7	47,5	51,9	53,4	47,1	59,2	45,4	44,5
	65 - 74	35,3	33,2	32,3	32,0	33,2	30,1	35,0	34,4
	>= 75	25,0	19,3	15,7	14,6	19,7	10,7	19,6	21,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	55 - 64	42,4	51,9	57,7	59,0	48,7	67,1	46,6	52,9
	65 - 74	35,8	32,8	30,7	30,5	35,1	23,5	36,7	32,6
	>= 75	21,8	15,3	11,6	10,5	16,2	9,5	16,7	14,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	55 - 64	37,6	44,1	47,5	48,2	46,6	52,4	44,7	40,4
	65 - 74	34,9	33,5	33,6	33,3	32,5	35,8	33,9	35,2
	>= 75	27,5	22,4	18,9	18,5	20,9	11,8	21,4	24,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Indo agora à composição etária dos imigrantes idosos africanos, vemos que, globalmente considerados, eles são mais jovens do que os idosos estrangeiros em geral e do que os idosos portugueses. São proporcionalmente menos acima dos 74 anos e proporcionalmente mais no escalão dos 55-64 anos, que agrega mais de metade do efectivo registado (Tabela 23). Já o dissemos antes, mas vale a pena recordar, que as idades mencionadas eram as que as pessoas tinham à data dos Censos 2001, pelo que muitos daqueles que então estavam abaixo dos 65 anos terão hoje essa idade ou mais.

A estrutura etária por sexos não diferencia os africanos dos outros idosos, estrangeiros ou autóctones, como seria de esperar, dada a maior longevidade das mulheres, independentemente

da sua origem. As idosas africanas são, em média, mais velhas do que os homens. São mais no escalão mais velho e menos no escalão mais jovem.

A comparação por países de origem mostra algumas diferenças. Moçambicanos, angolanos e santomenses, por esta ordem, destacam-se dos guineenses e dos cabo-verdianos pela maior longevidade. A percentagem de moçambicanos com 75 ou mais anos, por exemplo, dobra a dos guineenses. Este padrão de diferenças mantém-se quando consideramos também a variável sexual. Considerando uma vez mais apenas o escalão mais velho, vemos que o valor mínimo entre todos é o dos homens guineenses (apenas 10% estão nessa faixa de idades) e o valor máximo é o das mulheres moçambicanas (24%). Exceção feita ao caso guineense, em que os dados da mortalidade apresentados atrás permitem perceber, pelo menos em parte, que haja menos pessoas no escalão mais velho, não dispomos de informação suficiente para explicar o sentido das outras diferenças encontradas.

Outro indicador pertinente para traçar o perfil sociodemográfico destes imigrantes é a nacionalidade. No capítulo 2 vimos que os africanos têm mais frequentemente nacionalidade portuguesa do que os imigrantes idosos em geral, e bastante mais do que os idosos europeus. Podemos ver agora como esse indicador varia em função dos países de origem dos africanos (Tabela 24).

Tabela 24. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, nacionalidade e sexo, em 2001 (%)

		Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique
T	Portuguesa	51,1	57,4	55,3	***	65,1	60,8	***
	Estrangeira	48,9	42,6	44,7	***	34,9	39,2	***
	Total	100,0	100,0	100,0	***	100,0	100,0	***
M	Portuguesa	45,4	58,6	55,7	***	65,0	71,8	***
	Estrangeira	54,6	41,4	44,3	***	35,0	28,2	***
	Total	100,0	100,0	100,0	***	100,0	100,0	***
T	Portuguesa	55,7	56,2	55,0	***	65,3	53,8	***
	Estrangeira	44,3	43,8	45,0	***	34,7	46,2	***
	Total	100,0	100,0	100,0	***	100,0	100,0	***

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

De acordo com as opções metodológicas descritas no início do capítulo 2, ficaram de fora desta análise os idosos naturais de Angola e Moçambique com nacionalidade portuguesa, dado que não era possível distinguir na fonte estatística disponível os imigrantes africanos propriamente ditos e os portugueses nascidos nesses territórios e que regressaram a Portugal na sequência da descolonização. Dito de outra forma, na Tabela 24, as células respeitantes a angolanos e moçambicanos estrangeiros teriam sempre o valor de 100%, o que anula a possibilidade de comparação.

Neste caso, portanto, a comparação só pode ser feita a três: cabo-verdianos, guineenses e santomenses. Verifica-se que a maioria dos idosos tem nacionalidade portuguesa e que o valor mais alto é o dos guineenses (65%). As diferenças entre homens e mulheres são mínimas, excepto nos santomenses, em que a percentagem masculina é bastante superior à feminina. Mais uma vez não dispomos aqui de informação que permita interpretar as diferenças observadas. Mas o ponto principal a reter é que a posse de nacionalidade portuguesa é bastante frequente entre os imigrantes idosos de origem africana, o que é função, por um lado, do seu tempo de residência em Portugal, tempo que é longo para muitos deles, o que facilita a aquisição desse vínculo, e, por outro lado, resulta do facto de uma parte deles ter conservado a nacionalidade portuguesa quando vieram para Portugal nos anos 70 do século passado, na sequência dos processos de descolonização.

O último indicador sociodemográfico relevante, entre os que são disponibilizados pelos Censos 2001, é a localização geográfica dos idosos africanos (Tabela 25). O que mais se destaca a este nível é a concentração na região de Lisboa e Vale do Tejo que corresponde ao somatório da Grande Lisboa e da Península de Setúbal. Residem nessa região 82% dos idosos africanos e desses a larga maioria está na Grande Lisboa. Esta distribuição coincide genericamente com a das populações imigrantes africanas globalmente consideradas. A imigração africana começou por ser essencialmente lisboeta e assim tem permanecido ao longo dos anos. Em 1986, 85% dos imigrantes africanos viviam na região da capital e em 2007 eram 83% (Machado, 2009).

Mas, dito isto, há uma diferença de segunda ordem que merece referência. A concentração na região de Lisboa é da ordem dos oitenta por cento para os idosos cabo-verdianos, guineen-

ses e santomenses, mas baixa cerca de vinte pontos percentuais no caso dos angolanos e moçambicanos. Ou seja, angolanos e moçambicanos idosos afastam-se parcialmente da mancha geográfica das populações de que fazem parte. Porque será?

Tabela 25. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade e local de residência, em 2001 (%)

	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique
Grande Lisboa	44,2	63,2	67,2	46,7	67,5	61,0	56,3
Península de Setúbal	15,4	19,1	20,8	16,7	14,6	20,1	12,3
Centro	11,2	6,7	3,6	15,9	6,4	9,6	12,3
Algarve	10,0	3,1	3,0	5,5	2,1	1,3	3,7
Grande Porto	6,9	2,7	1,5	4,8	4,4	3,9	6,7
Alentejo	5,8	2,4	2,1	3,7	1,5	1,5	4,8
Norte (excepto Grande Porto)	4,3	2,2	1,0	5,9	2,9	2,6	3,9
Regiões Autónomas	2,2	0,6	0,7	0,7	0,6	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

O que parece acontecer estar em causa é uma territorização de redes sociais semelhante àquela que assinalámos no capítulo anterior para os imigrantes idosos brasileiros. Vimos que a distribuição destes pelo território português se sobrepõe em parte às zonas de partida da emigração portuguesa para o Brasil, o que confirma a existência de laços entre imigrantes brasileiros em Portugal e emigrantes portugueses no Brasil, segundo a lógica conhecida das contra-correntes migratórias. Ora, também os idosos angolanos e moçambicanos que estão fora de Lisboa encontram-se em regiões de onde partiram muitos portugueses que se fixaram em Angola e Moçambique, o que significa, segundo a mesma lógica de contracorrente, prováveis laços interpessoais entre uns e outros. Esta possibilidade já tinha sido colocada no estudo pioneiro de Saint-Maurice e Pires (1989), citado anteriormente.

3. PERFIL FAMILIAR

Em que contextos familiares vivem os idosos africanos? Diferem dos que caracterizam os idosos portugueses? Variam em função da naturalidade? E do sexo? Os indicadores disponíveis no questionário dos Censos 2001 são limitados, mas fornecem mesmo assim informação pertinente. São eles o “estado civil” e o “tipo de coabitação familiar”. Vejamos o que nos revelam.

A maioria dos idosos africanos (58%) é casada ou vive em união de facto, valor cerca de 10 pontos mais baixo do que o registado para os idosos portugueses e seis pontos mais baixo do que o dos imigrantes idosos em geral (Tabela 26). A segunda situação conjugal mais frequente é a viuvez (19%) e a terceira é a dos solteiros (17%). Esta última atinge quase o triplo do

Tabela 26. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, estado civil e sexo em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique
Casado/U. Facto	68,9	64,0	57,6	63,0	44,2	54,2	52,8	48,0
Viúvo	22,0	18,6	19,2	16,6	27,2	19,5	19,5	28,8
T Solteiro	6,3	11,4	16,9	14,8	21,7	18,9	20,6	16,7
Divorciado/Separado	2,8	6,0	6,2	5,6	6,9	7,5	7,0	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casado/U. Facto	84,5	79,9	77,4	80,0	67,6	70,4	76,9	75,0
Viúvo	9,2	5,7	5,8	5,9	5,9	4,5	6,2	7,6
T Solteiro	4,2	9,0	11,7	9,6	18,3	19,8	10,0	12,2
Divorciado/Separado	2,2	5,3	5,2	4,5	8,2	5,3	7,0	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Casado/U. Facto	56,8	51,9	42,7	47,1	36,4	40,2	37,7	34,7
Viúvo	32,0	28,4	29,4	26,6	34,3	32,4	27,8	39,3
T Solteiro	8,0	13,1	20,9	19,7	22,8	18,1	27,4	18,9
Divorciado/Separado	3,3	6,6	7,0	6,6	6,4	9,4	7,1	7,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

valor verificado entre os idosos portugueses e parece confirmar a existência de alguma associação entre migração laboral e celibato revelada pela literatura internacional (Témime, 2001), embora também se possa conjecturar que alguns dos que se declararam solteiros já possam ter vivido em união de facto, caso em que poderiam ter declarado serem separados. Os casos de divórcio e separação são minoritários (6%), mas mesmo assim duplicam os registados entre os idosos portugueses sendo que a correlação entre migrações e rupturas conjugais já sem sido contada por outros autores (Machado, 2002; Flowerdew e Al-Hamad, 2004).

As variações de estado civil em função do género são consideráveis, como já tínhamos observado no capítulo precedente. À maior frequência de situações de casamento e de união de facto dos homens podemos contrapor as viuvezes mais frequentes das mulheres – viuvezes que são, como se sabe, um efeito indirecto da sua maior longevidade –, e também mais situações de celibato e mais separadas e divorciadas. O contraste entre homens e mulheres é particularmente marcante na viuvez, com uma diferença de cinco viuvezes femininas por cada viuvez masculina.

Também há diferenças de estado civil a assinalar em função da naturalidade dos idosos, diferenças essas que se entrecruzam com as variações de género. Os cabo-verdianos apresentam uma distribuição de estados civis que espelha o facto de constituírem uma imigração relativamente antiga, familiar e demograficamente estabilizada. É nesse sentido que podemos interpretar que sejam os que mais vivem em situação conjugal (63%) e os que menos são solteiros (15%). Há, é certo, diferenças acentuadas de género neste grupo. Os homens cabo-verdianos vivem muito mais em situação conjugal do que as mulheres (e são menos solteiros, conseqüentemente), mas, mesmo assim, as cabo-verdianas são, entre todas as idosas africanas, as que mais são casadas ou vivem em união de facto.

Os idosos angolanos, por sua vez, destacam-se por serem os que menos vivem em situação conjugal, quer casados ou em união de facto (44%), os que mais são solteiros (22%) e, juntamente com os moçambicanos, os que mais são viúvos (27% e 29%, respectivamente). Trata-se de um panorama muito diferente daquele que observámos nos cabo-verdianos, que podemos atribuir ao facto de a imigração angolana não ter a antiguidade nem o equilíbrio demográfico da imigração cabo-verdiana. Recordem-se os 75% de mulheres entre os imigrantes

idosos angolanos, que ilustram bem esse desequilíbrio e ajudam a explicar os 34% de viúvas e os 23% de solteiras. Estas considerações são extensíveis, em grande medida, ao caso moçambicano, onde se encontra a segunda composição sexual mais assimétrica (67% de mulheres) e, concordantemente, a menor taxa de mulheres casadas ou em união de facto e a maior de viúvas. No caso moçambicano, e até certo ponto no angolano, há também um efeito de idade. As idosas moçambicanas são as que mais se situam no escalão dos 75 ou mais anos e as angolanas também aparecem acima da média nesse escalão.

Falando ainda dos casos de viuvez, é sabido que mesmo em populações demograficamente estáveis e “completas”, há um diferencial entre homens e mulheres, estas mais frequentemente viúvas devido, essencialmente, à sua maior longevidade. A maior longevidade feminina também existe nas populações migrantes em geral e nestas em particular. Mas o que aqui se torna visível é que, além do factor longevidade, há uma influência própria de uma condição migratória ainda não estabilizada. A prova está o facto de a razão entre viúvas e viúvos ser de cinco nos idosos africanos, mas só de 3,5 nos idosos portugueses.

Mais directamente reveladoras dos enquadramentos familiares dos imigrantes africanos idosos são as suas modalidades de coabitação (Tabela 27). Este indicador sobrepõe-se em parte ao anterior, mas fornece muita informação nova. Se compararmos os africanos com os imigrantes idosos em geral e com os idosos portugueses, encontramos diferenças notórias, já mencionadas no capítulo 2. Recordando, vimos que os africanos idosos vivem muito menos apenas com os cônjuges e mais com cônjuges e filhos e em arranjos familiares alargados, incluindo familiares e não familiares (as chamadas “outras situações”). Verificámos ainda que são muito poucos os que vivem em instituições, o que também é raro entre os idosos portugueses, à luz destes dados.

Em certas modalidades de coabitação não há diferenças entre grupos nacionais, mas noutras há. As percentagens dos que vivem apenas com os cônjuges ou só com os filhos não variam significativamente de grupo para grupo. Já na modalidade “cônjuge e filhos” destacam-se os idosos cabo-verdianos (31%) e nas “outras situações” destacam-se os angolanos (45%). Confirma-se o que atrás dissemos sobre as características da imigração cabo-verdiana e da imigração angolana, a primeira mais antiga, familiar e demograficamente equilibrada do que a

segunda. Mais de 60% dos idosos cabo-verdianos vivem com o cônjuge, com o cônjuge e filhos ou sozinhos, modalidades características de populações idosas demograficamente estabilizadas, ao passo que isso só acontece com menos de 40% dos idosos angolanos. Outra maneira de ver a diferença entre uns e outros é compará-los com os idosos portugueses, uma população demograficamente estável por excelência. As modalidades de coabitação dos cabo-verdianos estão claramente mais próximas das portuguesas do que as dos angolanos.

Tabela 27. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e tipo de coabitação familiar em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	
	Com cônjuge	41,3	34,5	16,0	16,4	14,4	15,3	16,4	16,9
	Com cônjuge e filhos	21,0	19,9	26,9	31,3	16,0	24,2	22,5	19,8
	Sós	14,5	15,9	12,2	12,7	8,9	13,7	11,6	13,8
T	Com filhos	4,6	6,1	9,7	9,2	11,1	11,2	9,4	8,8
	Institucionalizados	2,4	2,9	2,1	1,4	4,4	1,6	1,4	6,7
	Outras situações	16,2	20,8	33,1	29,0	45,1	34,0	38,7	34,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Com cônjuge	48,7	39,4	18,8	18,4	20,4	17,0	21,2	23,3
	Com cônjuge e filhos	27,4	27,9	40,0	42,5	30,7	34,9	38,2	37,2
	Sós	7,9	13,4	12,7	12,7	11,6	15,0	11,8	9,3
M	Com filhos	1,9	3,0	5,3	5,1	6,3	5,6	5,6	5,2
	Institucionalizados	1,7	1,8	1,7	1,3	4,2	1,7	,8	5,2
	Outras situações	12,3	14,5	21,5	20,0	26,9	25,9	22,4	19,8
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Com cônjuge	35,4	30,7	13,9	14,5	12,4	13,9	13,4	13,8
	Com cônjuge e filhos	15,9	13,8	17,0	20,8	11,1	15,0	12,7	11,2
	Sós	19,7	17,7	11,8	12,8	8,0	12,5	11,4	16,0
F	Com filhos	6,7	8,5	13,0	13,0	12,8	16,0	11,7	10,6
	Institucionalizados	2,9	3,7	2,4	1,5	4,5	1,6	1,8	7,4
	Outras situações	19,3	25,5	41,9	37,4	51,2	41,1	49,1	41,0
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

As diferenças em função do género são expressivas. Os homens vivem muito mais só com o cônjuge ou com o cônjuge e filhos (59% contra 31% das mulheres) e a percentagem de mulheres a viver em arranjos familiares atípicos quase dobra a dos homens, sendo que elas também vivem mais só com filhos. Sem surpresa, vemos que as idosas cabo-verdianas são as que mais vivem em arranjos convencionais (cônjuge ou cônjuge e filhos) e que as angolanas são as que mais vivem em arranjos atípicos.

4. PERFIL SOCIOEDUCATIVO

Entrando agora na análise dos recursos escolares dos imigrantes idosos africanos, a que se seguirá o seu perfil socioprofissional, importa recordar os tipos de imigração e de imigrantes que aqui estão em causa.

Como dissemos no início do capítulo, muitos dos que hoje são idosos vieram para Portugal expressamente para trabalhar, num quadro de migração laboral pura. Foi assim com os cabo-verdianos que chegaram a partir dos anos 60 do século xx e com aqueles que vieram na fase de imigração laboral mais intensa, de finais dos anos 80 a meados dos anos 90, com uma idade acima da média da grande maioria dos seus pares e que, por isso, hoje já são idosos. Os que vieram nessa fase são cabo-verdianos e dos restantes PALOP.

Mas nem todos os idosos africanos foram migrantes laborais. Outros, sobretudo os que migraram na sequência, e por causa, dos processos de descolonização, não tinham nem têm as características pessoais do migrante laboral, nem as circunstâncias e contextos da partida e de chegada foram as da migração desse tipo. Estamos a falar dos que designámos retornados negros e mestiços, culturalmente luso-africanos, parte deles pertencendo a famílias racialmente mistas, de condição social mais elevada do que a dos migrantes laborais. Há ainda, como vimos, um pequeno contingente de recém-chegados, mais mulheres do que homens, no que parece ser uma migração de reagrupamento familiar, que têm uma condição social presumivelmente mais próxima da dos imigrantes laborais.

Serve isto para dizer que não é de esperar que encontremos, senão em parte, nos dados que

se apresentam de seguida, o perfil social nivelado por baixo, desfavorecido, habitualmente associado às migrações laborais, e que se traduz em escolaridades baixas e categorias socio-profissionais de execução, operárias ou outras. Vejamos então o nível de habilitações literárias dos imigrantes idosos africanos, por países de naturalidade e sexo (Tabela 28).

Tabela 28. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e nível de habilitações em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	
T	<=1.º CEB	82,0	47,5	68,5	73,0	73,4	48,7	58,6	63,1
	2.º e 3.º CEB	9,8	17,2	15,6	12,6	16,2	24,2	21,1	19,2
	>= E. Sec.	8,2	35,3	15,9	14,4	10,4	27,1	20,3	17,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	<=1.º CEB	77,8	40,5	61,7	69,7	51,1	40,6	45,5	45,3
	2.º e 3.º CEB	11,8	17,1	17,1	12,9	25,4	25,0	25,9	28,5
	>= E. Sec.	10,4	42,4	21,2	17,4	23,5	34,4	28,6	26,2
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	<=1.º CEB	85,3	52,8	73,7	76,1	80,8	55,8	66,8	71,9
	2.º e 3.º CEB	8,2	17,3	14,4	12,4	13,2	23,5	18,0	14,6
	>= E. Sec.	6,5	29,9	11,9	11,5	6,0	20,7	15,2	13,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Os idosos africanos têm um perfil escolar que é globalmente mais elevado do que o dos idosos portugueses, embora mais baixo do que o dos imigrantes idosos em geral, pesando nestes últimos muito particularmente as qualificações escolares altas dos imigrantes europeus, analisadas no capítulo precedente. Os africanos têm mais frequentemente ensino secundário ou superior do que os seus homólogos portugueses (16% contra 8%) e são proporcionalmente menos os que têm apenas o 1.º ciclo do ensino básico, a antiga 4.ª classe (69% contra 82%).

Contribuem para estas diferenças dois factores. O primeiro refere-se às fracas qualificações escolares dos adultos portugueses, especialmente dos mais idosos. A recuperação do atraso

estrutural português neste domínio tem acontecido nas gerações mais novas e em alguma medida nos adultos jovens, mas não nos idosos. O segundo é a extracção social específica já referida de uma parte destes imigrantes, que contrasta muito, para cima, com o das populações dos países de que são provenientes. Sabe-se que a migração é, quando não forçada uma selecção social. No caso desses imigrantes, hoje idosos, essa selecção foi particularmente vincada, uma vez que eles são oriundos dos sectores urbanos, mais escolarizados e favorecidos, das sociedades de origem, sectores que, no tempo colonial, ocupavam uma posição “intermédia” entre os portugueses e a massa da população negra autóctone.

As diferenças de recursos escolares entre homens e mulheres são bem visíveis. Os homens são mais escolarizados, seja entre os idosos africanos, os idosos estrangeiros em geral ou os idosos portugueses. Para dar só um exemplo, os homens idosos africanos com ensino secundário ou superior são praticamente o dobro das mulheres e, no caso dos angolanos, a diferença é quase de quatro para um. Trata-se de um padrão internacional conhecido, que só nas últimas décadas vem sendo alterado e até invertido, nas gerações mais novas.

As variações em função da origem étnico-nacional, agora independentemente do sexo, também têm algum significado. Destaca-se o caso dos guineenses, globalmente mais qualificados do que os restantes africanos. Os idosos guineenses com ensino secundário, ou mais, são 27%, um valor muito mais elevado do que qualquer outro. A singularidade guineense já tinha sido assinalada anteriormente (Saint-Maurice e Pires, 1989; Machado, 1998). Estes migrantes mais qualificados foram funcionários, técnicos e quadros, ainda no tempo do regime colonial, ou então jovens que na altura vieram frequentar universidades portuguesas e acabaram por ficar, vindo a desempenhar funções correspondentes às suas qualificações.

No que se refere aos idosos cabo-verdianos, apesar de existir também um sector escolarizado, sobressai uma grande maioria de pessoas só com o 1.º ciclo do ensino básico, o que é concorde com a natureza mais laboral da sua migração. O grupo menos escolarizado é, contudo, o angolano, que apresenta o valor mínimo no ensino secundário ou superior e o valor máximo no ensino básico (1.º ciclo). Mas por razões diferentes. Neste caso, há um fortíssimo efeito de género, que puxa para baixo a distribuição geral das qualificações escolares. Recorde-se que

se trata de um grupo com 75% de mulheres, que nestas idades são, regra geral, muito menos escolarizadas do que os homens. As idosas angolanas têm, de resto, níveis de escolaridade particularmente baixos, mesmo quando comparadas com as outras idosas africanas.

5. PERFIL SOCIOPROFISSIONAL

Tal como acontece com os recursos escolares, também os perfis socioprofissionais dos imigrantes idosos africanos reflectem os tipos de migração em que eles estiveram envolvidos, bem como as características que tinham à saída dos seus países. Podemos traçar esses perfis com algum detalhe recorrendo aos mesmos cinco indicadores que utilizámos no capítulo anterior para os imigrantes idosos em geral: meios de vida, condição perante o trabalho, situação na profissão, profissão e categoria socioprofissional. Mas são os dois últimos, como veremos, os que permitem distinguir melhor os que fizeram uma migração laboral, que constituem a maioria, dos que vieram noutras circunstâncias e por outras razões.

Da observação dos meios de vida e da condição perante o trabalho (Tabelas 29 e 30) podemos concluir que a maior parte dos idosos africanos está reformada e vivem da pensão de reforma, mas que há um sector de quase 30% que continua a trabalhar e a viver dos rendimentos do trabalho. Os africanos diferenciam-se neste aspecto quer dos imigrantes idosos em geral quer dos idosos portugueses, uns e outros com meios de vida e condições perante o trabalho mais ajustadas à sua condição etária e social de idosos, ou seja, estão mais frequentemente reformados e a viver das pensões para as quais descontaram.

Como já tínhamos dito no capítulo 2, há dois modelos de interpretação da permanência dos idosos no mercado de trabalho: a necessidade económica e o envelhecimento activo acima da necessidade económica. Os dois modelos não se excluem totalmente. Por exemplo, mesmo aqueles que só trabalham porque precisam, e que de outro modo já teria deixado de trabalhar, terão ganhos no plano do envelhecimento activo, por exemplo, a manutenção de contactos sociais ou preservação de faculdades físicas ou mentais. O facto de os idosos africanos estarem proporcionalmente mais na vida activa profissional do que os idosos estrangeiros em geral e do que os idosos portugueses, e também a conhecida fragilidade socioeconómica de muitos deles,

que conhecemos por outras vias, levam-nos a concluir que se lhes aplica mais o modelo da necessidade. Veremos que assim é em algumas das histórias de vida que apresentamos no capítulo seguinte.

Tabela 29. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e principal meio de vida em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	
T	Pensão/Reforma	68,0	54,3	44,0	47,1	33,7	43,2	44,9	33,6
	Trabalho	18,0	23,2	28,2	29,2	22,0	31,6	27,5	29,0
	A cargo da família	8,3	13,3	17,2	14,1	30,0	15,2	16,2	25,3
	RPE	1,1	2,1	0,7	0,5	0,9	1,0	0,9	1,5
	Outras situações	4,5	7,1	9,9	9,0	13,4	9,0	10,5	10,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	Pensão/Reforma	68,2	56,4	47,5	49,5	36,3	43,0	53,2	34,9
	Trabalho	25,3	32,6	38,7	38,4	38,9	42,0	34,2	45,9
	A cargo da família	0,7	2,5	3,9	3,1	10,5	3,9	3,0	7,0
	RPE	1,3	2,2	0,8	0,4	1,9	1,7	0,8	2,3
	Outras situações	4,5	6,3	9,1	8,6	12,4	9,5	8,8	9,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	Pensão/Reforma	67,8	52,8	41,3	44,9	32,8	43,3	39,7	33,0
	Trabalho	12,4	16,0	20,3	20,6	16,4	22,6	23,3	20,6
	A cargo da família	14,3	21,6	27,3	24,5	36,4	25,0	24,5	34,4
	RPE	1,0	2,0	0,6	0,5	0,6	0,5	0,9	1,1
	Outras situações	4,5	7,6	10,5	9,5	13,7	8,6	11,5	10,9
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Além dos que estão reformados e dos que trabalham, há também aqueles que estão a cargo da família, sobretudo mulheres domésticas. Esse é justamente um dos pontos em que as diferenças de género se fazem sentir. Os homens vivem proporcionalmente mais do seu trabalho e as mulheres estão muito mais a cargo da família e têm o exclusivo do estatuto doméstico, estando a condição de reformado e a pensão de reforma repartidos de modo mais equilibrado pelos dois sexos.

Tabela 30. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo e condição perante o trabalho em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique	
T	População reformada	64,8	52,9	42,1	44,9	33,7	40,4	42,7	32,8
	População empregada	19,2	24,5	29,3	30,1	23,2	33,2	28,5	30,5
	População doméstica	8,3	10,4	10,5	8,9	19,0	8,3	8,8	14,4
	População incapacitada	3,5	3,2	5,5	5,4	6,1	4,6	5,7	6,7
	Outras situações	4,3	8,9	12,6	10,7	18,0	13,5	14,3	15,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
M	População reformada	64,5	54,4	44,4	46,4	35,7	39,1	48,3	34,3
	População empregada	26,7	33,8	39,4	38,9	40,1	43,3	35,0	48,3
	População doméstica	0,1	0,2	0,1	0,1	0,4	0,2	0,2	0,0
	População incapacitada	3,5	2,8	4,4	4,6	3,8	4,1	4,7	4,1
	Outras situações	5,1	8,7	11,5	10,0	20,0	13,4	11,8	13,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	População reformada	64,9	51,8	40,2	43,5	33,0	41,6	39,1	32,1
	População empregada	13,3	17,5	21,6	21,8	17,6	24,4	24,4	21,8
	População doméstica	14,7	18,2	18,3	17,1	25,2	15,3	14,2	21,5
	População incapacitada	3,5	3,6	6,4	6,3	6,9	5,1	6,4	8,0
	Outras situações	3,6	9,0	13,5	11,3	17,4	13,5	15,9	16,6
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Quanto a variações em função da naturalidade, vemos que são os guineenses os que mais permanecem activos no mercado de trabalho (32% declaram viver do trabalho e 33% fazem parte da “população empregada”), seguidos pelos cabo-verdianos e santomenses, que, em todo o caso, são também os que mais estão reformados e a viver da respectiva pensão. Os idosos angolanos e moçambicanos têm uma situação singular. Vivem proporcionalmente menos de pensões de reforma e de rendimentos do trabalho e estão mais a cargo da família (30% e 25%, respectivamente), o que é um reflexo directo da sua composição sexual, que vimos ser fortemente feminizada, confirmando-se assim que muitas mulheres dependem materialmente dos seus agregados familiares.

Na Tabela 31 podemos ver agora a profissão e a situação na profissão destes idosos, considerando apenas aqueles que ainda exerciam actividade profissional no momento de inquirição dos Censos 2001. Seria muito pertinente saber as profissões e as situações na profissão também dos reformados, mas, infelizmente, os Censos 2001 não recolheram informação de trajectos.

Começando pela situação na profissão, a principal constatação que se faz é que os idosos africanos que permanecem no mercado de trabalho são esmagadoramente trabalhadores por conta de outrem (88%) e são-no muito mais do que os idosos estrangeiros em geral e do que os idosos portugueses. Quando olhamos para os diferentes grupos de africanos vemos, que em geral, as oscilações são pequenas em torno dessa percentagem à excepção dos moçambicanos, em que ela é bastante mais baixa (74%), o que significa que os patrões e os trabalhadores por conta própria já aparecem com alguma expressão estatística (14% e 13% respectivamente).

Sem certeza absoluta, uma vez que não é possível sabê-lo através dos dados censitários, é provável que muitos desses patrões e trabalhadores por conta própria sejam de origem indiana. O que nos leva a dizê-lo é o facto conhecido de muitas pessoas de origem indiana, provenientes de Moçambique, exercerem em Portugal actividades comerciais por conta própria ou de escala empresarial (Malheiros, 1996b). Sabe-se que a grande maioria delas, nascidas ou não naquele país, têm nacionalidade portuguesa, mas algumas terão optado pela nacionalidade moçambicana e aparecem, por isso, neste grupo, misturadas com os moçambicanos negros.¹¹

¹¹ Como já foi dito, mais do que uma vez, no caso dos moçambicanos, e também dos angolanos, retivemos para análise apenas os idosos nascidos nesses países e com a respectiva nacionalidade, de modo a não os confundirmos com os portugueses retornados que também lá nasceram.

No que diz respeito às profissões, verificamos que os idosos dos PALOP se repartem por todos os nove grupos da Classificação Nacional de Profissões e que só num caso, o dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, a percentagem registada é residual, inferior a 3%. O grupo maior é o dos trabalhadores não qualificados (37%) e o segundo maior é o dos operários, artífices e trabalhadores similares (21%). No entanto, as categorias de topo da hierarquia das profissões, as três

primeiras da lista, e as categorias terciárias de execução, as do meio, também têm algum peso estatístico.

Tabela 31. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade, sexo, situação na profissão e grupo profissional (CNP94) em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique
Patrão/Empregador	16,5	14,9	7,4	7,2	7,2	7,4	5,6	13,6
Trabalhador por conta própria	15,4	8,8	4,9	4,5	7,6	3,9	2,8	13,0
Trabalhador por conta de outrém	68,1	76,3	87,7	88,3	85,1	88,6	91,6	73,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	10,9	12,3	3,5	2,8	5,3	4,6	3,0	7,2
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	6,4	17,9	10,5	9,6	8,6	16,2	13,1	6,6
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	6,7	9,7	6,5	4,8	4,7	10,8	12,9	6,6
Pessoal Administrativo e Similares	7,8	6,7	6,1	5,3	5,3	10,1	6,5	6,0
Pessoal dos Serviços e Vendedores	12,3	10,0	8,0	6,4	12,9	8,1	8,9	16,2
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	11,5	3,0	2,3	2,7	3,5	0,4	1,4	1,2
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,2	14,2	20,8	23,9	14,5	20,1	13,8	12,0
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	8,2	3,5	4,9	5,8	3,3	3,9	3,7	2,4
Trabalhadores Não Qualificados	20,0	22,7	37,4	38,7	41,9	25,7	36,7	41,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Numa leitura mais agregada, podemos dizer que os idosos africanos activos se distribuem profissionalmente de uma forma bipartida, que os deixa a meio caminho entre as composições típicas das migrações laborais e das migrações profissionais. Uma maioria clara de 63% é formada por operários e trabalhadores não qualificados, e nisso eles aproximam-se da composição habitual das migrações laborais; mas os restantes 37% têm ocupações terciárias de execução ou são especialistas das profissões intelectuais e científicas, técnicos e profissionais de nível intermédio e quadros superiores e dirigentes. Os três últimos grupos, que são maioritários nas migrações profissionais, somam 21%.

Outra maneira de ver que os idosos africanos não formam um contingente típico de migrantes laborais, afastando-se, portanto, do perfil da imigração africana tomada no seu todo, é que os integrantes dessas três categorias de topo são, em termos proporcionais, quase tantos quantos os idosos portugueses nas mesmas categorias (24%).

Olhando para o perfil profissional dos idosos africanos em função da naturalidade podemos perceber, no entanto, que essa posição intermédia entre o tipo laboral e o tipo profissional oscila ela própria significativamente, aproximando-se ora de um tipo ora do outro conforme os grupos. Assim, enquanto os cabo-verdianos têm a maior percentagem (68%) na soma das três categorias de base (operários, operadores de máquinas, trabalhadores não qualificados), os guineenses têm a maior percentagem na soma das três categorias de topo (32%).

Também podemos ver esta distribuição ao contrário: apenas 17% dos cabo-verdianos são quadros dirigentes ou profissionais científicos e técnicos e apenas metade dos guineenses são trabalhadores de base. Os santomenses estão mais próximo dos guineenses e os angolanos e moçambicanos estão mais perto dos cabo-verdianos, embora os moçambicanos se distingam também de todos os outros por terem a maior percentagem de pessoal dos serviços e vendedores, o que decorre das actividades comerciais já mencionadas que uma parte deles desenvolve.

Cruzando em matriz, para terminar, a profissão e a situação na profissão, segundo uma metodologia conhecida na análise de classes sociais (Almeida, Costa e Machado, 1988; Costa,

1999), obtemos um novo indicador, analiticamente mais integrado e potente, aqui designado por categorias socioprofissionais (Tabela 32), e já ter usado no capítulo anterior, que dá a ver de maneira mais agregada o nível de recursos desta população e a sua diferenciação interna.

Tabela 32. Imigrantes idosos dos PALOP por países de naturalidade e categoria socioprofissional em 2001 (%)

	Portugal	Países estrangeiros	PALOP	Cabo Verde	Angola	Guiné-Bissau	S. Tomé e Príncipe	Moçambique
Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	20,5	23,5	9,9	9,3	11,4	11,0	8,0	16,0
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	10,6	20,5	14,5	12,5	10,7	23,6	22,8	6,8
Trabalhadores Independentes	14,5	5,9	4,0	3,7	6,6	2,6	2,1	11,7
Empregados Executantes	14,6	12,6	12,1	9,9	15,7	15,1	14,3	17,9
Operários	39,8	37,5	59,5	64,5	55,6	47,7	52,8	47,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censos 2001 (cálculos próprios)

Confirma-se o que a análise separada da profissão e da situação na profissão já tinha mostrado. Os imigrantes idosos africanos têm um perfil mais operário, quando comparados com os idosos estrangeiros em geral e com os idosos portugueses, e estão em menor número nas categorias ligadas à propriedade económica e a actividades de direcção. Em contrapartida, são proporcionalmente mais do que os portugueses na categoria dos profissionais técnicos e de enquadramento, que agrega as profissões científicas, intelectuais e técnicas exercidas por conta de outrem. Ou seja, não apresentam, senão em parte, a composição característica das migrações laborais.

Reencontram-se também as variações em função da naturalidade a que já fizemos referência. Os cabo-verdianos são maioritários na categoria dos operários, os moçambicanos são-no na categoria dos empresários, dirigentes e profissionais liberais, e nos trabalhadores independentes e os guineenses nos profissionais técnicos e de enquadramento. Os angolanos têm as

segundas percentagens mais altas de operários e de empregados executantes e os santomen- ses têm um perfil singular, com muitos profissionais técnicos e de enquadramento, mas tam- bém muitos operários.

6. NOTAS FINAIS

Os imigrantes idosos africanos, maioritariamente oriundos de Cabo Verde, não são muitos, como vimos. São uma parcela ínfima do total de idosos existentes em Portugal. Contudo trata- -se de uma categoria emergente, com grande potencial de crescimento. Vimos que em anos recentes têm chegado pessoas com 55 ou mais ou 65 ou mais anos dos vários PALOP, sobre- tudo de Cabo Verde e Angola, mais mulheres do que homens, o que faz aumentar pouco a pouco o *stock* existente, mesmo descontando a normal perda demográfica devida à mortalidade.

Mas o maior potencial de crescimento a médio prazo não vem daí. Vem das dezenas de milhar de imigrantes africanos que chegaram entre finais dos anos 80 e meados dos anos 90 do sé- culo xx, que ainda não são idosos, mas que o serão dentro de vinte anos. E também, a mais longo prazo, daqueles que chegaram na viragem do milénio, na vaga migratória que trouxe uma maioria de brasileiros e ucranianos. Se muitos dos que vieram nos anos 60 e 70 acaba- ram por se sedentarizar, podemos pensar que o mesmo acontecerá com os que chegaram de- pois. A tendência para a sedentarização dos imigrantes é um dado histórico conhecido na generalidade dos países receptores e também já o é em Portugal.

Vimos que os actuais idosos africanos não têm todos o perfil típico dos imigrantes laborais. A maioria tem-no e não são poucos os que continuam a trabalhar nos segmentos mais des- qualificados do mercado de trabalho, apesar de idosos. Mas há um sector numericamente significativo, entre os 20% e os 30% conforme os grupos nacionais, de pessoas com outro perfil social e que vieram noutras circunstâncias. São lusoafricanos, chegados na sequência dos processos de descolonização, com escolaridade média e profissões qualificadas e a cor- respondente condição social claramente melhor do que a dos imigrantes laborais. No entanto, esses luso-africanos constituem uma categoria destinada a extinguir-se, com a morte dos que

a compõem, já que as circunstâncias históricas que a geraram – o regime colonial, especialmente na sua última fase, e as transições para a independência – deixaram de existir.

Os idosos africanos do futuro serão, portanto, exclusivamente, os imigrantes laborais que envelhecerem cá, tal como aconteceu com os que vieram nos anos 60 e 70 e cá permanecem, a que se somará o pequeno contingente daqueles que continuem a chegar já idosos, cuja condição social não será melhor, tanto mais que virão para serem acolhidos pelas suas famílias. Significa isto que a condição socioeconómica futura desses imigrantes laborais vai depender dos seus trajectos socioprofissionais em Portugal.

O que se sabe sobre as condições de vida e inserções socioprofissionais dos imigrantes africanos em geral, falando agora dos que não são (ainda) idosos, leva-nos a pensar que o envelhecimento trará para muitos vulnerabilidade social e risco de pobreza. A grande maioria dos que hoje são adultos maduros no activo tem rendimentos limitados, porque trabalha em sectores desqualificados, precários e mal remunerados do mercado de trabalho. Os descontos para a segurança social são pequenos e não terão sido sempre feitos, o que deixa antever pensões de reforma também limitadas.

Mas esta é uma face da imigração africana ainda pouco conhecida, que requer mais investigação empírica directa, até porque os dados estatísticos oficiais a que podemos recorrer têm muitas insuficiências e vazios. Os retratos sociológicos que fazemos no próximo capítulo ajudarão a perceber um pouco melhor esta realidade emergente.

CAPÍTULO 4 . RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE IMIGRANTES IDOSOS AFRICANOS

1. OS ENTREVISTADOS: SELECÇÃO E PERFIS SOCIAIS

A insuficiência dos dados estatísticos existentes sobre imigrantes idosos, e o facto de ser um tema sobre o qual não há pesquisa prévia em Portugal, tornava indispensável que dispuséssemos de uma fonte de informação empírica mais directa e substancial, que permitisse olhar com alguma profundidade para esta nova e desconhecida categoria de imigrantes. Optámos, assim, por fazer entrevistas semi-directivas a 23 idosos africanos, divididas em duas partes. Na primeira, os entrevistados relataram-nos, em traços gerais, os seus trajectos migratórios, familiares, profissionais e residenciais. Na segunda, falaram-nos, mais em pormenor, da sua condição perante o trabalho, ocupação de tempo, enquadramento familiar, fontes de rendimento, relações de sociabilidade, estado de saúde, condições de habitação, relações com o país de origem, projectos futuros, em suma, dos vários aspectos da sua condição presente de imigrantes idosos em Portugal.

É claro que esta abordagem qualitativa não elimina a necessidade de um futuro estudo extensivo e quantitativo, preferencialmente um inquérito por questionário a uma amostra representativa do universo dos imigrantes idosos (africanos e outros), que permita a caracterização fina desse universo, para além do que as estatísticas oficiais dão a ver, e que não é muito. Mas essa possibilidade não estava sobre a mesa neste trabalho.

Na selecção dos entrevistados procurámos assegurar a diversidade de trajectos, perfis e situações sociais e julgamos tê-la conseguido. Tomámos em consideração o que os dados estatísticos apresentados nos capítulos anteriores nos indicam e procurámos pessoas com origens, calendários migratórios e condições sociais diferentes. Usámos várias portas de entrada no terreno, através de contactos interpessoais e institucionais, e a partir de cada uma delas pusemos em prática a chamada “bola de neve”, com os primeiros entrevistados, ou res-

ponsáveis de instituições, a indicarem possíveis novos entrevistados com os atributos que procurávamos. As entrevistas foram feitas entre Agosto e Novembro de 2008, nas casas dos entrevistados, na maioria das vezes, ou em centros de dia, cafés e restaurantes, em vários concelhos da Área Metropolitana de Lisboa e da Península de Setúbal.

A Tabela 33 apresenta a caracterização geral dos entrevistados em termos de sexo, idade, naturalidade, nacionalidade, data de chegada a Portugal, residência, agregado familiar, condição perante o trabalho, escolaridade e profissão. Sem termos pretendido que a nossa amostra reproduzisse exactamente os contornos e as proporções do universo dos imigrantes africanos idosos, tanto quanto é possível identificá-lo através das estatísticas existentes, verificámos “à chegada” que ela não se afasta muito do que essas estatísticas revelam de forma genérica.

Há uma maioria larga de naturais de Cabo Verde, mas todos os cinco PALOP estão representados; há um número equilibrado de homens e mulheres, embora um pouco mais de homens, invertendo-se aqui a composição sexual registada pelos dados censitários; e uns e outros distribuem-se pelos dois escalões etários convencionalmente definidos nos estudos sobre este tema, o dos idosos mais jovens, dos 65 aos 74 anos, e o dos grandes idosos, com 75 ou mais anos. A grande maioria tem nacionalidade portuguesa, que por vezes se soma à nacionalidade do país de origem.

As datas de chegada a Portugal vão de 1950 a 1988 e em três casos há duas datas de chegada, ou seja, o mesmo entrevistado emigrou duas vezes para Portugal, em fases diferentes da sua vida. São pessoas que, depois de uma primeira emigração, mais ou menos longa, regressaram ao país de origem ou foram para países terceiros, voltando alguns anos depois a Portugal, por vezes, muitos anos depois, para ficarem até hoje.

Entre 1950 e 1988 os anos de chegada agregam-se de acordo com as fases do calendário migratório dos idosos africanos apresentadas no capítulo 3. Repartem-se em número quase igual os que chegaram antes de 1974, em 1974 e 1975 (durante a descolonização), e depois disso. As idades que tinham quando vieram eram muito variadas e em correlação, como seria

de esperar, com as datas de chegada. Os que chegaram mais novos são os que migraram antes de 1974, incluindo o entrevistado que veio em 1950, apenas com nove anos, o único menor de idade no momento da migração. Todos os outros estavam na casa dos vinte ou dos trinta anos. Os que vieram mais tarde, em 1974 e 1975, ou depois, já eram adultos maduros, perto ou mesmo acima dos 50 anos.

Deliberadamente não procurámos idosos chegados em anos mais recentes, para se juntarem a familiares cá fixados. Interessava-nos mais conhecer os casos daqueles que envelheceram cá, e as condições em que o fizeram, e esses constituem a grande maioria dos imigrantes idosos africanos.

Só dois entrevistados, um homem e uma mulher, não têm filhos e cinco têm um ou dois. Os restantes têm descendências numerosas, destacando-se os oito idosos que tiveram cinco ou mais filhos, dois dos quais tiveram sete filhos e outros dois, nove filhos. Cinco idosos também já perderam filhos, um ou mais, de diferentes idades, ainda crianças ou jovens ou já adultos. Os agregados domésticos são variados, havendo quem viva apenas com o cônjuge, com o cônjuge e filhos, com filhos, genros e netos, com filhos e netos ou só com netos. Mas a situação mais frequente é a dos que vivem sozinhos, que são proporcionalmente mais nesta amostra do que nos dados dos Censos 2001 que analisámos no capítulo anterior.

Finalmente, quanto à condição socioprofissional, a amostra de entrevistados reproduz a diversidade de perfis que identificámos também através dos dados censitários. Embora a maioria esteja reformada, há uns quantos que mantêm actividades profissionais de vários tipos, de carácter mais ou menos esporádico, há dois que continuam a exercer uma profissão a tempo inteiro e um último, de 65 anos, que se declarou desempregado. As actividades profissionais predominantes, actuais ou últimas antes da reforma, são maioritariamente pouco qualificadas (construção, limpezas, restauração), mas há também ex-técnicos administrativos intermédios, uma pessoa que tinha uma actividade de serviços por conta própria, um ex-topógrafo, um ex-notário e um ex-engenheiro. Os níveis de escolaridade são, na maioria das vezes, baixos ou inexistentes (oito entrevistados são analfabetos), mas alguns idosos completaram o ensino secundário ou superior, justamente aqueles que tiveram as profissões mais qualificadas.

Tabela 33. Perfil social dos imigrantes africanos idosos entrevistados

Nome	Sexo	Ano de nascimento	Idade	Naturalidade	Nacionalidade	Ano de chegada a Portugal	Concelho de Residência	Nº de filhos	Agregado doméstico	Condição perante o trabalho	Actual/Última profissão	Escolaridade
Adelaide	M	1935	73	Cabo Verde	Cabo-verdiana e portuguesa	1971	Oeiras	1	Com o cônjuge	Reformada	Dona de cabeleireiro	5.º a no do antigo Liceu
Albano	H	1927	81	Angola	Portuguesa	1975	Sintra	6	Só	Reformado (com biscates)	Bate-chapas	Curso Geral de Comércio (3.º CEB)
Alcinda	M	1943	65	Guiné-Bissau	Portuguesa	1967	Cascais	5	Com o neto e filho	Empregada	Empregada em lavandaria do exército	1.º CEB
António	H	1928	80	Cabo Verde	Cabo-verdiana	1984	Cascais	4	Só (mas próximo da filha)	Reformado	Carpinteiro na construção civil	3.º ano do 1.º CEB
Barbosa	H	1925	83	Cabo Verde	Portuguesa	1975	Oeiras	2	Com o cônjuge	Reformado	Notário	Antigo Liceu (12.º ano)
Bia	M	1940	68	Cabo Verde	Cabo-verdiana	1973	Sintra	3	Com a filha, genro e neta	Reformada (com biscates)	Empregada de limpeza	Não sabe ler nem escrever
Bufétar	H	1943	65	Guiné-Bissau	Guineense e portuguesa	1983	Cascais	9	Só (mas com um sobrinho no momento)	Desempregado	Pedreiro na construção civil	Não sabe ler nem escrever
Carlos	H	1942	66	Angola	Angolana	1988	Almada	0	Só	Reformado (com biscates)	Arrumador de carros	1.º CEB
Celeste	M	1927	81	Cabo Verde	Portuguesa	1977	Cascais	4	Só	Reformada	Empregada de limpeza	Não sabe ler nem escrever
Domingas	M	1932	76	Angola	Portuguesa	1977	Cascais	1	Com a neta	Reformada	Empregada de limpeza	1.º CEB
Ermelindo	H	1941	67	Moçambique	Portuguesa	1950	Oeiras	1	Só	Empregado	Empregado de mesa	1.º CEB

Fernando	H	1937	71	Cabo Verde	Portuguesa	1979	Lisboa	5	Com o cônjuge e filhos	Reformado (com biscates)	Pedreiro construção civil	1.º CEB
Filomena	M	1917	91	Angola	Portuguesa	1974	Almada	7	Só (mas próxima de uma filha)	Reformada	Empregada de limpeza	Não sabe ler nem escrever
Gregório	H	1927	81	Cabo Verde	Americana	1966 (1.ª vez) 2002 (2.ª vez)	Lisboa	4	Só	Reformado	Engenheiro Naval	Licenciatura
Inocência	M	1934	74	Cabo Verde	Cabo-verdiana	1985	Sintra	4	Com a filha, genro e netos	Reformada	Agricultora e serviços de limpeza (em Cabo Verde)	Não sabe ler nem escrever
João	H	1939	69	Cabo Verde	Cabo-verdiana	1964 (1.ª vez) 1990 (2.ª vez)	Cascais	5	Só	Reformado (com biscates)	Servente na construção civil	Não sabe ler nem escrever
Lisete	M	1944	64	Angola	Portuguesa	1974	Cascais	2	Com o cônjuge e a filha	Reformada	Técnica administrativa intermédia	Antigo liceu
Maria da Luz	M	1935	73	São Tomé e Príncipe	Santomense	1982	Almada	7	Com a neta	Reformada	Empregada de limpeza	Não sabe ler nem escrever
Maria Eugénia	M	1943	65	Cabo Verde	Cabo-verdiana e portuguesa	1963 (1.ª vez) 1971 (2.ª vez)	Seixal	Não tem	Só	Reformada (mas continua a trabalhar)	Cantora	Ensino Superior
Mendonça	H	1930	78	Cabo Verde	Portuguesa	1975	Lisboa	4	Com o cônjuge e o filho menor	Reformado (atividade ocasional)	Topógrafo	Antigo liceu (12º ano)
Mesquita	H	1936	72	Angola	Portuguesa	1975	Cascais	4	Com o cônjuge e a filha	Reformado	Motorista de pesados	1º CEB
Simão	H	1939	69	Cabo Verde	Portuguesa	1972	Cascais	9	Com o cônjuge e a filha	Reformado	Servente na construção civil	Não sabe ler nem escrever
Vicente	H	1932	76	Cabo Verde	Portuguesa	1975	Cascais	4	Com o cônjuge	Reformado	Técnico administrativo intermédio	Antigo liceu (11º ano)

Para cada um dos 23 entrevistados compusemos um retrato sociológico a partir das informações que nos prestaram. Os retratos descrevem a situação social de cada idoso, a múltiplos níveis, que era o primeiro objectivo das entrevistas, mas reconstituem também o seu passado, no que respeita à vida profissional, aos eventos familiares e ao trajecto migratório. Em todos os retratos há excertos de discurso directo (elementos de auto-retrato), que reproduzimos sem editar, isto é, mantendo as incorrecções de expressão oral quando elas existiram, por exemplo, erros de concordância de género ou número. Por baixo do nome (fictício), um pequeno resumo apresenta as características fundamentais do entrevistado e a situação em que se encontrava no momento da entrevista.

A análise do discurso dos entrevistados e, antes disso, as pistas de interpretação sociológica que nos foram sugeridas pela literatura teórica e empírica que sintetizámos no primeiro capítulo, conduziram-nos à definição de cinco categorias de imigrantes idosos. São, mais rigorosamente, cinco categorias de velhice, aqui aplicadas a imigrantes idosos, mas que podem utilizar-se para os idosos em geral (Figura 1).

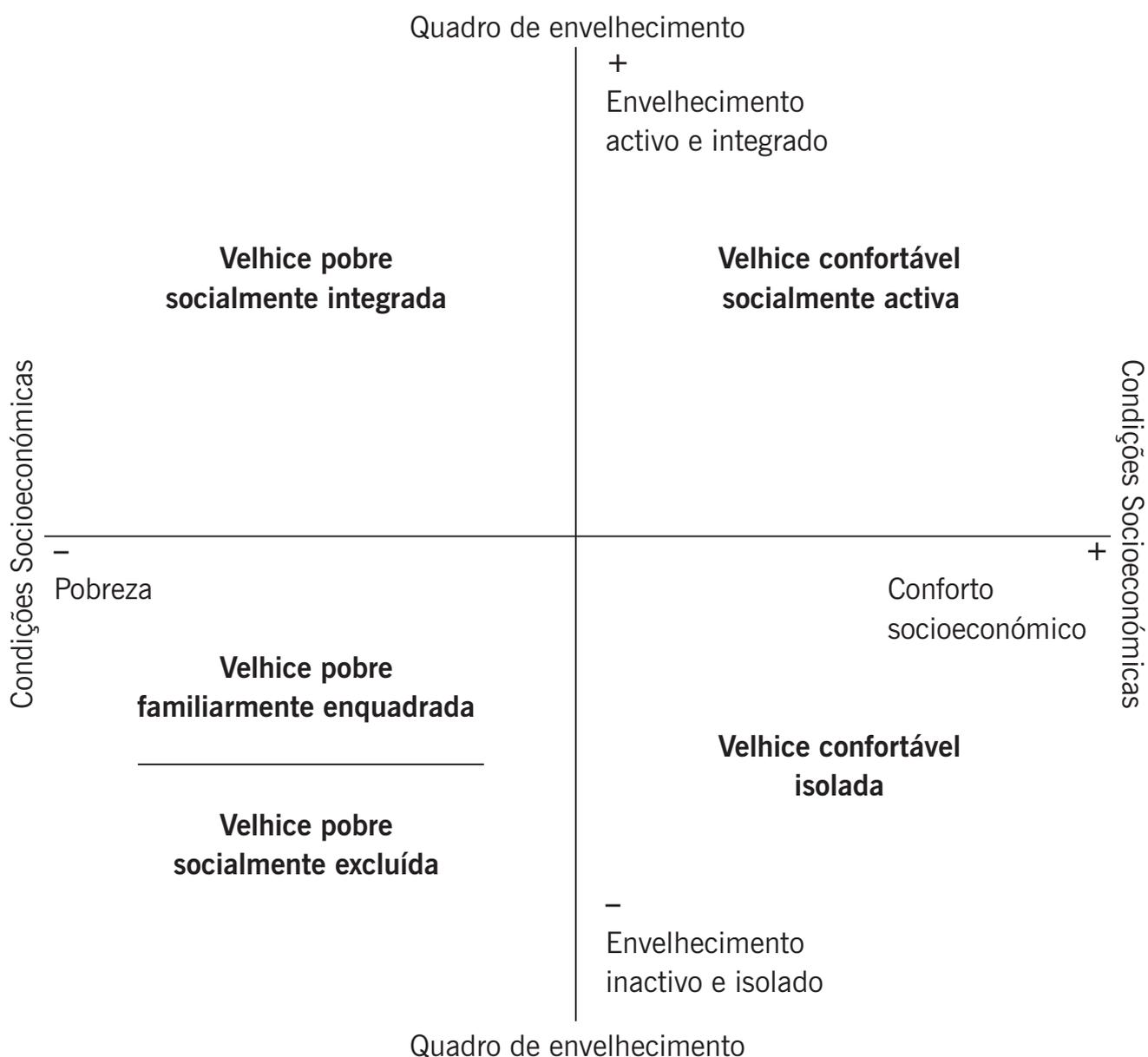
As cinco categorias recortam-se num espaço de situações sociais definido pelo cruzamento de dois eixos analíticos, um relativo à condição socioeconómica, o outro relativo ao quadro de envelhecimento. O eixo socioeconómico tem num dos pólos a pobreza e no outro o conforto. Nenhum dos idosos entrevistados vive com grande largueza de meios, mas há vários que têm rendimentos e condições de vida de classe média, daí a ideia de conforto socioeconómico.

O eixo do quadro de envelhecimento tem num dos pólos o envelhecimento inactivo e isolado e no outro o envelhecimento activo e socialmente integrado. “Subentendida” no eixo relativo ao quadro de envelhecimento está a condição de saúde. Os idosos saudáveis, ou que têm apenas pequenos problemas de saúde facilmente geríveis, têm condições físicas para um envelhecimento activo e socialmente integrado, sobretudo em termos de sociabilidades extra-domésticas e extra-familiares, e geralmente praticam-no. Os idosos com doenças crónicas incapacitantes e estados de saúde frágeis tendem a ficar mais inactivos e isolados.

O cruzamento dos dois eixos dá lugar, em termos lógico-formais, a quatro categorias, uma por quadrante, mas entendemos ser analiticamente relevante distinguir duas categorias es-

pecíficas num dos quadrantes, do que resulta um total de cinco categorias. Temos, assim, a “velhice confortável socialmente activa”, a dos idosos que vivem confortavelmente em termos materiais e são particularmente activos socialmente, em termos de convivialidade, lazer e ocupação do tempo livre, mas também em termos profissionais (continuam a trabalhar), associativos ou políticos. A “velhice confortável isolada” é a dos que têm conforto económico,

Figura 1. Espaço tipológico da velhice dos imigrantes africanos



mas, por razões de saúde ou outras, vivem isolados e têm pouca actividade, para lá do espaço doméstico e familiar. A privação de recursos económicos, não extrema, pode combinar-se com práticas de envelhecimento activo como as já referidas ou outras e nesse caso falamos de “velhice pobre socialmente integrada”. Pode combinar-se também com um quadro de actividade e de relacionamentos sociais mais restrito, basicamente confinado à esfera familiar, situação que designámos “velhice pobre familiarmente enquadrada”. A quinta categoria reúne os idosos que se encontram em pior situação, aquela em que a escassez (ou também irregularidade) de recursos económicos se combina com a escassez de laços sociais significativos familiares ou outros.

Como em todas as caracterizações qualitativas deste tipo, pode haver mais ou menos casos situados nas zonas de fronteira entre categorias. Se há idosos cuja pertença a determinada categoria é absolutamente nítida, que são como casos-tipo, localizados no centro dessa categoria, há outros que estão nas margens, perto de uma categoria vizinha. Também é importante dizer que a localização atribuída a cada idoso no espaço tipológico da velhice poderá alterar-se no futuro, embora nem todos os fluxos entre categorias sejam igualmente prováveis. Um determinado evento ou processo em curso pode fazer com que, por exemplo, se passe de uma velhice pobre familiarmente enquadrada para uma velhice pobre socialmente excluída ou de uma velhice confortável socialmente activa para uma velhice confortável isolada. As mudanças de categoria são mais prováveis justamente para os que estão mais perto das fronteiras.

Em cada uma das cinco categorias os retratos sociológicos dos imigrantes africanos idosos são apresentados em dois subconjuntos, homens e mulheres, na medida em que no envelhecimento e na velhice, como em muitos outros campos, as relações de género constituem um factor visivelmente diferenciador de trajectos e situações sociais.

2. VELHICE POBRE SOCIALMENTE EXCLUÍDA

2.1. CARLOS, ERMELINDO E JOÃO

“Eu não penso em nada, eu agora é só morte”.

João, 69 anos

Neste primeiro grupo da velhice pobre socialmente excluída só encontramos três homens – o João, o Carlos e o Ermelindo –, e não é por acaso que assim acontece. A ruptura profunda dos laços familiares, ou a lenta erosão desses laços pela distância migratória, constituem uma causa e uma consequência das situações em que se encontram e são fenómenos habitualmente conjugados mais no masculino do que no feminino. É o que faz, por exemplo, com que numa das categorias mais extremas da pobreza e exclusão social nas sociedades contemporâneas, os sem-abrigo, haja muito mais homens do que mulheres.

Os caminhos que conduziram estes três homens à velhice pobre socialmente excluída foram diferentes em muitas coisas. O João chegou a viver bastante bem ainda antes de sair de Cabo Verde. Tinha conforto económico e reconhecimento social. Do trajecto do Ermelindo, chegado aos nove anos de Moçambique, adoptado por um militar português e respectiva mulher, poder-se-ia esperar algo de completamente diferente do que veio a acontecer, até porque já adulto chegou a ter uma situação profissional bem melhor do que a que tem hoje. O Carlos, de origem angolana, nunca teve uma posição profissional vantajosa, mas poderia ter seguido o caminho dos irmãos que emigraram para Inglaterra, a partir de Portugal, e ter encontrado aí novas oportunidades.

Mas há um ponto de semelhança fundamental nas histórias do Carlos e do Ermelindo. Ambos são alcoólicos e isso tem consequências pesadas nas suas vidas a vários níveis. A progressiva desorganização pessoal causada pelo alcoolismo, com a consequente perda de condições de acesso a recursos, o desgaste e virtual ruptura de laços familiares e sociais e ainda os problemas complementares de saúde que lhe estão associados, começou cedo

para os dois. Com 66 e 67 anos, respectivamente, estão entre os mais novos dos idosos entrevistados, ainda longe da chamada quarta idade, e são dos que se encontram em pior situação.

João não tem esse problema, mas está a passar, também relativamente cedo (tinha 69 anos no momento da entrevista), por um processo gradual de perda de laços com a mulher e os filhos que continuam em Cabo Verde. O contacto era regular, por várias vias, até João ter ficado doente e deixado de trabalhar. Desde então não foi mais a Cabo Verde, deixou de poder enviar dinheiro e o reagrupamento familiar, um projecto que em tempos parecia poder concretizar-se, está mais longe do que nunca. Além de ser pobre, João está só, doente e desesperançado.

CARLOS

É solteiro, não tem filhos e vive sozinho num T2 de um bairro social em Almada. Aos 66 anos, depende de apoios estatais, de instituições de solidariedade e do estacionamento de carros que faz ao fim-de-semana. Tem problemas de saúde graves devido ao alcoolismo. Nasceu em Angola em 1942 e viveu lá até aos 46 anos. Em 1988, veio para Portugal juntar-se aos seus pais e irmãos que já cá estavam há cerca de dez anos. Gostava de ter nacionalidade portuguesa, mas por dificuldades de natureza burocrática ainda não o conseguiu. Gostava de voltar para Angola, mas não crê que isso venha a concretizar-se.

Aos 50 anos, quatro anos depois da vinda de Angola, deixou de trabalhar de forma regular devido ao alcoolismo. “Não trabalhei mais porque...por causa das bebedeiras. Por causa das bebedeiras que eu apanhava. Estava a beber muito. Sempre bebi muito e então tive problemas de fígado”. Desde então vive da quantia que consegue a estacionar carros, dos 180 euros que recebe do RSI, de um subsídio de 60 euros destinado à compra de medicamentos, da ajuda alimentar proveniente da paróquia ou da associação do bairro e do apoio de familiares próximos que emigraram para Inglaterra e vivem em Londres. Por intermédio de uma assistente social que tem vindo a acompanhar o seu caso, assim como outros do bairro onde vive, inscreveu-se para aceder ao Complemento Solidário para Idosos, encon-

trando-se a aguardar uma resposta. *“Já me disseram que é garantido, pode ser que sim. Ainda há dias perguntei à menina que me ligou, ainda há bocado perguntei, “Não tem nada a ver com estrangeiro?” e ela disse: “Não, não tem nada a ver. Isso é para pessoas que têm idade, não tem nada a ver se é estrangeiro. Não tem nada a ver. Está garantido. Demora é muito tempo”.*

Não tem direito a uma pensão de reforma porque nunca realizou descontos para a Segurança Social enquanto trabalhou. Por isso, estacionar carros foi e continua a ser a sua actividade principal, embora hoje só a exerça nos fins-de-semana de bom tempo. *“Não consigo viver. Eu vejo-me à rasca. A única forma de rendimento é quando está bom tempo, vou ao parque arranjar umas moedinhas. (...) Aquilo já dá pouco, já deu, hoje em dia não dá nada de facto. Ainda ontem estive lá, mesmo com dores, ainda apanhei 20 euros. Mas custou-me muito, estava cheio de dores. E depois, a zona onde eu trabalho, os restaurantes estão fechados”.* Está muito debilitado devido ao cancro e à cirrose hepática que lhe foram diagnosticados pela equipa médica hospitalar que o segue e que Carlos diz ser muito boa. Não paga alguns medicamentos porque se desloca todas as semanas até ao hospital para que lhe sejam fornecidos gratuitamente. Há cinco anos que não bebe.

Mora sozinho num T2, num bairro social de Almada, mas durante os primeiros anos em Portugal viveu com os pais e os irmãos num bairro de barracas no mesmo concelho. Pouco a pouco a família foi emigrando para Londres. *“A outra irmã solteira que vivia connosco casou-se com um moçambicano, ele estava radicado em Inglaterra. Daí que a minha irmã começou a puxar a família para lá. Primeiro levou uma sobrinha, depois foi a minha irmã, que é casada também, depois foi a minha irmã com as filhas, depois foi o meu irmão. A minha mãe ficou comigo. (...) Ficamos os dois naquele casarão. É claro que eu continuava a beber, não prestava muita atenção à minha mãe. Ela já tinha idade e andava sempre doente. Então a minha irmã, que estava casada com o moçambicano que estava em Inglaterra, que foi a primeira a ir para lá, levou a minha mãe. Eu fiquei sozinho naquela casa”.*

Normalmente, não fica muito tempo em casa. Faz o circuito das instituições que o acompanham e apoiam – hospital, paróquia, Segurança Social – e vai para um parque de estaciona-

mento arrumar carros. Para além disso, gosta de conviver, vai ao café do bairro, visita ou é visitado pelos amigos (cabo-verdianos e angolanos), por familiares e pela namorada, que o ajuda nas tarefas domésticas. Teve vários relacionamentos amorosos ao longo da vida, mas nenhum durou. Teve também muitos empregos. Ainda em Angola, a mudança frequente de emprego deveu-se, por um lado, à situação económica precária do país naquela época e, por outro, à forma como Carlos encarava o trabalho. Envolveu-se várias vezes em quezílias com patrões e colegas e abandonou empregos porque decidia “aventurar-se” noutra actividade ou território.

Chegou a Portugal com 46 anos, em 1988, mais de dez anos depois de quase toda a sua família directa ter fugido para cá. O agudizar da guerra civil, a insistência da família e a instabilidade da sua vida a nível profissional, residencial e conjugal, acabaram por levá-lo a fazer essa opção. Logo na primeira semana, através de um amigo de infância, conseguiu um emprego numa papelaria, sem contrato nem descontos, a fazer a acomodação, distribuição e devoluções de jornais e revistas. *“Eles tinham uma carrocinha pequena que era para levar jornais de um dia para o outro para o armazém. Então eles tinham três lojas para fazer a distribuição das revistas e jornais diariamente. Era o meu trabalho. (...) Era para distribuir os jornais, as revistas e levar aquele material de um dia para o outro para o armazém. Depois chegava a altura de empilhar tudo e mandar para a fábrica”*.

Passados seis meses adoeceu e isso fê-lo perder o emprego. Mais tarde entrou para a construção civil como servente e, mais uma vez, sem contrato de trabalho. Para Carlos esta transição representou uma perda de estatuto social. Em Angola tinha tido actividades ligadas ao pequeno comércio e restauração onde fazia não só atendimento ao público, como também algum trabalho administrativo. Foi empregado de balcão, empregado de mesa, vendedor ambulante, ocupações que têm, quanto a ele, outro valor. *“Era difícil. Se foi coisa que eu não tinha feito na minha vida, foi trabalhar de servente. Cá fui obrigado. Custou-me muito, mas tive que me habituar a carregar baldes de massa”*.

Gostou de viver em Angola e recorda esse tempo com saudade, mas acha que já lá não voltará devido aos cuidados de saúde permanentes de que necessita e a que lá não teria acesso. Não

adquiriu a nacionalidade portuguesa porque não consegue reunir os documentos necessários, a certidão de nascimento e o registo criminal de Angola. Sente-se simultaneamente português e angolano. *“Sinto-me tudo, as duas coisas. Eu nasci debaixo da bandeira portuguesa, tanto que debaixo da bandeira angolana estive pouco tempo. Já estou cá há 20 anos. Para mim tanto faz, ser angolano, como português. Dou-me bem com todos. Com as duas nacionalidades. (...) Sou mais angolano. Sou angolano, embora tivesse nascido debaixo da bandeira portuguesa, mas sou angolano. E gosto da minha terra, imenso. Gosto muito da minha terra. Se não fosse a minha doença, voltava para lá agora. Voltava para lá”.*

ERMELINDO

Nasceu em 1941. Vive em Portugal desde 1950, altura em que a família de um militar português o trouxe de Moçambique, tinha Ermelindo 9 anos. Sempre teve nacionalidade portuguesa e sente-se ao mesmo tempo português e moçambicano. Vive sozinho num quarto alugado e a sua rede familiar é quase nula. Aos 67 anos, apesar de já estar reformado, continua a servir à mesa no restaurante onde trabalhou nos últimos vinte anos. Lá, diz, sente-se entretido e acompanhado.

Reformou-se em 2007, aos 66 anos, mas continua a trabalhar no mesmo restaurante de há vinte anos, num bairro social. Antes esteve noutros restaurantes, em lugares mais prestigiados, e chegou a ter sociedade em alguns deles. Em termos de saúde, não tem limitações físicas, mas o alcoolismo trouxe-lhe problemas ao longo da vida. Como empregado de mesa recebe 450 euros mensais, quantia que junta aos 300 que tem de reforma. Desse total, retira 250 euros para a renda do quarto onde mora, numa casa em que não tem serventia de cozinha ou sala, nem casa de banho privativa.

Para além da questão monetária, a opção por continuar a trabalhar responde à necessidade de ocupar o tempo e sentir-se acompanhado. Diz que das vezes que parou acabou por beber demasiado e perdeu-se em pensamentos menos positivos. As caras que passam no restaurante são as de velhos conhecidos, a relação com o seu patrão e antigo colega é mais do que uma relação laboral e sente-se quase em casa no trabalho. Por volta dos 40 anos, Ermelindo di-

vorciou-se, perdeu o contacto com o filho e rompeu relações com os padrinhos, o casal português que o adoptou e trouxe de Moçambique em criança. Desde então tem vivido sozinho, em quartos alugados, e começou a ter problemas de alcoolismo que se arrastam até hoje.

Há algum tempo atrás concorreu à atribuição de apartamentos em bairros sociais do concelho onde vive, Oeiras, e espera o resultado com ansiedade. Nos dias de folga e nas férias vai para o terreno de um amigo português de longa data que tem uma loja na mesma rua do restaurante onde trabalha. É com esse amigo e com a família dele que passa também os momentos festivos do calendário anual. *“Vou com ele ajudar, estar ali no campo e tal, apanhar o sol. Almoçamos, fazemos o almoço e depois ele traz-me aqui em casa e, pronto. (...) Eles são boas pessoas. Chega o Natal, convidam-me sempre para casa deles (...) Sinto-me muito bem, vou a casa deles, os filhos deles são casados, elas adoram-me. No Natal estou, no Ano Novo estou, levam-me e trazem-me... são as únicas pessoas que eu tenho”*.

Nasceu em 1941, no norte de Moçambique, e por volta dos oito anos abandonou sozinho a sua aldeia para ir para a cidade mais próxima, Nampula. Não tinha ninguém à sua espera, mas uma família de portugueses, a quem chama padrinhos, acabou por tomar conta dele. Foram os seus primeiros patrões. *“Nessa altura quase não trabalhava nada, fazia limpeza, limpava os cinzeiros, tomar conta das salas... porque era um miúdo pequeno, toda a gente gosta dos miúdos, né? Crianças. (...) Aquela gente tratava-me bem, comer e beber e tal, pronto, não me faltava nada, era aquela alegria. Era quase a minha família”*. O homem era militar e quando acabou a sua comissão de serviço em Moçambique voltou com a família para Portugal, trazendo Ermelindo. Na altura, em 1950, Ermelindo tinha nove anos e sonhava que viria para Lisboa estudar e jogar futebol no Sporting ou no Belenenses. Nada disso aconteceu. À medida que foi crescendo foi assumindo maior número de tarefas domésticas. *“Era troca por troca”*. A lida doméstica e a companhia aos padrinhos era paga com uma mesada de 50 escudos, alimentação, residência e protecção. *“Eles gostavam muito de mim, não tenho inimigo deles... só que eles deviam ter mostrado alguma coisa... aumentar a minha cultura um bocadinho. Eu queria tirar a carta de chofer, queria tirar a 4.^a classe para tirar a carta de chofer e eles...”*. Acabou por conseguir fazer o 1.º ciclo do ensino básico no regime nocturno para adultos, aos 20 anos, mas não chegou a tirar a carta de condução.

Aos 26 anos, em 1967, passou a trabalhar na casa de uns familiares mais abastados dos padrinhos, mas continuou a viver em casa destes. O novo emprego era numa casa burguesa, com vários empregados, recepções de convidados, rigor nos preceitos de servir à mesa e um vasto número de peças valiosas, cuja limpeza e manutenção era de elevada responsabilidade. Aí conseguiu ganhar mais dinheiro, 1500 escudos por mês. *“O meu serviço era assim, tinha as minhas salas para limpar, arrumar... eram coisas de muito valor, aquilo agora é um museu”*.

Em 1975, já com 34 anos, começa a ter alguns problemas com os colegas e a sentir-se mais incomodado com a dependência relativamente aos padrinhos. Abandona o emprego e sai temporariamente de casa para viver num quarto alugado. É nessa altura que passa a trabalhar como empregado de mesa. De início esteve em restaurantes de prestígio na marginal de Cascais, mas progressivamente foi caindo para sítios de menor estatuto.

Chegou a ter o seu próprio restaurante, em sociedade. A primeira vez que isso aconteceu, tinha 36 anos, foi quando se casou e passou a viver com a mulher, de origem portuguesa, e o filho, entretanto nascido, novamente em casa dos padrinhos. Foi um retorno a casa que Ermelindo lembra com alegria. Eles ofereceram-lhe a cave para morar e deram-lhe permissão para fazer as obras necessárias. A sociedade no restaurante durou cinco anos. Havia um sócio maioritário, Ermelindo e três colegas de profissão. *“Ele deu a sociedade porque ele tinha a casa já feito. Ele precisava era de pôr lá dinheiro e pôr pessoal a trabalhar (...) Mas depois... ladrão aqui, outro ali, pega dinheiro dali, maluco aqui (...) O dinheiro não aparecia”*. Quando quis abandonar a sociedade, o padrinho propôs-lhe outra. *“A princípio, arranjar a casa, o expediente, era mais difícil (...) Então fiz assim, eu não fecho à noite. Era tudo aqueles amigos assim, ainda tive lá farras, fados, pregos, bifanas e gambas grelhadas à noite (...) De dia não dava quase nada (...) Mas o meu padrinho disse que era pouco, que eu estava a guardar dinheiro no bolso”*.

A parceria durou menos de um ano. O fim do restaurante deixou um mau ambiente entre Ermelindo e os padrinhos, agravado pelo facto de ele depender dele ao nível da habitação. Foi nessa mesma altura que se divorciou, alegadamente devido à infidelidade da mulher. Desde então deixou de se dar com os padrinhos e foram raras as vezes em que esteve com o filho,

hoje com 30 anos e sargento do exército. Também não conhece a neta que entretanto nasceu. *“Sou só eu próprio, pode ser que um dia o meu filho... que a gente consiga chegar a um dia em que a gente podemos estar juntos e acabar com esta... mas eu acho difícil”*.

Sente-se simultaneamente moçambicano e português, porque não se pode renunciar ao sítio onde se nasceu, diz, e porque vive em Portugal há muitos anos. Nunca deixou de ter nacionalidade portuguesa porque antes do 25 de Abril já se encontrava em Portugal. Não pensa voltar a Moçambique, já lá não conhece ninguém. Depois de quase 60 anos a viver em Portugal, não sente que faça sentido ir para lá, já está habituado a cá estar, tem cá as pessoas que conhece e a sua vida.

JOÃO

Foi negociante de gado e podia, se os planos tivessem corrido melhor, ter hoje um negócio em Dakar ou em Cabo Verde. Nasceu na Ilha de Santiago em 1939. Esteve em Portugal entre 1964 e 1974, regressou a Cabo Verde, viveu mais tarde em Dakar durante dois anos e voltou, para ficar, em 1990, já com 51 anos. Trabalhou sempre na construção civil, mas fez poucos descontos para a Segurança Social. Vive sozinho, já que a mulher e os cinco filhos ficaram em Cabo Verde. A ausência dos familiares mais chegados deixa João muito vulnerável, agora que o afligem problemas económicos e de saúde. A pensão de reforma muito baixa faz com que dependa de apoios sociais para sobreviver. Tem nacionalidade cabo-verdiana.

De segunda a sexta frequenta um centro de dia onde tem acompanhamento de saúde, faz as refeições e convive um pouco. Aí ocupa o tempo a ver televisão, o mesmo que faz em casa ao fim-de-semana. No passado, era um homem que gostava de convívio, de ir a casa dos “patrícios”, jogava cartas, ia ao café, mas hoje passa o tempo quase exclusivamente no centro de dia ou em casa sózinho.

A família, cinco filhos e a segunda mulher, ficou em Cabo Verde. A primeira mulher, com quem tinha casado em 1974, faleceu em 1981. Em determinado momento parece ter existido

a expectativa de reunificação familiar. Mas, de acordo com João, as dificuldades de documentação, os custos das viagens e a sua falta de diligência acabaram por impedir a concretização desse projecto. O contacto com a família já foi maior. Antes João ia de férias a Cabo Verde pelo menos um mês por ano, comunicavam por carta, apesar de não saber ler nem escrever, telefonavam-se com alguma frequência e conseguia apoiá-los financeiramente.

Nos últimos três anos, após ter tido um AVC e ter deixado de trabalhar, a ligação com a família enfraqueceu substancialmente e João, perante estas perdas em várias frentes, sente-se só e desalentado. *“Agora já não dá para ir a nenhum sítio. Porque Cabo Verde, eu gostava de ir ficar ao pé da família, mas não dá. (...) Se eu tivesse em condições eu ia, mas sair daqui sem nada para ir ficar lá na miséria é bem pior (...) Eu não penso em nada, eu agora é só morte”*.

Os problemas de saúde, a inactividade profissional e a inexistência de uma rede familiar de apoio, deixam-no numa situação de grande vulnerabilidade. Aos 69 anos, não tem meios próprios de subsistência suficientes, dependendo de apoios sociais.

O período de recuperação do AVC, apesar de ter sido difícil, permitiu que acesse a recursos que, de outra forma, talvez não tivesse conseguido alcançar. Foi durante esse processo que a sua médica de família o ajudou a obter uma casa no bairro de realojamento onde mora, depois de vários anos a viver em barracas do concelho (Cascais) ou em edifícios em construção onde trabalhou, e teve acesso ao serviço municipal de apoio domiciliário a idosos, que inclui refeições e medicação, e ainda aos serviços do centro de dia.

João vive em Portugal desde 1990, embora tenha estado cá antes, entre 1964 e 1974. Trabalhou sempre como servente da construção civil, nas duas fases, e quase nunca fez descontos para a Segurança Social. No momento em que foi tratar do acesso à reforma descobriu, para sua “surpresa”, ter apenas nove meses de descontos quando na realidade tinha já perto de dez anos de trabalho. Ficou com uma reforma de 200 euros (*“40 contos”*).

Do seu ponto de vista, foi burlado pela entidade patronal, mas reconhece que na altura também não se acautelou. *“Naquele tempo a vida das pessoa que vinha de Cabo Verde estava*

um pouquinho atrasado, também não tomei apontamento do nome do homem com quem eu trabalhava e ele não me pôs na caixa e ficou assim, por isso não tenho reforma... Eu tenho um pouquinho porque tive um acidente na obra". Tinha 52 anos quando o acidente de trabalho aconteceu. Teve de ser operado e pediu a reforma por invalidez. Mais uma vez, refere ter sido enganado pela entidade patronal. *"Na operação eles perguntaram-me se eu queria indemnização, ou se queria dinheiro, ou se queria reforma, e eu disse que eu queria reforma, mas reforma eles já não pagam nada, pagavam-me 15 contos por mês".* Esse montante não garantia a sua subsistência e continuou a trabalhar na construção até aos 67 anos, quando teve o AVC.

Em Cabo Verde tinha um estatuto social melhor do que veio a ter em Portugal. Era negociante de gado, já aos 20 anos, o que significava autonomia e meios económicos desafogados. O gado que vendia era dele e ganhava bastante dinheiro, o suficiente para ter ficado dois anos sem trabalhar em Dakar. Tinha reconhecimento social, conhecia muitas pessoas através da sua actividade e era muito procurado devido à sua posição. *"Eu comprava os bois e vendia as vacas, tinha um curral grande cheio de animais, eu comecei uma boa vida. Eu estava a vender, eu tinha o meu dinheiro até que me deu ideia em emigrar, foi bom, mas não foi como estava antes, em Cabo Verde eu estava melhor. (...) Compra, vende, compra, vende...Eu ganhava bem, ganhava dinheiro (...) As raparigas iam ter comigo sempre, iam sempre, mas não é um nem dois nem três e quatro".*

Na sua passagem por Dakar, entre os 48 e os 50 anos de idade, João, que ia com intenção de montar um negócio, acabou por delapidar o considerável património financeiro de que dispunha. *"Eu tinha muito dinheiro e gastei tudo. Eu estava cheio de dinheiro, estava a poder mesmo, mas enfim, foi só ilusão e dessa vez foi o meu castigo! (...) Foi só o vício! (...) Eu tinha vontade de conhecer Dakar, estava na vaidade e vaidade... e fiquei só a vadiar, gastei o dinheiro todo. (...) Eu fui para lá com dinheiro, tinha por volta de 500 contos em dinheiro de Cabo Verde, e fiquei a pensar ... 500 contos era dinheiro naquela altura... queria abrir um negócio e era bem melhor. E peguei no dinheiro e gastei tudo, em dois anos não tinha nada".*

Foi então, em 1990, aos 51 anos, que decidiu vir novamente para Portugal. *“Por curiosidade tornei a vir para Lisboa outra vez, e não tinha necessidade de vir (...) Queria vir a esta terra outra vez e vim. Eu não devia ter vindo, mas fiquei com ideia de vir outra vez”*.

O que torna a velhice de Carlos, Ermelindo e João, pobre e socialmente excluída?

Em primeiro lugar, a escassez de rendimentos e, além da escassez, também a irregularidade desses rendimentos, por vezes. As pensões que recebem são muito baixas, ou porque tiveram trajectos profissionais curtos ou porque, mesmo com trajectos profissionais longos, fizeram poucos descontos para a Segurança Social, problema bem conhecido também entre os idosos portugueses e causa directa da pobreza que os atinge, uma pobreza antiga, longe de estar eradicada (Capucha, 2005; Bruto da Costa e outros, 2008). O que Carlos ganha a arrumar carros, dinheiro que complementa os 180 euros que recebe de RSI, é incerto, o que se deve à própria natureza da actividade, mas também ao facto de estar doente e só poder trabalhar quando as condições de tempo lho permitem. E o salário de empregado de mesa que Ermelindo recebe, e que junta aos 300 euros de reforma, também não é uma fonte certa para o futuro, apesar de amizade que o liga ao seu patrão e ex-colega.

A falta de qualificações escolares deixou-os longe, aos três, do acesso aos segmentos mais garantidos do mercado de trabalho. O analfabetismo do João, em particular, deixá-lo-ia desmunido em qualquer contexto de trabalho, mesmo o mais desqualificado, e não é por acaso que se queixa de ter sido ludibriado pelos empregadores, mais do que uma vez.

Em segundo lugar, os laços sociais que os mantêm ligados ao mundo à sua volta são poucos e perderam alguns que são fundamentais. Ermelindo não tem contacto com o filho, com a ex-mulher ou com os padrinhos e João, embora por razões diferentes, também está a perder os laços com a mulher e os filhos. Carlos, embora tenha uma namorada e alguns amigos, tem os irmãos em Inglaterra e vive sozinho. Ermelindo retrata bem essa falta de laços sociais quando diz que a trabalhar no restaurante se sente acompanhado. Além do patrão, só tem mais um amigo e respectiva família, com quem passa algum tempo e que o acolhe nas festas anuais.

Em terceiro, e último lugar, a falta de saúde pesa sobre todos eles e reduz-lhes as possibilidades de outra vida. Mesmo que tivessem mais rendimentos e mais relações sociais significativas, estariam limitados pela falta de saúde. Carlos está em pior situação. Tem um cancro e uma cirrose e vai-se mantendo com acompanhamento médico hospitalar, mas o facto de ter de arrumar carros não contribui nada para a sua recuperação. Ao contrário de Carlos, que parece ter-se libertado do alcoolismo, embora tarde de mais, Ermelindo continua dependente do álcool (mas funcional) e será ilusória a ideia que transmite de que não tem problemas de saúde. João, por sua vez, teve um acidente vascular cerebral que o deixou incapaz de trabalhar e, antes disso, já tinha tido um acidente de trabalho que o levou à reforma por invalidez.

Neste quadro de precariedade, económica, relacional, de saúde, um ponto de compensação é, apesar de tudo, a situação habitacional do Carlos e do João, que conseguiram casas em bairros sociais depois de terem vivido em barracas muitos anos. É dessa possibilidade que Ermelindo está suspenso, à espera do resultado de um concurso para atribuição de alojamento, pagando entretanto a renda de um quarto com poucas condições, que consome boa parte do seu orçamento.

João e Ermelindo tiveram trajectos profissionais de mobilidade descendente. Melhor, dir-se-ia que tiveram grandes oscilações de condição social, com certos períodos bastante melhores do que o actual. Ermelindo chegou a explorar por duas vezes o seu próprio restaurante, em sociedade, na zona de Cascais, e João viveu bem em Cabo Verde, em termos materiais e de reconhecimento social, mas a passagem por Dakar, onde consumiu inactivamente os recursos financeiros que tinha obtido com o negócio do gado em Cabo Verde, foi um ponto de viragem para baixo na escala social.

A história de Ermelindo mostra, além disso, que, por vezes são os mais próximos que impõem maiores adversidades. O casal de portugueses que o trouxe de Moçambique em criança fez dele mais um criado interno de longa duração do que um filho adoptivo. Estando cá desde tão novo, numa família de algum estatuto, facilmente poderia ter chegado muito mais longe em termos escolares e sociais. Mas não lhe foi permitido ir além da quarta classe, feita só aos 20 anos, e não pôde sequer tirar a carta de condução como desejava.

Note-se, por fim, que nenhum dos três põe a possibilidade de deixar Portugal e regressar aos países de onde vieram. Para Ermelindo, é a própria ideia de Moçambique como país de origem que não faz sentido. Veio muito novo, não ficaram laços, não conhece lá ninguém. Mas Carlos e João vieram adultos maduros, o primeiro com 46 e o segundo com 51 anos (já cá tinha estado entre os 25 e os 35 anos) e João têm lá a mulher e os cinco filhos. Por isso podia-se esperar que quisessem voltar. Acontece que não é uma mera questão de vontade. No plano do desejo, os dois até dizem que sim, que gostariam de ir, não necessariamente para ficar. Só que não têm condições objectivas nem subjectivas para isso. Viveriam de quê? Como poderia Carlos prescindir do acompanhamento médico de que precisa absolutamente? Além disso, como voltar e enfrentar os outros, especialmente a família, quando não se acumulou qualquer capital económico como se espera que um imigrante faça?

3. VELHICE POBRE FAMILIARMENTE ENQUADRADA

O que distingue António, Mesquita e as mulheres que pertencem a esta categoria de velhice (Celeste, Domingas, Inocência e Maria da Luz) dos três casos anteriores não é tanto o montante de rendimentos de que dispõem. Os idosos desta categoria também são pobres, têm rendimentos baixos e alguns também dependem de apoios estatais de emergência, como o RSI. Também não são as condições de saúde. Vários têm problemas desse foro, embora nenhum tão grave como o do Carlos, é certo. Tão pouco é a quantidade e intensidade de laços com a sociedade mais ampla. Os entrevistados deste grupo também têm sociabilidades restritas, que pouco vão para além do círculo familiar e de uma ou outra amizade.

O que verdadeiramente distingue estes idosos dos anteriores é só uma coisa, mas fundamental. Eles têm um enquadramento familiar estável, são apoiados por filhos, ou por filhos e genros, ou por netos, que respondem às suas necessidades materiais, relacionais e afectivas. Complementam os seus rendimentos económicos, cuidam deles no quotidiano ou providenciam soluções para que esses cuidados existam quando não os podem prover pessoalmente, estão presentes no dia-a-dia, mesmo que vivam em casas diferentes. Em troca, as mulheres idosas, não os homens, que nesta geração as relações de género não o “permitem”, encarregam-se de tarefas domésticas na medida das suas possibilidades físicas.

Aqui não houve rupturas familiares, os laços com os mais próximos perduram até hoje e funcionam como rede protectora. Em famílias de vários irmãos, e por vezes eles estão dispersos noutros países europeus ou mesmo nos países de origem dos pais, há sempre uma irmã, ou então uma neta, que acompanha o idoso ou idosa no dia-a-dia, podendo os que estão longe ajudar financeiramente. Mais uma vez, as relações de género se apresentam na sua face habitual, há cuidadoras e não cuidadores. Podendo tudo o resto ser igual na condição social destes idosos, o factor familiar faz toda a diferença e deixa-os longe da situação de isolamento e precariedade dos anteriores. Vários destes idosos são bem mais velhos do que Ermelindo, Carlos ou João. No momento das entrevistas, Celeste tinha 81 anos, António 80 anos e os restantes estavam acima dos setenta. Mas é como se, em comparação com os anteriores, que se encontram num declínio precoce ditado por uma condição social e um quadro de envelhecimento muito desfavoráveis, fossem mais novos.

3.1. ANTÓNIO E MESQUITA

“No bairro também não tenho convivência quase com ninguém, não gosto de confusões. Fui sempre assim, sempre reservado. (...) Eu não saio daqui de casa. É trabalho, trabalho e casa. Mais nada. Não conheço o bairro, praticamente. (...) É bom dia, boa tarde e acabou”.

Mesquita, 72 anos

António, que foi um triplo migrante, em Angola, na Grécia e em Portugal, por esta ordem, vive entre o centro de dia, a casa da filha e a sua casa, onde mora sozinho, sem outros contactos para além deste círculo restrito. A viuvez de há três anos ainda o abala muito e contribui para se afastar do mundo exterior. Gosta das pessoas no centro de dia, mas sempre que pode sai para passear, não quer estar parado.

Mesquita circula mais. Pega no carro com à vontade de quem foi motorista de pesados durante décadas e passeia pelas localidades das redondezas do bairro social, onde mora com a mulher e a filha mais nova, em Cascais. Dá essas voltas sozinho, leva um jornal ou um livro, e fora

do círculo da família nuclear só tem contacto com pessoas da igreja evangélica que frequenta, mas mesmo assim é um contacto limitado. Às vezes fica sentado dentro do carro à porta de casa a ler. Veio para Portugal a partir de Angola, tal como António.

ANTÓNIO

Nasceu em Cabo Verde em 1928. Com 21 anos foi para Angola, com 49 para a Grécia e a Portugal chegou já com 56 anos, em 1984. Em Portugal trabalhou muitos anos, quase sempre na construção civil, mas só nos últimos cinco anos fez descontos para a Segurança Social. Aos 80 anos, tem uma reforma de 200 euros, rendimento claramente insuficiente para as suas necessidades. Vive sozinho, num bairro social, mas tem o apoio quotidiano de uma filha que mora perto. Desde há um ano frequenta um centro de dia, que reconhece ser importante, embora se queixe da falta de actividade. Sente-se cabo-verdiano, faz questão de manter a nacionalidade cabo-verdiana, mas não pretende voltar ao país de origem.

Cerca de um ano antes da entrevista tinha começado a frequentar um centro de dia por 45 euros mensais. A filha leva-o de manhã, no mesmo percurso que faz para deixar as crianças na creche antes de ir para o restaurante onde é cozinheira. Ao final da tarde, faz o caminho de volta, traz as crianças e António para jantar em casa dela. *“A minha filha é que disse que eu estava em casa, sozinho, com certos pensamentos, e disse que ia arranjar um sítio, onde eu ficasse durante o dia. E disse que depois à tarde passava lá e trazia-me para casa. Ela perguntou se eu queria ir. E eu disse que ia ver se era bom. Se for bom eu ficava. Eu cheguei aqui, comecei a dar-me bem com as pessoas e fiquei. Vai fazer um ano no dia 14 de Novembro”.*

António tenta estar o menos possível nas instalações do centro. Toma as suas refeições e rapidamente se esgueira para ir dar “voltas”. Parece querer guardar alguma distância das iniciativas de ocupação do tempo promovidas na instituição. *“Eu estou aqui... não estou em casa. Eu estou sempre aqui, dou-me bem com as pessoas. Eu não estou a gostar muito... Eu chego de manhã e saio, vou-me embora passear. Venho embora almoçar, saio e vou passear. Só volto na hora da minha filha vir buscar, na hora do lanche. Portanto, eu não paro*

aqui. As pessoas são boas, não são más pessoas. Mas...eu não gosto de estar só num sítio sentado. Não gosto de estar quieto”.

Recebe uns magros 200 euros de reforma, aquele que tem direito por cinco anos de descontos para a Segurança Social em Portugal. Ele e a filha vivem muito perto um do outro, no mesmo bairro de realojamento social e a filha é o seu suporte, embora tenha dificuldades financeiras e dois filhos a cargo. É na casa dela que faz as refeições e só vai para casa para dormir. É uma habitação com dois quartos e uma renda de 20 euros. Apesar dos vários problemas de saúde (diabetes, tensão alta, colesterol, um problema num joelho que lhe dificulta o andar), que o obrigam a gastos elevados com medicação e a uma dieta rigorosa, António consegue ir tratando ao fim-de-semana de uma pequena horta que tem nas imediações do bairro.

Começou como estivador, primeiro em S. Vicente, em Cabo Verde, e depois em Luanda. Man-teve essa actividade até aos 29 anos, altura em que passou a trabalhar na construção de estradas no interior de Angola. Teve essa profissão até sair do país, em 1975, aquando da independência. Em Angola deixou uma filha, fruto de uma relação conjugal de três anos, filha que viria a morrer ainda jovem. Voltou para Cabo Verde, com a segunda mulher, os dois enteados e a filha comum entretanto nascida, mas a estadia durou pouco tempo, cerca de dois anos. Em 1977, António e a mulher encontraram uma oportunidade de trabalho como caseiros numa propriedade na Grécia, através de uma pessoa conhecida que lá tinha trabalhado e entretanto voltara. Os sete anos que trabalharam na Grécia foram os primeiros realizados ao abrigo de um contrato e com descontos. António não recebe nenhuma reforma desse país e nunca não fez diligências para o conseguir.

Da Grécia vieram para Portugal, em 1984. Durante quatro anos António e a mulher geriram e moravam numa residência da embaixada cabo-verdiana para doentes que alojava pessoas que vinham para tratamento médico. Decidiram deixar esse trabalho porque estavam insatisfeitos com a remuneração recebida, que além disso era paga tardiamente, e foram viver para um bairro de barracas, tendo António, então já com 60 anos, começado a trabalhar na construção civil como carpinteiro, por intermédio do enteado mais novo. *“Eu então fui para a construção civil para o pé dele. Ele falou com o patrão, o patrão disse se eu trabalhava, ia para lá. Co-*

mecei a trabalhar lá com ele. Quando entrei lá, eu fui informado que devia ter logo entrado com contrato. Ele entrou com contrato. Eu devia ter entrado logo com contrato, mas eu não quis, para não fazer descontos. Eu ainda estive a trabalhar uns anos. Trabalhei lá uns 10 anos sem contrato. Depois então pedi contrato. Pedi contrato, mas já estava com uma certa idade”. Trabalhou quinze anos com o mesmo patrão, e só aos 70 anos, cinco anos antes de parar definitivamente de trabalhar, é que teve um contrato e as contribuições regularizadas.

É viúvo há três anos e isso continua a abalá-lo. São várias as referências que faz à viuvez, de como a vida e as expectativas seriam diferentes se a mulher estivesse viva, que a vida não tem sentido, que não necessitaria de se “sujeitar” ao centro de dia, que ainda poderia voltar a Cabo Verde. *“Eu tinha ideia de voltar a Cabo Verde, mas era quando a minha mulher ainda estava viva. Mas agora sozinho, não. Eu a Cabo Verde já não vou, sozinho já não dá. Vou acabar os meus tempos aqui. Também já não deve faltar muito”.*

Mesmo não pensando voltar a Cabo Verde, sente-se cabo-verdiano e preserva a nacionalidade cabo-verdiana. *“Eu sinto-me cabo-verdiano. A minha filha queria que fosse português, mas eu disse não. Não, eu não quero. Eu fico com a minha nacionalidade cabo-verdiana. Fico melhor, porque qualquer dia, acontece qualquer caso, tenho que me ir embora. Eu não quero... tenho que renovar todos os anos, mas eu prefiro ficar com nacionalidade cabo-verdiana. Dá-se qualquer caso, eu ter nacionalidade portuguesa, ou ter nacionalidade cabo-verdiana, eu tenho que ir na mesma. Então não vale a pena”.*

MESQUITA

Está reformado desde os 67 anos. Tentou continuar a trabalhar, mas não conseguiu. Antes vivia com a mulher e os quatro filhos, mas há cerca de dez anos três deles emigraram para Inglaterra. Com a pequena reforma de Mesquita e o ordenado de empregada de limpeza da mulher, o casal vive com dificuldade. À distância os filhos emigrados apoiam-nos financeiramente. Nasceu em Angola em 1936 e veio para Portugal em 1975, com 39 anos. Nunca deixou de ter nacionalidade portuguesa.

Reformou-se aos 67 anos, uma decisão que não foi sua, mas imposta pela empresa onde trabalhava como motorista de pesados. Aos 72 anos, diz que gostava de continuar a trabalhar e sente que tem força para isso, mas perante a escassez de emprego e com a idade que tem, não consegue encontrar nova ocupação. O rendimento da família provém da sua reforma de 300 euros, do ordenado da mulher, empregada de limpeza a tempo inteiro numa casa particular, e da ajuda mais ou menos regular dos três filhos que emigraram para Inglaterra (dois são seguranças e o outro electricista). *“Eles têm família também e isto está mau para todos. Quando podem ajudam, quando não podem, não podem”*.

Vive num T3 de um bairro social de Cascais com a mulher e a filha mais nova, de 27 anos, que estava a concluir um curso profissional de contabilidade. Só vê os filhos mais velhos uma vez por ano, normalmente nas férias de Verão. *“Eles tiveram que ir mesmo, porque para rapazes novos isto não dá. Isto está uma miséria aqui. Trabalhavam e não lhes pagavam. Então emigraram. (...) A gente tem que se conformar. Temos que nos conformar e acabou. A gente gostava de os ter aqui, mas não pode, o que é que havemos de fazer? Conformar-se. Que eles tenham saúde e sorte, é o que uma pessoa deseja. (...) Nos primeiros dias sentia-se [solidão] mas agora já não. Já são dez anos que eles começaram a sair de casa”*.

É testemunha de Jeová e vai três vezes por semana à igreja. As pessoas da congregação são aquelas com quem, para além da família, mantém maior contacto, mas, mesmo assim, não muito. Mesquita não cultiva relações exteriores à família, parece preferir uma situação de algum isolamento. *“No bairro também não tenho convivência quase com ninguém, não gosto de confusões. Fui sempre assim, sempre reservado. (...) Eu não saio daqui de casa. É trabalho, trabalho e casa. Mais nada. Não conheço o bairro, praticamente. (...) É bom dia, boa tarde e acabou. Não vêm cá a casa nem eu vou à casa dos outros”*. Não tem problemas de saúde, o que lhe permite total autonomia física no seu quotidiano. De manhã dá um passeio de carro pelas localidades próximas, leva consigo o jornal ou um romance ou algo relacionado com a sua religião. Volta a casa e almoça, normalmente sozinho, porque a filha está a estudar em Lisboa e a esposa a trabalhar. A tarde é dedicada à televisão e a outra das suas actividades favoritas, a leitura. Quando está bom tempo é frequente ficar a ler dentro do carro à porta de casa.

Sempre foi motorista de pesados, tanto em Angola, onde nasceu, como em Portugal. Começou essa actividade ainda adolescente, tornou-se proprietário do seu camião e prestava serviços de mudanças, transporte e distribuição de mercadorias na província do Bié, a sua terra natal, no centro de Angola. Veio ao mundo em 1936, a mãe era indiana e o pai era filho de uma angolana e de um português. Os pais tinham um bazar com vários artigos, tecidos, alimentos, bebidas, e foi nele que Mesquita trabalhou desde que terminou a 4ª classe até tirar a carta de condução e iniciar a actividade de motorista. Em 1965, quando tinha 29 anos e já se encontrava há algum tempo a trabalhar por conta própria, veio a Portugal de férias e conheceu uma portuguesa por quem se enamorou e com quem acabou por casar, por procuração, cinco anos mais tarde. Tiveram três filhos em Angola, todos rapazes, e uma filha, que já nasceu cá.

O ano de 1975, em pleno processo de descolonização, foi particularmente perigoso para Mesquita e a sua família. O facto de ser descendente de mestiços, e de ele próprio ter constituído uma família mista, contribuiu para que fosse alvo de perseguição por parte de milícias independentistas, o que o levou a abandonar Angola a correr, deixando tudo o que tinha. *“A situação estava péssima, havia muita perseguição, cada um teve que se safar. (...) Eu não fazia parte da política, eles é que imaginaram que eu fazia parte da política. (...) Os que estavam em Luanda estavam bem, os que estavam no Huambo é que era pior, era o meu caso. Ali era o seguinte, era a UNITA do Savimbi, era racista. É claro, todos os mestiços e brancos eram perseguidos. (...) Avisaram-me que eles andavam atrás de mim, os nativos de lá me avisaram e eu, atendendo a isso, pirei-me logo. (...) Camião, casa, tudo ficou. (...) A UNITA estava em todo o lado, a única opção era fugir e mais nada”.*

Tinha 39 anos quando chegou a Portugal com a mulher e os filhos. Começaram por viver alguns meses em casa de familiares da mulher e foram posteriormente alojados em Lisboa, num dos muitos hotéis que o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) disponibilizou na altura para acolher os chamados “retornados”. Ficaram cinco anos nesse hotel porque nem Mesquita nem a mulher tinham emprego. Ela não se empregou para poder cuidar dos filhos, que na altura tinham entre um e cinco anos. Ele, por sua vez, teve muita dificuldade em encontrar trabalho porque existia pouco e também porque foi vítima da discriminação que atingiu na altura as pessoas que tinham vindo de Angola. Isso fê-lo sentir-se humilhado e contribuiu

para que se isolasse, perdendo, provavelmente, oportunidades de trabalho. *“Naquele tempo? Os refugiados? Até na rua éramos maltratados. Tinham medo de nós e, também, havia um bocado de racismo. Tinham medo que viéssemos para aqui viver à conta deles. (...) Isso depois foi arreando, foi arreando até se esquecerem de nós. (...) Eu nem andava na rua, estava sempre em casa, não tinha convivência quase com ninguém para evitar já esses problemas. Evitava a convivência porque eu sabia que existia muitos contras”*.

Durante esse período fez somente alguns biscates de mudanças de móveis, mas em 1979, com 43 anos, consegue um emprego de motorista de pesados numa empresa de tintas. Estavam reunidas as condições para deixar finalmente o hotel. Ele já tinha emprego e a mulher, com os filhos já mais crescidos e na escola, também. Trabalha até hoje como empregada de limpeza, com contrato. Foram viver para um bairro de barracas, numa habitação arrendada, e passados dois anos conseguiram uma habitação num bairro social, onde continuam a viver. Mesquita permaneceu na mesma empresa até se reformar.

Com a vinda de Angola manteve a nacionalidade portuguesa, e sente-se português e angolano. *“Sinto-me as duas coisas, angolano e português. Português porque vivo aqui e é a nacionalidade que tenho. Angolano, porque foi a terra em que eu nasci. (...) Eu nasci lá. Aquilo era uma colónia portuguesa. Tinha bilhete de identidade português”*. Nunca mais voltou a Angola, mas tem vontade e planeia ir lá de férias nos próximos anos. Gostava de ir para lá viver definitivamente, mas considera que, com a idade e os rendimentos que tem, essa não seria uma boa opção. Sente que a sua vida em Portugal foi pior do que aquela que teve em Angola, em que era trabalhador por conta própria, podia ter uma empregada doméstica, tinha uma casa maior e ainda o bazar dos pais. *“Isto não se chama emigrar, foi forçado. Estava lá e tinha minha vida estabilizada. Perdi tudo quanto ganhei. E tive que começar aqui. Lá era muito melhor”*.

Os baixos rendimentos que António e Mesquita têm hoje devem-se não só à escassez das suas contribuições para a Segurança Social, que aconteceu igualmente com os idosos da categoria anterior, mas também às circunstâncias do processo de descolonização dos territórios africanos, processo que fez inflectir completamente os seus percursos de vida.

Mesquita foi um refugiado de Angola e perdeu a situação de camionista por conta própria que lá tinha e lhe dava a ele e à família um certo bem-estar económico. Em Portugal, após alguns anos sem emprego certo, conseguiu encontrar um lugar equivalente numa empresa de tintas, mas não foi a mesma coisa, aqui passou a ser assalariado e, embora se sentisse capaz de continuar, foi empurrado para a reforma aos 67 anos. António também abandonou Angola por altura da independência e, depois de um breve regresso a Cabo Verde, trabalhou sete anos na Grécia, experiência de que hoje não retira nenhum benefício económico, apesar de ter tido contrato e ter feitos descontos para a Segurança Social. Veio para Portugal e entrou no circuito da construção civil já com 60 anos de idade e aí ficou até aos 75 anos, sempre com o mesmo patrão, mas só teve contrato e fez descontos nos últimos cinco anos. Por caminhos diferentes, ficaram ambos mais pobres no fim de vidas profissionais muito longas.

Como os entrevistados do primeiro grupo, os dois viveram em bairros de barracas e acabaram por ser realojados, o que sempre mitigou um pouco a situação de privação de recursos em que se encontravam. Quanto ao futuro, António está pouco animado, o que se deverá, em parte, ao facto de já ter entrado na faixa dos oitenta. Mas a principal razão é a viuvez, que matou expectativas e projectos, incluindo a hipótese de voltar a Cabo Verde, que só concebia acompanhado pela mulher. Além disso, tem um certo temor do futuro em Portugal, de que aconteça “qualquer caso” que o obrigue a ir embora, por isso, diz, conservou a nacionalidade cabo-verdiana. Mesquita, mais novo, a viver com a mulher e a filha, vê o futuro de outra maneira e ainda planeia ir a Angola, mas não para ficar.

3.2. CELESTE, DOMINGAS, INOCÊNCIA E MARIA DA LUZ

“Vou andar um bocadinho e depois eu venho e fico em casa. (...) Fico uma hora, uma hora e meia e depois na volta apanho camioneta e venho para casa. Faço almoço para toda a gente, a minha filha trabalha e o marido trabalha, é eu e os miúdos (...) Agora não posso arrumar muito, este braço já não...”

Inocência, 74 anos

As relações de género constituem uma dimensão estruturante da velhice, nas várias modalidades que identificámos neste estudo. Na velhice pobre familiarmente enquadrada, a diferença entre homens e mulheres é que as mulheres estão ainda mais confinadas ao espaço da casa do que os homens. Além disso, algumas mulheres ocupam-se de tarefas domésticas e de cuidados com terceiros, algo que os homens não fazem de todo. O limite das mulheres, a este nível, é apenas a disponibilidade física. À medida que os anos vão pesando mais, vão reduzindo a sua participação, sendo substituídas por filhas e netas. O limite dos homens é apenas a condição masculina. Por estatuto, nunca participam nessas actividades. Os homens saem mais do espaço doméstico, para passear, mesmo que não se encontrem com ninguém e continuem a gravitar em torno desse espaço. As mulheres, porque têm obrigações que as prendem a casa, mas também porque esse é o papel de género que interpretaram toda a vida, ocupam o tempo livre dentro de portas, sobretudo a ver televisão (telenovelas), uma actividade massificada na terceira idade em geral. Para além da família, os seus contactos sociais são poucos e pouco intensos. Falam ocasionalmente com uma ou outra vizinha ou amiga e pouco mais.

Celeste, a mais velha deste grupo, é a única que vive só, com o apoio regular da filha, que a visita uma vez por semana e a apoia materialmente. Também é ajudada por uma vizinha em pequenos cuidados de saúde diários. Domingas e Maria da Luz vivem, cada uma delas, com uma neta e Inocência mora com a filha e o genro. Por separação, morte ou por outras razões, nenhuma vive presentemente em situação conjugal. Três delas, Celeste, Domingas e Maria da Luz, perderam filhos. Celeste perdeu três (de quatro), Maria da Luz também perdeu três (de sete) e Domingas viu a sua única filha morrer toxicodependente. Dos quatro filhos vivos de Maria da Luz, três continuam em São Tomé e nunca mais os viu, o que também é uma perda, de outra maneira.

Apesar de tantos eventos funestos, subsistiu uma rede familiar que enquadra estas mulheres e as protege da situação de isolamento em que se encontram os três idosos do primeiro grupo. Uma delas, Domingas, tem a seu cargo uma neta ainda menor de idade.

CELESTE

Nasceu em 1927, em Cabo Verde, e veio para Portugal em 1977, aos 50 anos. Antes já havia estado na Grécia e na Itália. Trabalhou sempre como empregada de limpeza em casas particulares e nunca teve contrato de trabalho. Presentemente está reformada. Após doze anos num bairro de barracas, foi realojada, em 2000, num bairro social. Tem nacionalidade portuguesa, não pensa voltar a Cabo Verde, mas sente-se cabo-verdiana. Dos quatro filhos que teve, só resta uma, que a apoia e a visita uma vez por semana. Aos 81 anos, vive só e está cada vez menos autónoma.

Vive sozinha e o seu estado de saúde – problemas nas pernas, na coluna e uma angina de peito – não lhe permite a autonomia que gostaria de ter. Ainda que consiga cozinhar e fazer, com esforço, algumas tarefas domésticas, depende da filha para as restantes. *“Ela trabalha. Mas ela trabalha na Cacém [limpezas em escritórios]. Depois do trabalho ela vem ajudar-me a tomar banho porque tenho medo de entrar na banheira sozinha... para eu não cair. Traz-me as compras com o meu dinheiro. Umas coisinhas é ela que traz, mas o resto eu dou dinheiro e ela faz-me as compras. Terça-feira é dia que ela vem”.*

Para além da ajuda da filha, que vive longe e só consegue visitá-la uma vez por semana, conta com o apoio de uma vizinha que, todos os dias, a ajuda a colocar *“a pomada nas costas”*. A relação com essa vizinha advém de ambas serem testemunhas de Jeová e frequentarem o mesmo local de culto. *“A gente tem as reuniões todos os sábados. Eu e ela vamos sábado porque a gente tem que pedir favor nas pessoas que tem carro para vir buscar a gente... Quinta e terça não vamos porque vem-se tarde, esses dias é até às dez e para estar a incomodar outras pessoas...”*. A participação nesta igreja é dos poucos contactos directos e regulares que mantém com outras pessoas, além da vizinha e da filha.

Durante o dia vê televisão, especialmente telenovelas. Uma vez por semana obriga-se a ir até ao centro da freguesia fazer pequenas compras e dar um passeio. Diz que não gostava de ir para um lar nem para um centro de dia porque não quer que *“lhe puxem as orelhas”*. Prefere

ficar na sua casa e fazer o que lhe apetece. Mas põe a possibilidade de vir a solicitar apoio domiciliário à Câmara Municipal, dizendo que está a pensar pedir à sua médica que a ajude com os documentos necessários.

Celeste reformou-se antecipadamente, aos 63 anos, devido aos problemas de saúde que tem. Aos 81 anos, recebe de pensão 230 euros mensais com os quais paga os medicamentos (muitos são comparticipados) e faz as despesas da casa (renda, água, luz, gás e alimentação). Trabalhou sempre em limpezas domésticas. Quando era mais nova fazia horários completos, mas, conforme foi envelhecendo e ficando mais doente, passou a trabalhar à hora. Mudou várias vezes de emprego, não sabe ao certo quantos teve. *“Deve ser uns dez... Era muito trabalho e por vezes ia para umas casas que já não tinha empregada há muito tempo, era muita sujeira e eu chateava”*. Em nenhum dos empregos teve contrato de trabalho, mas, na maioria das vezes, fez os seus próprios descontos para a Segurança Social, em pequenos montantes. Nunca esteve desempregada muito tempo. Quando esteve foi em momentos de transição entre empregos. Tinha conhecimento das casas a partir das vizinhas e amigas que trabalhavam na mesma actividade e que iam trocando informações sobre sítios onde existiam vagas para este tipo de serviços.

Durante os primeiros dez anos em Portugal viveu com a filha, primeiro só as duas, depois também com o genro. Aos 60 anos deixou a casa da filha para ir viver maritalmente com um português que vria a falecer dois anos depois. Celeste decidiu então comprar uma barraca e passou a viver sozinha. Em 2000, com 73 anos e cerca de dois anos após ter feito o pedido, foi realojada num bairro social do concelho de Cascais.

Foi através da sua médica de família que tomou conhecimento dessa possibilidade e conseguiu reunir os documentos necessários para solicitar aos serviços da Câmara Municipal o realojamento. *“No Inverno eu passava mal, porque no Inverno entrava água por baixo... dizem que antigamente lá tinha um poço quando chovia muita água entrava (...) Eu estava doente e disse à minha médica como eu estava muito doente e aquela frieza do Inverno fazia-me muito mal, eu passava 3 dias com bota de água nos pés a tirar água (...) E ela fez-me um papel para entregar na Câmara e eles deram-me casa”*.

Apesar das más condições de habitabilidade, o bairro de barracas em que viveu perto de doze anos situava-se numa freguesia do litoral do concelho com muitos equipamentos e serviços: estação de comboios, praça de táxis, diversas linhas de autocarros, repartição das finanças, esquadra de polícia, supermercado, centro comercial, cafés, boutiques, papelarias, farmácias, centros de exames médicos, jardim. O bairro novo situa-se num local mais isolado, numa freguesia do interior do concelho, circundado por terrenos baldios, pela via rápida de acesso à A5 e alguns prédios ainda em construção. É um bairro pequeno de edifícios de quatro andares, bem conservados.

Celeste está contente com a sua casa, mais confortável do que a anterior. Tem dois quartos, uma sala, casa de banho, cozinha, despensa, varanda, água, luz e gás natural. Mas existem vizinhos que a perturbam. *“Oh, vizinhos... tem uns que é péssimo (...) eles fazem barulho. Outro sábado era um barulho aqui! Estavam lá dentro e saíam com aquele prato de comida... a comer ali na frente [nas escadas do prédio]”.*

Apesar de ter chegado a Portugal já com 50 anos, em 1977, a ideia de emigrar definitivamente era antiga e só não o fez antes porque o marido se opunha. Chegou mesmo a ir sozinha para a Grécia, por um ano, e mais tarde para a Itália, também por um ano, voltando das duas vezes para Cabo Verde por ter saudades dos filhos e porque, da segunda vez, o marido estava doente. A vinda para Portugal dá-se na sequência da separação do casal, quando o marido decidiu ir viver para a Holanda. Sente-se cabo-verdiana, mas não quer voltar a Cabo Verde, a não ser de férias, como já uma vez aconteceu. Portugal dá-lhe melhores condições materiais e cá tem o suporte afectivo da sua única familiar próxima, a filha. Alguns dos parentes que tinha em Cabo Verde já morreram e de outros perdeu o rasto porque emigraram para outros países.

DOMINGAS

Nasceu no Lubango, em Angola, em 1932 e veio para Portugal em 1977, com 45 anos. Aos 76 anos estava reformada, depois de mais de duas décadas a trabalhar em empregos desqualificados, primeiro como ajudante de cozinha, depois como empregada de limpeza. A única filha morreu quando Domingas tinha 60 anos. Desde então ficou com uma neta a cargo, com quem vive. Tem nacionalidade portuguesa porque o pai era português, mas sente-se angolana.

Vive num bairro social de Cascais com a neta de 17 anos que tem a seu cargo e é estudante do 10.º ano. Mudou-se em 2000, depois de vinte e três anos num bairro de barracas. *“Era uma casa modesta, tinha água canalizada, chovia muito, entrava muita água. Tinha electricidade através de uma vizinha e no final do mês pagava-lhe. A casa de banho era fora de casa. (...) Era tipo “quichinete”, sala mais cozinha, tinha um quarto, tinha ratos pequenos que me sujavam a roupa toda. Aqui estou mil vezes melhor”*. Apesar de estar contente com o T2 actual, que considera uma das coisas mais positivas que lhe aconteceu desde que veio de Angola, sente falta do convívio do bairro antigo. Muitos ex-vizinhos continuam a sê-lo no bairro novo, mas Domingas acha que o realojamento modificou o espírito de vizinhança. *“Lá todo mundo se conhecia, havia muito convívio, fazíamos muita “farra”, bebíamos, comíamos juntos. Lá era tudo mais animado. (...) Ter vindo morar aqui mudou muito as pessoas, perdeu-se aquela boa relação que tínhamos no bairro, as pessoas eram mais sociáveis”*.

Embora Domingas fale desse passado de forma saudosa, existiam no bairro onde morava antes graves problemas de tráfico e consumo de droga, ambiente que a atingiu muito directamente e à sua família. A filha morreu precocemente devido a um longo percurso de toxicod dependência e aos 60 anos. Domingas ficou com a neta de três anos a seu cargo. O neto mais velho, então com nove anos, passou a viver com o pai.

É fisicamente autónoma, não tem nenhum problema de saúde, para além de colesterol alto, e tenta manter-se activa e não estar sempre em casa. Faz as tarefas domésticas, vai às compras, ao café, e visita, de vez em quando, os amigos. *“Quando estou aborrecida vou dar um passeio, vou até Carcavelos, mas é raro. Às vezes vou até Cabra Figa (...) À noite estou em casa, às vezes vou até ali àquela senhora moçambicana, falar um bocadinho com ela... é amiga, morava lá no bairro, vou lá um bocadinho e depois venho para casa. (...) Há vezes que vou a casa do pai da minha neta, mora ali para cima (...) ele trata-me bem, chama-me mãe”*.

Deixou de trabalhar aos 67 anos e tem uma pensão de 360 euros. Em Portugal trabalhou perto de 22 anos, oito a tempo inteiro como ajudante de cozinha num restaurante e quase 14 com dois meios-tempos como empregada de limpeza. A sua subsistência e a da neta de-

pendem da sua pensão, do apoio do pai da neta, que compra os manuais escolares e dá uma pequena mesada à filha para as despesas diárias, e dos serviços da acção social escolar.

A morte da filha foi apenas uma das muitas perdas, rupturas e mudanças que marcaram o percurso familiar de Domingas desde criança. A mãe morreu quando ela nasceu e Domingas foi criada por uma madrinha até aos 10 anos. Quando o pai, um comerciante português fixado em Angola, conseguiu reorganizar a vida familiar, foi buscá-la para viver com a nova mulher, de origem portuguesa, e os dois irmãos, mas a experiência não foi boa para Domingas. *“Tive uma madrasta que só visto! Eu era criada deles, tomava conta dos meus irmãos. (...) Casei com 17 anos, casei-me mais depressa por causa da minha madrasta...”*

Após três anos de casamento ficou viúva, algo que a deixou na dependência da família do marido. Até aquele momento Domingas nunca havia trabalhado fora de casa, fazia apenas trabalhos esporádicos de costura para fora. Os desentendimentos com a cunhada obrigaram-na a procurar meios de independência económica e residencial e passou a trabalhar como empregada interna, tendo estado em diversas casas em Luanda. Não voltou a viver conjugalmente, mas aos 35 anos teve um “namoro” do qual nasceu a filha. A situação económica e de segurança em Angola foi-se agravando e Domingas, apesar de já não estar envolvida com o pai da filha, entretanto casado e a residir no Porto, escreveu-lhe para que este recebesse a criança em Portugal, com o que ele concordou. Em 1977, com 45 anos, veio ela própria para Portugal juntar-se à filha, que chegara um ano antes.

Tem nacionalidade portuguesa porque o pai era português, mas sente-se angolana. Gostava de voltar a Angola, algo que nunca fez por motivos financeiros, mas só iria de férias. *“Nunca mais fui... E o dinheiro? Onde é que está, para eu poder ir a Angola? Gostava, não queria morrer sem ir lá, mas não há hipótese, não tenho dinheiro para ir... (...) De férias, só para ir lá ver como é que está. Eu já tenho a minha vida cá, já não dava para mim”*. Considera que a sua vida em Portugal não foi muito melhor do que em Angola, mas agora, sendo idosa, acha melhor estar aqui. Quanto a planos para o futuro respondeu: *“O meu futuro? O meu futuro é morrer e acabou!”*, mas, depois de reflectir um pouco, disse que deseja ver o casamento dos netos e o nascimento de bisnetos.

INOCÊNCIA

Nasceu em Cabo Verde, na Ilha da Brava, em 1934. Chegou a Portugal em 1985, já com 51 anos, para se juntar aos quatro filhos e ao marido que tinham vindo primeiro. Vive com uma das filhas e encarrega-se de parte do cuidado da casa e dos netos. Nunca trabalhou fora de casa em Portugal. Recebe uma pensão social. Não tem nacionalidade portuguesa e sente-se cabo-verdiana. Não quer voltar a Cabo Verde a não ser de férias, quer ficar em Portugal porque é aqui que os seus filhos e netos estão.

O filho mais velho foi o primeiro a vir para Portugal, tinha 16 anos, e foi trazendo pouco a pouco os três irmãos e os pais. Aos 51 anos, em 1985, foi a vez de Inocência, que veio para apoiar o marido, que já cá se encontrava a fazer tratamentos médicos. Veio também para estar mais amparada pelos filhos e porque em Portugal poderia aceder a melhores serviços de saúde e assistência social. O marido faleceu três anos depois de Inocência ter chegado e ela decidiu voltar para Cabo Verde. Mas só lá esteve oito meses, até uma das filhas a convencer a voltar. Desde então passou a viver com a filha e o genro com quem continua actualmente.

Em Portugal nunca trabalhou fora de casa, mas sempre assumiu a responsabilidade das tarefas domésticas e os cuidados com os netos. Em Cabo Verde trabalhou desde os oito anos de idade, na agricultura e a fazer limpezas em casas particulares. Há dois anos foi-lhe atribuída uma pensão social de 200 euros, tendo a sua médica de família ajudado Inocência e a filha a tratarem da documentação necessária. *“Foram muitos anos a correr para eu ter essa ajuda, porque diziam que como eu não tinha trabalhado cá não tinha direito”.*

Todos os filhos trabalham. Um é carpinteiro, outro é manobrador de máquinas, uma das filhas é cozinheira e a outra empregada de limpezas. Mas a situação económica deles é apertada. Têm salários baixos e vários filhos a cargo e só podem ajudá-la de forma limitada. As suas despesas são asseguradas pela pensão social e pelo apoio da filha e do genro com quem vive. Para aumentar um pouco os seus rendimentos, começaram a tratar do acesso ao Complemento Solidário para Idosos, processo que tem sido demorado devido à dificuldade em reunir a documentação relativa aos rendimentos de todos os filhos.

É fisicamente autónoma, mas o agravamento de alguns problemas de saúde de que sofre dificulta cada vez mais o seu dia-a-dia. Antes gostava de andar de transportes públicos *“para ver as pessoas que passam”*, mas agora anda menos porque tem medo de cair, sente menos força nos braços e nas pernas. Passa o tempo em casa a ver televisão e a fazer tarefas domésticas, embora menos do que no passado. Esforça-se por caminhar um pouco todos os dias. *“Levanta para eu andar um bocadinho, eu não levanto muito cedo porque eu tenho levantado cedo muito na minha vida. Vou andar um bocadinho e depois eu venho e fico em casa. (...) Fico uma hora, uma hora e meia e depois na volta apanho camioneta e venho para casa. (...) Faço almoço para toda a gente, a minha filha trabalha e o marido trabalha, é eu e os miúdos (...) Agora não posso arrumar muito, este braço já não...”*

A sua rede de sociabilidades é composta pelos familiares e alguns conterrâneos. Tem duas amigas da idade da sua filha (perto dos 50 anos) que moram longe. São da sua terra e amigas de longa data, por isso gosta de visitá-las, chegando a passar fins-de-semana ou mesmo semanas inteiras em casa delas. Antes fazia-o com mais frequência, apanhava sozinha o autocarro e o comboio, mas agora, com a saúde mais debilitada, vai menos vezes e, quando vai, precisa que algum dos filhos a vá levar e buscar.

A casa em que vivia anteriormente com a filha e o genro era pequena e tinha poucas condições de habitabilidade. Eram só dois quartos para seis pessoas. Além da filha e do genro, viviam nela os dois netos, Inocência e o seu filho mais novo. *“A casa era bem feita, era de tijolo e não sei quê... só que não estava bem isolada. O telhado não estava bem isolado e sempre que chovia e fazia vento, tinha aquele cantinho húmido por onde passava a água e entrava para dentro. Uma vez choveu e entrou água, tentamos secar aquilo, as almofadas do sofá, com um aquecedor, aquilo aqueceu demais e ardeu. Este meu neto que estava aqui, tinha dois anos e meio, estava no quarto, (...) O meu neto disse “Avó! Fogo no quarto!”, nem sabia falar ainda (...) Quando eu vi lume já estava pelo tecto eu meti a mão assim e queimei todo o dedo”*. Mais tarde a filha e o genro conseguiram mudar para a casa actual com melhores condições, onde o casal, os dois filhos e Inocência têm os seus próprios quartos.

Não tem nacionalidade portuguesa o que atribui ao facto de não saber ler nem escrever. Sente-se cabo-verdiana, mas não pretende voltar definitivamente porque quer estar ao pé da família. Já foi a Cabo Verde quatro vezes, mas sempre de férias. *“É aqui que a minha filha, os meus filhos estão e é aqui que tenho que estar. Cabo Verde estava bom, mas eu quero estar onde os meus filhos estão”*.

MARIA DA LUZ

Aos 73 anos, depende do Rendimento Social de Inserção e do salário da neta com quem vive. Nasceu em S. Tomé e Príncipe em 1935 e lá viveu até aos 47 anos de idade. Veio para Portugal em 1982 para uma intervenção cirúrgica e acabou por ficar. Dos sete filhos só uma imigrou para Portugal. Por motivos de saúde, e outros, trabalhou muito poucos anos, razão pela qual não tem uma pensão de reforma. Não pensa voltar a São Tomé porque, do seu ponto de vista, Portugal oferece melhores condições de vida. Não tem nacionalidade portuguesa, embora já tenha tentado obtê-la.

Excluindo alguns fins-de-semana em que vai visitar a filha, raramente sai da casa onde vive com a neta. Tem poucos laços sociais fora da família e o excesso de peso, que lhe dificulta o andar, também contribui para a sua imobilidade. No dia-a-dia ocupa-se das tarefas domésticas, vê televisão e fala, através da janela da sala, com vizinhas que passam na rua.

Maria da Luz vive em Portugal há vinte e sete anos, mas não tem, embora o desejasse, nacionalidade portuguesa. *“Tenho cartão de residência, já repeti, repeti tantas vezes. Não sei porquê, uma vez pedi nacionalidade e eu fui lá na Setúbal e eu pedi à senhora que em vez de renovar, com a idade que eu tinha, se podiam-me dar a nacionalidade. A senhora disse-me “Para que quer a nacionalidade se não está a trabalhar? Eu disse que não estou a trabalhar, mas já cá estou há muitos anos”*. Diz que se sente *“meio santomense, meio portuguesa”* porque S. Tomé é a sua terra, mas em Portugal está há muitos anos. Gostava de ir de férias a S. Tomé, mas não pretende voltar definitivamente porque cá tem melhores condições de vida. *“Lá é a minha terra natal, mas eu aqui estou a viver melhor do que lá. Lá não passava fome, não posso dizer que passava fome, mas as condições que eu tenho aqui, não tenho lá”*.

Chegou a Portugal em 1982, com 47 anos, para realizar uma intervenção cirúrgica. Já antes tinha vindo a Portugal para tratar de problemas de saúde. Acabou por ficar na casa de uma tia, não sendo muito claro se já tinha em mente a possibilidade de ficar em Portugal ou se foi algo menos planeado. Passado pouco tempo uma filha vem juntar-se-lhe na expectativa de conseguir emprego como enfermeira, profissão que tinha em S. Tomé, mas essa expectativa não se realizou e acabou por ficar a trabalhar num restaurante. Os outros filhos, mais cinco raparigas e um rapaz, ficaram sempre em São Tomé. Três já morreram. Nos primeiros dez anos em Portugal, Maria da Luz viveu exclusivamente do apoio dado primeiro pela tia e depois pela filha e genro, dependência que só foi interrompida entre os 61 e os 64 anos, período em que viveu do subsídio de desemprego e foi morar sozinha, por sua iniciativa, para um bairro de barracas na Costa de Caparica. A decisão de sair da casa da filha e do genro deveu-se também à relação muito conflituosa do casal e algum tempo depois a própria filha foi juntar-se-lhe, acabando por se divorciar.

A casa onde mãe e filha passaram a viver foi sendo melhorada ao longo dos anos, o que representou, ao mesmo tempo, uma libertação desse quadro familiar conflituoso anterior. *“Juntamos [dinheiro] eu estou a trabalhar, a minha filha está a trabalhar. Ela era empregada de cozinha, estava a trabalhar num restaurante. Juntamos para fazer casa, ela compra e eu compro... deixámos uma casa que, quando partiram, era uma tristeza. Vivíamos juntos, mas depois ela tirou uma parte e fez uma casa de banho, cozinha, quarto dela, quarto de filha... olha, quando foram partir lá [demolição] os homens disseram “Que linda barraca”, tinha azulejo na cozinha, tinha cortina, tinha tudo, praticamente era um prédio (...) Eu tinha minha casa da parte de trás, ela alargou para a parte da frente. (...) Tinha casa com tanque, com quintal, pessoal ia lá lavar roupa, tinha galinha, tinha tudo, tinha couve... era praticamente... “Estou na minha terra!”... Lá na Costa estava na minha terra”.*

Viveram nesse bairro quinze anos, até que foi iniciado o processo de realojamento. Gosta da nova casa e do novo bairro, mas acha-o sossegado demais, as pessoas não *“chamam tanto”*, já não tem quintal para poder confraternizar com quem passa. Gostava mais da casa anterior. *“Gostava mais da outra, porque tinha quintal, tinha criação de galinhas, plantas, vendia cervejas, tomava conta de crianças, lavava roupas no quintal, assávamos frangos. Lá na Costa da Caparica sentia-me em São Tomé (...)”.*

Nos quase trinta anos de permanência em Portugal só trabalhou durante curtos períodos. Por um ano foi empregada interna no Algarve, trabalhou dois anos numa empresa de limpezas e mais três na Caixa Geral de Depósitos também em limpezas. No primeiro desses empregos não tinha contrato nem fez descontos. A falta de saúde, nomeadamente problemas de coluna e uma doença de pele, faziam-na ficar de baixa com frequência. O facto de ser analfabeta e ter escassas competências profissionais também não ajudava a conservar empregos, ou a arranjar novos. Aos 60 anos tenta reformar-se antecipadamente, mas não o consegue por não ter tempo suficiente de descontos. É-lhe então atribuído o subsídio de desemprego, de que beneficia durante três anos.

No momento da entrevista estava a receber o Rendimento Social de Inserção (180 euros mensais), tinha iniciado o processo de solicitação do Complemento Solidário para Idosos e tinha a perspectiva de vir a obter uma pensão por invalidez. É a neta de 24 anos com o seu salário, o RSI de Maria da Luz e o apoio esporádico da mãe, que não vive com elas, que organiza o sustento da avó.

Nos percursos burocráticos de Maria da Luz, em busca de fontes de rendimento e de apoios sociais, há intervenções decisivas de um assistente social, da sua médica de família e da equipa de uma associação local. *“Eu tinha descontos guardados. (...) Mandaram-me tratar da reforma, quando fui disseram que eu não tinha direito porque tinha descontado muito pouco. Descontei uns cinco anos, descontei muito pouco. Não tinha direito à reforma. Depois tratei do rendimento mínimo, vivo dele até agora. (...) Isso [o Complemento Solidário para Idosos], mandaram-me tratar. Eu tratei e levei. O doutor, assistente social, e as senhoras da associação trataram dos papéis. Mandaram-me voltar outra vez, disseram que afinal tenho direito a reforma por invalidez... é disso que estamos agora a tratar para mim”.*

Os processos e os mecanismos sociais geradores da pobreza destas mulheres são próximos dos que vimos para os homens desta mesma categoria e mesmo para os da categoria anterior.

Qualificações muito baixas ou até ausência total de escolaridade (três delas são analfabetas), empregos desqualificados, tanto em Portugal como nos países de origem, descontos escassos ou inexistentes para a segurança social, interrupções da actividade profissional por motivo de

doença. Só Inocência nunca trabalhou fora de casa em Portugal, ocupando-se, em vez disso, da gestão de uma casa com filha, genro e netos. Chegadas à velhice, os rendimentos disponíveis são baixos e os apoios sociais especiais (pensão social, RSI, CSI) são indispensáveis. Deve ser sublinhado, a este propósito, o papel activo desempenhado por técnicos de saúde, ou de serviço social, em instituições públicas ou em associações, no encaminhamento destas mulheres para o acesso a esses benefícios. Por si próprias não saberiam fazê-lo, até porque três delas não sabem ler nem escrever.

Também como a maioria dos entrevistados anteriores, estas mulheres foram realojadas, já idosas ou pré-idosas, depois de muitos anos em alojamentos precários, e também aí houve intervenção de técnicos de serviços públicos. Como se percebe pelos seus testemunhos, o realojamento representou uma melhoria indiscutível da qualidade de vida material, embora possa ter desfeito redes de sociabilidade e integração social de proximidade que nos novos bairros, com as mesmas pessoas, não voltam a reconstituir-se.

Os problemas de saúde deixam estas mulheres limitadas e contribuem para as confinar ao espaço da casa. A saúde e a doença constituem, como dissemos atrás, uma dimensão incontornável dos quadros de envelhecimento dos idosos em geral. Não é a idade, por si só, que o determina, embora haja, obviamente, uma correlação tendencial entre a passagem dos anos e a diminuição da condição física e mental. Se Celeste, aos 81 anos, estava progressivamente mais dependente, embora continuasse a viver sozinha, veremos exemplos de outros entrevistados, mais velhos do que ela, que são muito mais autónomos. Além de Celeste, Inocência e Maria da Luz também têm uma saúde declinante. Maria da Luz, de resto, já veio para Portugal por razões de saúde, para fazer uma intervenção cirúrgica, e enquanto trabalhou fora de casa teve muitas vezes de parar por estar doente.

As circunstâncias de vida actuais destas quatro mulheres também mostram, com toda a clareza, por que razões o regresso aos países de origem deixa de ser uma alternativa para tantos imigrantes idosos. São razões de ordem diferente, que se combinam umas com as outras, e têm todas a mesma resultante. Ou já não estão lá pessoas próximas, porque morreram ou emigraram, ou não se quer ficar longe dos filhos e dos netos radicados cá, ou se valoriza os

melhores apoios sociais e de saúde que existem em Portugal, além de que para voltar, mesmo que só em visita, é preciso dinheiro e ele é pouco.

4. VELHICE POBRE E SOCIALMENTE INTEGRADA

As condições socioeconómicas dos idosos deste terceiro grupo, mulheres e homens, não são qualitativamente diferentes das anteriores. Esta também é uma categoria de velhice pobre, embora os rendimentos médios sejam um pouco mais altos e menos pessoas dependam de prestações sociais excepcionais, como o RSI ou o CSI. São diferenças de grau, não de qualidade. Veja-se, e esse é um indicador inequívoco de privação de recursos, que cinco dos seis idosos deste grupo, os três homens e duas das três mulheres, e as respectivas famílias, também viviam em barracas e foram, em determinado momento da sua vida, realojados em bairros sociais, tal como a maioria dos entrevistados anteriores.

A diferença desta categoria de velhice relativamente às precedentes é que esta é uma velhice socialmente integrada. Também é familiarmente enquadrada, como a última, mas é mais do que isso. A vida destes idosos não está tão circunscrita à esfera doméstica e familiar. Ou porque ainda trabalham, a tempo inteiro ou parcial, e o trabalho é um meio de integração social por excelência, ou porque, estando reformados, ocupam mais tempo em actividades que passam para além da porta de casa. Saem, convivem regularmente com vizinhos, vão às compras, são membros activos de associações, vão à igreja ou à mesquita, jogam às cartas com conhecidos, encontram-se com conterrâneos, ocupam-se de hortas. Mesmo as sociabilidades familiares têm um cariz um pouco diferente. São sociabilidades mais voluntárias, digamos assim, com os filhos a visitar regularmente os pais nas suas casas, o que é diferente da sociabilidade inevitável, e às vezes saturante, de quem obrigatoriamente vive junto todos os dias no mesmo espaço.

Também são pessoas menos afectadas por doenças, mais saudáveis, e por isso mais capazes, física e anímicamente, de uma vida mais activa. É claro que não têm o nível nem a variedade de actividades sociais dos idosos da categoria seguinte, de estatuto mais elevado mas a diferença deve-se menos aos quadros de envelhecimento propriamente ditos do que ao perfil social e cultural de classe, como veremos.

4.1. ALCINDA, BIA E FILOMENA

“Uiiii, amigos é tudo, é! Tudo chama para Bia, tudo chama pela Dona Bia. (...) Eu falo com toda gente mais ou menos colado. É sair lá na rua, uma chama a outra chama, até por acaso a gente que pergunta e diz que não tem visto Dona Bia, é tudo assim”.

Bia, 68 anos

Alcinda ainda trabalha a tempo inteiro e só agora vai começando a pensar vagamente na reforma. Bia já está reformada, mas ainda “faz uma escada” todas as semanas. Alcinda toma conta de um filho e de um neto, mantém contacto regular com a família do marido, falecido há muitos anos, e vai cultivando algumas amizades num bairro próximo da casa onde mora. É visitada regularmente pelos outros filhos e netos. Bia, por sua vez, tem sociabilidades de vizinhança intensas, no bairro actual e naquele onde vivia anteriormente, onde deixou amigas, e também se encarrega de várias tarefas em casa da filha e do genro. Em suma, mantêm-se activas em vários planos. Filomena é a mais velha dos entrevistados, com 91 anos e à sua maneira, e com a sua idade, também pratica um envelhecimento activo. Sai, vai às compras, dá pequenos passeios, vai à missa todos os domingos. Todas elas têm uma vida social, uma vida exterior ao mundo doméstico e das relações familiares.

Não se trata de desvalorizar a esfera familiar e os eventos que nela sucedem. Alcinda ficou viúva muito cedo e Filomena também, ainda antes de vir de Angola, e teriam certamente preferido que não fosse assim. Bia viveu uma relação conjugal humilhante para si e para as filhas e acabou por se separar. E estas perdas e sofrimentos foram compensados dentro da própria família, pela intervenção dos filhos ou das filhas. Se não fossem eles, como estariam hoje estas mulheres? Mas o ponto não é esse. Um envelhecimento socialmente integrado não dispensa uma família, mas requer mais do que uma família. Se durante uma vida inteira se esteve envolvido em relações de sociabilidade mais amplas, em várias esferas sociais, ficar confinado à casa e aos laços familiares depois de a velhice chegar será também uma perda.

ALCINDA

Nasceu na Guiné-Bissau em 1943 e veio para Portugal em 1967, com 24 anos, para se juntar ao marido, um militar português que se encontrava hospitalizado. Sete anos mais tarde fica viúva e com cinco filhos. Os contactos do marido nas Forças Armadas permitiram que Alcinda tivesse acesso a um lugar de empregada de lavandaria, emprego e estatuto que mantém até hoje. Vive com um filho e um neto. Tem nacionalidade portuguesa e sente-se simultaneamente guineense e portuguesa. Não pretende voltar à terra natal porque quer estar próxima da família.

Aos 65 anos continua bastante activa em diferentes planos, embora mais por necessidade do que por opção. Trabalha e tem a seu cargo um neto e um filho toxicodependente em recuperação. Chegou a Portugal em 1967 para ficar junto do seu marido, um militar português destacado na Guiné-Bissau, que entretanto adoecera e fora hospitalizado. *“Ele foi transferido para cá sozinho, para se apresentar quando foi para ser furriel. Ele veio se apresentar cá e eu fiquei lá com os filhos. Deixou-me lá com o meu pai e com os meninos e depois voltou lá outra vez. Depois chegou lá e apanhou uma doença, leucemia no sangue, começou a estar doente e veio para cá. Ele assinou um papel militar, para eu vir com os meus filhos”*. Em 1973 o marido morre e Alcinda, que nunca tinha trabalhado fora de casa, fica com a responsabilidade de sustentar sozinha, com alguns apoios dos familiares do marido, os cinco filhos.

Trabalha como efectiva na lavandaria de um quartel há quase trinta anos, emprego que conseguiu através de contactos do marido. Somente agora, talvez porque se avizinha o momento de reforma, começa a surgir a possibilidade de uma promoção. No acesso aos serviços de saúde, Alcinda encontra-se numa posição privilegiada, já que é abrangida simultaneamente pelo regime da ADSE e pelos serviços médicos militares. As fontes de rendimento do agregado doméstico são o seu salário de 500 euros e a pensão de sobrevivência que recebe pela morte do marido (320 euros). Esporadicamente os filhos apoiam-na. O benefício da pensão de sobrevivência foi sempre acautelado, por Alcinda e pelo próprio marido. *“Ele sabia que morria,*

o meu marido sabia. Dizia muita vez, não cases, que vais perder a pensão”. Por isso, e por alguma pressão dos familiares dele, não voltou a casar depois de ter enviuvado aos 30 anos de idade.

Embora com problemas cardíacos de certa gravidade, que a obrigaram a uma intervenção cirúrgica e exigem cuidados quotidianos, não parece querer reformar-se, ainda que, ao mesmo tempo, já tenha começado a informar-se sobre o montante que ficaria a receber se o fizesse. *“Não pedi ainda [a reforma], mas já falei a eles quantos anos tenho... Eu não quero também estar em casa, fico doente quando fico de férias, a minha cabeça, houve três meses que eu fiquei em casa com atestado, parece que andava maluca, não saía na rua e estava a ficar tonta. Mesmo o médico disse que eu precisava de sair, porque eu tenho pressão de nervos. No fim do ano vou ver, vou à Caixa de Pensões”.*

Quatro dos cinco filhos já saíram de casa e deram-lhe oito netos. A mais velha foi a que estudou mais tempo, fez o 12.º ano e trabalha nos serviços administrativos das Forças Armadas. Outra filha emigrou para a Suíça em 1988 e trabalha lá num restaurante, tendo deixado até hoje o filho, na altura com 10 meses de idade, ao cuidado de Alcinda. *“Eu é que fiquei com o miúdo. Hoje tenho tutela paternal. É engraçado que o pai não quis...os avós não quiseram o miúdo. E depois tinha 16 anos e vieram e agora não o largam. É bom menino, é sossegado. (...) O pai queria o miúdo, mas a avó, o avô queria, mas a avó não queria porque pensava que o miúdo era preto. Ela quis vir cá ver se o miúdo era preto. Agora não o larga, até chora. Mas o miúdo foi lá e vai lá sempre, e come lá e janta lá. Dormir é que não dorme desde que eu estive doente. Mas eu disse logo, não me tiram o meu neto”. O filho mais novo tem a 4.ª classe, é pedreiro e o filho que ainda vive com ela tem o 8º ano e não trabalha devido a problemas de toxicod dependência. *“Tenho é um filho que...por isso fiquei doente, meteu-se na droga, gastei dinheiro para o tratar, foi para Palma de Maiorca, foi para tudo, para se tratar, está lá dois anos e mete-se na droga. Ainda hoje fui à farmácia buscar metadona, porque ele vai começar a trabalhar com o irmão amanhã e tem que dar o frasco de metadona. Foi isso que deu cabo de mim. (...) Agora já está melhor, está a tomar metadona. O ano passado estava a tomar há quase um ano e meteu-se outra vez”.**

Além do filho e do neto que vivem com ela e dependem dela, outros filhos e netos vão almoçar ou jantar a sua casa, durante a semana ou ao fim-de-semana. Um dos netos fica lá todas as tardes à espera dos pais. Por isso, e porque continua profissionalmente activa, nunca se sente sozinha. Tem ainda os irmãos, que vieram para Portugal antes de 1975, trazidos pelo marido. *“O meu marido puxou a família toda para aqui”*. Só se sente mais só quando chegam as férias e os netos e filhos *“vão passear”*.

Vive na mesma casa há quarenta anos por 60 euros de renda mensal. É uma pequena vivenda com três quartos pequenos. Perto do local onde vive existe um bairro de realojamento antigo com muita população de origem africana. Aí criou alguns laços de amizade, mas a sua rede principal de sociabilidade é à roda dos filhos, do neto que tem sob a sua guarda e dos parentes do marido, que moram perto. Sente-se portuguesa e guineense ao mesmo tempo. Embora não o domine bem, continua a gostar de falar o crioulo da Guiné-Bissau. Mas sente-se portuguesa *“porque estou cá há muitos anos (...) O meu pai também é português”*. Todos têm nacionalidade portuguesa, ela e os filhos. Em 1993 foi à Guiné-Bissau de férias e para ver como estava a antiga casa da família. Ficou lá um mês, gostou do clima, mas sentiu que o país estava mais pobre. Gostava de ir lá mais vezes, mas não tem meios para o fazer, além de que os problemas de coração desaconselham que ande de avião. Voltar definitivamente à Guiné não faz parte dos seus planos. Quer ficar em Portugal, próxima dos filhos e netos.

Ainda que a sua vinda tenha sido imprevista, ditada pela doença do marido, diz que gosta de Portugal, sentimento para que terá contribuído também a boa recepção que teve por parte dos familiares dele mas considera que a melhor fase da sua vida foi na Guiné-Bissau. Lá nunca teve de trabalhar fora de casa porque o pai, português e pedreiro, e depois o marido, sempre asseguraram o seu sustento. *“Acho que antes tinha a vida melhor, não trabalhava. O meu marido era boa pessoa, ajudava-me com as crianças, nunca fui trabalhar e ele nunca me deixou trabalhar. Agora tenho mais trabalho, desde que ele morreu a vida mudou, muito”*.

BIA

Aos 68 anos, reformada, continua a fazer uma “escada”. Passou por bairros de barracas, um bairro social e hoje vive, com uma das filhas, o genro e a neta, num apartamento de uma urbanização do concelho de Oeiras. É com eles que passa a maior parte do tempo. Nasceu em 1940, em Cabo Verde, e veio para Portugal aos 33 anos, em 1973. Tem nacionalidade cabo-verdiana, sente-se cabo-verdiana, mas não pretende voltar.

Bia vive com uma das filhas, o genro e a neta, visitando com alguma regularidade a filha mais velha. A casa, comprada através de um empréstimo, embora modesta e situada numa zona de fracas acessibilidades, é um apartamento num prédio relativamente recente e bem conservado. Durante o dia fica sozinha em casa e encarrega-se das tarefas domésticas, enquanto a neta vai para a creche e a filha e o genro vão trabalhar, ela no fabrico de pão numa cadeia de supermercados e ele como empregado de mesa num restaurante. A filha mais velha trabalha numa empresa de limpezas.

Nos momentos de lazer vê televisão, especialmente telenovelas, dá pequenos passeios pelas imediações do bairro, vai ao café tomar um galão e conversa. Conversa muito, com quem passa e conhece. Por vezes visita o antigo bairro para rever ex-vizinhas e amigas e lá muita gente a conhece e pergunta por ela. Em termos de autonomia física, Bia tem uma condição física razoável, apesar dos problemas de coluna que arranjou numa vida dura de trabalho, mas é uma pessoa dependente em termos económicos e sociais. Não sabe ler nem escrever, não tem casa própria, não tem um nível de rendimento que lhe permita subsistir sem o apoio da filha.

Apesar de reformada e dos problemas de coluna, ainda mantém, aos 68 anos, uma “escada”, cuja limpeza lhe rende 75 euros, a juntar à reforma de 200 euros, dinheiro que serve fundamentalmente para comprar medicamentos, para pequenas despesas pessoais, o resto indo para apoiar a filha e o genro nas despesas da família. A filha, que estava em casa e participou pontualmente na entrevista, acrescenta: *“Sim, a minha mãe muitas vezes ajuda-me, não ajuda muito, não é, porque a reforma dela também não é nada. O que é que são 200 euros?”*.

Bia trabalhou sempre, primeiro enquanto interna durante um ano (uma “*escravatura*”), até ir viver com o marido que entretanto conheceu; nos dois anos seguintes foi empregada doméstica a tempo inteiro numa casa particular, sem contrato; depois, mudou para a casa onde haveria de estar vinte anos, também como empregada doméstica, com contrato. Reformou-se aos 63 anos por incapacidade para continuar a trabalhar. *“Reformei por causa de doença, eu sofro de coluna, já tive 40 tratamentos, já fiz fisioterapia e depois fui à doutora e a doutora disse-me que as coisas já estava tudo ... que a minha coluna já estava toda torta e reformou logo. Felizmente encontrei uma boa doutora”*. A reforma foi-lhe atribuída um ano depois de ter sido despedida, sem indemnização, da casa onde esteve todo esse tempo. Os patrões consideraram que já não tinha condições para continuar a trabalhar. *“Vinte anos naquela patroa, vinte anos! Tinha tudo certinho, mas, depois, quando eu saí de lá, ela não deu nada. Não deu os direitos. (...) Mas também por causa dela que eu teve reforma, não foi? Sim, sim, se não era assim?!”* Entre o fim desse emprego e a reforma, ainda cuidou, durante seis meses, de uma idosa com graves problemas de saúde, período em que fez descontos para a Segurança Social, mas que acabou rapidamente devido ao falecimento da empregadora.

Manteve toda a vida uma estratégia de pluriactividade: um emprego fixo, de horário completo e do qual decorriam as suas contribuições fiscais, combinado com diferentes “*biscates*”. Estes eram trabalhos de curta duração, sem vínculo laboral, feitos de madrugada ou aos finais de tarde, aos fins-de-semana, “*escadas*” de prédios, limpeza de escritórios, roupa para passar em casa de particulares, limpezas finais de edifícios acabados de construir, apoio a idosos. Praticamente nunca esteve desempregada. *“Naquele tempo tinha muito trabalho, a gente ganhava era pouco, mas trabalho era sempre. Era sair e ficar uns diazinhos em casa e depois vou fazer os meus biscates, biscatinhos, pronto”*. O marido trabalhou sempre na construção civil, inicialmente como servente e mais tarde, com a ajuda de um irmão que era pedreiro, aprende esse mesmo ofício e também o de estucador.

Bia mudou algumas vezes de residência. Entre 1975 e 1977 viveu num bairro de barracas do concelho de Oeiras até ao momento em que os moradores foram informados de que deveriam abandonar o local. *“Chegou a polícia, avisou-nos. (...) Ainda a gente foi ficando lá, de-*

pois mais um tempinho tornaram a ir lá, nós dissemos que não tínhamos para onde ir, fomos ficando mais uns mesinhos. Depois quando os polícias chegaram lá arrombaram casa e nós ficámos na rua. Viemos para Paços de Arcos, ali em Paços de Arcos, em frente à linha de comboio”. Nesse novo lugar, já com duas filhas, passa a viver numa barraca pior do que a anterior, mas consegue, por conselho de uma amiga, inscrever-se num concurso para realojamento. “Paulina trabalhava na Câmara e um dia chegou lá “Bia vai fazer inscrição”, e eu disse: “Inscrição aonde?”, “Na Cascais!” Eu disse: “Paulina, eu não tenho sorte, eu não tenho sorte para estas coisas” e ela “Bia vai”. (...) Eu fui lá, com os nossos papéis e tudo... fizemos a inscrição. Deixamos lá os papéis, levei os documentos”. Estas redes de solidariedade na vizinhança permitiram também assegurar o cuidado com as filhas quando estas eram mais pequenas. Nenhuma delas teve acesso a uma creche e Bia deixava-as com as vizinhas quando ia trabalhar.

Após dois anos de espera, a família recebe, em 1980, uma casa num bairro de realojamento social, que fica no nome do marido. A relação entre os dois, já antes da chegada ao novo bairro, mostrava sinais de profundo desgaste. Quatro anos após a mudança e o nascimento da terceira filha do casal – criança com vários problemas de saúde, do foro mental, cardíaco e respiratório, que falecerá aos doze anos –, o marido envolve-se com outra mulher e passa a viver com ela, Bia e as filhas na mesma casa. Esta coabitação forçada e humilhante dará origem a fortes conflitos, que levam Bia e as três filhas a mudarem-se para um anexo, sem condições de habitabilidade, que entretanto o marido construía no quintal da casa. O marido deixa de dar dinheiro para o sustento das filhas o que conduz à entrada bastante precoce das duas mais velhas no mercado de trabalho, uma aos 11 e a outra aos 13 anos de idade. Após a morte da mais nova, em 1995, a mais velha, nessa altura já maior de idade, com o apoio da do meio, pede um empréstimo para comprar uma casa para as três. Com o casamento da mais velha, Bia ficou a viver com a outra filha nessa casa, onde está até hoje.

Chegou a Portugal em 1973, com 33 anos, após ter desistido de ir para Itália, destino que então tinha em mente. “Mas eu não fui [para Itália] porque eu não sabia a língua e escrever, eu não sei ler e estava a aprender alguma coisinha para poder seguir para Itália. (...) Mas depois quando as minhas amiguinhas foram para Portugal, com aquela coisa toda... Eu

disse “Nha da Luz [patroa em S. Vicente] eu vou para Portugal!”. Ela disse, “não vai para Portugal porque Portugal é ilusão, porque Portugal a única beleza que tem é Fátima”, e eu disse “Não, eu vou, eu vou... e vim!”

Nunca voltou a Cabo Verde, nem tem planos de o vir a fazer. Lá só tem uma irmã, que é raro contactar, não tem lá nada seu, as viagens são caras. Sente-se cabo-verdiana, mas é em Portugal que pretende ficar, apesar de avaliar a sua estadia como um “inferno”. *“Quería melhorar a minha vida, mas a minha vida foi um fogo. Foi um pesadelo.... Não fiquei muito bem em Portugal não, sempre tristeza mas, pronto, também vim a ter os meus filhos. (...) Se eu soubesse que ia passar mal aqui neste Portugal, por causa do Francisco [o marido], eu ficava lá na minha terra”.*

FILOMENA

Nasceu em Angola em 1917. Chegou a Portugal em 1974, aos 57 anos, com os primeiros refugiados e retornados. Apesar de africana, tem uma longa história familiar com Portugal: dois avôs, um marido e um genro, todos portugueses. Por ter chegado já com uma idade avançada não trabalhou durante muito tempo, mas teve acesso a uma pequena pensão de reforma. Aos 91 anos, vive sozinha e tem o apoio da filha e do genro, que moram muito perto. A vinda forçada para Portugal, e o facto de ter perdido a casa que construiu num aglomerado de génese ilegal na Costa da Caparica, fazem-na avaliar de forma negativa a sua vida cá. Tem nacionalidade portuguesa e não quer voltar a Angola.

Em 2006, a população do aglomerado ilegal onde Filomena vivia há quase trinta anos, na Costa de Caparica, é realojada num bairro social. Foi uma mudança que ela avalia de forma negativa, no que respeita ao seu caso pessoal. *“Deixei uma casa e deram-me uma capoeirinha. A sala e o quarto parecem quartos de uma miúda (...) O tamanho da casa é que me custou muito. O quarto pequeno e as coisas... está tudo arrumado, tudo na mesma coisa. Se me dessem só dois quatinhos até ficava contente. Não gosto mesmo. Não apanho sol”.* Os vizinhos actuais são todos do antigo bairro, mas Filomena não tem, nem nunca teve, re-

lações muito próximas com eles. O seu convívio é quase exclusivamente com uma das filhas e o genro, ele polícia, ela doméstica, que vivem no mesmo bairro. É esta filha que se encarrega das necessidades quotidianas que Filomena não consegue gerir sozinha (questões burocráticas, compras mais volumosas, transporte para fora do bairro), e o contacto entre as duas é diário.

Apesar dos 91 anos, Filomena não tem problemas de saúde para além da tensão alta que controla com medicamentos, condição que lhe permite ser praticamente autónoma do ponto de vista físico. Cozinha, toma banho sem ajuda de outros, faz pequenas compras no mini-mercado do bairro, passeia no parque para “*ver os patos*” e “*desenferrujar as pernas*” e vai à missa ao domingo, com a filha e o genro. O tempo que passa sozinha é preenchido com as tarefas domésticas, pequenos passeios, telenovelas e outros programas televisivos. Não frequenta, nem quer frequentar, um centro de dia.

Considera que estava melhor em Angola, antes da independência, do que está agora, e que também estava melhor na Costa de Caparica do que no bairro onde vive hoje. Não gostou de ter vindo para Portugal, veio apenas para fugir da guerra. Apesar desta avaliação negativa e algo amargurada, não pensa voltar a Angola porque já lá não tem nada de seu, nem património, nem família e porque existe um certo ressentimento face à Angola independente. “*Não tenho interesse nenhum. Vou encontrar o quê? A minha casa toda destruída (...) Já não tenho lá nada. Já não tenho nada, nem casa nem nada. Tenho, mas é árvores. Mata, aquilo ficou mata*”. Sente-se portuguesa e angolana, “*sempre fui angolano-português*”. Portuguesa porque já está cá há muitos anos e, embora não o tenha dita explicitamente, por ter vivido grande parte da sua vida em Angola como portuguesa, com familiares e conhecidos portugueses; angolana, porque foi lá que nasceu e viveu.

Apesar de nunca ter realizado descontos enquanto trabalhou em Portugal, Filomena conseguiu uma reforma através do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais) aos 65 anos, nove anos após ter chegado. “*Aqui logo me fizeram, deram-me logo reforma, ninguém me negou. Deram-me logo reforma. O que custou mais foi tirar o bilhete. O bilhete é que custou, porque não trouxe certidão nenhuma. Onde fui baptizada queimaram os livros todos. Tive mais de*

10 anos sem ser registada". A reforma é levantada por uma das filhas, mas Filomena só fica com metade do montante total (cerca de 300 euros mensais), não tendo sido possível perceber se o restante dinheiro fica a ser gerido pela filha, ou se é poupado.

Iniciou o seu trajecto migratório em 1974 com perto de 60 anos de idade. Foi, portanto, desde o início, uma imigrante idosa. Recorda-se que veio no *"primeiro avião que começaram a trazer todos os refugiados de Angola. Viemos no primeiro"*. Não queria vir para Portugal porque tudo o que era seu estava em Angola, mas a gravidade da guerra fê-la fugir. *"Vim por causa dos meus filhos, porque se ficassem lá...Já tinham feito a tropa portuguesa, mas tinha que ir outra vez para a guerra. Fugiram a isso. (...) Ele trabalhava na fábrica dos diamantes e depois o Savimbi começou a raptar os empregados da fábrica. Raptaram o meu filho para a mata, estive lá 20 anos. A sorte dele é que é electricista, ninguém sabia electricista na mata. Compunha as camionetas, compunha tudo. Se não fosse isso, matavam-no"*.

Quando chegou, ficou a viver com os filhos, filhas e genros, num hotel na Ericeira disponibilizado pelo IARN. Apesar da precariedade da situação, a estadia gratuita permitiu controlar as despesas familiares e acumular os recursos financeiros necessários para a construção da casa ilegal que viria a ter na Costa da Caparica, para o que contribuiu também o salário que Filomena recebeu durante os dois anos em que trabalhou na lavandaria do hotel. Deixaram o hotel três anos depois. *"Já estavam a dar dinheiro para sair do hotel. A alguns davam 30 contos para sair. Eu como estava no direito do meu filho, não recebi nada. Deram-me [assistentes sociais] um fogão, uma panela de pressão, a geleira, os cobertores e mais nada"*.

Filomena e o filho mais novo, que na altura não tinha ainda uma situação laboral estabilizada e fazia biscates em serralharia, alugaram um quarto numa localidade próxima e as filhas e genros procuraram outras soluções. Após um ano sem ocupação, encontra, por intermédio da filha, um emprego nocturno num lar de idosos, mais uma vez sem descontos nem contrato, tal como na lavandaria do hotel. Trabalha aí quatro anos, até surgir um desentendimento com uma colega que leva ao despedimento de Filomena, aos 65 anos. Foi o seu último emprego.

Enquanto viveu no quarto alugado com o filho começou a planejar, por sugestão de uma das filhas e do genro, construir a sua própria residência nuns terrenos “abandonados” na Costa da Caparica, onde várias pessoas estavam a construir casas. *“Depois a minha filha começou a ir para a Costa, a dizer que a Costa da Caparica tem bons terrenos, pode-se fazer casa. Eu já queria ter comprado um terreno na Fonte Boa. Se eu comprasse o terreno, fazia a minha casa e a estas horas estava na minha casa. (...) Diziam que a gente se ia arrepender. Um dizia que a gente se ia arrepender. Outros aconselhavam a fazer, que depois da casa feita ninguém tirava. Um metia medo, o outro aconselhava a fazer”*. A casa foi construída com a ajuda de um dos genros, que também estava a fazer uma habitação no mesmo local. *“Ele ia buscar tijolo. Ele já tinha um bocadinho de vida. Ajudava, mas na comida não. Ajudou nos tijolos, coisas da vida não”*. Inicialmente de madeira, para ocupar rapidamente o espaço, e depois, progressivamente, de tijolo e cimento, a casa demorou cerca de um ano a ficar pronta. *“Uma boa casa, com quatro quartos, uma sala bem grande, a cozinha, a casa de banho, a despensa. Tinha um bom quintal, até deixei lá uma videira bem preparada”*.

O processo de obtenção da nacionalidade portuguesa foi moroso (cerca de três anos) e exigiu bastante diligência por parte de uma das filhas. Filomena não tinha trazido qualquer documentação consigo, na sua terra natal os registos haviam sido queimados durante a guerra, e só dispunha do comprovativo da sua inscrição no IARN. Na perspectiva de Filomena, foi por um golpe de sorte que conseguiu resolver este problema, em 1982. *“A minha filha saiu de lá, passou onde tiram o bilhete e disse que o processo já estava há tantos anos, não existe certidão porque queimaram a certidão. A outra [funcionária administrativa] disse: assim não pode nada, não se faz nada, não tem certidão não se faz nada. Estava uma senhora que disse: então esta mulher está sem bilhete, então eu responsabilizo-me por ela. Olha, ela ficou como testemunha, lá foi-me registar e o meu genro como é polícia, foi comigo e era um casal. Como viu o meu genro, disse: isso já chega. Já não preciso de mais nenhum. Graças a Deus tenho o bilhete”*.

Ao longo da entrevista sentimos o peso das várias perdas na vida de Filomena. Em Angola não tinha uma posição abastada, mas vivia bem, muito melhor do que a população africana em geral. A sua família sempre esteve ligada ao comércio, quer o pai, neto de um português,

quer o seu falecido marido, um português de Trás-os-Montes que estava em Angola desde os 16 anos. Tiveram pequenas lojas onde se vendia de tudo um pouco, cereais, carne, bebidas, conservas, tabaco, material de retrosaria e papelaria. *“Tinha um terreno, semeava milho, semeava tudo. Eu era muito agarrada ao trabalho, fazia tudo o que me aparecia. Até cheguei, matava os bois, eu esfolava os bois, para mandar para a loja para vender. Repartia os bois para vender a carne. Quem quer carne compra, quem quer peixe compra, qualquer coisa que eles quiserem comprar, vende-se”*. O sentimento de perda é acentuado pelas transformações sociais e políticas que Angola sofreu, em que Filomena não se revê e que toma como irreparáveis. Quando diz sentir-se portuguesa e angolana, parece referir-se mais ao tempo colonial, ou seja, portuguesa das “províncias ultramarinas” e angolana da Angola portuguesa, do que propriamente ao Portugal e Angola dos nossos dias. Três dos seus filhos homens estão lá presentemente, um é militar, outro funcionário público e o outro mecânico.

A saída da Costa da Caparica e da casa lá construída é outra mudança “mal resolvida”. A construção dessa casa parece ter funcionado como um processo de dignificação após o período de total dependência no hotel disponibilizado pelo IARN. Essa casa era “realmente” sua, feita com o seu dinheiro, com as características que queria, no local que escolheu, enquanto a casa actual tem um sabor amargo, não é sua (pertence ao Estado), não a escolheu, não é como Filomena gostaria que fosse.

Apesar de ter usufruído de vários benefícios do Estado português – o acolhimento do IARN, a reforma que auferiu sem ter alguma vez entrado no regime contributivo, a casa de realojamento –, do ponto de vista de Filomena tudo isso é pouco, comparado com o que tinha e com o que deu a Portugal durante toda a vida.

O nível de rendimentos destas mulheres não é, como dissemos atrás, qualitativamente diferente do que têm os idosos das categorias precedentes. Bia e Filomena têm pequenas pensões de reforma e o apoio material e financeiro da família é indispensável para a sua subsistência. Alcinda está melhor, com o seu emprego estável a tempo inteiro, mas tem um neto e um filho na sua dependência. A sua preocupação principal com o cenário de reforma é justamente o quanto ficará a ganhar. Como os idosos anteriores, estas mulheres têm ou ti-

veram empregos pouco qualificados em correspondência com o seu nível muito baixo ou nulo de capital escolar: Bia e Filomena não sabem ler nem escrever e Alcinda só completou a antiga 4.^a classe.

Já a condição de saúde distingue-as claramente dos idosos e idosas que retratámos antes. Nem Alcinda, nem Bia, nem Filomena, com os seus 91 anos, têm problemas de saúde que lhes reduzam seriamente a autonomia e a vitalidade. Apesar de algumas queixas, têm condição física suficiente para se manterem activas em vários planos, de acordo com a sua idade.

O regresso aos países de origem, por sua vez, é um cenário fora de cálculo. A família, filhos e netos, estão cá e isso é razão suficiente para descartarem tal possibilidade. A decisão de ficar pode coexistir com avaliações mais negativas do que positivas da presença em Portugal, como é o caso de Filomena, que no tempo da Angola colonial tinha um estatuto melhor do que veio a ter depois, e que se manifesta muito amargurada com isso. Bia também avalia a sua vida em Portugal negativamente, não tanto pelo país, mas pelo sofrimento causado por uma relação conjugal mal sucedida de muitos anos e que foi cá vivida.

Um ponto que se destaca na história de duas destas mulheres, Alcinda e Filomena, e que já aparecia atrás, noutras mulheres e em alguns homens, e que continuará a aparecer à frente, é a ligação familiar a portugueses, estabelecida, na maioria dos casos, no tempo e no contexto colonial, mas também já no período pós-colonial. No caso de Filomena, essa ligação é multilateral, com dois avôs, o marido e um genro, todos portugueses. O marido de Alcinda também era português, militar na Guiné-Bissau, onde a conheceu; o pai de Domingas era português, comerciante, tal como os familiares de Filomena. E temos ainda a mulher portuguesa de Mesquita, que ele conheceu cá numas férias, ele que tinha também um avô português; o português com que Celeste viveu maritalmente durante dois anos em Portugal, e o casal português que trouxe Ermelindo de Moçambique em criança, ele também militar. É um tema lateral relativamente aos objectivos principais desta pesquisa, mas que se reveste de importância para um futuro estudo sobre as relações raciais e familiares no quadro do colonialismo português e os seus prolongamentos pós-coloniais. Num trabalho já com alguns

anos (Machado, 1994) designámos esta categoria de imigrantes como luso-africanos, dado justamente o carácter misto, em termos raciais e culturais, das suas histórias familiares. Reencontramo-los agora aqui, em pessoa, como um subconjunto dos imigrantes africanos idosos.

4.2. BUFÉTAR, FERNANDO E SIMÃO

“Os filhos gostam do pai, vêm cá visitar, vêm almoçar comigo. Pronto, é uma alegria! (...) Eles perderam a mãe, mas não largaram o pai”.

Simão, 69 anos

Mais do que nas mulheres, é em dois dos três homens desta categoria, Fernando e Simão, que se percebe a já referida diferença de grau no montante dos rendimentos auferidos, diferença que, embora não os retire da pobreza (veja-se que os três foram realojados em bairros sociais), os deixa mais perto do limiar de saída dessa condição do que aqueles que estão na velhice pobre socialmente excluída e na velhice pobre familiarmente enquadrada. Além de rendimentos pessoais um pouco mais altos, Simão e Fernando contam também, para a gestão dos seus agregados, com os rendimentos de trabalho das respectivas mulheres. Claro que, neste caso, o rendimento disponível também é a dividir por mais pessoas, já que os dois têm filhos a cargo, embora três dos quatro filhos de Fernando já trabalhem e isso permita aliviar o orçamento mensal. Bufétar é um caso diferente. Desde que ficou desempregado, a sua situação está mais difícil. Sempre vai fazendo uns biscates, mas não lhe permitem manter os rendimentos que tinha antes, a trabalhar na construção civil, e também teve de diminuir o montante que envia todos os meses para a mulher e os filhos na Guiné-Bissau.

Mas, como já se disse e ilustrou com as histórias de Celeste, Bia e Filomena, não são os rendimentos que constituem o traço distintivo desta categoria da velhice imigrante. O que conta aqui é a orientação das sociabilidades, se elas ficam restringidas à família e à casa, onde se passa quase todo o tempo, ou se são também viradas para fora, se há outras actividades, para além da família, que contribuam para manter estes idosos socialmente integrados. Assim

acontece, de facto, com os três homens deste grupo e o caso de Bufétar é, num certo sentido, o mais expressivo dos três, já que, na ausência da mulher e dos filhos, construiu sociabilidades mais alargadas, de natureza associativa e religiosa, que o mantêm ligado ao mundo social, ao contrário de João, o idoso do primeiro grupo que, tal como Bufétar, também tem a família no país de origem, mas está socialmente isolado. A função integradora da prática religiosa dos imigrantes, para que alguns investigadores chamaram recentemente a atenção, é testemunhada pelo exemplo de Bufétar, que vai à mesquita central de Lisboa todas as sextas-feiras, bem como por Mesquita, Celeste e Filomena, os dois primeiros seguidores regulares de cultos evangélicos e a terceira do culto católico (Vilaça, 2008).

Ao contrário das mulheres, como já dissemos antes, os homens estão dispensados, por mero efeito do estatuto de género, das tarefas domésticas e dos cuidados com terceiros. Simão e Fernando deixam essas funções para os respectivos cônjuges (segundos casamentos, em ambos os casos, com mulheres mais novas, o que também é factor de rejuvenescimento e envelhecimento activo) e Bufétar vive sozinho, apenas temporariamente acompanhado por um sobrinho. Os três podem, assim, virar-se para actividades exteriores, seja a procura de emprego e o associativismo, no caso de Bufétar, seja o lazer e a convivialidade com vizinhos e familiares não co-residentes, como fazem Simão e Fernando.

BUFÉTAR

Nasceu em 1943 na Guiné-Bissau. Tem nove filhos, os três mais velhos da primeira mulher e os restantes seis, alguns menores de idade, de uma segunda relação. A mulher actual e os filhos comuns vivem lá e o principal objectivo de Bufétar é trazê-los para Portugal. Mantém um contacto estreito com a família e com a sua aldeia de origem, através da associação de que faz parte. Tem dupla nacionalidade, portuguesa e guineense, e sente-se português, entre outras razões porque, durante três anos, fez a guerra colonial por Portugal. Chegou em 1983, com 40 anos de idade, para trabalhar na construção civil, sector de que nunca saiu, encontrando-se agora desempregado. Depois de vinte anos num bairro de barracas, tem desde 2005 uma casa num bairro de realojamento, onde vive acompanhado por um sobrinho.

Quando o entrevistámos tinha 65 anos, mas no seu bilhete de identidade constavam 55, por isso a reforma encontra-se bem mais longe do que gostaria. *“Na documentação aqui não tem a minha idade certa, reduziram a idade. A minha idade própria nasci em 1943”*. Estava desempregado há cinco meses, a viver das poupanças e do apoio de um sobrinho, servente da construção civil, que vive em sua casa já há algum tempo.

Diz que todos os dias procura emprego. Apanha o autocarro e vai a várias firmas de construção civil oferecer-se para trabalhar. Quando lhe aparece algum trabalho é normalmente para acabamentos em obras, tarefas que duram pouco mais de duas semanas. Há dois anos que se encontra nesta situação instável, faz alguns biscates mas nada de longo prazo, algo que está a ter fortes implicações na sua vida em Portugal e na da sua família na Guiné-Bissau, mulher e seis filhos, alguns menores de idade, todos dependentes do dinheiro que envia. Tem outros três filhos, mais velhos, de uma relação anterior, mas esses já são autónomos, um está na Guiné, outro no Senegal e o terceiro em França.

Vive há três anos num T1 num bairro social, em Cascais, após quase duas décadas numa baraca. Inicialmente foi-lhe oferecido um T5 adequado à dimensão da família que Bufétar estava a tratar de trazer para Portugal. No entanto, como a reunificação familiar não se deu, foi mudado para um T1. No bairro onde vive existem pessoas de diferentes origens e diz dar-se com toda a gente, especialmente com guineenses, embora com ciganos e angolanos tenha alguma dificuldade de relacionamento. *“Ui...quando eu saio, chamam-me por todo o lado. Quando eu saio na rua, homens, mulheres, putos, chamam-me de todo o lado. (...) A gente olha eles [ciganos], fala com eles, diz bom dia, fala-se assim um bocadinho, mas não é fácil estar aqui com eles. Eles não confiam em ninguém e ninguém pode confiar neles. Eles não querem que ninguém faça nada para eles. Eles ficam para o lado deles e a gente fica para o nosso lado. Não se mistura. Às vezes dou-me com os cabo-verdianos, fomos juntos com os cabo-verdianos, dou-me com eles e trabalhava-se juntos noutra tempo, ia-se ao café com eles. Mas os ciganos não e os angolanos também é pouco. Eu para sair à rua para faltar ao respeito, não gosto”*.

Muçulmano, às sextas-feiras não falha a deslocação à mesquita central de Lisboa, na Praça de Espanha, onde encontra muitos guineenses. Para além disso, faz parte de uma associação

que promove o desenvolvimento da aldeia onde nasceu, no norte da Guiné-Bissau, e apoia os imigrantes dessa aldeia em Portugal. Reúnem-se três vezes por ano. Em 1999, juntaram dinheiro suficiente para equipar a escola local com 170 mesas e actualmente estão a angariar fundos para o melhoramento do hospital. Apesar de estar em Portugal sem a família há cerca de 25 anos, Bufétar nunca esteve realmente só. Pela sua casa, ao longo dos anos, passaram mais de “oitenta patrícios” recém-chegados a Portugal. Os laços familiares, étnicos e religiosos construídos na Guiné-Bissau, e mantidos na emigração, funcionaram e funcionam ainda hoje como fonte de suporte, mas também de obrigações.

Mantém um contacto estreito com a família. Envia-lhes dinheiro quase todos os meses, normalmente cerca de 250 euros, mas agora que está desempregado envia só 100. Telefona frequentemente, construiu uma casa para o pai (já falecido), está a construir uma para si e, até ter tido um acidente de trabalho grave, há oito anos atrás, ia à Guiné-Bissau de dois em dois anos. Apesar da forte ligação com a família e a aldeia onde nasceu, não pretende regressar definitivamente, preferindo um regime de alternância entre os dois países. *“Quando quer voltar, não é para voltar para ficar lá. Eu posso ficar lá um ano e venho para cá ou fico dois anos e venho para cá. Não ficar lá para ficar, quando eu vou levo tratamento, vou seguro com os medicamentos. Quando vejo que os medicamentos estão a ficar poucos eu venho. Porque eu tenho dupla nacionalidade, eu posso ficar lá e depois ficar aqui”*. Só no caso de não conseguir trazer a família, processo que se tem vindo a arrastar sem grandes perspectivas de resolução, é que prevê voltar de vez.

Sente-se português e por isso quis ter a nacionalidade portuguesa, que adquiriu em 1994. *“Eu?! Eu sou português 100%. Porque na minha terra quando nasci era português, no tempo das colónias. Tenho bilhete de português de lá e cheguei aqui, com aquele bilhete português de lá, fiz o bilhete português daqui (...) Se me vão por para fora, eu não sei. Eu conheço muitos portugueses desde que eu nasci. Andamos com os portugueses no tempo da luta. (...) Se era para fazer luta de independência, eu fiz luta para português. Eu sou português. No tempo de luta eu fui para o português”*.

Veio para Portugal em 1983, aos 40 anos de idade, por razões económicas, mas também porque ficou com “vontade de ver o mundo”, depois de ter estado nas milícias portuguesas,

entre 1965 e 1968, na guerra colonial. *“Quando eu saio da tropa portuguesa, naquele tempo, é que eu comecei a ganhar a ideia de sair. Com curiosidade...”*

Chegou a Portugal e, depois das duas primeiras semanas em casa de um irmão, viveu três anos num contentor disponibilizado pela firma de construção civil em que trabalhava. Nunca saiu da construção e a sua progressão foi reduzida, tendo apenas passado de servente a pedreiro, dois anos após a chegada, depois de um curso de formação profissional financiado pela empresa. Trabalhou quase sempre com contrato, algo que fez questão de assegurar por achar que é uma garantia futura para si e para os filhos. *“Com descontos. Até agora quando eu pego ao trabalho eu peço descontos, se o patrão não quer descontar eu vou sair da obra dele. Não quero. Eu tenho muita família, não sei a minha vida, não sei o futuro. Eu sempre que estou na obra quero que seja com desconto. Eu quero sempre contrato”.*

Antes não sentia falta de emprego, mas nos últimos dez anos, diz, as coisas pioraram. Os empregos disponíveis são menos e duram menos tempo. Além dessa evolução negativa do emprego, em termos de quantidade e qualidade, a idade que tem hoje e as sequelas deixadas pelo acidente de trabalho que sofreu em 2000, deixam-no numa posição desvantajosa no mercado de trabalho. Foi um acidente quase fatal. Mesmo assim, Bufétar teve mais sorte do que o servente que o assistia, que ao cair do andaime de um oitavo andar para o solo morreu. A queda de Bufétar parou no quarto andar e a consequência mais grave foi a severa fractura de um pé. Fez cinco operações, esteve internado nove meses num hospital e o pé ainda hoje lhe dói no tempo mais frio. Teve direito a baixa, mas ainda não foi indemnizado. *“Não sei. Até agora não sei. Fui aqui a tribunal de trabalho, aqui em Oeiras e diz-me que vai pagar, vai pagar e até hoje. Até hoje tenho a documentação daquilo, mas até hoje...”*

Refere que a vinda para Portugal foi positiva em termos de trabalho e de condições económicas, além do melhor acesso à saúde. Embora o seu pai tenha sido um homem importante, chefe de tabanca (aldeia) e proprietário de centenas de cabeças de gado, a verdade é que esse património pertence à família inteira, a Bufétar e aos seus cerca de trinta irmãos. *“Está melhor porque estou a trabalhar. Na Guiné, quando estou lá sinto falta de dinheiro e não*

consigo arranjar trabalho. Às vezes tenho que fazer dívida e não consigo pagar aquilo. Mas quando eu entrei aqui, as dívidas que eu tinha na Guiné, eu liquidei todas. Estava a dever às pessoas, quando trabalhei até ao fim do mês eu tinha que liquidar aquilo. Na Guiné eu não tenho aquele emprego assim... É por isso”.

O único aspecto negativo, diz, é ainda não ter conseguido trazer a família, apesar de estar a tentar fazê-lo desde 2005. *“Dá raiva, porque os gastos aqui com documentação são muitos. Porque a embaixada tem que mandar a documentação de lá, os documentos tem que vir autenticados. Um documento igual a este tem 7000 francos que vou pagar. Cada documento igual a este para autenticar na embaixada tem que se pagar 7000 francos. (...) Se eu tivesse a minha mulher aqui com os meus filhos, estava a 100%. Faz falta. Durante vinte e cinco anos aqui sozinho, só a ir à Guiné e volto. Eu gosto de ficar aqui com a minha família. Se eu fosse para a Guiné depois levava também a minha família. Como é que eu posso dormir se a minha mulher está sozinha com meus filhos? A minha mulher é que tem encargos e eu não tenho encargo de nada. Não sei quem é que dói a cabeça ou está doente. Leva para hospital e eu não sei. Ela é que tem todo esse trabalho. É por isso que não está tão bem. Eu preferia estar com a mulher aqui, estava feliz”.*

FERNANDO

Tem nacionalidade portuguesa e sonha voltar a Cabo Verde, embora, com o passar dos anos, seja cada vez mais difícil tomar essa decisão. Nasceu em 1937 e veio para Portugal em 1979, aos 42 anos, após muitos anos de trabalho, primeiro em São Tomé e Príncipe e depois em Angola. A sua rede de sociabilidades é composta pelo agregado doméstico, a segunda mulher e os quatro filhos comuns, outros familiares e alguns vizinhos, quase todos cabo-verdianos. Reformou-se por doença aos 50 anos, mas continuou a fazer “biscates” até aos 69. Trabalhou na construção civil onze anos sem contrato, fazendo por sua iniciativa os descontos para a Segurança Social. Aos 71 anos, os seus rendimentos advêm da acumulação da pensão de invalidez com a reforma, do trabalho da sua mulher e, mais indirectamente, dos seus filhos.

Acorda cedo, independentemente de ser dia de semana ou fim-de-semana, e por volta das sete da manhã põe-se a caminho da horta que construiu num pequeno terreno desocupado onde cultiva, como outros vizinhos, milho, batatas, feijão e abóbora. À tarde dormita em frente à televisão ou vai jogar às cartas “*no jardim onde fizeram o Rock in Rio*” com alguns vizinhos, normalmente a “*equipa exclusiva de cabo-verdianos*”. Esta é a rotina diária quando não está a trabalhar em nenhum biscate. Embora longe do centro da cidade, e rodeado por vias de acesso a auto-estradas e terrenos baldios, o bairro social onde vive tem uma estação de metro próxima, praça de táxis, paragens de autocarros, centro comercial e uma escola. Os edifícios já não são novos, não têm mais de cinco andares, dois apartamentos por piso e um elevador.

Vive com a segunda mulher e quatro filhos num apartamento de três quartos, uma sala e uma pequena cozinha, que Fernando avalia de forma positiva. “*Gosto mais daqui porque as condições são melhores, lá [Bairro do Relógio], como as casas eram pré-fabricadas e de madeira, não tinham as mesmas condições de segurança do que essas, para além do facto destas casas também serem muito maiores*”. A sua rede de sociabilidades vai para além do núcleo familiar. Mantém uma relação próxima com alguns vizinhos e com vários familiares, cunhados e sobrinhos, em Lisboa. Com os últimos prepara as festas de Natal, baptizados, casamentos, idas a Cabo Verde em grupo, envio de encomendas para Cabo Verde, entre outras actividades. Tem uma filha mais velha, de 40 anos, com quem perdeu algum contacto, que vive no Luxemburgo e trabalha na cozinha de um restaurante. É fruto da sua primeira relação conjugal, iniciada ainda em São Tomé, que continuou em Angola e terminou pouco tempo depois de ter chegado a Portugal, quando Fernando se decidiu separar.

Ano sim, ano não, vão todos de férias, durante um mês, para a ilha de Santo Antão. Têm lá uma casa que tem vindo a ser construída pouco a pouco nos últimos catorze anos. É uma casa com rés-do-chão e primeiro andar, quase totalmente equipada. Tem cinco quartos, uma cozinha, duas casas de banho e uma sala. “*Construímos a casa lá porque nós precisamos. Para quando a gente for termos onde entrar, entrar no que é nosso. (...) Temos lá a nossa casa! Chega na casa e fica à vontade*”. Foi construída com o apoio do irmão que vive em Cabo Verde.

A casa parece simbolizar a ligação ao país de origem, é um sinal da vontade de retorno que Fernando expressa várias vezes ao longo da entrevista. Mas essa possibilidade não é nada certa. O próprio Fernando hesita perante a ideia de um regresso definitivo, pondo a hipótese de repartir o tempo entre os dois países. A mulher, quinze anos mais nova, que estava em casa durante a entrevista e interveio pontualmente, não parece adepta do projecto de retorno. Fernando brinca dizendo “*Ela agora está a gostar de trabalhar, já nem quer ir para Cabo Verde*” ao que ela responde “*Para que é que eu vou para Cabo Verde se lá não tem trabalho, vou ficar sentada à espera de companheiro [à espera dele]. Eu não! Fico aqui, é melhor*”. Quando os filhos eram pequenos talvez tenha sido mais fácil imaginar que um dia todos voltariam para Cabo Verde mas foi, em Portugal que os filhos nasceram e cresceram e fizeram toda a sua vida. Como convencê-los a ir para Cabo Verde? Ou como voltar deixando-os a eles e aos netos que virão? Outro problema que se levanta com o retorno é o facto de implicar um decréscimo da qualidade de vida do casal em termos de acesso a cuidados de saúde e a outros serviços e infra-estruturas que em Cabo Verde, tirando as ilhas de Santiago e S. Vicente, são escassos.

Não tem grandes problemas de saúde. Tem tensão alta, colesterol e algumas dores de coluna, mas nada que lhe retire autonomia e refere, aliás, que se aparecesse algum biscate para fazer, algo que já não acontece há três anos, fazia-o. Os rendimentos da família provêm do salário da mulher, que começou a trabalhar nos últimos seis anos, depois de os filhos terem crescido (faz serviços de limpezas com contrato de trabalho, de manhã numa estação televisiva e à tarde numa escola), da pensão de invalidez de Fernando e da reforma que obteve aos 65 anos, ambas à volta dos 250 euros.

Os filhos que trabalham não contribuem directamente para o orçamento familiar, mas a sua relativa autonomia financeira permite que não sejam um encargo para os pais. “*O dinheiro é deles, é para comprar as coisas deles. Desde que haja comida e saúde eu não preciso do dinheiro deles*”. A filha mais velha, de 25 anos, é copeira num hotel e a segunda, com 22, trabalha numa pizzaria. Ambas concluíram o 12.º ano. O terceiro filho, com 20 anos, concluiu o 9.º ano e trabalha numa estação de lavagem de carros. O mais novo, com 16 anos, abandonou a escola com o 6.º ano, estando actualmente a equacionar voltar aos estudos.

Fernando chegou a Portugal em 1979 com 42 anos de idade. Antes estivera nove anos a trabalhar nas plantações de S. Tomé e Príncipe e dez em Angola, na construção civil. Saiu de Cabo Verde para “aventurar a vida”, “tentar a sorte”, diz, eufemizando as motivações económicas e a precariedade do seu meio de origem. Nasceu numa família de nove irmãos em que pais e filhos trabalharam desde tenra idade na agricultura, não tendo ninguém frequentado a escola. Veio para Portugal devido aos conflitos armados em Angola e porque voltar para Cabo Verde não lhe pareceu uma boa solução em termos económicos. *“Guerra! Para escapar do meio da guerra! (...) Quando fui para Angola já tinha guerra, mas estava fora, estava no mato. (...) Vi que já não dava para estar, um gajo tem é que mudar. Até os portugueses chegavam no aeroporto com o carro, um Mercedes... “dá um maço de tabaco, fica com o Mercedes”. Deixar o Mercedes no aeroporto e andar... Eu ainda aguentei, ainda depois da independência, fiquei mais quatro anos, mas quando vi que não dava... (...) Senti foi uma grande pena de ter deixado Angola, porque gostava muito de Angola”.*

Teve um único emprego em Portugal. Durante onze anos foi pedreiro sem contrato e efectuou descontos para a Segurança Social por sua iniciativa. Com 53 anos aposentou-se devido à forte alergia que tinha ao cimento, mas até aos 69 fez biscates. Depois de chegar a Portugal só não tentou ir para outros países devido à idade. *“Se eu fosse mais novo, eu tenho documentos, podia andar para aí para fora longe... mas um gajo já está vingado, não vale a pena passear muito. Eu tenho documentos, há trabalho lá fora, aqui é que não há trabalho. Se eu fosse mais novo andava aí para fora, França, Holanda, qualquer lado”.* Mas gosta de viver em Portugal, considera que a sua vida melhorou com a vinda para cá e que, apesar da falta de emprego, Portugal proporciona boas condições de vida à sua família.

SIMÃO

Aos 69 anos estava reformado. Nasceu em Cabo Verde em 1939 e, após onze anos nas plantações de São Tomé e Príncipe, emigrou, em 1972, para Portugal. Tinha 33 anos, quatro filhos e uma carta de chamada para trabalhar na construção civil, sector onde ficou até se reformar. Vive há quase três décadas num bairro social com a mulher e o mais novo de um total de nove filhos. Sente-se cabo-verdiano, mas tem nacionalidade portuguesa e é em Portugal que pretender ficar.

Para Simão a possibilidade de retorno definitivo a Cabo Verde parece estar fora de questão, ainda que tenha herdado lá um terreno e gostasse de ir mais vezes de férias. Só foi uma vez até ao momento. Em Portugal tem melhores condições de vida, os filhos vivem cá e não tem familiares directos em Cabo Verde, uma vez que os seus irmãos já faleceram. “*Se tivesse dinheiro, dar-me um sorte, era capaz de dar um jeitinho nesta casa, mas em Cabo Verde não vou fazer casa lá, ninguém está lá para ficar lá. Eu dava jeito era nisto [casa actual] (...) Só se for para passar férias (...) Não tenho lá ninguém e aqui tenho os filhos todos e todos os fins-de-semana eles vem almoçar comigo, e às vezes vou almoçar com eles e lá não tenho ninguém (...) É a minha terra e tenho saudades, mas para lá viver... não está lá ninguém (...) Se deixar os filhos cá, vou ficar com saudades*”.

Na sua perspectiva, Portugal ofereceu e oferece melhores perspectivas de vida a si e aos seus filhos e mostra-se satisfeito com a vinda para cá. “*Agora é melhor que quando vivia lá em Cabo Verde, porque lá não ganhava nada, era só no campo, enxada, trabalhava no campo e aqui nem que fosse pouco, todos os meses recebia. (...) Se fosse em Cabo Verde, eles [filhos] não tinham a vida que tem aqui agora. Aonde é que eu trabalhava para ter uma casa, para ter isto? Aqui trabalhar para viver em condições. Se fosse na minha terra eu não tinha isto. Eu não tinha e não tinha para ajudar*”. Apesar de não pretender voltar a Cabo Verde, diz sentir-se “*100% cabo-verdiano. Porque eu nasci lá. Não estou a viver lá, mas não esqueço da minha terra, pois... eu sou português [nacionalidade], mas não vou dizer já não preciso da minha terra, nunca, pois. Se algum dia... para onde é que vou, né?*” Somente em 1986, quase quinze anos depois da chegada, começou a tratar da naturalização. “*Nós não morávamos directamente aqui, morávamos lá em baixo, praticamente as novas informações nunca chegavam, era trabalho-casa e casa-trabalho*”. Após ter iniciado o processo, a obtenção da nacionalidade portuguesa foi fácil. “*Naquele tempo era rápido*”.

Chegou a Portugal em 1972 e teve um trajecto profissional estável. Trabalhou sempre com contrato, teve apenas dois empregos, nunca esteve desempregado, nem em regime de pluriactividade. O primeiro emprego, como operário numa fábrica de material de canalização, durou cerca de nove anos e o segundo, como servente da construção civil, durou quase vinte e cinco. Actualmente vive com a segunda mulher e com o filho de 13 anos que resultou

desse casamento. O segundo casamento, aquando de umas férias em Cabo Verde, deu-se quando Simão tinha 56 anos, sete anos após o falecimento da primeira mulher. Os rendimentos da família provêm da pensão de reforma de Simão (350 euros), das remunerações que a mulher recebe por dois trabalhos em limpezas e do apoio que, ocasionalmente, os filhos lhe dão.

Vivem só os três, mas em casa de Simão acaba por estar sempre mais alguém. Quase todos os dias, algum dos filhos vai visitá-lo. Além do que vive com ele, Simão tem mais sete filhos vivos e um que morreu. Dois emigraram, uma para Inglaterra (trabalha numa fábrica) e outro para França (motorista na construção civil). Dos que ficaram em Portugal, três são empregadas de limpeza, um trabalha por conta própria na construção civil e outro é animador num hospital psiquiátrico. As visitas dos filhos são também acções recíprocas de apoio familiar. Simão cuida de alguns dos catorze netos quando os filhos não podem e os filhos vão ajudá-lo em alguma coisa que precise. *“Os filhos gostam do pai, vêm cá visitar, vêm almoçar comigo. Pronto, é uma alegria! (...) Eles perderam a mãe, mas não largaram o pai”*. Além das visitas de filhos e netos, Simão ocupa-se com a pequena horta que tem no espaço contíguo à casa, com os cães, galinhas e coelhos, vai ao café do bairro depois do almoço e vê televisão. Tem boa saúde, o que lhe permite ser totalmente autónomo e dedicar-se a essas tarefas. Os vizinhos são na sua maioria africanos e chegaram quase todos ao mesmo tempo, no início dos anos 80, a este bairro de realojamento. Conhecem-se uns aos outros há muito tempo, mas Simão não aprofunda as relações de vizinhança. Investe grande parte do seu tempo nas actividades e sociabilidades domésticas e familiares.

O percurso migratório de Simão não é linear. Aos 17 anos, na década de 50, vai, como muitos cabo-verdianos, para as plantações de São Tomé e Príncipe em busca de trabalho e de uma vida melhor. Ainda criança perdera ambos os pais, tendo sido criado pelos quatro irmãos. Começou a trabalhar desde que se lembra e nunca frequentou a escola. *“O meu trabalho lá naquele tempo [em São Tomé] era cortador de andim [dendém]. Eu subia com corda lá a cima, com um machado, para fazer azeite de palma, isso que era o meu trabalho. Quando não havia, era apanhar cacau, era o café, era apanhar o coco... era fazer tudo. Era muito rijo. (...) Naquele tempo foi ganhar, eu ganhava 3 escudos... não, a mulher ganhava 3 e eu ganhava 4 por mês. A gente*

tinha só comida que o patrão dava. De quinze em quinze dias dava comida. Na senzala eu mais a minha mulher tinha 2 quartos. Lá era tudo dividido, havia sítio só para casados e sítio que é só solteiros”.

Aos 33 anos, já com seis filhos, Simão saiu sozinho de São Tomé e Príncipe com destino a Portugal “*para buscar a vida*”. Estávamos em 1972. Esperava-o um irmão com quem viveu em Sacavém durante o primeiro ano. Ao fim desse tempo já dispunha das condições financeiras necessárias para reunir a sua família e alugar uma casa. Passados sete anos foi viver para o bairro de realojamento social onde mora até hoje numa casa de que se tornou entretanto proprietário.

Simão até não se envolve especialmente na sociabilidade de vizinhança, mas também não se restringe ao convívio com os familiares com quem vive, a mulher e o filho adolescente. Vários dos outros filhos visitam-no e essa é uma sociabilidade mais aberta, menos isolada, mais voluntária. Além disso, ocupa-se da horta que criou ao pé de casa, o que também o mantém activo, e fá-lo sem dificuldades físicas, já que o seu estado de saúde é bom. Neste ponto, Fernando é muito parecido com Simão. Tem boa condição de saúde e, em cooperação com alguns vizinhos, também se ocupa de uma horta nas imediações de casa, e às sete de manhã já lá está a trabalhar. Para além disso, mantém igualmente contactos regulares com outros membros da família para além dos que vivem com ele.

Quanto a Bufétar, se é verdade que está intensamente envolvido em actividades religiosas e associativas, algo que sempre fez desde que veio para Portugal, com muitos conterrâneos a passarem ao longo dos anos por sua casa, e nessa medida é dos três o que tem sociabilidades extra-familiares mais amplas e frequentes, também é verdade que pode estar no limiar de uma viragem importante na sua vida. Está difícil o reagrupamento familiar, sobretudo agora que ficou desempregado e só arranja biscates ocasionais. E se a família acabar por não vir? Não haverá uma quebra de vitalidade e ânimo que o isolem socialmente? Do ponto de vista da saúde, acrescenta-se, Bufétar é um sobrevivente. O acidente que teve na construção civil, quando caiu de um oitavo andar, só por sorte lhe deixou apenas sequelas num pé, o que não o impede de se deslocar.

Quanto à hipótese de regresso aos países de origem, a tendência revelada pelos casos precedentes mantém-se e aponta para a permanência em Portugal, por razões semelhantes às invocadas por outros idosos. Só no caso do Fernando se verifica uma diferença de orientação a este respeito. Por ele, essa hipótese concretizar-se-ia. Tem ido, de resto, a Cabo Verde de dois em dois anos, com toda a família e quer continuar a fazê-lo. À espera há uma casa grande e confortável, que pode albergar todos, mas a mulher actual, quinze anos mais nova, em plena vida activa profissional, rejeita essa possibilidade, alegando que lá não teria trabalho e que isso a penalizaria.

5. VELHICE CONFORTÁVEL SOCIALMENTE ACTIVA

Nesta categoria, há um salto qualitativo para cima da condição social dos idosos e, em alguns casos, por via dessa condição social melhor, há também uma mudança de quadro de envelhecimento no sentido literal do que na literatura se chama envelhecimento activo. Uma condição socioeconómica favorável não significa necessariamente, como veremos na categoria seguinte, que o envelhecimento seja activo, mas há vários exemplos que mostram que ela contribui visivelmente para que assim seja. A velhice confortável socialmente activa é, no que à condição socioeconómica diz respeito, a dos “outros” imigrantes idosos, não os de percursos laborais de base, feitos nos segmentos mais desqualificados do mercado de trabalho, e também mais instáveis, mas aqueles que têm qualificações escolares ao nível do ensino secundário ou superior, que tiveram ou têm ainda ocupações profissionais qualificadas e também origens sociais mais favorecidas. Por isso falamos de velhice confortável.

Do lado dos quadros de envelhecimento, estes idosos são os que mais actividades desenvolvem fora do espaço doméstico e familiar, actividades em que aplicam e valorizam os seus capitais escolares, culturais e profissionais e que vão da liderança associativa e política, aos cursos de línguas e às actividades artísticas. Além disso, há um convívio intenso com amigos, conterrâneos e ex-colegas de trabalho.

São também idosos, eles e elas, sem problemas de saúde de maior, apesar de bem entrados nos setenta ou mesmo acima dos 80 anos, com uma só excepção. O estatuto socioeconómico

também se reflecte, como se sabe, nas condições de saúde, que em média são melhores quando esse estatuto é mais alto (Wilkinson e Pickett, 2009). Isso mesmo se conclui se comparamos os idosos desta categoria com os da velhice pobre socialmente excluída, todos eles mais novos, ainda na casa dos sessenta anos, mas com problemas de saúde sérios.

5.1. BARBOSA, GREGÓRIO, MENDONÇA E VICENTE

“Porque a minha idade, a minha idade necessita convivência, nunca perder a convivência, porque nós vamos entrando na idade, temos a necessidade de falar com este, falar com aquele, comunicar assim é importante, é uma coisa que nós temos necessidade e temos que começar isso de novos”.

Gregório, 81 anos

Barbosa foi notário em Angola, em Portugal trabalhou depois numa embaixada, e o pai era professor e proprietário agrícola em Cabo Verde. Gregório foi engenheiro naval nos EUA e o pai era português, funcionário em Cabo Verde. Mendonça, filho de pai e mãe professores, também de Cabo Verde, fez o curso de topógrafo e sempre ocupou lugares de chefia em grandes obras públicas ou empresas privadas de construção civil. Vicente, filho de comerciantes, foi funcionário intermédio da administração pública colonial em Cabo Verde e mais tarde numa empresa em Portugal.

Uma consequência directa muito importante da vantagem social de partida é que os quatro estudaram mais do que quaisquer dos outros entrevistados. Barbosa e Mendonça completaram o antigo 7.º ano do liceu, que corresponde hoje ao 12.º ano, escolaridade que, quando eram jovens, em especial no contexto português da época, caracterizados pela baixíssima escolarização da população em geral, representava um capital escolar elevado; Vicente fez só um ano menos, o antigo 6.º ano do liceu; e Gregório fez uma licenciatura, já adulto, nos EUA. Foi o capital escolar de que dispunham que lhes permitiu trajectos profissionais qualificados e seguros. Três deles foram funcionários do Estado português, ainda no tempo colonial e depois disso, o que representa a máxima segurança de emprego. No que se refere a rendimentos, todos eles estão numa posição confortável. Nenhum tem um capital econó-

mico muito elevado, é verdade, já que vivem das pensões de reforma que lhes são devidas depois de uma vida de trabalho. Mas os montantes que auferem colocam-nos vários pontos acima dos outros imigrantes idosos e da grande maioria dos idosos portugueses na hierarquia nacional dos rendimentos.

Pela origem social, pelos trajectos escolares e profissionais, pelos capitais de que dispõem, económicos, escolares, culturais, Barbosa, Gregório, Mendonça e Vicente, vivem a velhice de forma mais activa e socialmente integrada do que todos os restantes. O contraste é especialmente saliente quando os comparamos com os idosos da velhice pobre socialmente excluída e os da velhice pobre familiarmente enquadrada.

BARBOSA

Trabalhou para a administração pública em Angola até abandonar o país em 1975, aos 50 anos. Aos 83 anos, usufruía de duas reformas, uma proveniente do tempo de serviço em Angola e outra do seu trabalho numa embaixada estrangeira em Portugal. Vive com a segunda mulher. Os dois filhos há muito que são independentes. Nasceu em Cabo Verde, em 1925, numa família com capital económico. Sente-se simultaneamente cabo-verdiano e português.

É proprietário da casa onde mora, um apartamento com três assoalhadas numa zona privilegiada do concelho de Oeiras, próximo da estação de comboios, dos supermercados, da pequena baixa da vila e da praia. Casou pela segunda vez aos 69 anos de idade e é com essa mulher que vive. Ela está aposentada, foi chefe de uma secção administrativa da marinha. Tem dois filhos do primeiro casamento, hoje com 58 e 57 anos de idade, que há muito têm a vida estabelecida. O filho é professor do ensino secundário em Cabo Verde e a filha assistente social em Portugal. Não usufrui dos rendimentos das várias propriedades que tem em Cabo Verde porque entende que eles devem ficar para os dois irmãos que lá vivem e tomam conta desse património. Vive de duas reformas (cerca de 1000 euros), uma obtida em 1977, aos 52 anos, pelo tempo de serviço como funcionário público em Angola, e outra obtida aos 67 anos, pelo seu trabalho posterior em Portugal.

Não tem problemas de saúde de maior, é autónomo e gosta de sair de casa e conviver com os amigos. *“Eu passeio, já lhe disse que sou polidor de calçada? É isso que eu faço geralmente. (...) Passeio por Lisboa. Todos os dias para Lisboa. Todos os dias, almoço aqui em Lisboa. (...) Não tenho zona certa. Estou aqui com o meu irmão, quase sempre. Eu como em diversos restaurantes aqui. (...) Geralmente volto para casa para dormir, para descansar. Às vezes janto fora também. Quando me apetece, janto fora”*. Conhece muitos cabo-verdianos da sua geração em Portugal, é frequente encontrá-los nos seus passeios por Lisboa, existem, aliás, locais da cidade (praças, restaurantes, jardins) onde já sabe que poderá encontrar algum conterrâneo, nomeadamente antigos funcionários públicos das ex-colónias como ele. Sente-se cabo-verdiano e português. O sentimento de pertença a Portugal advém do facto de ter nascido e vivido, muitos anos, como português, a trabalhar para o Estado português. Não se considera estrangeiro nem imigrante. *“Fui sempre funcionário português, desde Cabo Verde. De Cabo Verde fui para Angola, integrado evidentemente na função pública. Foi o Estado português que me mandou para lá, e foi o Estado português que me pôs aqui depois. Nunca me considerei imigrante. Eu era funcionário público do Estado português, como qualquer português”*.

Nasceu em Cabo Verde, em 1925, numa família de boa posição social. A mãe era doméstica e o pai, além de professor primário, era proprietário de várias herdades. *“O meu pai era professor no ensino primário e um grande proprietário de terras. Nós tínhamos muitas terras de sequeiro e de regadio, que dava para se viver bem. Ele, na altura, dizia-se que ele era um homem rico. Tinha mesmo um estatuto especial, como homem de posses. A nossa casa era considerada como uma casa rica. Dava trabalho a muita gente. Iam os jornaleiros, pessoas que iam lá de manhã trabalhar até à tarde, ganhavam o seu salário. Empregava muita gente. O meu pai era um homem que tinha muito”*.

Terminou o liceu e começou logo a dar aulas. Contudo não estava satisfeito com as condições de ensino, o nível de remuneração e as perspectivas de carreira, e aos 24 anos optou por concorrer para a função pública. Fica colocado numa categoria administrativa do sector das finanças e casa-se no ano seguinte. Enviuvou ao fim de apenas dois anos, ficando com dois filhos a cargo. Nessa altura candidata-se ao lugar de aspirante administrativo em Angola

e consegue a colocação. Os filhos ficaram ao cuidado dos familiares da sua falecida mulher e depois de terminarem o liceu [hoje 12.º ano], vão para Luanda viver. Só viam Barbosa nas férias porque este trabalhava noutra região, bastante afastada. *“Aquilo era longe que se fartava, para aí na ordem dos 1000 km. Já viu a pessoa fazer mil quilómetros de carro e mais mil para voltar?! Aquilo era uma loucura. Mas de longe a longe a gente via-se. Nas férias eles iam lá ter comigo... pois é, e foi esta a minha vida”*. Trabalhou em diferentes regiões do país (Luanda, Cabinda, Benguela), deslocando-se em função das transferências obrigatórias, mas também das promoções. *“Nós, do quadro administrativo, não podíamos estar...em princípio estávamos quatro anos num determinado concelho e depois transferiam-nos. Estávamos sujeitos a transferências. Depois mudei-me para o quadro dos registos, notariado e serviços de justiça, porque eu era subdelegado do Procurador da República, por substituição, e lá fiquei. Não havia transferências, no quadro administrativo é que existia”*. Conseguiu uma progressão considerável na carreira durante os 21 anos que esteve em Angola. Tinha começado abaixo de aspirante administrativo e em 1975, com 50 anos, era notário.

Na perspectiva de Barbosa, o clima político em Angola só se tornou verdadeiramente negativo e perigoso depois do 25 de Abril. *“Eu até nem queria acreditar. Só um rapaz amigo, um técnico de agricultura, que estava bem informado, foi lá e disse-me, “Aqui já há falta de gasolina, trago-te um tamborete de 20 litros de gasolina, para meteres no teu carro e às cinco horas vamos embora, vamos todos para Benguela, porque isto vai ser atacado hoje”*. Eu disse: *“Não, estás a brincar”*, porque não se notava nada. A vida decorria muito normalmente. (...) O 25 de Abril foi em 1974. Até aí não tinha havido problema nenhum no meu concelho. O 25 de Abril de 1974 é que levou a guerra para Angola. Aqueles movimentos de guerrilha, o FNLA [Frente Nacional de Libertação de Angola], o Holden Roberto. (...) Contava-se que, mais ou menos com a independência, ficaria tudo bem. Mas o 25 de Abril, os movimentos de liberdade e os movimentos de interesse entraram para todo o lado lá em Angola”.

Vem para Portugal em 1975 e fica quase um ano num dos hotéis disponibilizados pelo IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais). Mesmo não tendo colocação, recebe mensalmente, durante esse tempo, uma parte substancial do ordenado equivalente à sua posição.

Alguns anos antes, a conselho de um amigo, tinha-se feito sócio de uma instituição de solidariedade que, para estimular a adesão de sócios, realizou um concurso para a atribuição de apartamentos em Portugal. *“Por acaso tinha-me saído no sorteio, no meio disso tudo ainda tive sorte. Estava eu em Angola ainda, quando me foi atribuído um apartamento, um andar, num prédio, onde eu moro ainda, mas que estava em construção. (...) Eles mandaram uma circular, lá para Angola, que convidava os funcionários que quisessem para fazer parte dessa instituição, que era denominada Obra Social do Ministério do Ultramar, para a construção de casas. Eu não queria fazer-me sócio daquilo, mas um amigo meu disse: “Você não seja parvo. Você faça-se sócio”. E eu disse: “Fazer-me sócio de casa para construir em Portugal?! Se fosse para construir em Angola ou Cabo Verde, mas em Portugal?!”* Assim, um ano após ter chegado a Portugal, era proprietário de um T3 bem localizado, onde continua a viver.

Não voltou a trabalhar para a administração pública portuguesa porque se aposentou em 1977. No ano seguinte, a convite de conhecidos, começa a trabalhar numa embaixada em Lisboa, fazendo diversos trabalhos administrativos de alguma responsabilidade, valendo-se da experiência profissional acumulada em diferentes sectores burocráticos (Ministério da Justiça e Ministério das Finanças). Ficou nesse emprego durante quinze anos, até aos 67 anos de idade, quando se reforma definitivamente. Estava já *“saturado”*, mas o motivo principal para ter deixado de trabalhar foi a aplicação de uma nova medida que obrigava à saída dos funcionários mais velhos que acumulassem duas reformas.

GREGÓRIO

Nasceu em 1927 em Cabo Verde e foi para a Guiné-Bissau com 22 anos. Aos 39 anos imigrou para os EUA e vive em Portugal desde 2002. Aos 81 anos, estava reformado e vivia sozinho. Os quatro filhos ficaram nos EUA, mas visita-os todos os anos durante vários meses. A sua segunda mulher faleceu em 2004. Tem nacionalidade americana e sente-se americano. Não pretende voltar a Cabo Verde, quer manter a rotina que construiu em Lisboa com os seus amigos cabo-verdianos.

Os quatro filhos ficaram nos EUA quando Gregório decidiu vir para Portugal, em 2002, com 75 anos. Tentam manter um contacto diário por telefone e Gregório vai várias vezes por ano passar temporadas em casa dos filhos, aliás, é difícil definir onde é que Gregório efectivamente reside. Aos 81 anos estava viúvo, pela segunda vez, desde 2004. Vive sozinho numa zona bastante acessível da cidade de Lisboa num T3 de que é proprietário. Gosta de ter uma rotina, ouvir a RDP África à noite, acordar e deitar cedo, fazer as tarefas domésticas pela manhã, pesar-se e sair para almoçar no Rossio, em Alcântara ou em Belém, onde sabe que irá encontrar antigos amigos de Cabo Verde ou outras pessoas para conversar.

O facto de viver sozinho já o colocou numa situação de risco. Sofreu o princípio de um AVC durante a noite, enquanto dormia, e teve muita dificuldade em pedir auxílio, porque não conseguia andar, estava atordoado e em pânico. *“Eu não conseguia mexer, então eu comecei a sentir-me aflito “Porque razão? O que é que aconteceu?”. Tentei pegar o telefone, mas todas as vezes que eu ia pegar o telefone tocava-lhe... eu fiquei sem noção da distância (...) mas a aflição que eu apanhei, fui batendo com a mão no telefone até que o telefone caiu, caiu e a bateria saiu para fora do telefone”*. Para evitar este problema hoje tem dois telefones, um em cada mesinha de cabeceira. É fisicamente autónomo, mas anda com alguma dificuldade, o AVC deixou uma pequena mazela numa das pernas. Ao fim de semana vai à associação de que faz parte e a um convívio de cabo-verdianos na margem sul do Tejo. Aí encontra vários amigos de Cabo Verde e pessoas que estiveram, como ele, na Guiné-Bissau. Conversam, lancham, jogam, ouvem música (nalguns casos música ao vivo) e dançam. À segunda-feira costuma ir à igreja racionalista cristã, religião que adoptou desde que foi para os EUA.

Esteve mais de trinta anos nos Estados Unidos e sente que valeu a pena emigrar para lá, que lhe foram dadas oportunidades que noutro país não teria tido. Tem nacionalidade americana e sente-se americano porque se identifica com a organização socioprofissional do país, considera-o mais justo na relação entre estatuto profissional e mérito para o exercício da profissão, o que para si, que melhorou as suas condições de vida através do trabalho e da qualificação, é um valor fundamental. *“Eu, para dizer com máxima sinceridade, eu sou cidadão americano, gosto da América, trataram-me bem, não posso esquecer. (...) Eu respeito muito porque eu fui muito bem respeitado, realmente pelo que me fizeram não posso deixar de sentir assim”*.

Está reformado desde os 55 anos de idade e tem uma pensão de 1500 euros. Este nível de rendimentos e a razoável posição dos filhos (chefe de cozinha credenciado, decorador, médica, chefe de oficina) permitem-lhe uma vida economicamente confortável.

Nasceu em 1927 em Cabo Verde, numa família de sete irmãos. O pai era português e trabalhava nos correios, como técnico telegrafista, e a mãe era doméstica e filha de um português e uma cabo-verdiana. Fez o liceu [actual 12º ano] e trabalhou vários anos na polícia marítima de Cabo Verde, mas sentia que isso não era suficiente para as suas ambições. Decide, então, em 1949, aos 22 anos, emigrar para a Guiné-Bissau, para junto de dois irmãos que lá se encontravam. Depois de ter passado por alguns empregos ligados à marinha mercante, em que assumiu funções de manutenção técnica dos barcos, Gregório entra, em 1961, para uma empresa estatal de transporte marítimo de mercadorias. Nos cinco anos que lá trabalhou conseguiu passar de funções de base para posições de supervisão e organização do trabalho das equipas do estaleiro.

A certa altura começou a sentir alguma pressão política relacionada com a luta armada pela independência, entretanto iniciada na Guiné, pressão feita por pessoas ligadas ao PAIGC, que achou que poderia trazer consequências menos positivas para si e para a sua família. Em 1966, com 39 anos, pede a demissão, decisão bastante melindrosa dada a posição hierárquica que tinha e o lugar estratégico do seu sector na política colonial. *“Deslocou-se até à Guiné para me pedir para não deixar [a empresa]. Mas como eu já conhecia a história da Guiné, eu achei que era tempo perdido, aquilo era uma ratoeira e que mais ano menos ano eu tinha que pagar por aquilo que... (...) Deixei, com bom ordenado, com boas condições (...) realmente foi um grande passo, ter dado, em ter saído para fora... foi preciso ter muita coragem... problemas, problemas porque eu vi que realmente... Não estavam e querer deixar sair, mas, felizmente, tudo correu, não houve qualquer, eu fiquei até surpreendido”.*

Vem então viver para Portugal e rapidamente se apercebe de que não consegue encontrar um emprego com o mesmo estatuto profissional. *“Em todos os sítios onde eu fazia a aplicação para o emprego diziam-me que “Ai e tal”, que o meu emprego, que o meu passado, quer dizer aquilo realmente, eu sabia, que era muito bom, mas que já era velho, com 38 anos,*

(...) que só davam trabalho a pessoas até 35 anos. Ora, eu tinha mais três anos não podia ter trabalho aqui, de maneiras que eu tive que... fui empurrado para fora". Estava numa situação de risco económico, mas tinha reunido condições financeiras para suportar um período de indefinição profissional. Ainda que Gregório não o refira expressamente, percebe-se que já contava com a possibilidade de não conseguir emprego e tinha planos alternativos.

Havia amealhado dinheiro suficiente para ficar alguns meses sem ordenado e para alugar uma casa em Lisboa para a família, a mulher, doméstica, e os quatro filhos que tinham a cargo, com 16, 14, 12 e dois anos. Entretanto, procuraria na Europa outras possibilidades de trabalho, compatíveis com o seu estatuto. No próprio ano em que chegou esteve duas vezes na Noruega e acabou por partir para os EUA. Na Noruega, depois de uma primeira tentativa em que não conseguiu trabalho, encontrou à segunda, mas abaixo do seu nível de qualificação. *"Quando embarquei na Noruega, embarquei numa posição medíocre que era dentro da casa da máquina, mas como eu não era norueguês não podiam dar acesso. (...) Para mim não dava, eu fui para ganhar, não sei, 600 dólares por mês ou qualquer coisa assim. Eu vi que aquilo era só por conta de mandar à família e mais nada e de maneira que... eu voltei para aqui um bocadinho desanimado. Quando cheguei aqui, a tia da minha mulher disse-me "Então porque é que não vais... mas então não gostas dos Estados Unidos?"*

A família ficou em Portugal e Gregório foi à frente para construir as condições mínimas para receber os filhos e a mulher. Aceitou o emprego de mecânico porque precisava de ter a sua situação legal resolvida o mais rapidamente possível. Com a ajuda do seu patrão conseguiu ir resolvendo as questões burocráticas. Passados cinco anos de estar nesse emprego muda para uma empresa multinacional de automóveis, onde teve oportunidade de voltar a estudar. Tratava-se de cursos técnicos, centrados nos produtos da empresa, mas que permitiam a obtenção de certificação escolar. A conclusão destes cursos com sucesso permitiu a Gregório alguma mobilidade vertical na empresa, de mecânico a chefe de secção. Além disso, ingressou no ensino superior com a possibilidade de frequentar as aulas no regime diurno e auferir o ordenado por inteiro. *"Uma universidade em Nova Iorque onde eu estudei, que é ali onde deixaram aqueles dois buildings abaixo (...) Ter de recorrer muitas vezes a muitas pessoas com*

habilitações para perguntar isto ou perguntar aquilo, estava mais ou menos por dentro do assunto, mas... consegui ir até ao ponto que eu queria, que era, precisamente, ser engenheiro, aquilo que eu não consegui em Portugal porque não tinha possibilidades”.

Voltou para os barcos em 1977, aos 50 anos, mas desta vez numa posição completamente diferente. Era licenciado em engenharia naval, pôde ocupar a posição de chefe das máquinas e engenheiro-chefe. *“Foi quando tinha o curso que me meti então no mar outra vez (...) O último barco que eu andei era um barco com cerca de 72 mil toneladas (...) 20 milhões e oitocentos de power, era um motor com três andares. Três andares, só o motor! Para ir para a casa de máquinas tinha que ir de elevador. (...) Eu fazia uma média de 70 a 80 mil dólares ao ano, dava uma média de quatro mil dólares, quatro a cinco mil dólares por mês”.*

Reformou-se aos 55 anos, em 1982, porque estava cansado e a mulher entretanto tinha adoecido. Nessa altura passa a dedicar-se à propriedade que tem nos EUA onde fazia quotidianamente todo o tipo de tarefas como aparar a relva, plantar verduras ou podar árvores. Em 2000, dois anos após a sua primeira mulher falecer, volta a casar-se. Tinha 73 anos. Já conhecia a sua segunda mulher, tinha sido sua namorada em Cabo Verde, mas só voltou a encontrá-la numas férias em Portugal. Casaram e decidiram viver nos EUA. Mas ela tinha dificuldades com a língua, não conduzia, começava a ficar doente e tinha toda a família em Portugal. Gregório, por sua vez, também sentia necessidade de estar mais próximo senão dos familiares, pelo menos dos conterrâneos da sua geração que também cá moravam.

Vieram, então, em 2002, para Portugal. A segunda mulher viria a morrer em 2004. Desde que foi para os EUA nunca mais voltou a Cabo Verde e não pensa voltar de forma definitiva. Gosta de estar em Lisboa porque tem muitos conhecidos e a cidade oferece-lhe um bom sistema de transportes. Não faz planos para o futuro, prevê apenas continuar a manter a sua rotina, ir visitar os filhos aos EUA e conviver o máximo possível com outras pessoas. *“Porque a minha idade, a minha idade necessita convivência, nunca perder a convivência, porque nós vamos entrando na idade, temos a necessidade de falar com este, falar com aquele, comunicar assim é importante, é uma coisa que nós temos necessidade e temos que começar isso de novos”.*

MENDONÇA

Aos 78 anos, está reformado e mantém uma vida muito activa em termos associativos e políticos. Vive com a actual mulher e o mais novo dos quatro filhos, apenas com 14 anos. Nasceu em Cabo Verde em 1930 e veio para Portugal em 1975, saído directamente da prisão do Tarrafal. Manteve a nacionalidade portuguesa e sente-se, simultaneamente, cabo-verdiano e português.

Tem duas reformas, uma relativa ao período em que foi quadro superior da administração pública portuguesa em Cabo Verde (iniciada em 1975) e outra decorrente dos descontos que fez para a Segurança Social durante o seu percurso de trabalho em Portugal (iniciada em 2006). Já não exerce qualquer actividade profissional há algum tempo, mas, na sua perspectiva, continua no activo. No momento de entrevista aguardava há dois anos que lhe telefonassem de uma das empresas com que costumava trabalhar. *“Eu só estou tranquilo quando estou a trabalhar, sinto-me bem a trabalhar, está a perceber? (...) Eu gosto imenso da minha profissão e só dentro dela é que me sinto um peixe a nadar, sinto-me um jovem ancião”.*

Aos 78 anos, não tem problemas de saúde, para além de algumas dores na coluna, e vive com a mulher actual, com quem casou em 2006, e o filho de 14 anos. Residem numa casa de que gosta, um T3, bem servido de transportes e outros serviços, na cidade de Lisboa. Tem mais três filhos, com quem mantém contacto, mas não quotidiano. O filho mais velho é pároco, tem 56 anos, e já ocupou um cargo superior num seminário. O segundo filho, de 44 anos, está em Angola e foi oficial de alta patente no exército. A filha, de 42 anos, é chefe de secção numa empresa de venda de automóveis e está a concluir uma licenciatura na área das humanidades.

Considera-se um indivíduo muito activo, especialmente no que diz respeito à política em Cabo Verde e à integração dos imigrantes cabo-verdianos. A participação político-partidária e associativa são dimensões que sempre estiveram presentes na sua vida, e ocupam ainda hoje um

lugar importante. Ao fim-de-semana, depois do almoço, vai à sede da associação de que é membro fundador. Aí encontra velhos amigos de Cabo Verde, colegas de escola, camaradas políticos, parentes afastados, e participa em palestras, bailes e jantares de convívio. Continua ligado a um partido político em Cabo Verde, mas já não exerce funções de maior, para além de algumas actividades de representação. Manteve a nacionalidade portuguesa e sente-se cabo-verdiano, embora um cabo-verdiano com relações patrióticas com Portugal. *“Sinto-me uma coisa e outra, porque sou uma coisa e outra (...) Tenho nacionalidade portuguesa, não deixo de ser cabo-verdiano. Aliás, eu nasci português porque Cabo Verde era Portugal. (...) Eu não preciso de ter dupla nacionalidade porque, se estou em Cabo Verde, sou cabo-verdiano. As leis hoje, os acordos entre Portugal e Cabo Verde, permitem isso. (...) A independência não invalida nada porque eu tenho filhos que estão já independentes e nunca cortaram o cordão umbilical com os pais”*.

Nasceu em Cabo Verde, em 1930, numa família de ascendência mestiça. A mãe era professora primária e o pai professor de liceu. Mendonça tem o liceu concluído [12º ano actual], mas, ao contrário dos quatro irmãos, não veio para Portugal fazer o ensino superior. Quando concluiu o serviço militar, aos 23 anos, em 1953, começou a trabalhar no sector das obras públicas em Cabo Verde. Aí tirou um curso de topografia e passou progressivamente a ocupar lugares de supervisão e direcção. No princípio da década de 70 era já um quadro superior da função pública, tendo estado envolvido em obras de grande dimensão no arquipélago.

Era conhecido o interesse de Mendonça pelas questões políticas e a influência que tinha através das funções que exercia. Apoiava um dos grupos políticos concorrentes do PAIGC, difundindo através dos meios que tinha disponíveis as suas propostas. Não era contra o processo de independência, mas também não se revia totalmente na proposta do PAIGC, nem concordava com os métodos que alguns segmentos desse partido utilizavam. *“O PAIGC, a quem eu tinha dado algum apoio moral, digamos... correndo o perigo de ser preso pela PIDE e tudo mais, durante a luta (...) Aquele lumpen-proletariado tomou conta do PAIGC e já não tiveram mão neles e eles fizeram distúrbios do arco-da-velha em Cabo Verde e com que a massa cinzenta de Cabo Verde saísse, foi o que aconteceu”*. Com o 25 de Abril e a progressiva to-

mada do poder pelo PAIGC, acabou por ser preso, aos 44 anos, e passou sete meses no Tarrafal em pleno ano de 1974. Quando se dá a independência de Cabo Verde, em 1975, uma parte dos presos políticos é enviada para Portugal. *“Não vim para Portugal. Trouxeram-me do Tarrafal, onde estava preso, para Portugal. (...) No dia da independência de Cabo Verde fomos libertados, libertados não, foi lá um avião buscar-nos”*.

Quando chegou a Portugal foi posto imediatamente em liberdade. A família já cá se encontrava, a sua mãe há vários anos e os três filhos desde que Mendonça fora preso. Foi colocado no Quadro Geral de Adidos [estrutura criada para acolher profissionalmente os funcionários públicos das ex-colónias], mas soube, através dos contactos que tinha, ao nível da função pública e da política, que conviria pedir de imediato a reforma. Optou por seguir o conselho, porque se não o fizesse perderia o direito aos anos de descontos que já tinha realizado para o Estado português em Cabo Verde, como veio a acontecer a várias pessoas. Passa com facilidade para o sector privado e, devido às suas qualificações e experiência profissional, começa a trabalhar na construção civil em funções de direcção. Permaneceu nesse sector, mas mudou muitas vezes de emprego, sempre em empresas de alguma dimensão e em lugares de chefia. Essa mobilidade teve a ver, em parte, com a própria lógica de funcionamento da construção civil, organizada por projectos, mas deveu-se mais às paragens que Mendonça fez para se dedicar à vida político-partidária e ao facto de frequentemente ter procurado e ter sido convidado para posições profissionais melhores.

Desde o início manteve actividade política e associativa em Portugal, tentando, com alguns políticos e intelectuais cabo-verdianos que cá estavam, exercer pressão sobre a política do país. Formaram uma associação que se mantém activa até hoje, embora cada vez menos centrada na política nacional de Cabo Verde e mais voltada para os cabo-verdianos imigrados. Essas actividades e a sua posição social em Cabo Verde representavam uma rede de inter-conhecimento vantajosa. A partir dela teve acesso a boas propostas de trabalho, nomeadamente uma que lhe permitiu a constituição de uma sociedade de construção civil. Essa empresa nunca teve um lugar central na actividade profissional de Mendonça, mas foi uma pequena fonte de rendimento que durou até 2000, altura em que foi vendida devido ao falecimento dos sócios.

Em 1991, aos 61 anos, vai a Cabo Verde para um encontro político. Aí é nomeado para um cargo de chefia no seu partido, o que o obrigou a ficar lá. Passados dois anos abandona a política e decide abrir uma empresa de construção civil. *“Mas eu não era da cor política dos que estavam no governo, de maneira que tinham de procurar cercear-me todos os passos e não tive sorte... de maneira que, abandonei tudo por lá e vim-me embora outra vez”*. Durante esse período de quase dez anos veio quase todos os meses a Portugal, não perdendo assim os contactos que tinha cá. Quando regressa de Cabo Verde, consegue emprego rapidamente no seu sector. Não sabe se quer voltar a Cabo Verde, considera que o mais provável é ficar cá. No futuro pretende continuar a aumentar a sua associação, em número de sócios e em número de actividades.

VICENTE

Vive com a mulher. Os quatro filhos e os vários netos visitam-nos com regularidade. Está reformado desde os 50 anos, mas só aos 73 é que parou efectivamente de trabalhar. Começou cedo a sua carreira na função pública e tinha expectativas profissionais elevadas. A repentina vinda para Portugal em 1975, aos 43 anos, implicou um redireccionamento do seu percurso profissional. Nasceu em Cabo Verde, em 1932 e, apesar de mais de trinta anos de Portugal, conserva, aos 76 anos, uma relação estreita com o país de origem e com os conterrâneos imigrados. Manteve a nacionalidade portuguesa, mas sente-se cabo-verdiano.

A mulher foi sempre doméstica e, por isso, actualmente vivem apenas da reforma de pouco mais de 1000 euros dele. *“Ela hoje recrimina-me um pouco de eu não a ter deixado [trabalhar]. Mas ela ficou em casa com os miúdos. Os miúdos têm aqueles desvios. Em parte é bom”*. Aos 76 anos, não tem problemas de saúde e gosta de dar passeios na praia, que fica a dois quilómetros do seu apartamento, um T2 de que é proprietário, perto da marginal, no concelho de Cascais. Também gosta de ler o jornal, ver um pouco de televisão e de estar com os netos e os filhos. Vicente e a mulher vivem sozinhos, mas mantêm uma relação estreita com os descendentes. *“Já saíram todos de casa, mas ainda estão lá muito tempo. Como residem aqui nesta área vão lá a casa todos os dias. Às vezes jantar, como calha. Chega a*

hora da refeição... Mas é agradável, sabe bem. É bom, é bom, porque mantém a família unida. (...) Os netos vão lá sempre. Existe um que está na escola aqui ao pé de casa e vamos lá buscá-lo todos os dias à escola, por volta das 17h.”

Para além dos filhos e dos netos, costuma estar com o irmão e alguns amigos da associação de que faz parte desde que chegou a Portugal. *“Ao fim-de-semana, eu digo à minha mulher que é hora da missa. Sabe o que é? É ir à associação. Vamos lá, ela gosta de ir...pelo convívio com as amigas e dançar um pouco, que também faz bem”*. Dá-se mais com cabo-verdianos do que com portugueses, quer porque esteve sempre muito ligado aos conterrâneos através dessa associação, quer porque trabalhou vários anos numa empresa cabo-verdiana de exportação e importação sediada em Portugal. Sente-se cabo-verdiano, mas tem nacionalidade portuguesa, nacionalidade que fez questão de manter quando chegou a Portugal, em 1975, porque entendeu que existia o risco de perder regalias, enquanto funcionário público, se não o fizesse. *“Como lhe disse, houve aquele facto marcante que me fez vir. Além disso, eu era profissional do Estado, já com muitos anos de serviço, e na altura havia boatos e receios de que as pessoas poderiam perder direitos”*.

Deixou de trabalhar aos 73 anos porque se sentia cansado e tinha uma situação económica mais confortável, já com todos os filhos independentes. Um é médico, outro segurança, outro é electricista e o quarto trabalha numa agência de navegação. Sentiu também que devia aproveitar mais a vida, que corria o risco de não chegar a usufruir com mais calma das amizades, da família e do tempo de lazer. *“Eu cheguei aos 72, 73 anos e achei que era altura de estar em casa um bocado, ir até à beira mar, à praia, dar-me com os amigos. Já não me restam assim muitos anos de vida, temos que ser realistas. Enquanto tenho saúde e pernas para andar, tenho que aproveitar. Agora, eu? Estar ali? Não sei mais quantos anos agarrado a uma secretária, a levantar cedo e ir para o trabalho?”*

Nasceu em Cabo Verde, em 1932, numa família ligada ao pequeno comércio. Tanto o pai como a mãe tinham a 4ª classe e cultivavam alguns hábitos culturais, como a literatura e a música. Vicente tinha perspectivas de terminar o liceu (antigo 7.º ano, hoje 12.º), mas fez somente o 6º ano, devido à necessidade de integrar o mercado de trabalho, após a morte do

pai. Em 1952, aos 20 anos, começou a trabalhar na função pública e, à medida que participava nos concursos internos ao funcionalismo, foi progredindo na carreira. Começou pelas categorias mais baixas da sua repartição e, passados cerca de 20 anos, era chefe de serviços. Em 1975 vem para Portugal por sentir alguma repressão política em Cabo Verde. *“Na altura, fiz o concurso...era chefe de serviços de segunda classe e fiz para a primeira classe. Isto em 1974. Eu devia ser nomeado. (...) A coisa foi enviada, e não saía, não saía. (...) Na altura pensei, bom, deve haver qualquer coisa. Então fui falar com o homem do PAIGC. Ele disse: “Sabemos que o senhor não é do PAIGC” e eu disse: “Realmente não sou, não sou político, não sou do PAIGC, não sou nada. Mas agora daqui para a frente sou anti-PAIGC. (...) Ele disse: “Veja lá o que diz” e eu disse “Não tenho nada que ver e para ver que estou decidido eu vou já pedir a minha integração no quadro de adidos [Quadro Geral de Adidos, estrutura criada para acolher profissionalmente os funcionários públicos das ex-colónias]”. Fiz o requerimento, mandei via telegráfica para o ministério e chegou a resposta para eu integrar o quadro e a dizer que fosse requisitada a passagem para mim e a família”.*

Esta foi uma opção “radical”, tinha quatro filhos em idade escolar (entre os seis e os 15 anos) e uma carreira construída em Cabo Verde. Quando chegou integrou rapidamente a função pública, mas ficou desapontado por ter sido colocado num sector completamente diferente daquele em que tinha trabalhado mais de duas décadas e por ter passado a desempenhar funções abaixo da sua categoria profissional, embora mantivesse o mesmo ordenado. *“Eu estava na função pública e vim de Cabo Verde com uma categoria já elevada. (...) Aqui na repartição, havia uma certa dificuldade em integrar-me porque diziam “Você tem uma categoria alta, como é que o vamos integrar?”. E eu, como não estava para me aborrecer com aquilo e tinha uma perspectiva de sair para o estrangeiro, pensei aposentar-me. E assim foi”.* Três dos seus quatro irmãos também tinham emigrado, uma para os EUA (regressou entretanto a Cabo Verde) e dois para Roterdão (um acabou por vir para Portugal e outro continua na Holanda), e Vicente esperava, na altura, ir ter com um dos irmãos e ingressar na marinha marcante, numa actividade técnica ligada às comunicações.

Reformou-se em 1982, com 50 anos, mas acabou por não ir ter com os irmãos à Holanda. O ambiente económico na época não era propício e surgiu-lhe, entretanto, uma oportunidade

de emprego mais aliciante. Tratava-se de um lugar numa empresa de importação e exportação, propriedade de dois amigos cabo-verdianos, que implicava algumas viagens de trabalho a Cabo Verde. Trabalhou nessa empresa vinte e três anos, em funções administrativas, até que aos 73 anos decidiu parar. Nesse emprego teve a possibilidade de estreitar ainda mais os laços com Cabo Verde e com os cabo-verdianos em Portugal. Embora goste muito do país, não pretende voltar. *“Fico cá. Tenho a minha vida aqui. Tenho a minha vida, os meus filhos, os meus netos... e já prende muito. Eu tenho familiares em Cabo Verde, em São Vicente e em Santo Antão, mas a minha vida já está aqui. Já são trinta e três anos. Tenho aqui a minha vida e a minha casa”*.

O associativismo empenhado e liderante de Mendonça, prolongamento de uma vida de empenhamento político e cívico que lhe custou inclusivamente uma passagem pela prisão; a frequência regular de uma associação também por parte de Vicente; a convivialidade intensa de Barbosa e de Gregório, que circulam diariamente por vários pontos da cidade de Lisboa onde encontram amigos, ex-colegas e conterrâneos e que almoçam e jantam fora, são outras tantas concretizações de um princípio de envelhecimento activo. Gregório vive sozinho e faz as suas pequenas tarefas domésticas. Os outros três vivem com os cônjuges e, de acordo com o padrão de género já referido, que é um padrão transclassista, não têm de se preocupar com esses aspectos. Têm todo o tempo para sair, todo o seu tempo livre é seu. Também é verdade que só num dos agregados, o do Mendonça, há pessoas a cargo, um filho de 14 anos, do qual se ocupa a mãe.

Em todos os casos há famílias presentes e disponíveis. Gregório vive só, mas todos os anos passa vários meses com os filhos que moram nos EUA. Os outros vivem todos com os respectivos cônjuges. São também, por vezes, famílias renovadas, por via de segundos casamentos mais ou menos recentes, como acontece com Barbosa e Mendonça. Os contactos com os filhos são regulares e, por vezes, particularmente intensos. Veja-se como Vicente e a mulher são visitados diariamente por filhos e netos, que moram perto.

Mas há, em todos os quatro casos, mais do que a família. Há um mundo social, de actividades e sociabilidades, para além dela. A viuvez dupla de Gregório poderia tê-lo deixado isolado e

desanimado, como já vimos que aconteceu noutros exemplos. Mas não foi assim. Além dos filhos, que o mantêm parte do ano na sua companhia, ele tem os seus círculos de amizade e convivialidade que o mantêm ligado ao mundo. E há, é claro, condições de saúde que permitem a estes homens um bom ritmo de actividade física e mental. Só o Gregório ficou com algumas mazelas do AVC que sofreu, alguma dificuldade de andar, mas não deixa de sair todos os dias.

Sem surpresa, verificamos que nenhum deles, e respectivas famílias, tem planos de regresso ao país de origem, neste caso Cabo Verde. As razões são as que já encontramos atrás. Os filhos e netos estão cá, têm cá os amigos, têm a vida organizada confortavelmente. Mesmo Mendonça, com uma ligação muito forte a Cabo Verde, onde ocupou inclusivamente um cargo partidário durante algum tempo, diz que o mais provável é ficar em Portugal.

5.2. ADELAIDE E MARIA EUGÉNIA

“E tem a associação aos fins-de-semana. Sim, sempre. Quer faça chuva ou faça sol, debaixo de chuva e trovoada. Há vezes que estou sentada em casa e digo “Ai, não! Rapariga, menina, faz favor, tens que vencer essa inércia! A caminho!”

Adelaide, 73 anos

O facto de só haver duas mulheres com o perfil de velhice confortável socialmente activa, contra quatro homens, e acreditamos que essa é uma proporção do próprio universo dos imigrantes idosos, talvez a proporção real seja até mais desequilibrada, é o reflexo do estado das relações de género em Portugal, e nas ex-colónias portuguesas, nesta geração. Mais rigorosamente, reflecte o estado das relações de género quando estas mulheres eram jovens e iniciaram o seu trajecto de adultas autónomas. Não estamos, é claro, a falar de mulheres domésticas casadas com homens deste perfil social, mas sim de mulheres que tenham feito o seu próprio percurso profissional neste meio socioeconómico.

Adelaide e Maria Eugénia fizeram-no, embora de maneiras muito diferentes. Adelaide foi quase toda a vida cabeleireira por conta própria (depois de um curso de um ano para o efeito em

Portugal) e, em muitos períodos, foi mesmo uma pequena empresária, com várias empregadas a trabalhar para si nos salões que montou. Podia ter sido professora primária, chegou a exercer durante um ano, mas cedo assumiu o compromisso de ter um trabalho conciliável com a vida doméstica e os cuidados com o marido e o filho, o que como professora não era possível. O primeiro salão que abriu foi na sua própria casa e mais tarde, já em Portugal, voltou a organizar-se assim. Maria Eugénia também foi professora durante uns anos, depois de ter feito o magistério primário em Portugal. Mas a itinerância a que estava obrigada e as más condições para o exercício da profissão na altura em Cabo Verde, também a fizeram desistir, e empregou-se numa empresa. A sua singularidade profissional, contudo, é a carreira como cantora, que prolonga até hoje, uma das vozes conhecidas da música cabo-verdiana.

Tirando a diferença de experiências profissionais, têm muito em comum. As origens sociais são de classe média e em famílias mistas. Ambas estudaram muito mais do que a generalidade das mulheres da sua geração, e para isso contribuiu essa mesma origem social. Maria Eugénia estudou mais. Fez um bacharelato, depois de ter concluído o magistério primário. Mas o antigo 5º ano do liceu de Adelaide também pode ser considerado uma escolaridade alta para a época. Distinguem-se ainda da generalidade das outras imigrantes idosas pela fecundidade. Adelaide só teve um filho e Maria Eugénia não teve nenhum. Não é por acaso que as mulheres mais bem sucedidas em termos socioeconómicos (e veremos que assim é também no caso de Lisete, da categoria seguinte) são as que menos filhos tiveram.

A situação económica actual das duas é tranquila, como é a dos homens desta categoria. É verdade que Adelaide perdeu rendimento com a passagem à reforma, porque fez descontos a um nível baixo e o montante da pensão que recebe (400 euros) é bastante inferior ao que ganhava quando trabalhava. A pensão de ex-militar do marido, e outras regalias que esse estatuto confere a ambos, compensa, contudo, a perda. Maria Eugénia tem uma reforma de 800 euros, resultado de uma longa carreira administrativa e de pequena chefia numa grande empresa de transportes, mais os proventos económicos da sua carreira paralela como cantora, com discos gravados e participação regular em espectáculos. Cantar foi o que sempre gostou realmente de fazer e começou a fazê-lo em pequena numa família de artistas e músicos amadores.

ADELAIDE

Nasceu em 1935, em Cabo Verde, numa família de classe média. Chegou a Portugal em 1971, aos 36 anos, porque o marido foi destacado para vir para cá. Aos 73 anos, tinha quase quatro décadas de vida em Portugal. Tem dupla nacionalidade e sente-se cabo-verdiana. Não pretende voltar a Cabo Verde, por motivos ligados ao acesso a bens e serviços, mas também porque construiu aqui uma extensa rede de sociabilidades e uma vida muito activa que aprecia. Vive com o marido e ambos são reformados, ele era militar e ela cabeleireira. Tem um filho de 53 anos que vive fora de Lisboa com quem mantém contacto telefónico regular.

Antes de se reformar, em 1990, aos 55 anos, era cabeleireira, empresária em nome individual. Sempre fez descontos para a segurança social, mas o mínimo possível, opção que levou a que a sua pensão, de cerca de 400 euros, seja bastante reduzida em comparação com os rendimentos que tinha quando trabalhava. Adelaide refere que isso não lhe trouxe muitos problemas porque o marido tem uma reforma das forças armadas e por essa via usufruem também de diferentes benefícios, especialmente ao nível dos cuidados de saúde. É proprietária da sua casa, um T2 em Oeiras, perto da praia e bem servido de transportes e outros serviços, e vive somente com o marido porque o filho único há muito que saiu de casa. O filho, hoje com 53 anos, professor de educação física no ensino secundário, mora em Torres Vedras e tentam manter um contacto telefónico regular, já que os encontros presenciais são raros.

Não tem problemas de saúde, para além da hipertensão. Conduz, faz as tarefas domésticas, vai às compras, passeia, consegue dançar. Considera-se uma pessoa muito activa. Não gosta de estar em casa e esforça-se por conviver bastante com outras pessoas no dia-a-dia. “Gosto de tudo menos estar em casa, sossegada só à noite”. Os seus projectos para o futuro passam exactamente pela manutenção desta rotina que diz apreciar, e lhe dá ânimo. Acorda de manhã, faz as tarefas domésticas e vai tomar o pequeno-almoço a um espaço de apoio social para membros das forças armadas onde são desenvolvidas actividades de convívio e de envelhecimento activo (festas, jogos, aulas de línguas estrangeiras, aulas de dança, workshops de

bricolage, pintura e cerâmica). *“Gosto de tomar pequeno-almoço fora de casa, depois de fazer o trabalho todo de casa. (...) Venho para aqui, como isto é em conta, baratinho, venho cá tomar o meu pequeno-almoço e convivo com as pessoas. (...) Tiramos umas aulas de dança e temos aqui umas aulas de memória com força, aulas de inglês e alemão”*. Gosta também de ir ao centro comercial ver montras e de almoçar fora com as amigas, de vez em quando. Quase todos os fins-de-semana vai ao serão de convívio de uma associação de que faz parte onde encontra conterrâneos da sua geração. *“E tem a associação aos fins-de-semana. Sim, sempre. Quer faça chuva ou faça sol, debaixo de chuva e trovoada. Há vezes que estou sentada em casa e digo “Ai, não! Rapariga, menina, faz favor, tens que vencer essa inércia! A caminho!” Olhe, mesmo debaixo de tempestade, que às vezes não vejo mais que um metro à frente do carro, lá vou eu a caminho”*.

Foi sempre cabeleireira de cabelos africanos e essa competência, juntamente com o facto de ser muito activa na associação e se envolver na organização de festas e encontros, ajudou-a a manter uma relação estreita com Cabo Verde e com os cabo-verdianos imigrados. Tem uma rede de sociabilidades alargada, constituída por antigos amigos de juventude que vieram para Portugal e por outras pessoas de origem africana que conheceu cá. Sublinha várias vezes que, embora tenha dupla nacionalidade, se sente cabo-verdiana e não se identifica com os portugueses, que considera pessoas mais fechadas, menos alegres. No entanto, não pensa voltar para lá, uma vez que tem a vida organizada em Portugal e em Cabo Verde não poderia usufruir das mesmas condições de acesso a cuidados de saúde.

Nasceu em Cabo Verde em 1935. O pai era um engenheiro alemão e a mãe e os avós maternos tinham um estabelecimento comercial de produtos alimentares. Adelaide casou-se aos 19 anos com um militar português destacado no território. Fez o antigo 5º ano do liceu e foi professora primária durante um ano, mas, devido às mudanças de residência que a profissão impunha, e por já estar casada e com um filho, abandonou essa actividade. Aos 22 anos, em 1957, veio tirar um curso de cabeleireira de um ano a Portugal. Esta era uma profissão que, ao contrário do professorado, podia ser exercida em casa, com maior recato e mais disponibilidade para as tarefas domésticas e os cuidados com a família. Sempre considerou que ser cabeleireira era uma profissão para a qual estava excessivamente habilitada, sentia que de-

saproveitava as suas capacidades. Contudo, acabou por se conformar. A profissão tinha vantagens que apreciava, como ser patroa de si mesma e de outros e estar em contacto com as pessoas, poder socializar. Na sequência do curso, montou um salão de cabeleireira em casa, com duas empregadas. Tinha os secadores e o material de cabeleireiro na sala e tratava do cabelo das vizinhas, das amigas e de outras pessoas. Paralelamente, fazia um pequeno *part-time* na rádio. Gostava muito dessa vida, pela independência económica e pelo espaço de sociabilidades que possibilitava.

Custou-lhe muito quando teve de vir para Portugal em 1971. *“Custou deixar Cabo Verde porque eu não conseguia estar numa terra onde não conhecia ninguém e não conhecia os lugares (...) Eu era agarrada a Cabo Verde de uma maneira louca, não conseguia ver a minha pessoa longe de Cabo Verde”*. O marido tinha sido chamado para trabalhar cá e o filho, nessa altura com 15 anos, teria também a possibilidade de beneficiar de um sistema de ensino melhor. Ao princípio não gostou nada e esteve na iminência de regressar para retomar a vida que tinha.

Em 1972, aos 37 anos, abriu o seu primeiro salão de cabeleireira em Portugal, aproveitando o trespasse do salão de uma amiga. Era um espaço já ligado ao tratamento de cabelos africanos, o que facilitou o contacto com novas clientes e permitiu reencontrar amigas de Cabo Verde, que entretanto também tinham vindo para cá. Mas o salão durou apenas dois anos porque Adelaide decidiu fechá-lo, apesar de bem situado em Lisboa e da boa carteira de clientes, que exigiu que chegasse a ter quatro empregadas. O salão ficava longe de casa e, dada a agitação social que existia na época, a seguir ao 25 de Abril, sentia-se em perigo nas deslocações diárias. *“Foi sobretudo deslocar-me todos os dias para ir e vir, voltar à noite por aí fora. Embora fosse no meu carro, conduzia e sabia o caminho, mas houve uma altura um bocadinho conturbada quando começaram a fazer aqui aquelas coisas depois do 25 de Abril (...) Diziam “Ai despacha-te! Vai para casa, olha que há tiroteio!” e aquilo tudo, para quem não era daqui e não conhecia o ambiente, eu ficava...”*

Mas logo no mesmo ano retomou a actividade de cabeleireira em casa, com duas empregadas, como tinha feito no passado em Cabo Verde. Neste período, Adelaide viu o seu volume de trabalho aumentar. Por um lado, chegavam a Portugal cada vez mais pessoas vindas das antigas

colónias, o que significou um aumento da procura de serviços especializados em cabelos africanos; por outro lado, a sua casa/salão ficava num concelho que recebeu muitas pessoas provenientes de África. *“Chegou muita malta de Cabo Verde que era minha cliente, eram clientes em São Vicente, vinham e procuravam-me. Então olha, eu nem precisei de pôr anúncios nem coisa alguma. Vinham da outra banda, do Montijo, vinham da outra, da Baixa da Banheira, vinham de todos os lados. Chegavam a vir do Algarve (...) Comecei a ficar mais conhecida, não é? Comecei a ter muita gente a vir viver para aqui, patrícios que me procuravam”*.

Refere que, apesar do registo informal em que trabalhou muitos anos, o principal rendimento da sua família provinha da sua actividade profissional. O marido não tinha uma patente muito elevada, era sargento-ajudante, e o salário que recebia era mais baixo do que os seus proventos. Considera a vinda para Portugal positiva, porque teve acesso a bens e serviços a que em Cabo Verde não poderia aceder e porque, com o passar dos anos, construiu uma rede de amigos e conhecidos extensa e conseguiu montar um negócio seu.

MARIA EUGÉNIA

Não tem filhos e vive sozinha. Aos 65 anos, estava reformada, mas continuava a trabalhar como cantora e a envolver-se em projectos de intervenção social. A sua actividade profissional e cívica tem-lhe permitido manter uma rede de sociabilidades alargada e uma velhice muito activa. Nasceu em Cabo Verde, em 1943, numa família de capital social e cultural. Veio para Portugal em 1971, com 28 anos, para tirar um bacharelato e acabou por ficar. Sente-se cabo-verdiana e tem dupla nacionalidade. Não pretende voltar definitivamente a Cabo Verde, prefere fazer visitas regulares.

Após vinte e seis anos de trabalho numa grande empresa de transportes, reformou-se antecipadamente aos 53 anos de idade, em 1996, devido a uma depressão nervosa. Havia já alguns anos que sentia dificuldade em trabalhar, desmotivação, crises de ansiedade, quebras de tensão, o que, com frequência, a fazia ficar de baixa. Maria Eugénia interpreta o seu estado de então como resultado da combinação de vários factores. Por um lado, a deterioração da sua terceira e última relação conjugal, que terminou na mesma altura em que se reformou. Por

outro, a crescente insatisfação por não conseguir envolver-se mais nas actividades que lhe dão maior prazer, a participação cívica e a música. Estas são desde então as suas ocupações permanentes, sendo difícil de definir qual o seu meio de vida principal, se a pensão de reforma de 800 euros, se os rendimentos que tem dos seus concertos e discos, se os que retira da participação em projectos de intervenção social. Em todo o caso, vive confortavelmente.

Tem dupla nacionalidade e sente-se cabo-verdiana, mais concretamente, uma cabo-verdiana migrante. Identifica-se mais com os cabo-verdianos emigrados do que com aqueles que ficaram. *“Para mim, é sempre um Cabo Verde fora de Portugal, há um Cabo Verde onde eu intervenho (...) Eu sinto-me a intervir e eu sinto-me a fazer coisas úteis, eu tenho o meu Cabo Verde, só que não é as ilhas”*. A sua rede de sociabilidades soma os amigos e conhecidos ligados à música, bem como os membros das associações africanas que foi conhecendo ao longo da sua actividade cívica, e o conjunto de pessoas do seu círculo mais pessoal e quotidiano, composto por familiares (cunhada, sobrinhos, uma das suas ex-sogra) e amigos que frequentam a sua casa e com quem almoça fora.

Não tem filhos, está separada e vive sozinha, mas está longe de se encontrar numa situação de isolamento social e de inactividade. Para além dessa extensa rede de sociabilidades, continua a trabalhar nas suas ocupações preferidas. O dia-a-dia é diversificado. Participa em projectos de integração de jovens e crianças, faz pesquisa para preparar o seu repertório musical, prepara as comunicações que faz em alguns eventos, tem ensaios e concertos. Tem o que se chama uma velhice activa, que é a continuação, pós-reforma, do que sempre fez ao longo da vida. Sempre combinou um emprego permanente, fundamental para a segurança económica, com a actividade musical e cívica. Foi algo que aprendeu com a família de origem. O pai, a mãe e alguns tios, tiveram vidas semelhantes, ao mesmo tempo que trabalhavam eram músicos amadores e dedicavam-se a outras práticas culturais. *“O meu avô padre era músico, poeta com obra publicada (...) e ensinou um instrumento musical sempre a cada um dos meus tios e tias que depois o acompanhavam nas missas. (...) Os meus tios eram mais polyvalentes, os meus tios pintavam e o meu pai nunca pintou, os meus tios pintavam e tocavam também um instrumento e o meu pai só tocava. A minha mãe pintava também, a minha mãe pintava muito, mas pintava em termos de hobbie”*.

Nasceu em Cabo Verde em 1943. A família não era abastada, mas vivia bem. O pai era empregado de comércio e a mãe doméstica, no entanto, a ascendência portuguesa, uma família de mestiçagem antiga, a condição profissional dos restantes familiares e os hábitos culturais que cultivavam na sua infância, revelam uma família bem colocada em termos sociais. *“Nós somos de uma família onde quase todos os irmãos do meu pai eram professores, irmãos e irmãs, meu avô padre já era professor, do lado da minha mãe também tinham dois professores e eu acho que era uma profissão de destaque, de respeito, de estatuto. (...) Na minha casa lia-se muito, o meu pai era assinante de revistas, até de saúde, sobretudo de saúde por meios naturais”*.

Aos 20 anos, em 1963, após ter terminado o 7.º ano do liceu [12.º ano actual], veio para Portugal pela primeira vez para fazer o curso do Magistério Primário, seguindo as pisadas da família. Aos 22 anos estava de volta a Cabo Verde para dar aulas, actividade que desenvolveu durante apenas quatro anos, por ser um profissão que a obrigava a mudanças de residência, a ir para locais remotos, com poucas condições para o ensino. Aos 26 anos deixou o ensino e começou a trabalhar nos serviços administrativos de uma empresa de pescas que tinha a sede principal em Portugal. Ao mesmo tempo trabalhou numa rádio local, em regime de *part-time*, actividade que repetiu várias vezes ao longo da vida, quer em Cabo Verde, quer mais tarde em Portugal.

Voltou para Portugal em 1971, aos 28 anos, para tirar um bacharelato, curso que concluiu três anos mais tarde, e na altura tinha a intenção de regressar a Cabo Verde. Contudo, por ter começado a viver com o seu primeiro cônjuge, um estudante de medicina angolano, militante do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), e porque encontrou emprego numa grande empresa estatal de transportes, acabou por ficar. Ficou nesse emprego 26 anos, até se reformar, tirou vários cursos de formação proporcionados pela empresa, desempenhou diferentes tarefas, inicialmente mais administrativas e depois, com a progressão na carreira, funções relacionadas com o atendimento directo aos clientes e numa posição hierárquica de supervisão. Depois dessa primeira relação conjugal, teve mais duas, também com homens angolanos, um era engenheiro de uma companhia de aviação e o outro quadro superior de uma grande empresa angolana. Ao longo dos anos foi mudando várias vezes de casa. Numa primeira fase morou em dois locais no centro de Lisboa, depois num concelho limítrofe da capital e nos últimos anos vive no Seixal, onde está mais próxima dos seus familiares. Não é, nem nunca foi, proprietária de nenhuma das habitações.

Ao longo dos trinta e oito anos de vida em Portugal foi inúmeras vezes a Cabo Verde, quer em férias, quer em trabalhos ligados à música ou à sua prática associativa, actividades que se sobrepõem bastante. Quer continuar a ir com frequência a Cabo Verde, mas para viver prefere Portugal. *“Não tenho propriedades em Cabo Verde, tenho muita família, a minha propriedade é mais emotiva... muito família em Cabo Verde e vou cantar. (...) Eu estava muito dividida porque eu tenho muitos amigos em Cabo Verde, muitos amigos e muitos amigos em Cabo Verde (...) Podia continuar a produzir lá, mas com muita dificuldade porque eu não tenho, não criei, como tenho estado sempre fora, não criei essa rede de contactos, não criei, seria mais difícil”*. Os seus projectos são os de continuar a desenvolver a sua actividade musical, dar concertos, gravar discos, e cívica, divulgar a cultura cabo-verdiana e participar em projectos de educação intercultural.

Além do convívio intenso com amigos e alguns familiares, que incluem passeios, almoços fora, idas a centros comerciais, Adelaide e Maria Eugénia têm ambas uma vida associativa, a primeira organiza festas e encontros e a segunda participa por essa via em projectos de intervenção social junto de crianças e jovens. Além da associação, Adelaide frequenta diariamente um espaço onde tem acesso a actividades como dança, cursos de línguas, pintura, entre outras. Como ela diz, só não gosta de estar em casa. Maria Eugénia, por seu lado, mantendo-se activa como cantora, tem ensaios, espectáculos e visita regularmente Cabo Verde, quer em actividades musicais quer em actividades associativas. Apesar de viver sozinha, separada do terceiro e último cônjuge, e de não ter filhos, está plenamente integrada na vida social e não lhe faltam projectos para o futuro. O facto de terem poucos laços familiares, o que também acontece com Adelaide, cujo filho único não é uma presença quotidiana na sua vida, não as deixa, de forma nenhuma socialmente isoladas.

Nem uma nem outra têm problemas de saúde que as limitem. Maria Eugénia teve uma depressão que a levou a reformar-se antecipadamente, há mais de dez anos, mas como passou a dedicar-se só ao que gosta de fazer e deixou um emprego que se tornara penoso, recuperou completamente o bem-estar psicológico. Nenhuma delas tem intenção de regressar a Cabo Verde. Adelaide gosta da vida que tem em Portugal e diz que aqui há melhores cuidados de saúde. Maria Eugénia tem cá o meio musical onde se movimenta, embora preveja continuar a ir a Cabo Verde com regularidade.

6. VELHICE CONFORTÁVEL ISOLADA

6.1. LISETE E ALBANO

“Não tenho amigos, tenho conhecidos. Não tenho ninguém, é por isso que eu digo que sou insociável. Não tenho amigos e todos aqueles que se fazem de meus amigos é para me cravar, pelo amor de Deus! (...) Moro há dez anos neste prédio e ainda não entrei em casa de nenhum”.

Albano, 81 anos

Como os idosos da categoria anterior, Lisete e Albano são oriundos das camadas médias coloniais, neste caso de Angola. Como vários deles também, são de famílias mistas, ambos filhos de homens portugueses e mulheres africanas. Eles próprios prolongaram essa miscigenação. O marido de Lisete é português e a ex-mulher de Albano também. Ambos estudaram mais do que as pessoas da sua geração em Angola ou mesmo em Portugal. Albano fez o então chamado Curso Geral de Comércio, correspondente ao actual 9.º ano e Lisete fez o 7.º ano do liceu (actual 12.º ano) e só não prosseguiu porque, contra a vontade do pai, quis ir trabalhar. A sua vida em Angola foi materialmente agradável. Lisete era funcionária pública e o marido tinha uma empresa de venda de automóveis. Albano era proprietário e gerente de uma oficina com oito empregados. A súbita vinda para Portugal, na sequência do processo de descolonização, apanhou-os numa fase de aumento de prosperidade e fez com que a sua situação se alterasse significativamente. Lisete continuou a ser funcionária pública, mas o seu marido teve de empregar-se como mecânico. Albano, por sua vez, empregou-se como bate-chapas.

Em todo o caso, apesar dessa perda de estatuto socioeconómico em comparação com a época colonial, podemos inclui-los na velhice confortável. É verdade que estão menos bem do que os idosos da categoria precedente, mas estão bastante melhor do que os das velhices pobres, as três primeiras categorias. Lisete vive da sua pensão de reforma, de que não revelou o montante, mas que será uma reforma razoável (à volta dos 1.000 euros), dada a sua longa carreira

de funcionária pública com funções de chefia intermédia. O agregado conta ainda com o salário do marido, e a filha adulta que vive com o casal também trabalha. Albano tem uma reforma mais pequena, mas acumula-a com os proventos que tira da sua actividade profissional, proventos que podem ser bastante superiores ao valor da reforma, embora irregulares. É claro que eles cessarão quando a idade, que já é avançada, ou outra razão, o impedir de continuar a trabalhar e aí a situação do Albano pode mudar.

A experiência de mobilidade descendente objectiva, e de corte com uma trajectória que poderia levá-los a um patamar elevado de capital económico se não tivesse havido a descolonização, experiência comum às duas famílias, marcou a sua vida posterior e, em certa medida, também o seu quadro de envelhecimento. Ficou uma amargura pela mudança forçada de vida que se traduz em desânimo e leva ao isolamento. No caso de Lisete houve vários episódios de discriminação racial no trabalho já em Portugal, que também contribuíram para esse sentimento. Lisete e Albano têm condições materiais, tempo disponível e saúde para viver a velhice de outro modo, apesar de Lisete ainda estar a recuperar de um estado depressivo que se prolongou por vários anos, mas vivem-na fechados sobre si próprios.

LISETE ¹²

Tem um filho e uma filha e vive com a filha e o marido em Cascais. Nasceu em Angola em 1944 e chegou a Portugal com 30 anos, em 1974. Conseguiu ser rapidamente integrada no sector e na categoria profissional da função pública que tinha em Angola, mas sentiu muita discriminação no trabalho por ser mestiça e “retornada”. Essa experiência negativa, juntamente com o facto de ter sido forçada a abandonar Angola contra sua vontade, contribuíram para que não se sinta portuguesa, embora tenha mantido a nacionalidade. Aos 64 anos estava reformada por invalidez desde os 56, altura em que teve um esgotamento nervoso de que ainda não recuperou completamente. Passa a maior parte do tempo sózinha em casa.

12 Apesar de não cumprir rigorosamente o principal critério de selecção dos entrevistados – ter 65 ou mais anos no momento da entrevista – considerou-se o caso de Lisete pertinente para a pesquisa, dado o seu perfil social e quadro de envelhecimento que a caracteriza.

Vive com o marido e a filha de 36 anos num T3 pequeno de uma localidade do concelho de Cascais. O segundo filho já está casado e na sua casa, mas visita a mãe com regularidade. Os filhos frequentaram ambos o ensino superior ao mesmo tempo que trabalhavam, mas só o rapaz conseguiu concluir o curso. Mais tarde fez um doutoramento e trabalha como assessor político. A filha acabou por abandonar os estudos universitários, dedicando-se exclusivamente ao trabalho. Dá explicações de inglês e faz alguns trabalhos como intérprete.

O marido, da mesma idade de Lisete, continua a trabalhar como mecânico, com um estatuto bastante inferior àquele que tinha em Angola, e ela está reformada por invalidez da função pública. Deixou de trabalhar devido a uma depressão, da qual só recuperou parcialmente. Continua a tomar medicação para o sistema nervoso (é dependente de comprimidos para dormir) e também toma para a hipertensão. É autónoma do ponto de vista físico mas os problemas psicológicos afectaram a sua capacidade de organização e de relacionamento com os outros. Tem problemas de memória, confunde-se, perde muitas coisas e tem fortes variações de humor.

O marido e a filha trabalham e Lisete passa a maior parte do tempo em casa sozinha. Faz as tarefas domésticas e vê alguma televisão, normalmente a RTP África. À tarde sai para beber um café e conversar um pouco com as vizinhas. Embora não seja crente, participa nos almoços de convívio promovidos pela igreja evangélica da localidade, porque muitas das pessoas dessa igreja são suas conhecidas e vizinhas. Não faz parte de nenhuma associação nem tem o hábito de se juntar com os amigos, maioritariamente angolanos e portugueses que saíram de Angola em 1974, antigos colegas de escola, de trabalho e familiares afastados. Também conhece algumas pessoas de um bairro social de africanos que existe perto de casa, mas não convive muito com elas.

Tem nacionalidade portuguesa (não teve qualquer dificuldade em mantê-la quando veio de Angola), mas a sua relação com Portugal é conflituosa. *“Eu não me considero portuguesa, passei muitas (...) Muito racismo, dizem que não há racismo, é mentira, há, há muito racismo”*. Em Angola tinha uma boa posição, seja pela profissão que desempenhava, seja pelo estatuto social do seu pai, e essa posição, com a vinda para Portugal, acabou por se perder

em parte. Em Portugal, sente-se duplamente discriminada, quer por ser “retornada”, aspecto que com o passar dos anos foi perdendo importância, quer por ser mestiça, algo que sempre sentiu e que acabou por afectar um dos seus filhos também.

Nasceu em 1934 em Benguela. A família tinha uma boa situação financeira. O pai era português e chefe da secção de contabilidade no Banco de Angola e a mãe era de origem angolana e sempre foi doméstica. Contra a vontade do pai, Lisete quis começar a trabalhar quando concluiu o 7.º ano do liceu (hoje 12.º ano). *“Não queria que eu trabalhasse, como eu tinha tudo, graças a Deus, ele não queria que eu trabalhasse, dizia que a menina dele devia ficar em casa. Mas eu estava aborrecida só de estar em casa sem fazer nada, praia, praia, praia, praia... comecei a trabalhar”*. Aos 22 anos, em 1966, consegue, através de um familiar, um emprego na conservatória do registo civil. Tem uma progressão relativamente rápida e passados três anos já ocupava a categoria de primeira-ajudante.

Já nos anos 70, no período a seguir ao 25 de Abril, Lisete viveu episódios de pressão política no trabalho, tanto do exterior como da parte de colegas simpatizantes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Estas pressões prendiam-se com o facto de Lisete não apoiar alguns pedidos de documentação, nem dar prioridade aos casos relativos a indivíduos do movimento. *“Dávamos bem com toda a gente, não tínhamos problemas nenhuns. Mas depois, eu no serviço comecei a ganhar medo, como eu estava a chefiar, havia uma colega que era toda do MPLA (...) Eu disse “Bem, eu não estou para aturar isto, primeiro o estado-maior das FAPLA a telefonarem a toda a hora a ameaçar, agora está aqui este homem que está a minha espera para me dar porrada, eu não estou para aturar isto!” Já não havia leite, não havia papas, água também não havia, gás também não”*. À medida que estes episódios se foram tornando mais frequentes, Lisete preparou-se para a eventualidade de ser necessário fugir de Benguela, como veio a acontecer. Durante algum tempo reuniu toda a documentação da família, certidões, documentos relativos à carreira profissional, certificados de habilitações.

Chega a Portugal em 1974, aos 30 anos, com o marido, a mãe, dois filhos e a afilhada. O marido, português a viver há muito tempo em Angola, perdeu a sua empresa de venda de automóveis e passou a exercer a profissão de mecânico. *“Ele é mecânico, coitado, lá era pa-*

trão... Até hoje, até hoje ele não se conforma, mas o que é que se vai fazer?” Ambos sentiram várias vezes discriminação no trabalho, e se Lisete ainda teve a protecção institucional do Quadro Geral de Adidos (estrutura criada para acolher profissionalmente os funcionários públicos das ex-colónias como ela), o marido ficou mais exposto às contingências do mercado de trabalho e do ambiente político da época. “Ele arranjava emprego e num mês mandavam embora. A comissão de trabalhadores não queria retornados. O patrão, não é, ia ter com ele e dizia “Olhe, eu estou satisfeito consigo, mas a comissão dos trabalhadores não concorda com a sua presença porque você é retornado”. Pagava e ele saía. Andou assim meses e meses e meses, até que encontrou esta oficina de retornados e começou a trabalhar. Passámos boas”.

Após um ano a viver num dos hotéis de Lisboa então disponibilizados pelo IARN (Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais), Lisete é recolocada numa repartição no Algarve, no mesmo sector e categoria que tinha em Angola, tendo o marido ficado em Lisboa. Porque estava longe dele, e também porque teve alguns conflitos com as suas chefias no Algarve, Lisete procurou um familiar bem colocado na função pública para que este conseguisse uma vaga para ela na capital. Em dois anos consegue um lugar em Lisboa e passado pouco tempo sobe a chefe de secção. A promoção acaba por gerar alguns conflitos no trabalho. “Depois comecei a chefiar e houve uma, uma fulana, que disse: “Foram pôr uma preta, e ainda por cima retornada, a chefiar”. Trabalhou em Lisboa até 1988, altura em que é promovida e muda para uma repartição mais próxima de casa, em Cascais. Nesse local surgem novos problemas com os colegas, que atribui à sua cor de pele e proveniência, conflitos que conduziram à abertura de um processo judicial.

Nos dez anos seguintes foi tendo sinais recorrentes de esgotamento nervoso. Nesse período teve também perdas familiares que a abalaram. A mãe, com quem tinha vivido em Portugal, mas que entretanto voltara para Angola, morreu e morreram também um irmão e uma prima próxima. Esteve várias vezes de baixa, por períodos cada vez mais longos, o que contribuiu para agudizar o ambiente conflituoso que tinha no emprego. Em 2000, aos 56 anos, reformou-se por invalidez. “Como estava a tomar já os anti-depressivos, eu dormia e uma vez eu disse, “Oh doutor, eu não me sinto bem, então estou no serviço e estou a dormir! Com a categoria que eu tenho, eu não me sinto bem, e ele então disse-me assim, “Então a senhora vai para a aposentação” (...) Eu cheguei a um ponto que não sabia fazer um A, não sabia fazer um A!”.

Faz um balanço negativo da sua vinda para Portugal porque nunca mais conseguiu ter o nível de vida que tinha em Angola, e porque sente que foi alvo de racismo. Não pretende regressar a Angola, uma vez que em Portugal tem acesso a melhores serviços de saúde e porque tem cá a sua vida constituída. No entanto, espera voltar a ir de férias, algo que já fez duas vezes. *“Gostei muito, muito mesmo e chorei muito quando fui, aliás quando vim de Angola de férias chorei muito, chorei mais do que em 1974 porque pensei nunca mais venho a Angola, entretanto”*.

ALBANO

Divorciou-se aos 69 anos e desde então vive sozinho num T1 arrendado no Cacém. Aos 81 anos, estava reformado desde os 65, mas continuava a trabalhar na sua especialidade, bate-chapas. Tem pouco contacto com os filhos, tem poucos amigos e diz que está bem assim. Nasceu em Angola em 1927 e chegou a Portugal aos 48 anos, em 1975, no contingente de repatriados e refugiados das ex-colónias portuguesas. Tem nacionalidade portuguesa, mas não se sente nem português nem angolano.

Recebe uma reforma de perto de 500 euros, mas como não gosta de estar “parado” e a renda do seu apartamento é elevada (325 euros), continua a trabalhar. Faz biscates de bate-chapa, por conta própria e sem recibos, para pequenas oficinas de reparação de automóveis. *“Ando a deambular por aí, trabalho num lado e depois trabalho noutro (...) Esses biscates não são certos, tenho semanas que ganho 300, tenho semanas que ganho 400, mas tenho semanas que ganho 20 ou 30 euros. (...) Trabalho para duas oficinas. Eles chamam-me quando têm trabalho, eles chamam-me e eu vou fazer (...) Os dias em que me sinto melhor é quando vou trabalhar”*. Não tem nenhum problema de saúde que lhe retire autonomia. Além de trabalhar, conduz, vai às compras, cozinha para si mesmo, anda com desenvoltura, só está medicado devido a um problema cardíaco que teve há algum tempo.

Gosta de ler e de pintar. Na sala tem várias telas suas, todas com motivos africanos, e as prateleiras estão apinhadas de romances e colecções da *Reader's Digest*. A pintura, a seguir ao

trabalho, é a sua maior distração, pinta os quadros e oferece-os aos filhos e conhecidos. *“Tenho a mania de pintar telas, mas dou-as todas. (...) Por acaso agora as tintas acabaram, um dia destes vou a Lisboa comprar o material. Encosto-me aí a pintar uma tela... é assim que eu passo os meus domingos e os dias que não trabalho. Tenho que estar sempre a fazer qualquer coisa”*. Vive sozinho, num T1 de um edifício perto da estação de comboios do Cacém. Considera-se um homem solitário por opção, sente que são poucas as pessoas que merecem a sua amizade. *“Não tenho amigos, tenho conhecidos. Não tenho ninguém, é por isso que eu digo que sou insociável. Não tenho amigos e todos aqueles que se fazem de meus amigos é para me cravar, pelo amor de Deus! (...) Moro há dez anos neste prédio e ainda não entrei em casa de nenhum”*.

Divorciou-se aos 69 anos, deixando à ex-mulher a casa de cinco assoalhadas que comprou em Portugal. Com o divórcio afastou-se também dos filhos desse casamento. Mas diz que está bem assim. *“O meu divórcio foi amigável (...) A vida é tão curta, a vida é mais curta do que aquilo que a gente pensa, porque é que não havemos de viver a vida em paz e sossego? A vida é curta e eu estou muito bem assim”*. Os seis filhos, de dois casamentos, com idades entre os 43 e os 59 anos, têm quase todos profissões qualificadas. A mais velha é auxiliar de educação numa escola secundária, a seguinte é enfermeira-parteira, o filho é inspector na EDP, outra das filhas é secretária de direcção de uma empresa e quanto às duas mais novas, uma é fisioterapeuta e outra estilista. Alguns vivem longe de Albano (Suíça, Porto, Sines) e os que vivem mais perto acabam por não ter com ele uma relação de proximidade quotidiana.

Não quer viver com nenhum dos seus filhos porque não quer ser um fardo, sempre foi um homem muito activo e independente. *“Não gosto de estar a mais em lado nenhum. Gosto de ser desejado, como qualquer pessoa, mas não gosto de ser chato”*. Nesta fase, o membro da família com quem mantém maior contacto é uma das filhas da sua primeira relação. São, no entanto, contactos esporádicos, festas de Natal, uma ou outra visita ao fim-de-semana e alguns telefonemas. Descreve-se como uma pessoa sozinha, que não gosta de estar com ninguém, mas, nas entrelinhas da entrevista, relata várias situações em que as coisas não se passam exactamente assim. Por exemplo, apesar de nunca ter entrado na casa dos seus vi-

zinhos, é conhecido e apreciado porque se disponibiliza para fazer gratuitamente pequenos arranjos no prédio e nos automóveis. Diz que é “*insociável*”, mas oferece as suas telas a várias pessoas, vai almoçar e beber café com os clientes, tem um amigo que lhe cede um pequeno espaço para fazer arranjos e continua a ter alguns namoros.

Albano nasceu em Camacupa, no interior centro de Angola, no ano de 1927, numa família mestiça de classe média. O pai e o avô materno, ambos portugueses destacados para trabalhar em Angola, tinham cargos de alguma responsabilidade nos caminhos-de-ferro. Aos 11 anos, após terminar a 4.^a classe, começa a trabalhar ao balcão de uma loja e aos 14 anos passa para as bilheteiras da estação de comboios. Para continuar os estudos e frequentar o então Curso Geral de Comércio teve de se mudar para o Huambo. Foi nessa altura, aos 15 anos, que, por intermédio de um amigo militar mais velho, começou a trabalhar no ofício de bate-chapas. Frequentava uma escola particular à noite e de dia trabalhava, enquanto civil, nas oficinas de um quartel do exército português. Gostava de ter prosseguido para o ensino superior, mas a sua família, como muitas outras, não tinha meios financeiros para o enviar para Portugal. *“Acabavam o 7.º ano [12.º ano actual] e ficavam a abanar! Se eram filhos de gente pobre, ficavam lá. Pronto, é claro, tinham as suas habilitações, tinham o ciclo feito, arranjavam uns empregos razoáveis... porque o Salazar não admitia as universidades lá. Os cursos tinham que ser tirados cá (...) Eu, por exemplo, não pude vir porque os meus pais não podiam, mas a minha vontade...”*

Com 25 anos, em 1952, vai trabalhar para o Congo belga (hoje República Democrática do Congo, ex-Zaire) onde, exercendo a mesma profissão, recebia quase o triplo do salário que tinha em Angola e mais regalias sociais. Passou de 3000 para o equivalente a 8500 escudos mensais, um salário elevado para a época. A empresa dava-lhe casa, assistência médica e, por vezes, oferecia viagens de férias. Em 1956, numas férias em Portugal, conhece uma portuguesa, professora primária, com quem se casa. Viveram juntos no Congo e tiveram quatro filhos. Albano já tinha duas filhas de uma relação anterior. Saíram do Congo em 1960, devido à tensão social e política que se seguiu à independência da ex-colónia belga, e voltaram para Angola. *“Não se podia lá estar, era guerra e por dá cá aquela palha apontavam uma arma a um tipo. Eu cheguei à conclusão que não me dava lá”.*

Regressado a Angola, trabalhou durante sete anos em vários locais, procurando sempre aqueles que lhe ofereciam um salário melhor. Com o dinheiro das poupanças abriu, em 1967, a sua própria oficina de reparação de automóveis com oito empregados. O negócio vingou, mas em 1975, tinha 48 anos, dá-se a independência de Angola e Albano teve de abandonar a oficina e a casa para vir para Portugal. *“Quando estava a respirar fundo dá-se o 25 de Abril (...) Maquinarias que eu tinha, me contaram que foram todas para Cuba (...) Eu tive que dar um suborno de 50 contos para os meus filhos virem, porque já não se podia lá estar. (...) O que mais me prendeu em Portugal foi a esperança de voltar “Eh pá, aquilo daqui a 6 meses vai estar bom”, mas foi piorando, piorando até que acabei por esquecer. Quando me perguntam o que é que eu trouxe de Angola, respondo: as minhas mãos”*. Ao nono dia de estar em Portugal começa a trabalhar. Durante os primeiros três anos trabalhou em diversas oficinas até ter entrado para a EDP onde ficou catorze anos com funções ligadas à construção e reparação dos postes de electricidade (soldadura, serralharia, pintura, bate-chapa). Esse emprego foi o único em que fez descontos para a segurança social e o último antes de se reformar, aos 65 anos.

Não gostou de ter vindo para Portugal, e ainda hoje guarda algum ressentimento relativamente à independência de Angola. Sublinha que a sua vida cá foi pior do que a que teve em Angola ou no Congo belga e sente que existe uma grande diferença ao nível da mentalidade das pessoas. *“Não gosto da maneira de vida em Portugal, se eu vivi algum tempo em democracia, foi em África, em Angola e no Congo belga”*. Tem nacionalidade portuguesa, mas não se identifica nem com os portugueses, nem com os angolanos. A sua “nação” de pertença já não existe, a ser de algum lado é da Angola portuguesa pré-1975. *“Eu nasci português, nasci sob a bandeira portuguesa e tive a continuidade da bandeira portuguesa. (...) Porque há muitos que vieram para cá e não quiseram ser portugueses, continuam como estrangeiros. Eu nasci português porque é que hei-de mudar a minha nacionalidade? (...) Há muita gente que confunde retornado com refugiado. Eu sou um refugiado de guerra. Retornado é aquele que retorna à pátria dele. Eu para ser retornado era retornado em Angola (...) Não sei o que é que me sinto, se imigrante, se retornado, se refugiado. (...) Se eu voltasse a Angola ia ver a minha casa ocupada por esses gajos, entrar na minha oficina e ver as minhas paredes vazias... Eu tinha 5000 e tal contos de máquinas. (...) Voltar a Angola? Nunca, Deus me livre!”*

Diz não ter nada que quisesse fazer para além de conseguir manter a sua rotina, que não há muito mais a esperar da vida. *“Não tenho perspectivas para o futuro. Nenhumas! Eu esqueço o passado, vivo o presente e o futuro não me interessa, venha como vier não tenho outro remédio senão aguentá-lo (...) Tenho 80 anos feitos e não me pesam... quando a vela apagar, apagou”*.

Lisete mantém alguns contactos com vizinhos e um ou outro amigo, mas passa muito tempo em casa sozinha. Materialmente tem as condições para fazer uma vida diferente, parecida com a das mulheres do grupo anterior, mas sente-se insegura psicologicamente porque ainda não recuperou completamente da depressão profunda que a levou a reformar-se por invalidez. Se pensarmos no nível médio actual de esperança de vida em Portugal, Lisete, a mais nova dos vinte e três entrevistados, com 64 anos no momento da entrevista, ainda tem muitos anos à sua frente. O futuro pode trazer uma mudança de quadro de envelhecimento ou não. O mal-estar psicológico que continua a sentir, mais de dez anos depois de lhe ter sido diagnosticada uma depressão profunda, faz pensar que poderá ser um mal crónico e, se assim for, a tendência para o isolamento poderá até agravar-se.

Albano é um caso singular, em que o isolamento em que vive é quase um estilo de vida, uma opção plenamente consciente. Teve uma vida longa e rica de acontecimentos, em Angola, no ex-Congo belga e em Portugal, onde seguramente conheceu muita gente. Tem seis filhos de duas relações e, tanto quanto se percebe, não está incompatibilizado com nenhum, apenas diz que não quer ser um fardo para eles. Tem vizinhos que o consideram. Mas prefere viver a sua vida isoladamente, sem grandes contactos com ninguém. Há dois aspectos que o diferenciam de Lisete, ambos importantes. Um é que continua a trabalhar, embora de forma irregular, o que é diferente de passar o tempo em casa sozinho. Quando não está a trabalhar ou a passear, tem o hobby da pintura. Outro é que não tem problemas de saúde, nem psicológicos nem físicos. É verdade que se lamenta do que deixou em Angola, que se queixa da sua situação actual e da mentalidade dos portugueses, que acha “fechados”, mas não há um estado de abatimento de ânimo como o que encontramos na sua parceira de categoria.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

No prazo de 20 a 30 anos, Portugal terá não os 35 mil imigrantes idosos que estimámos existirem presentemente, e as limitações das estatísticas oficiais não permitem senão uma estimativa, mas o dobro ou mesmo o triplo disso, se ocorrer a previsível sedentarização das dezenas de milhar de africanos chegados nos anos 80 e 90 e se continuarem a chegar reformados oriundos de outros países europeus, como também é de esperar que aconteça. O inevitável envelhecimento das migrações e dos imigrantes é um fenómeno novo a que as sociedades europeias receptoras se irão habituar, fenómeno que conflui com o envelhecimento da população em geral, esse já bem presente na consciência colectiva.

Uma conclusão que se tira deste estudo é que há, de facto, muitas razões para que os imigrantes que envelheceram em Portugal não regressem aos países de origem. No que respeita aos imigrantes laborais, em particular, estamos convencidos de que a grande maioria dos que hoje são idosos não regressará, e que o mesmo acontecerá no futuro com os actuais adultos maduros, ainda longe da terceira idade. Não é por acaso que nenhum dos 23 entrevistados conta voltar. Há, no máximo, um caso em que se perspectiva a alternância entre Portugal e Cabo Verde.

As razões do não regresso são várias, por vezes cumulativas. Os filhos e netos estão cá e os idosos não querem separar-se deles, seja por razões afectivas, seja por deles dependerem materialmente; ao fim de 30 ou 40 anos de imigração os laços sociais com o país de origem rarefazem-se porque os familiares, amigos ou conhecidos que lá ficaram morreram ou emigraram para países terceiros; a viuvez faz desistir de um regresso concebido como projecto a dois; os serviços de saúde, os equipamentos de apoio à terceira idade e a qualidade de vida em geral, são melhores em Portugal; é em Portugal que as pessoas têm, além da família, os amigos de que não se querem separar; é cá que estão as actividades associativas, profissionais e outras em que alguns idosos particularmente activos estão empenhados. Para aqueles que chegam ao fim de uma vida de imigração em condições socioeconómicas muito precárias, uma razão adicional para não regressarem é o embaraço que seria voltar pobre como se saiu quando o socialmente esperado era que a emigração os tivesse tirado da pobreza.

Os africanos lusófonos que envelheceram cá não são os únicos imigrantes idosos em Portugal. Além deles, há, como noutros países do sul da Europa, os que migram depois de reformados para aproveitarem a brandura do clima, a qualidade de vida que certas zonas do país oferecem e um custo de vida mais barato do que nos seus países de origem. Trata-se, sobretudo, de pessoas do norte da Europa, fixadas no Algarve e na região de Lisboa, cujo perfil socioeconómico contrasta para cima com o da maioria dos idosos africanos, em termos de rendimentos, escolaridade ou profissões desempenhadas antes da reforma. Europeus e africanos, por esta ordem, são hoje em dia os dois maiores grupos de imigrantes idosos. Além deles, há pequenos contingentes de idosos brasileiros e indianos, cujas circunstâncias migratórias e perfis sociais são diferentes.

Muitos dos actuais africanos idosos são imigrantes laborais que chegaram antes de 1974 e envelheceram no seu “posto”. Mas não todos. Outros são indivíduos e famílias que foram forçados ou optaram por vir para Portugal na sequência dos processos de independência das ex-colónias, fugidos a situações de guerra ou em desacordo com novos contextos políticos que consideraram adversos. É o caso daqueles a que chamámos luso-africanos, pessoas de famílias racialmente mistas, chegadas perto ou acima dos 50 anos, que ocuparam cargos na administração colonial ou foram comerciantes e pequenos empresários e que têm mais capital económico e qualificações escolares do que a média dos imigrantes laborais. É um grupo singular, também na medida em que não se reproduzirá socialmente, uma vez que as condições históricas que lhe deram origem desapareceram.

Os futuros imigrantes africanos idosos estarão mais perto do perfil laboral puro. São os adultos maduros que hoje, em plena vida activa profissional, estão inseridos nos sectores mais desqualificados do mercado de trabalho, os homens na construção civil e as mulheres no sector da restauração, serviços de limpeza e trabalho doméstico, adultos cuja fixação definitiva em Portugal é, como se disse atrás, previsível. É também previsível que se mantenha o fluxo recente, maioritariamente feminino, dos que chegam já idosos para se juntarem aos familiares cá imigrados.

A principal conclusão desta pesquisa é a de que há não uma, mas várias velhices imigrantes, como há, seguramente, várias velhices em geral. O estudo em profundidade das situações

sociais dos vinte e três idosos africanos entrevistados conduziu à identificação de um espaço tipológico da velhice imigrante constituído por cinco categorias. Essas categorias foram definidas a partir do cruzamento de dois eixos estruturantes da condição de idoso: o eixo da condição socioeconómica, que tem num pólo a velhice pobre e no outro a velhice confortável; e o eixo do quadro de envelhecimento, que tem num pólo a velhice inactiva e socialmente isolada e no outro a velhice activa e socialmente integrada. A condição de saúde, aspecto fundamental nos idosos, está analiticamente contemplada no eixo relativo ao quadro de envelhecimento, no sentido em que mais saúde contribui para um envelhecimento activo e socialmente integrado e menos saúde contribui para um envelhecimento inactivo e socialmente isolado.

Quinze dos 23 entrevistados são pobres e esse é o retrato do universo dos imigrantes idosos africanos. Neste ponto essencial a maioria dos idosos africanos não se distingue de muitos idosos portugueses, também eles em situação de pobreza. Mas a pobreza não é vivida por todos os entrevistados da mesma maneira. Ela aparece combinada com diferentes quadros de envelhecimento, desde as situações de isolamento social e doença até aos casos de envelhecimento saudável e socialmente integrado em que os idosos convivem quotidianamente com familiares, amigos e vizinhos, saem para passear, participam em associações, cultivam hortas, entre outras actividades. Entre estas duas situações há uma terceira categoria de idosos africanos pobres que está familiarmente enquadrada, isto é, não está isolada nem privada de apoio familiar, mas está, por outro lado, familiarmente confinada, isto é, não tem sociabilidades e actividades significativas para além do círculo familiar e doméstico.

Do lado da velhice confortável, que significa aqui não um capital económico elevado, mas uma condição de classe média, com rendimentos claramente acima dos limiares de pobreza, encontramos pessoas em duas situações. A maioria pratica um envelhecimento activo, que consiste no envolvimento regular em actividades culturais, associativas, aqui com funções de liderança, recreativas, de lazer, além da convivialidade com amigos e familiares, em parte sobreposta a essas actividades, mas não se reduzindo a elas. Porque estes idosos têm escolaridade média ou alta para a sua geração (12.º ano ou mais), e porque alguns deles na infância tiveram em casa um ambiente de estímulo cultural e artístico, as suas actividades são cultu-

ralmente mais ricas e diversificadas. Eles estão numa situação diametralmente oposta à das idosas analfabetas ou com escolaridade mínima que ocupam o tempo livre a ver televisão. Mas a posse de recursos económicos e culturais não significa que o envelhecimento seja sempre activo. Embora sejam minoritárias, também identificámos do lado da velhice confortável pessoas socialmente isoladas, por falta de saúde ou outras razões.

Um aspecto que as entrevistas ajudaram a perceber melhor é a relação entre idade e quadro de envelhecimento. Um quadro de envelhecimento mais activo ou mais inactivo não é totalmente independente de os idosos serem mais jovens ou mais velhos, de estarem na terceira ou na quarta idade. As actividades que se podem fazer aos 65 ou aos 70 anos não são as mesmas, em quantidade e variedade, que se podem fazer aos 90 anos mas a relação está longe de ser linear. Vimos idosos mais novos que estão mais inactivos e idosos mais velhos que estão mais activos. Mais do que a idade em si mesma, o quadro de envelhecimento depende da condição de saúde. O que impõe a alguns idosos mais jovens um envelhecimento inactivo é a doença, e o que permite a alguns mais velhos um envelhecimento activo é a saúde de que gozam.

Esta tipologia de velhice está ajustada à realidade dos idosos africanos, pode aplicar-se aos outros grupos de imigrantes idosos residentes em Portugal. No que se refere aos reformados europeus que escolheram viver cá a sua vida pós-activa, diríamos que eles estão do lado da velhice confortável e, dentro dela, mais num quadro de envelhecimento activo e socialmente integrado do que inactivo e socialmente isolado.

Na velhice imigrante pobre os rendimentos disponíveis são, obviamente, baixos, mas há variação de montantes e de tipos e fontes desses rendimentos. Os que vivem de pensões de reforma estão comparativamente menos mal do que aqueles que recebem pensões sociais ou o rendimento social de inserção, cujos montantes são geralmente menores e os tornam mais dependentes do apoio de terceiros, nomeadamente dos filhos. Se os valores das pensões de reforma são um pouco mais altos, elas não cobrem, contudo, as necessidades dos idosos, em particular daqueles que têm mais despesas de saúde, e também aqui o apoio dos filhos ou de outros familiares é necessário. Recorde-se, a este propósito, que os dados estatísticos a

que recorremos mostram que os idosos africanos vivem mais frequentemente a cargo da família do que os idosos portugueses.

As pensões de reforma seriam mais altas se estivessem em plena correspondência com a duração dos trajectos profissionais e os montantes dos salários auferidos enquanto se trabalhou. Mas, como se sabe, e neste ponto os imigrantes laborais idosos estão como muitos idosos portugueses, essa correspondência não existe porque as carreiras contributivas foram curtas e irregulares e, assim, quando se deixa de trabalhar, há uma quebra de rendimentos que faz diferença. Se os salários já não eram altos, as pensões de reforma ainda são mais baixas. Por isso, muitos idosos entrevistados trabalharam, ou ainda trabalham, para além da idade normal de reforma de modo a assegurarem um pouco mais de rendimento até o mais tarde possível. Isto é confirmado pela informação estatística disponível, que mostra que em média os idosos africanos trabalham até mais tarde do que os idosos portugueses, mas fazem-no em esforço e, por vezes, sem a saúde necessária, até porque se trata habitualmente de ocupações manuais exigentes do ponto de vista físico.

Neste contexto de escassez de rendimentos individuais, torna-se muito importante a existência de uma economia familiar de pluri-rendimento. Ela existe num sentido mais forte da palavra no caso dos idosos com mulheres mais novas, ainda em plena actividade profissional, que auferem um salário que se junta (e ultrapassa em montante) à pensão de reforma deles; ou das idosas que vivem com os filhos, ou filhas, e respectivas famílias e que, contribuindo com as suas pequenas pensões para a economia familiar, beneficiam dos rendimentos dos membros activos desses agregados. Num sentido mais fraco, essa economia familiar também funciona quando os filhos apoiam financeiramente os pais de forma ocasional. Pior estão aqueles que, tendo rendimentos individuais muito baixos, não dispõem do apoio material da família, nem permanente nem ocasional, ou porque romperam laços com ela ou porque estão sozinhos em Portugal tendo a família ficado no país de origem.

A velhice imigrante pobre, vista de uma outra perspectiva, significa que a expectativa de mobilidade social associada à imigração, a começar pela expectativa que os próprios imigrantes tinham à chegada, não se cumpriu. Nem as qualificações escolares baixas dos imigrantes nem

as características estruturais dos segmentos do mercado de trabalho onde estiveram inseridos, segmentos desqualificados e precários, pouco favoráveis ao desenvolvimento de trajectos de progressão socioprofissional, tornaram possível essa mobilidade. Mesmo assim, como vimos, os idosos não estão dispostos a trocar a vida em Portugal pelo regresso ao país de origem.

A questão da mobilidade social em contexto migratório coloca-se também, embora noutros termos, para aqueles que perderam estatuto socioeconómico com a vinda para Portugal. Não é o caso dos imigrantes laborais, que partiram de posições desfavorecidas na própria sociedade de origem, posições essas que terão ainda hoje como referência comparativa e que os levarão a pensar que, apesar de tudo, não estão assim tão mal. Referimo-nos, sim, àqueles que tinham situações socioeconómicas melhores e com a perspectiva de melhorarem ainda mais no futuro, e que foram levados, ou mesmo forçados, a deixá-las para trás e a vir para Portugal na sequência da descolonização. Alguns eram funcionários do Estado português e continuaram a ser funcionários públicos cá, pelo que se pode dizer que houve continuidade de estatuto, embora sem a progressão que teriam tido se lá tivessem ficado e se não tivesse mudado o contexto político. Mas outros, que eram comerciantes ou pequenos empresários, viveram uma experiência real e irreversível de mobilidade descendente.

A velhice imigrante mais problemática é aquela em que a pobreza se combina com a rarefacção ou mesmo inexistência de laços familiares. Vimos que os imigrantes idosos, em comparação com os idosos portugueses, têm mais situações de celibato e de divórcio. Sabe-se que as separações e divórcios podem estar entre as causas e as consequências das migrações. Encontrámos exemplos disso em alguns dos entrevistados. E também vimos exemplos de dispersão migratória das famílias, com os filhos, ou parte deles, fixados noutros países ou, por vezes, nos próprios países de origem.

Um caso de isolamento extremo é o de alguns homens que, descartada a hipótese de regresso, ficam separados da família, mulher e filhos, que permaneceram no país de origem. Por uma razão ou outra, o reagrupamento familiar foi sendo sucessivamente adiado. As visitas anuais ou bianuais que esses homens faziam deixaram de se realizar porque ficaram desempregados

ou doentes, ou as duas coisas. Até certa altura talvez tivessem mesmo alimentado a ideia de regressarem definitivamente, mas o que é certo é que, chegados à velhice, sem meios para promover o reagrupamento familiar nem para regressar, ficam isolados. Isolados da família e também isolados socialmente porque não dispõem de sociabilidades extra-familiares significativas, seja com amigos, colegas ou vizinhos.

Também encontramos situações de vulnerabilidade no que respeita à condição de saúde. Ainda antes das entrevistas, os dados estatísticos que utilizámos já mostravam que os idosos africanos se distinguem negativamente dos restantes imigrantes idosos e dos idosos portugueses em alguns indicadores fundamentais. Os africanos morrem mais cedo e têm uma percentagem maior de incapacitados. A idade média de falecimento é particularmente mais baixa para os homens africanos (71 anos) quando comparados com os homens portugueses (77 anos). Logo nos lembrámos, a propósito destes dados, do grande número de africanos idosos que trabalharam toda a vida na construção civil, onde o risco de acidentes de trabalho é elevado. Foi sem surpresa que nas entrevistas ouvimos serem-nos relatados acidentes de trabalho e as suas consequências, por vezes quase fatais. Outros quadros de doença foram identificados, em alguns casos quadros graves, sendo visível que a doença atinge mais os idosos mais pobres.

Outro ponto que importa realçar é a especificidade da velhice imigrante vivida no feminino. Neste como em muitos outros domínios fazem-se sentir, a vários níveis, as relações sociais de género. As entrevistas mostram que as idosas africanas são mais vulneráveis economicamente do que os homens, uma vez que os seus rendimentos individuais são ainda mais baixos. Estão mais dependentes de pensões sociais ou do rendimento social de inserção e os montantes das suas pensões de reforma são quase sempre menores porque trabalharam menos anos. Este é um padrão conhecido nas mulheres idosas em geral, imigrantes ou autóctones. No entanto, não encontramos nenhuma mulher na categoria mais desfavorável da velhice imigrante, a velhice pobre socialmente excluída, onde, recorde-se além de faltarem recursos, também faltam laços e apoios. Os idosos dessa categoria são todos homens. Apesar de mais vulneráveis do que em termos de rendimentos, as mulheres imigrantes idosas, muitas delas viúvas, divorciadas ou separadas, contam mais com o suporte dos filhos do que os homens.

Este facto não se pode desligar do papel assumido por estas mulheres na esfera familiar e doméstica. Vimos vários exemplos de idosas que moram com filhos e se encarregam de uma parte importante das tarefas da casa, incluindo cuidar dos netos. Com o avançar dos anos e a perda de capacidade física, essa actividade vai-se reduzindo e estas mulheres, que sempre foram cuidadoras das suas famílias, passam a ser cuidadas. Se o envolvimento nas actividades domésticas e familiares pode ter a vantagem de as manter activas até mais tarde, também é verdade, por outro lado, que as confina, muito mais do que aos homens, ao espaço da casa.

Outra diferença notória entre os idosos e as idosas africanos é a que diz respeito ao regime de conjugalidade e suas recomposições. Há vários casos de homens que, depois de terem ficado viúvos ou de terem rompido relações conjugais, voltaram a casar ou a viver em situação conjugal, com mulheres mais novas. Isso não acontece com nenhuma das mulheres, mesmo quando a viuvez foi muito precoce, como é o caso de uma das entrevistadas. Só duas das dez mulheres que entrevistámos vivem em situação conjugal. As duas são do grupo com melhor condição socioeconómica e a situação conjugal em que se encontram é a primeira. As restantes são viúvas, separadas ou divorciadas. Os dados estatísticos que apresentámos confirmam que viver em situação conjugal, com ou sem filhos, é, de facto, muito mais frequente nos homens do que nas mulheres.

Esta pesquisa mostrou que o apoio do Estado aos imigrantes idosos pobres é uma questão fundamental. Vimos que alguns deles recebem pensões sociais ou o rendimento social de inserção, frequentam centros de dia, e que outros estavam a tratar da candidatura ao complemento solidário para idosos. Por outro lado, a grande maioria dos idosos pobres que entrevistámos foi realojada, em datas mais antigas ou mais recentes, em bairros sociais, depois de terem vivido muito tempo em barracas ou outros alojamentos sem condições.

Sem estes apoios sociais do Estado, a sua situação seria ainda mais vulnerável. Mas percebemos também que muitos desconhecem que têm direito a eles ou desconheciam até que um médico de família, um assistente social ou pessoas de associações locais, os informaram e os encaminharam para as instituições e serviços públicos responsáveis pela sua atribuição. Alguns pensam mesmo que não são abrangidos por esses apoios sociais por serem estrangei-

ros, por não terem trabalhado em Portugal ou por o terem feito durante poucos anos. Há também idosos que trabalharam no passado noutros países europeus, onde fizeram descontos para a Segurança Social, mas hoje não sabem se, e como, podem ter o retorno dessas contribuições.

Quanto ao realojamento, se é verdade que significa acesso a uma habitação digna, com todas as vantagens inerentes em termos de qualidade de vida, também implica por vezes uma alteração profunda nas redes de sociabilidade vicinais, que não chegam a reconstituir-se da mesma maneira nos novos espaços de residência. Para os que foram realojados já em idades mais avançadas, como foi o caso de alguns dos entrevistados, a alteração das redes de vizinhança, bem como a falta de domínio sobre o novo espaço ao nível dos transportes, serviços ou equipamentos, pode ter efeitos negativos no seu quadro de envelhecimento, contribuindo para ficarem socialmente isolados.

Deixamos para o fim um resultado de pesquisa de que não estávamos à espera, até porque se reporta a um aspecto da vida dos imigrantes idosos africanos que não tínhamos colocado sob observação. E não o tínhamos feito porque não é um aspecto estruturante da sua condição actual de idosos, como o são a condição socioeconómica ou o quadro de envelhecimento, mas é em todo o caso uma dimensão relevante da biografia de muitos deles. Referimo-nos ao facto de perto de metade dos idosos entrevistados, mais os de condição social média, mas também alguns dos mais pobres, serem oriundos de famílias racialmente mistas ou terem eles próprios construído famílias desse tipo. Nas genealogias destes idosos imigrantes há muitos portugueses, avôs e pais, maridos e mulheres, ou ainda pessoas com quem houve relacionamentos mais breves. Alguns idosos acumulam vários laços desse tipo.

Além de ser um revelador do quadro de relações raciais que se desenvolveu nas ex-colónias africanas e dos seus prolongamentos pós-coloniais, este traço biográfico mostra que estamos perante pessoas que, por via familiar, têm uma ligação antiga com Portugal, ligação que começa antes da migração e que também ajuda a explicá-la. Diga-se já agora que a miscigenação não impediu, em alguns casos até parece ter suscitado, episódios de preconceito e discriminação racial de que foram vítimas alguns dos entrevistados ou membros das suas famílias.

Este estudo permitiu identificar alguns domínios em que os imigrantes idosos africanos apresentam maior vulnerabilidade e onde, simultaneamente, existe um potencial de intervenção por parte das autoridades públicas e de entidades privadas. É a elas que dirigimos as cinco recomendações gerais que se seguem.

1) Os imigrantes idosos de condição socioeconómica mais desfavorecida frequentemente desconhecem as respostas institucionais disponíveis para a melhoria das suas condições de vida. Além disso, há entre eles, por vezes, a ideia errada de que essas respostas lhes estão interditas porque são cidadãos estrangeiros, ou porque o seu período de descontos para o sistema contributivo português foi reduzido ou inexistente. Assim, é necessário promover uma maior disseminação de informação sobre os apoios sociais a que têm direito, tanto no que respeita a medidas pecuniárias (complemento solidário para idosos, rendimento social de inserção, complemento por dependência, pensão social), como no domínio dos serviços (apoio domiciliário, centros de dia, centros de convívio, lares, iniciativas de ocupação dos tempos livres).

2) Muitos imigrantes idosos tiveram trajectos profissionais e carreiras contributivas pouco lineares. Trabalharam e fizeram contribuições para a segurança social não só em Portugal, como nos seus países de origem e também, por vezes, noutros países da União Europeia. Acontece que desconhecem ou têm dificuldade em entender as vias pelas quais podem aceder aos proveitos dessas contribuições, possibilidade legalmente prevista em alguns países. É necessário, portanto, promover uma maior divulgação desses direitos e dos procedimentos burocráticos envolvidos na sua concretização. Note-se que, para aqueles que não tenham cumprido o prazo de garantia das contribuições em Portugal, o período de contribuições no estrangeiro pode, em alguns casos, ser considerado para efeitos de contagem desse prazo. No futuro esta questão será ainda mais importante porque as trajectórias profissionais com passagem por outros países europeus se vão tornando mais frequentes.

3) A pouca linearidade dos trajectos profissionais e das carreiras contributivas dos imigrantes idosos africanos prende-se, em grande medida, com o facto de terem estado inseridos em sectores informais do mercado de trabalho, sem contratos e sem fazerem descontos regulares para a segurança social. Para muitos imigrantes entrevistados não eram evidentes os contornos

desse regime de informalidade e as suas implicações. É importante, por isso, a título preventivo, disponibilizar informação e, se necessário, apoio jurídico, àqueles que não estando muito longe da idade da reforma, se encontram hoje em situações desse tipo no mercado de trabalho.

4) Muitos imigrantes africanos idosos têm quadros de envelhecimento inactivo e com défices de sociabilidade, especialmente sociabilidades extra-familiares. É importante implementar actividades de promoção do envelhecimento activo desses imigrantes. O facto de estarem, muitas vezes, residencialmente concentrados facilita o desenvolvimento de tais actividades por parte de associações, IPSS, juntas de freguesia e outras entidades. Este estudo permitiu perceber também que o envolvimento dos idosos africanos em novas actividades pode ser maior se elas mobilizarem referências culturais específicas relacionadas com a sua origem étnico-nacional.

5) O enquadramento familiar é uma das condições básicas de integração social, especialmente para os idosos. Vimos exemplos de imigrantes idosos que, descartada a possibilidade de regressarem ao país de origem, se encontram particularmente vulneráveis porque não conseguiram reunir a família em Portugal. A reunificação familiar apresenta-se, assim, como uma questão premente para a qualidade de vida desses imigrantes. É necessário criar respostas adequadas a estas situações. Uma possibilidade seria a de o idoso requerente da reunificação poder ficar a cargo de familiares com quem se pretenda reunificar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGOUN, Atmane (2002), “Envelhecimento e imigração: o caso das mulheres kabyles em França”, in *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, n.º4, pp. 21-41.

ALMEIDA, João Ferreira, COSTA, António Firmino da, e MACHADO, Fernando Luís (1988), “Famílias, estudantes e universidades - Painéis de observação sociográfica”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º4, pp. 11-44.

AVRAMOV, Dragana e MASKOVA, Miroslava (2003), *Active Ageing in Europe*, Estrasburgo, Conselho da Europa.

BAGANHA, Maria Ioannis (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, in *Análise Social*, n.º 128, pp. 959-980.

BARROS, Myriam Moraes Lins de (2006), “Trajectórias dos estudos de velhice no Brasil”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 52, pp. 109-132.

BOLZMAN, Claudio, FIBBI, Rosita e VIAL, Marie (2006), “What to do after retirement? Elderly migrants and the question of return”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.32, n.º 8, pp. 1359-1375.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris : Minuit.

CAPUCHA, Luís (2005a), “Envelhecimento e políticas sociais: novos desafios aos sistemas de protecção. Protecção contra o “risco de velhice”: que risco?”, in *Sociologia*, n.º15, pp. 337-348.

CAPUCHA, Luís (2005b), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta Editora.

CASANOVA, José Luís, ALVARENGA, Filipa, MATOS, Gisela e LUCAS, Joana (2001), *Quadros Sociais de Envelhecimento*, Lisboa: CIES-ISCTE e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

COSTA, Alfredo Bruto da, BAPTISTA, Isabel, PERISTA, Pedro e CARRILHO, Paula (2008), *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.

COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras: Celta Editora.

COSTA, António Firmino da, MACHADO, Fernando Luís e ALMEIDA, João Ferreira de (1990), “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, in *Análise Social*, n.º105/106, pp. 193-221.

DIAS, Isabel (2005), “Envelhecimento e violência contra os idosos”, in *Sociologia*, n.º15, pp. 249-273.

FERNANDES, Ana Alexandre (2001), “Velhice, solidariedades familiares e política social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 36, pp. 39-52.

FERNANDES, António Teixeira (2005), “Processos e estratégias de envelhecimento”, in *Sociologia*, n.º 15, pp. 223-247.

FLOWERDEW, Robin e AL-HAMAD, Alaa (2004), “The relationship between marriage, divorce and migration in a British data set”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.30, n.º2, pp. 339-351.

GÓIS, Pedro (2006), *Emigração Cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Lisboa: ACIME/Observatório da Imigração.

GUERREIRO, Maria das Dores e ABRANTES, Pedro (2005), “Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada”, in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 58, pp.157-175.

JOVELIN, Emmanuel (2003), “Le dilemme des migrants âgés : entre le désir du retour et la contrainte d’une vie en France”, in *Pensée Plurielle*, n.º 6, pp. 109-117.

MACHADO, Fernando Luís (1994), “Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 16, pp. 119-134.

MACHADO, Fernando Luís (1998), “Da Guiné-Bissau a Portugal: luso-guineenses e imigrantes”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 26, pp. 9- 56.

MACHADO, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

MACHADO, Fernando Luís (2009), “Quarenta anos de imigração africana: um balanço”, in *Ler História: Emigração e Imigração* (número especial), Lisboa, pp. 135-165.

MACHADO, Fernando Luís, ABRANCHES, Maria, MATIAS, Raquel e LEAL, Sofia (2007), “Para onde vai a imigração africana em Portugal? Sedentarização, gerações e trajectos”, in GUERREIRO, Maria das Dores, TORRES, Anália e CAPUCHA, Luís, *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu, volume III)*, Oeiras: Celta Editora.

MACHADO, Fernando Luís e AZEVEDO, Joana (2009), “A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas”, *Revista Migrações*, Abril 2009, n.º 4, Lisboa: ACIDI, pp. 7-31.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996a), “Communautés indiennes de Lisbonne”, in *Revue Européenne de Migrations Internationales*, vol. 12, n.º 1, pp. 141-158.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996b), *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos da Mudança*, Lisboa: Colibri.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (2000), “Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católica goesa e ismaelita. Uma interpretação a partir de Lisboa”, in *Lusotopie 2000*, pp. 377-398.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (2007), “Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos”, in MALHEIROS, Jorge (org.), *A Imigração Brasileira em Portugal*, Coleção Comunidades, n.º 1, Lisboa: ACIDI, pp. 11-37.

MAURITTI, Rosário (2004), “Padrões de vida na velhice”, in *Análise Social*, n.º 171, pp. 339-363.

MONTEIRO, Paulo Filipe (1994), *Emigração. O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras: Celta Editora.

OLIVEIRA, Isabel Tiago (2007), “Emigração, retorno e reemigração na primeira metade do século XX”, in *Análise Social*, n.º184, pp. 837-852.

PADILLA, Beatriz (2007), “A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise”, in MALHEIROS, Jorge (org.), *A Imigração Brasileira em Portugal*, Coleção Comunidades, n.º 1, Lisboa: ACIDI, pp. 113-134.

PAIS, José Machado (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PEIXOTO, João (2008), “Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes”, in PEIXOTO, João (org.), *Revista Migrações – Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, n.º 2, Lisboa: ACIDI, pp. 19-46.

PEIXOTO, João e FIGUEIREDO, Alexandra (2007), “Imigrantes brasileiros e mercado de tra-

balho em Portugal”, in MALHEIROS, Jorge (org.), *A Imigração Brasileira em Portugal*, Coleção Comunidades, n.º 1, Lisboa: ACIDI, pp. 87-112.

PEREIRA, Miriam Halpern (2009), “Emigração portuguesa para o Brasil e geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano”, in *Ler História: Emigração e Imigração* (número especial), pp. 15-25.

PIMENTEL, Luísa (2005), *O Lugar do Idoso na Família*, Coimbra: Quarteto.

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração – Teoria e Aplicações à sociedade portuguesa*, Oeiras: Celta Editora.

PIRES Rui Pena *et al.* (1987), *Os Retornados: Um Estudo Sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

PORTES, Alejandro (2000), “Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 133-158.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1986), “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”, in *Análise Social*, n.º 90, pp. 139-156.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

SAINT-MAURICE, Ana e PIRES, Rui Pena (1989), “Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º10-11, pp.203-226.

TEMIME, Émile (2001), “Vieillir en émigration”, in *Revue Européenne des Migrations Internationales*, vol.17, n.º 1, pp. 37-54.

WARNES, Anthony M. e WILLIAMS, Allan (2006), “Older migrants in Europe: a new focus for migration studies”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, n.º 32, pp. 1257-1281.

WHITE, Paul (2006), “Migrant populations approaching old age: prospects in Europe”, in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.32, n.º 8, pp. 1283-1300.

ANEXOS

Angola, década de 70



Chegados de Cabo Verde





Cascais, década de 90



Dinamarca, década de 80



Oeiras, 2009



Lisboa, 2009





Lisboa, 2009

CO-FINANCIAMENTO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU

